

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
MESTRADO EM GEOGRAFIA

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL E O TRABALHO: O
SISTEMA DE INTEGRAÇÃO DA EMPRESA SADIA NO MUNICÍPIO DE
FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ

LOIVA MARLI FLACH

FRANCISCO BELTRÃO

2010

LOIVA MARLI FLACH

**A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL E O TRABALHO: O
SISTEMA DE INTEGRAÇÃO DA EMPRESA SADIA NO MUNICÍPIO DE
FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ**

**Dissertação apresentada ao Programa
de Mestrado em Geografia da
Universidade Estadual do Oeste do
Paraná/Campus de Francisco Beltrão,
como requisito parcial para obtenção
do título de Mestre em Geografia.**

**Área de concentração: Produção do
Espaço e Meio Ambiente**

Orientador: Prof. Ds. José Luiz Zanella

FRANCISCO BELTRÃO

2010

FRANCISCO BELTRÃO

2010

Flach, Loiva Marli

F571 A Reestruturação produtiva do capital e o trabalho: o sistema de integração da empresa Sadia no município de Francisco Beltrão - Paraná. / Loiva Marli Flach. – Francisco Beltrão, 2010.
178 f.

Orientador: Prof. Ds. José Luiz Zanella.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão.

1. Avicultura – Sistema de Integração. 2. Indústria Avícola – Sudoeste do Paraná. 3. Sadia – Perdigão - Empresas. 4. Trabalho - Capitalismo. 5. Trabalho - Industrialização. I. Zanella, José Luiz. II. Título.

CDD – 331.98162

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da
Unioeste (Sandra Regina Mendonça CRB – 9/1090)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NÍVEL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL E O TRABALHO: O SISTEMA
DE INTEGRAÇÃO DA EMPRESA SADIA NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO
BELTRÃO - PARANÁ

Autor: Loiva Marli Flach
Orientador: Prof. Dr. José Luiz Zanella

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por Loiva Marli Flach e
aprovada pela comissão julgadora.

Data: 27 / 02 / 2010

Assinatura:

Loiva Flach.

Comissão Julgadora:



Francisco Beltrão - PR
2010

Dedico este trabalho a duas pessoas muito especiais:

- Meu esposo e meu filho, verdadeiros e leais companheiros na caminhada da vida.

Para:

Professor José Luiz Zanella,
que me orientou nesta pesquisa com
paciência e sabedoria;

Professores, colegas e amigos que
contribuíram com a pesquisa em
momentos de discussão e troca de idéias;

Todas as pessoas que colaboraram direta
ou indiretamente com a pesquisa;

- Meus sinceros agradecimentos!

“A produção capitalista acarreta, com a inexorabilidade de uma lei da natureza, a sua própria negação.”

Karl Marx, O Capital.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	vii
LISTA DE GRÁFICOS	vii
LISTA DE MAPAS	viii
LISTA DE QUADROS	viii
LISTA DE TABELAS	ix
RESUMO	xi
ABSTRACT	xii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 01 – A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A INDUSTRIALIZAÇÃO DO CAMPO	9
1.1 A modernização da agricultura e a pequena propriedade	12
1.2 A industrialização do campo	17
1.3 A modernização da agricultura no Brasil	23
1.3.1 A integração da agricultura ao capital financeiro	28
CAPÍTULO 02 – A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL E O TRABALHO – O SISTEMA DE INTEGRAÇÃO	31
2.1 O trabalho	31
2.2 O que é reestruturação produtiva	34
2.3 Toyotismo e Acumulação Flexível	46
2.4 O agronegócio e o sistema de integração da indústria avícola	54
2.4.1 O agronegócio	54
2.4.2 O sistema de integração da indústria avícola	63
CAPÍTULO 03 - A REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ	70
3.1 A formação sócio-espacial do Sudoeste do Paraná	70
3.2 Caracterizando a atual Região Sudoeste do Paraná	78
3.3 Estrutura fundiária do município de Francisco Beltrão e sua evolução	90

CAPÍTULO 04 – A SADIA NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO	97
4.1 História da Sadia	97
4.2 A unidade de Francisco Beltrão	110
4.3 Sadia e Perdigão - a fusão	115
CAPÍTULO 05 - AVICULTORES INTEGRADOS À SADIA: PROPRIETÁRIOS ASSALARIADOS?	122
5.1 O papel da Tecnologia	122
5.2 Primeiras aproximações	129
5.3 Apresentação e análise dos dados coletados em campo	134
5.3.1 A integração a partir de "outros olhares" - as empresas de equipamentos avícolas e a integradora	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	172

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Ciclos de Kondratieff e Ciclos de Juglar em sobreposição	39
FIGURA 2 – Sistema de Regulamentação da produção toyotista	49
FIGURA 3 - Aviário com as cores do padrão da Brasil Foods	116
FIGURA 4 - As partes da maquinaria	123
FIGURA 5 - Escritório e arco de desinfecção de aviário	146
FIGURA 6 - Silos de aviário - padrão atual	148
FIGURA 7 - Aviário de peru	151
FIGURA 8 - Aviário de frango - aves com poucos dias	152
FIGURA 9 - Aviário sendo preparado para o alojamento de aves	153

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Evolução da produção paranaense de carne de frango, de 2000 a 2006 ..	58
GRÁFICO 2 - Destinação da carne de frango produzida no Paraná em 2006	58
GRÁFICO 3 - Grau de Urbanização dos municípios da Região Sudoeste do Paraná em 2000	89
GRÁFICO 4 - Distribuição da população brasileira entre as áreas urbana e rural: 1970-2000	93
GRÁFICO 5 - Distribuição da população sul brasileira entre as áreas urbana e rural: 1970-2000	93
GRÁFICO 6 - Distribuição da população paranaense entre as áreas urbana e rural: 1970-2000	94
	109

GRÁFICO 7 - Produção brasileira de carne de frango - em mil toneladas	
GRÁFICO 8 - Participação de produtos da Sadia e Perdigão no Mercado Interno e Externo - ano de 2007	119
GRÁFICO 9 - Resultados financeiros da Sadia e da Perdigão - ano de 2007	119
GRÁFICO 10 - Nível de automatização dos aviários integrados à sadia	128
GRÁFICO 11 - Quantidade de aviários por integrado em Francisco Beltrão	128
GRÁFICO 12 - Forma de aquisição das propriedades rurais pelos avicultores entrevistados	136
GRÁFICO 13 - Tamanho das propriedades rurais dos avicultores entrevistados	137
GRÁFICO 14 - Número de pessoas residentes nas propriedades visitadas	141
GRÁFICO 15 - Formas de pagamento/financiamento das adequações feitas nos aviários	147
GRÁFICO 16 - Destino da cama de aviário nas propriedades visitadas	153

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - Localização do Município de Francisco Beltrão	8
--	---

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Ciclos de Kondratieff - invenções revolucionárias do capitalismo industrial	38
QUADRO 2 - Ciclos econômicos e crise - principais características das fases A e B	42

QUADRO 3 - Padrões de acumulação capitalistas - características	44
QUADRO 4 - Evolução dos preços correntes do frango de corte, nos três níveis de mercado - de 2001 a 2006	62
QUADRO 5 - Evolução do modelo de integração	65
QUADRO 6 - Distribuição das propriedades rurais do município de Francisco Beltrão, de acordo com o tamanho	95
QUADRO 7 – Perfil e faturamento do Grupo Sadia de 1989 a 1993	108
QUADRO 8 – Perfil de comunidades rurais e a integração	138

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Produção brasileira de carne de frango, de 1986 a 2006	56
TABELA 2 - Principais Estados exportadores de carne e produtos industrializados de frango - 2006	57
TABELA 3 - Participação da avicultura no grupo da pecuária, em 1997 e 2006	57
TABELA 4 - Produção de frango de corte, segundo os Núcleos Regionais da SEAB 2002 e 2006	60
TABELA 5 - Evolução do abate de frangos no município de Francisco Beltrão, de 1997 a 2007	61
TABELA 6 - Composição populacional do Sudoeste do Paraná em 1948	71
TABELA 7 - Municípios que compõem a Região Sudoeste do Paraná - área e habitantes	79
TABELA 8 - Número de Estabelecimentos / Empregos (RAIS) na Região Sudoeste do Paraná (1997 - 2007)	81
TABELA 09 - Produção de milho (safra normal) nos municípios do Sudoeste do Paraná (2002 - 2006)	83

TABELA 10 - Produção de soja nos municípios do Sudoeste do Paraná (2002 - 2006) .	85
TABELA 11 - Pecuária da Região Sudoeste do Paraná (2002 - 2006)	87
TABELA 12 - População urbana/rural no município de Francisco Beltrão: 1970-2007 ..	92
TABELA 13 - Produção do frigorífico da Sadia até 1963	103
TABELA 14 - Expansão da produção de aves e suínos da Sadia nos anos 70	106
TABELA 15 - Comparativo estrutural/financeiro entre Sadia e Perdigoão - ano de 2007	118
TABELA 16 - Número de integrados e tempo de aquisição/instalação dos aviários	141
TABELA 17 - Renda líquida média dos aviários	149

RESUMO

O objeto de estudo, nesta dissertação, é o sistema de integração de aves no município de Francisco Beltrão e a relação dessa integração com a permanência ou não dos pequenos proprietários rurais no campo, tendo como categoria central o trabalho. Estudamos a modernização da agricultura, enquanto reflexo do desenvolvimento do sistema capitalista. Analisamos como a reestruturação produtiva do capital se materializa na organização de trabalho da empresa Sadia, tendo como parâmetro os produtores de aves integrados ao seu sistema de produção. Procuramos definir o "perfil" do avicultor integrado à Sadia no município de Francisco Beltrão e determinar se a atividade representa melhoria em suas condições materiais, e permite sua existência enquanto proprietário rural, bem como compreender qual o papel desempenhado por ele na relação de integração e assim determinar se o integrado é um proprietário capitalista ou um proprietário assalariado. O trabalho está estruturado em cinco capítulos: 1) A Modernização da Agricultura e a Industrialização do Campo; 2) A Reestruturação Produtiva do Capital e o Trabalho – o sistema de integração; 3) A Região Sudoeste do Paraná; 4) A Sadia no município de Francisco Beltrão; e 5) Avicultores integrados à sadia: proprietários assalariados? Utilizamos como metodologia para o levantamento dos dados, além do referencial teórico, entrevista semi-estruturada com integrados da empresa Sadia; com presidentes das Associações de Moradores das comunidades rurais; com funcionários e ex-funcionários da Sadia; com os responsáveis pela Associação de Avicultores de Francisco Beltrão; e com proprietários de empresas fornecedoras de equipamentos para avicultura do município. A modernização trouxe novos parâmetros para a produção agropecuária e para as relações de trabalho. O capital se apoderou da agricultura através da inserção e submissão do agricultor ao mercado, e promoveu sua revolução com a utilização de novas tecnologias. O sistema de integração adotado atualmente é reflexo da reestruturação produtiva, é a subcontratação (inserida no modelo de regulamentação da produção toyotista), onde a empresa busca a redução de custos através da diminuição do efetivo, e a transferência de responsabilidades e riscos. No geral, o perfil do proprietário de terras do município e do avicultor integrado da Sadia, é de pequenos proprietários rurais, cuja origem está diretamente relacionada à ocupação do Sudoeste. O índice de insatisfação com relação à integradora por parte dos integrados é alto, mas a atividade é uma alternativa para o pequeno proprietário rural gerar renda e se manter no campo enquanto proprietário. No entanto, a possibilidade de se manter proprietário não é dada pela avicultura integrada, mas por ser a integração uma segunda atividade geradora de renda. A relação integradora/integrado é conflituosa, são interesses diferentes. O avicultor não tem autonomia no sistema de integração ou no complexo agroindustrial de que faz parte e pode ser percebido como um “assalariado” da Sadia. Sua luta deve ser por aumento de salário e melhores condições de trabalho – esta luta não vai levá-lo à independência, mas pode levá-lo à condição de "produtor" integrado à agroindústria avícola.

Palavras-chave: Modernização da Agricultura; reestruturação produtiva; avicultura integrada; trabalho; tecnologia.

**THE PRODUCTIVE CAPITAL RESTRUCTURING AND WORK: THE
INTEGRATION SYSTEM SADIA COMPANY IN FRANCISCO BELTRÃO -
PARANÁ**

ABSTRACT

The study object in this thesis is the integration system of fowl in Francisco Beltrão and the relation of this integration with permanence or not of small agricultural owner on the field, having the work as central category. We study the agriculture modernization, which reflects the capitalist system development. We analyze how the productive capital restructuring if it materializes in the work organization of Sadia Company, having as parameter its fowl integrated producers. We seek to define a "profile" to the Sadia farmer integrated of Francisco Beltrão and determine if this activity represents improvement in their material conditions, and allow them to exist as a agricultural owner, as well as understanding the role played by him in relation to integration and thus determine whether is a owner capitalist or an owner employee. The work is structuralized in five chapters: 1) Agriculture Modernization and Countryside Industrialization, 2) Capital Restructuring and Labor - the integration system, 3) Paraná Southwestern Region, 4) Sadia at Francisco Beltrão, and 5) Sadia farmer integrated: owners employees? We used as methodology for survey of the data, beyond the theoretical referential, interview half-structuralized with integrated Sadia Company, with associations presidents of agriculturalist communities, with employees and former employees of Sadia, with those responsible for the Francisco Beltrão Poultry Association, and with owners supplying equipment companies for poultry keeping of the city. The modernization brought new parameters for the farming production and of labor relations. The capital has got control of agriculture through the integration and submission to the farmer's market, and promoted its revolution with new technologies use. The integration system nowadays adopted reflects the production restructuring, is the contracting (inserted into the Toyota Production regulation model), where the company seeks to costs reduces by effective reducing and transfer of responsibilities and risks. In general, the profile of land owners to the city and the Sadia farmer integrated, are small owners agricultural, whose origin is directly related to the southwestern occupation. The index of dissatisfaction with the integrator by integrated ones part is high, but the activity is an alternative to the small agricultural owner to generate income and if to keep in the field while proprietor. However, the possibility of continuing owner is not given by the integrated poultry farming, but because it's integrating a second income-generating activity. The relationship integrative / integrated is conflicting, are different interests. The farmer integrated has no autonomy in the integration system or the agro-industrial complex that he is part and can be perceived as a Sadia "employee". Their fight should be to pay raise and better working conditions - this fight will not take him to independence, but its can take to the "producer" status inside the agribusiness.

Keywords: Agriculture Modernization; productive restructuring; integrated poultry farming; work; technology.

INTRODUÇÃO

Temos por objeto de estudo, neste trabalho, o sistema de integração de aves no município de Francisco Beltrão, e a relação dessa integração com a permanência ou não dos pequenos proprietários rurais no campo. A Sadia¹, enquanto maior empresa de produção de alimentos frigoríficos do Brasil, representa - dentro dos limites de sua atuação e abrangência - a melhor possibilidade de explicação desta realidade. Muito nos intriga compreender esta realidade, seus fundamentos explicativos/causais. De outra parte, ao longo de nossa formação acadêmica, a identificação com a filosofia marxista sempre esteve presente. Assim, a compreensão da necessidade de pautar qualquer pesquisa na materialidade, no palpável, ou seja, no modo de produção vigente e nas leis que regem esse modo de produção, sempre nos levaram à leitura de Marx e de outros autores marxistas.

Estas leituras, dentre as quais destacamos a obra "O desenvolvimento do capitalismo na Rússia, de Lênin, nos convenceram² que o desenvolvimento do sistema capitalista levaria, inevitavelmente, ao esvaziamento do campo, à industrialização do campo, já que essa industrialização exige eficiência, é o mercado que assim o exige. De tal forma que o agricultor, mais especificamente, o pequeno proprietário rural estaria fadado ao desaparecimento³, ou seja, impossibilitado de incorporar plenamente o desenvolvimento tecnológico, ou incorporá-lo de forma dependente e, por conseguinte, impossibilitado de manter-se competitivo, acaba perdendo sua propriedade, ou mesmo desistindo da atividade de produtor agropecuário, para buscar melhores oportunidades na cidade. Ao contrário do que alguns autores afirmam, acreditamos que o subjetivo, o "apego a terra" não é determinante nesse jogo de forças, são as condições materiais vividas por esse produtor que determinam ou não sua permanência no campo, e a manutenção de sua propriedade.

¹ Como a pesquisa teve início antes da fusão da Sadia com a Perdigão que criou a Brasil Foods e, como o recorte espacial é o município de Francisco Beltrão onde a Sadia operava, neste trabalho faremos referência à integradora como Sadia. Da fusão trataremos no Capítulo IV, item 4.3.

² Nos referimos ao processo como convencimento tendo em vista que, antes de termos contato com a leitura marxista, acreditávamos na viabilidade da reforma agrária, inclusive como forma de superação do capitalismo. Após estudarmos Marx e tornarmos-nos adeptos de sua filosofia e, considerando análise comparativa que fizemos em monografia de especialização em Movimentos Sociais e Desenvolvimento, "MST e Marxismo: concordâncias e divergências teóricas", convencemo-nos que a luta pela posse da terra, muito embora seja legítima e pudesse tornar o capitalismo mais "justo", torna-o ao mesmo tempo mais difícil de ser superado.

³ Cabe destacar que este "desaparecimento" não será completo, pois há ramos produtivos da agropecuária que não necessitam grandes áreas territoriais, quando utilizada tecnologia. Ademais quem desaparece, segundo Lênin, é o camponês. Sobre esta questão trataremos no Capítulo 1, item 1.1 "A Modernização da Agricultura e a pequena propriedade".

Em última instância, são as condições materiais que determinam, inclusive, esse "apego a terra", é o objetivo que determina o subjetivo.

Isto posto, mais a característica fundiária da Região Sudoeste do Paraná, e também de Francisco Beltrão, formada, na sua grande maioria por pequenas propriedades, bem como o fato da Sadia estar instalada em Francisco Beltrão a cerca de 20 anos, nos levou ao seguinte questionamento: **o sistema de integração, adotado pela Sadia, influencia na permanência do agricultor no campo?**

Se o processo de êxodo rural e de esvaziamento do campo tem se intensificado nos últimos anos⁴, com o acirramento dos reflexos das relações capitalistas de produção, então, entendemos que a análise deste período pode nos oferecer um parâmetro comparativo, no mínimo interessante. Em verdade os últimos 20 anos representam também outras possibilidades: foi nesse período que se fez sentir com mais força, no Brasil, os resultados da última reestruturação produtiva do capital, e das novas relações de trabalho que esta reestruturação representa. Também é preciso lembrar que a modernização da agricultura e seus reflexos em todo o setor produtivo fizeram suas maiores "cobranças" nesse período. Ademais, a tecnologia empregada atualmente na produção agropecuária - imprescindível para manter a competitividade - disseminou-se absurdamente no período referido.

Nesse sentido, se fez necessário estudar a modernização da agricultura, enquanto reflexo do desenvolvimento do sistema capitalista. Compreender a relação existente entre essa modernização e a industrialização do campo, já que, em verdade, sem esse processo de desenvolvimento das forças produtivas do setor agropecuário, o fomento, a genética, etc., o próprio aumento da produção - necessário nesse sistema - não teria sido possível. Ora, a modernização traz novos parâmetros para a produção agropecuária e, conseqüentemente, as relações de trabalho também são afetadas pelo processo. Antes da revolução agrícola impulsionada pelo capitalismo, produzia-se para o consumo do agricultor e de sua família e vendia-se o excedente, agora, com as relações capitalistas desenvolvidas, entretanto, é necessário produzir em grande quantidade, por dois motivos: **primeiro** porque para que haja consumo, e o fim último do sistema capitalista - a mais-valia - se realiza no consumo, é necessário produzir. Quanto maior o consumo, mais mais-

⁴ Segundo dados do IBGE a população urbana cresceu 164,80 % de 1970 a 2000, enquanto a população rural decresceu 22,40% no mesmo período. Enquanto que no período de 1991 a 2000 a população urbana cresceu 22,40%, e a população rural decresceu 11,13% no mesmo período. Ou seja, do percentual geral de crescimento da população urbana e decréscimo da população rural, no período mais longo, um período de menos de 10 anos representa uma parcela significativa. Se considerarmos a desaceleração do crescimento da população em geral, perceberemos que esses 10 anos representam quase a metade do percentual geral de perda populacional do campo. (sobre esses dados trataremos em momento específico do texto, com apresentação de tabelas e gráficos)

valia realizada, maior o lucro, maior o montante de capital acumulado. **Segundo**, porque com a saída de parte dos produtores do campo, com o inchaço das cidades e o aumento de trabalhadores assalariados é necessário produzir para o mercado, não mais para a subsistência daqueles pequenos agricultores que ficaram no campo - já que isto representaria a manutenção de uma parcela cada vez menor da sociedade -, mas para a manutenção do sistema, cujo alicerce é o trabalhador assalariado.

Mas compreender a modernização da agricultura e a industrialização do campo, nos remete à necessidade de análise da reestruturação produtiva do capital. Compreender seus ciclos funcionais e como e por que acontece esta reestruturação das forças produtivas é que nos possibilita a compreensão das novas relações de trabalho existentes, e que se fazem sentir, também na maneira de produzir da agropecuária. Em que medida o neoliberalismo, enquanto ideologia, se utiliza do toyotismo e da acumulação flexível, e em que medida a forma toyotista de produzir representa as novas relações de trabalho existentes atualmente.

De outra parte, se faz necessária a compreensão do processo de trabalho, enquanto necessidade do "ser" humano, trabalho concreto, valor de uso, distinguindo-o do trabalho abstrato, criador do valor de troca. O trabalho abstrato no campo – pequeno agricultor integrado - pode ser a chave para a compreensão daquele "apego a terra" de que falávamos anteriormente. Este "apego" poderia também representar a necessidade inerente ao ser humano de sentir-se útil, de produzir valores-de-uso, em detrimento dos valores-de-troca.

Descobrir em que medida o sistema de integração, adotado pela Sadia, representa as novas relações de trabalho, resultantes da acumulação flexível e da reestruturação produtiva, bem como se essa forma de produzir, com alta tecnologia, representa a industrialização do campo são as questões centrais que norteiam a pesquisa. Sempre tendo como questão maior e central - pela possibilidade explicativa - o trabalho.

Mas então temos a problemática: estaria, no revés de todo esse complexo quadro apresentado, a integração de aves da Sadia possibilitando a permanência de parte desses produtores no campo? Teria o sistema de integração possibilitado melhorias nas condições de vida desses produtores e seus familiares, de forma que permanecessem no campo, ao invés de migrarem para a cidade, contrariando a lógica de esvaziamento do campo? Esse processo, se existe, poderia ser permanente, ou é apenas temporário?

A partir destes questionamentos que norteiam a pesquisa, estruturamos o trabalho em cinco grandes partes - que poderão conter outras subdivisões -: **1ª parte:** a Modernização da Agricultura e a Industrialização do Campo; **2ª parte:** a Reestruturação Produtiva do Capital e o Trabalho – o sistema de integração e a relação entre tecnologia e

trabalho; **3ª parte:** A Região Sudoeste do Paraná; **4ª parte:** A Sadia no município de Francisco Beltrão. Por fim, apresentamos os dados coletados em campo, bem como os resultados e as discussões por eles suscitadas.

Com essa estrutura de pesquisa analisamos como a reestruturação produtiva do capital se materializa na organização de trabalho da empresa Sadia, tendo como parâmetro os produtores de aves integrados ao seu sistema de produção, no Município de Francisco Beltrão – Paraná, determinando em que medida o sistema de integração influencia na permanência ou não do agricultor no campo.

Procuramos analisar e identificar em que medida o sistema de integração de aves da Sadia se encaixa e se relaciona com a modernização da agricultura, com a reestruturação produtiva do capital e com a questão do trabalho, ou seja, em que medida o sistema de integração representa as novas relações de trabalho, advindas da reestruturação produtiva do capital, além de identificar a modernização da agricultura – principalmente o fomento – como a integração do campo à indústria – a industrialização do campo.

Pretendemos analisar em que medida essas relações de trabalho – a integração – interferem na organização espacial do campo, verificando que homem está se mantendo no campo, qual o perfil desse avicultor/proprietário rural.

Este estudo se justifica pela necessidade de conhecer as determinações das relações entre capital e trabalho no campo, na forma específica da integração à agroindústria, no contexto da reestruturação produtiva do capital. O conhecimento destas determinações é fundamental como oposição às tendências ingênuas e idealistas que colocam o pequeno agricultor, mesmo integrado, como um sujeito autônomo em relação ao desenvolvimento do capitalismo. A negação dos determinismos tem extrapolado o âmbito da academia. Predomina atualmente, na Região Sudoeste do Paraná, nos movimentos sociais e sindicatos do campo, a visão idealista de campo⁵.

Na presente pesquisa colocamo-nos na defesa dos pequenos agropecuaristas integrados. Partimos do pressuposto que o pequeno avicultor integrado da Sadia é um trabalhador assalariado (forma específica de assalariamento) e, como tal, necessita lutar pelo aumento de salário (com possível permanência no campo). Contraditoriamente, a permanência no campo, pode indicar a intensificação da exploração do trabalho destes pequenos agricultores. Admitimos, entretanto, que há uma contradição no seio dessa

⁵ A predominância dessa visão idealista pode ser facilmente verificada nas atividades desenvolvidas pela ASSESOAR, no município de Francisco Beltrão, que atuou inclusive - como parceira - no curso de graduação da UNIOESTE "Pedagogia para Educadores do Campo".

questão: a relação de oligopólio⁶ e oligopsônio⁷ das integradoras com os integrados. Ou seja, a Sadia, juntamente com mais algumas poucas empresas domina a oferta de alguns produtos na região (ração, medicamentos, pintainhos, etc.), mas também é a compradora da matéria-prima produzida pelo avicultor (as aves). A Sadia, portanto, se apresenta nessa relação, simultaneamente, como o oligopólio e o oligopsônio. Entretanto, na mesma medida que o avicultor é comprador dos insumos fornecidos pela empresa, é também o "fornecedor" da matéria-prima da empresa. Perceber o integrado como trabalhador assalariado e que sua luta deve ser por aumento salarial, é admitir que essa contradição lhe pode ser favorável. Faz-se necessário o conhecimento das determinações e das contradições, para que essa luta não seja entendida de forma ingênua. Como afirma Marx em *Salário, Preço e Lucro*, se o trabalhador não lutar, a tendência é de ficar em condições cada vez mais precárias diante do capital.

(...) a tendência geral da produção capitalista não é elevar o nível médio do salário, mas, ao contrário, diminuí-lo, baixando o valor do trabalho mais ou menos até seu limite mínimo. Porém, sendo essa a tendência das coisas neste sistema, isso quer dizer que a classe operária deva renunciar a se defender dos abusos do capital e deva abandonar seus esforços para aproveitar todas as possibilidades que surgirem de melhorar em parte sua situação? Se assim proceder, será transformada numa massa informe de homens famintos e arrasados, sem possibilidade de salvação. (...) Que as lutas da classe operária pelo padrão dos salários são episódios inseparáveis de todo o sistema de trabalho assalariado; que, em 99% dos casos, seus esforços de elevar os salários não são mais que esforços destinados a manter o valor dado ao trabalho e que a necessidade de disputar o seu preço com o capitalista é inerente a situação do operário, que se vê obrigado a se vender como uma mercadoria (Marx, 1953, p. 30).

A luta pelo salário, no entanto, é apenas uma defesa contra a tirania do capital e não uma forma de eliminação da exploração do trabalho. A eliminação da exploração do trabalho somente se efetivará com o fim do trabalho assalariado, o que representará a superação do modo capitalista de produção.

Pretendemos com esta pesquisa atingir os seguintes objetivos:

1)- Analisar a modernização da agricultura e a industrialização do campo, identificando-a como responsável pelo desenvolvimento da produção agropecuária.

⁶ Oligopólio é quando uma pequena quantidade de empresas (geralmente grandes) domina a oferta de produtos ao mercado.

⁷ Oligopsônio é um tipo de estrutura de mercado em que poucas empresas, de grande porte, são as compradoras de determinada matéria-prima ou produto primário.

2)- Identificar e analisar as constantes mudanças tecnológicas exigidas pela Sadia aos integrados, no contexto da reestruturação produtiva do capitalismo e sua relação com a organização do trabalho dos integrados, determinando o perfil desse avicultor/integrado, e em que medida o sistema de integração influencia na permanência ou não do agricultor no campo, no município de Francisco Beltrão – Paraná.

3)- Analisar as diferentes formas de assalariamento dos integrados da Sadia (proprietário capitalista, empregado, parceiro), identificando qual dessas formas representa a tendência futura no interesse da empresa.

O método utilizado para a pesquisa é o materialismo histórico, por entendermos que as condições materiais vividas pelo indivíduo são determinantes para formação de sua subjetividade e, conseqüentemente, o desenvolvimento político, jurídico, filosófico, religioso, literário, artístico, etc. repousa sobre o desenvolvimento econômico. Todos estes agem uns sobre os outros, no entanto, a necessidade econômica se afirma sempre em última instância. Ou seja, as normas, os valores, os sentimentos, os modos de pensar e de agir em sociedade são um reflexo das relações entre os homens para conseguir os meios necessários à sobrevivência.

Utilizando-nos do materialismo histórico como método, acreditamos poder atingir o objetivo da pesquisa, constatando na materialidade, ou seja, nas condições materiais dos indivíduos estudados, a influência das relações de trabalho presentes no sistema de integração de aves.

Para tanto, utilizamos como metodologia para o levantamento dos dados/informações, entrevista semi-estruturada, com a presença do investigador, com integrados da empresa Sadia, para verificar alterações em suas condições materiais, e/ou qualidade de vida, após terem ingressado no sistema de integração; com presidentes das Associações de Moradores das comunidades rurais; com funcionários e ex-funcionários da Sadia⁸; com os responsáveis pela Associação de Avicultores de Francisco Beltrão; e com proprietários de empresas fornecedoras de equipamentos para avicultura do município.

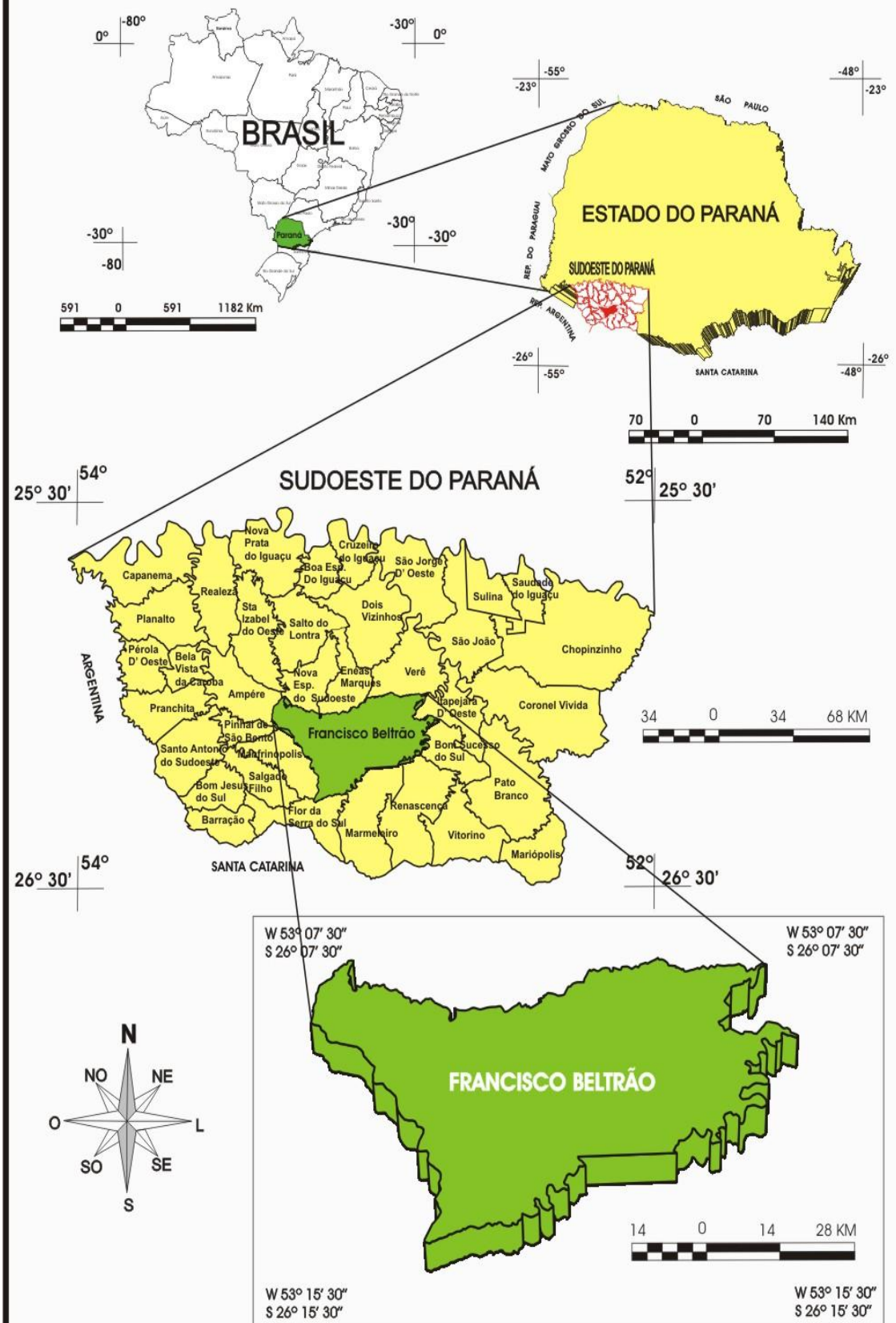
Utilizamos também coleta de dados, junto à SEAB; Secretaria Municipal do Interior; Secretaria Municipal de Urbanismo; Secretaria Municipal de Agricultura;

⁸ A identidade dos entrevistados não será revelada.

AMSOP; EMATER; INCRA; IBGE; e Associação de Avicultores do Município de Francisco Beltrão.

A seguir, apresentamos o mapa que traz a Região Sudoeste do Paraná e o município de Francisco Beltrão, de forma a "localizar" para o leitor a área de estudo.

FIGURA 01 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO



Base Cartográfica: IBGE, 2002. Elaboração: Marcos Leandro Mondardo, 2006.

CAPÍTULO I

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A INDUSTRIALIZAÇÃO DO CAMPO

Segundo Soares (1992), a formação de uma sociedade capitalista pressupõe dois movimentos: primeiro, a transformação da economia natural em economia mercantil; depois, a transformação da economia mercantil em economia capitalista. A criação do mercado acontece na primeira etapa, na transformação da economia natural em mercantil, e o motor dessa transformação é a divisão do trabalho. O que impulsiona a segunda transformação é a concorrência entre os produtores independentes.

Segundo Graziano da Silva (1998), Lênin foi o primeiro autor, no grande debate realizado no final do século XIX, a separar claramente o problema teórico-abstrato da realização do problema histórico-concreto dos mercados. Para Lênin, o capitalismo não precisa de um prévio mercado interno. Os mercados vão sendo criados à medida que o capitalismo se desenvolve, através da ampliação da divisão social do trabalho na sociedade. Nesse processo de crescimento ganha importância o consumo dos bens intermediários necessários à expansão da própria produção capitalista.

Tendo como base este argumento de Lênin, interessam-nos, nesse momento, as questões levantadas por Graziano da Silva (idem): como colocar a questão do desenvolvimento do capital no campo dentro desse contexto? Que transformações ocorrem na agricultura no modo capitalista de produção? O princípio geral, responde o autor, é o mesmo: o aprofundamento da divisão social do trabalho. Foi a partir da proletarização do camponês e da destruição de sua economia natural que se criaram as bases para o desenvolvimento do modo de produção capitalista de produção.

Marx sintetiza o processo nos seguintes termos: "A base de toda divisão do trabalho desenvolvida e medida pelo intercâmbio de mercadorias é a separação entre a cidade e o campo. Pode-se dizer que toda a história econômica da sociedade resume-se no movimento dessa antítese (...)" (MARX, 1985, v. 1, p. 278).

Segundo Kautsky (1988), o modo de produção capitalista se desenvolve, via de regra, primeiramente nas cidades, e na indústria em primeiro lugar, permitindo, habitualmente que a agricultura permaneça intocada por muito tempo. No entanto, o desenvolvimento industrial consegue modificar o caráter da produção agrícola.

O desenvolvimento da agricultura, segundo o autor, encontra-se intimamente ligado ao desenvolvimento social e, aquela iniciativa e força revolucionária que a agricultura não conseguiu produzir por si mesma, a cidade - por meio do levante contra o poder feudal - incumbiu-se de fornecer. O desenvolvimento econômico da cidade passa a revolucionar as condições econômicas rurais tornando necessária, igualmente, uma revolução nas condições de existência da propriedade rural.

Antes do desenvolvimento do sistema capitalista, o produtor, com a ajuda da família, dá conta do serviço em sua pequena propriedade, sem pagar-lhes qualquer ordenado; e organiza sua produção de acordo com suas próprias necessidades, pouco se importa com os preços do mercado, pois pouca coisa tem para comprar ou para vender, não sendo por isso nunca afetado pelas crises que afligem o comércio.

No entanto, como afirma Kautsky (1998), quanto mais a produção agrícola se transforma em produção de mercadorias, menor será sua condição de conservar o primitivo nível da venda direta do produtor ao consumidor. Quanto mais distantes e extensos se tornam os mercados para os quais produzia o homem do campo, mais difícil se torna, para ele, a venda direta ao consumidor e tanto mais necessário se torna o intermediário. O negociante, com uma visão melhor do mercado, se coloca, então, entre o consumidor e o produtor.

O motor da revolução agrícola promovida pelo capitalismo, àquele que impulsiona a segunda transformação na economia - a transformação da economia mercantil em economia capitalista, é a concorrência, afirma Soares (1992). A concorrência leva à especialização; a especialização leva ao crescimento das cidades; e o crescimento das cidades expande o mercado e a demanda para a produção agrícola.

Segundo Soares (idem), esse aumento na demanda, impulsionado pela concorrência, acaba por levar à grande produção. O capitalismo cria a possibilidade da grande produção agrícola, uma produção superior à pequena produção, por ser mais racional do ponto de vista técnico. A superioridade da grande produção torna-se mais evidente quanto mais desenvolvido estiver o capitalismo.

Quanto ao papel progressista do capitalismo na agricultura, que leva à sua modernização, Marx afirma:

... Um dos grandes resultados do modo de produção capitalista consiste em que, por um lado, ele tira a agricultura do estado de ocupação empírica da parte mais atrasada da sociedade, transmitida mecanicamente de geração a geração, transformando-a em aplicação científica consciente da agronomia, tendo em vista

que isso é geralmente possível sob as condições da propriedade privada da terra; consiste em que, por um lado, ele separa completamente a posse da terra das relações de domínio e servidão e, por outro, separa totalmente a terra, enquanto condição de produção, da posse da terra e do seu proprietário... De um lado, a racionalização da agricultura, que criou pela primeira vez a possibilidade de sua organização social e, de outro, a redução da propriedade da terra ao absurdo – eis os grandes méritos do modo capitalista de produção. Como todos os seus outros méritos históricos, ele compra também este último pelo preço da pauperização total dos produtores diretos. (apud LÊNIN, 1982, p. 211)

Além disso, afirma Lênin (1982), no período anterior à economia mercantil a indústria de transformação está unida à indústria extrativa – que é liderada pela agricultura. Com o desenvolvimento da economia mercantil ocorre a "separação" entre a agricultura e os sucessivos ramos da indústria. Assim, o fato de a população de um país de economia mercantil pouco desenvolvida (atrasada) ser quase exclusivamente agrícola, não significa que essa população só se dedique à agricultura, mas que a própria população ocupada na agricultura é quem transforma os produtos agrícolas, ou seja, quase não há troca e divisão do trabalho. Por isso, o desenvolvimento da economia mercantil significa que uma parte cada vez maior da população se afasta da agricultura, ou seja, que a população industrial cresce à custa da população agrícola.

O autor ainda afirma que é impossível imaginar o capitalismo sem um crescimento da população industrial e comercial à custa da população agrícola. Para o problema do mercado interno, esse fato torna-se muito importante, pois permite a evolução da indústria e da agricultura: “a formação de centros industriais, seu número crescente e a atração que exercem sobre a população não podem deixar de exercer a mais profunda influência em todo o sistema rural, não podem deixar de suscitar o crescimento da agricultura mercantil e capitalista” (LÊNIN, 1982, p. 15).

Como o interesse nesse momento está voltado à questão da modernização da agricultura, ou seja, do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, cabe destacar a afirmação de Soares (1992), de que no processo de formação da economia capitalista, a "descamponização" é o mecanismo básico para a criação do mercado interno.

Sobre a questão da diminuição da população agrícola, que se dá principalmente pela inviabilização econômica de grande parte das pequenas propriedades, trataremos a seguir.

1.1 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A PEQUENA PROPRIEDADE

Com o interesse da pesquisa voltado a manutenção ou não da pequena propriedade pelo agricultor e, sendo a discussão acerca da questão das pequenas propriedades bastante antiga, faremos um breve levantamento teórico a respeito, tendo em vista o pensamento daqueles autores que discutiram primeiro a questão da modernização da agricultura.

Segundo Soares (1992) - baseado nos argumentos de Lênin - o desenvolvimento do capitalismo no campo pode se dar de duas formas. Na primeira, a substituição dos métodos de exploração feudais pelos métodos de exploração burgueses, é feita paulatinamente, conservando-se a grande propriedade fundiária (via prussiana)⁹. Ou seja, mudam os métodos de exploração e permanece a estrutura fundiária. Na segunda essa substituição é feita com maior velocidade e com a destruição da grande propriedade fundiária (via americana)¹⁰.

Assim, não existe uma forma única em que o capital submete a propriedade privada da terra aos seus desígnios, impondo as relações de produção que lhe são características. Essa transformação pode ser feita na perspectiva do camponês que se especializa em produzir para o mercado pequeno produtor, transformando-se em "farmer". Ou na perspectiva do senhor de escravos ou do senhor feudal que se transforma em burguês. A predominância de uma ou de outra perspectiva depende das condições históricas.

No caso específico do Sudoeste do Paraná, onde a pequena propriedade é predominante, podemos afirmar que a peculiaridade dos padrões de colonização e organização produtiva se deu pela "via americana"¹¹, já que a história do Sudoeste do Paraná está intimamente vinculada à luta pela terra, com os camponeses se organizando e

⁹ Segundo Lênin, o desenvolvimento do capitalismo pode se dar tendo à frente as grandes propriedades dos latifundiários, "que paulatinamente se tornarão cada vez mais burguesas, que paulatinamente substituirão os métodos feudais de exploração pelos métodos burgueses". Esta seria a "via prussiana", modelo de passagem para o capitalismo que tomou por base a experiência histórica da Alemanha. (Ricardo Costa - Secretário Nacional de Formação Política do PCB - <http://www.pcb.org.br/lenin.htm>)

¹⁰ A transição para o capitalismo também pode verificar-se tendo à frente as pequenas explorações camponesas, que pela destruição radical das estruturas passadas, conduzem o processo no livre desenvolvimento das relações capitalistas no campo. Esta seria a "via americana" - por causa da formação das glebas de terras públicas distribuídas gratuitamente ou a baixos preços que serviram de base para a expansão, ao longo do século XIX, do campesinato estadunidense nos territórios a Oeste, cujas pequenas e médias propriedades abasteceram de matérias primas as indústrias nortistas, contribuindo largamente para a consolidação do capitalismo. (Ricardo Costa - Secretário Nacional de Formação Política do PCB - <http://www.pcb.org.br/lenin.htm>)

¹¹ Cabe destacar que municípios como Palmas e Guarapuava, que integram a Região Sudoeste, apresentam outra característica fundiária, não predominando a pequena propriedade. Nesses municípios o desenvolvimento do capitalismo se deu pela via "prussiana".

confrontando o capital comercial, envolvido com a comercialização de títulos de terra e da madeira.

No Sudoeste do Paraná, resolvidas as questões da posse da terra através de conflito aberto, inclusive armado, entre agricultores e empresas colonizadoras, iniciou-se o processo de modernização da agricultura que se constituiu, basicamente, na mudança da base tecnológica orientada pelo capital industrial. Este, a partir da cidade, absorve e recria o campo com outros significados, transformando a produção agrícola em um setor da produção industrial. (BATTISTI, 2006, p. 65)

Com relação ao tamanho das propriedades, Lênin (1982) afirma que, de modo geral, é falso acreditar que o capitalismo agrário só pode surgir quando existe certa forma particular de propriedade fundiária. As particularidades da propriedade fundiária, quaisquer que sejam, não constituem um obstáculo insuperável para o capitalismo, pois esse assume formas diferentes, de acordo com as condições agrícolas, jurídicas e sociais existentes.

E Lênin fez esta afirmação tendo em conta as ponderações de Marx com relação ao papel progressista do capitalismo na agricultura, falando especialmente sobre a pequena propriedade: “A pequena propriedade camponesa exclui, pela sua natureza mesma, o desenvolvimento das forças produtivas sociais de trabalho, as formas sociais de trabalho, a concentração social de capitais, a pecuária em grande escala, a aplicação progressiva da ciência” (MARX, apud LÊNIN, 1982, p. 211).

Segundo Lênin (1982), na produção capitalista propriamente dita, já não há mais simples produtores de mercadorias, mas, de um lado, proprietários dos meios de produção, e de outro, trabalhadores assalariados que vendem a sua força de trabalho. Assim, a transformação do pequeno produtor em operário assalariado pressupõe a perda de seus meios de produção (terra, instrumentos de trabalho, oficina, etc.), ou seja, a sua ruína, seu empobrecimento.

Segundo o autor (idem), para o mercado capitalista, o que importa não é o bem estar do produtor, mas o dinheiro que possui. O declínio do camponês patriarcal, que praticava uma economia predominantemente natural, é equivalente ao volume de dinheiro em suas mãos. Quanto mais esse camponês se arruína, mais é forçado a vender sua força de trabalho, e maior será a parte dos meios de subsistência que ele terá que adquirir no mercado.

Com a liberação de parte do povo do campo, os alimentos que este consumia anteriormente também são liberados. Eles se transformam agora em elemento material do capital variável (capital investido na compra da força de trabalho). (...) A expropriação e a expulsão de parte do povo do campo liberam, com os trabalhadores, não apenas seus meios de subsistência e seu material de trabalho para o capital industrial, mas criam também o mercado interno. (MARX, 1984, p. 282-283)

A desintegração do campesinato, afirma Soares (1992), cria um mercado para o capitalismo porque com a conversão da força de trabalho dos grupos inferiores do campesinato em mercadoria, cria-se um mercado para os bens de consumo. Por seu turno, com a conversão dos meios de produção dos grupos superiores do campesinato em capital cria-se um mercado para os bens de produção.

Então como explicar a sobrevivência da pequena produção? Esse questionamento de Soares (1992), muito nos interessa discutir.

Segundo o autor, a superioridade da grande sobre a pequena produção agrícola não pode ser tratada de maneira abstrata, sem levar em consideração a enorme variedade de relações agrárias. Sempre vão existir ramos em que a grande produção não entra. Esta afirmação pode ser exemplificada com a questão da produção em escala e a produção em escopo.

Uma das principais fontes de vantagem competitiva empresarial se baseia no custo de produção, principalmente nos estágios iniciais de evolução dos aglomerados industriais. As empresas para conseguir conviver na arena competitiva concentram seus esforços para baixar seus custos unitários de produção em relação aos concorrentes, tendo em vista que baixar os custos médios de produção é a questão de fundo para a criação de vantagens competitivas. Isto pode ser conseguido utilizando diversas formas. A mais conhecida é por meio de ganhos de escala. A existência de economias de escala é observada quando os custos médios diminuem à medida que o nível de produto aumenta. As economias de escopo surgem quando uma mesma planta consegue produzir dois ou mais tipos de produtos a um custo mais baixo do que cada um em particular seria produzido em uma planta especializada (SANTANA; SANTANA; NOGUEIRA, 2007). Ou seja, as pequenas propriedades agrícolas têm potencialmente, a capacidade de produzirem numa economia de escopo, dedicando-se a mais de uma atividade produtiva com custos mais baixos.

Afirmando que a alternativa para as pequenas propriedades pode estar na escolha pela produção de um produto diferenciado e não das *commodities*¹², José Sidnei Gonçalves explica:

Entretanto, numa economia capitalista, as pequenas e médias propriedades não têm chance de sucesso face à esmagadora superioridade tecnológica das grandes lavouras, ainda que com efeitos sociais e ambientais perversos, se mantido no Brasil unicamente o padrão das *commodities* de grãos e fibras, tal como nos Estados Unidos. Essa é a questão central a ser encarada na mudança do padrão vigente na agropecuária brasileira, tornando desnecessárias e muitas vezes impróprias definições e mensurações do que se comumente denomina '*agricultura familiar*'. (GONÇALVES, 2005-B, s.p.)

Um segundo limite à expansão da agricultura capitalista, e que ajuda na sobrevivência da pequena produção agrícola, afirma Soares (1992), é a necessidade de dotar os operários com um pedaço de terra, para amenizar o êxodo rural, promovido pelo próprio desenvolvimento do capitalismo no campo. Portanto, afirma o autor, não se deve esperar o completo desaparecimento da pequena produção agrícola.

Na mesma linha de pensamento de Lênin, Kaustky (1998), afirma que a discussão de economistas em torno da questão, quanto aos pequenos estabelecimentos agrícolas serem economicamente mais vantajosos, já ocorria a mais de um século - tal afirmação foi feita no início do século XX -, sendo difícil prever até quando duraria. No entanto, a discussão dos teóricos em torno das vantagens das pequenas e grandes propriedades, não impediu que a agricultura passasse por um enorme surto desenvolvimentista passível de inquestionável constatação.

O autor, afirmou ainda que devemos admitir, como fato comprovado, que a agricultura não se desenvolve como cópia fiel da indústria, mas de acordo com suas próprias leis. "Isso não significa, de forma alguma, que o desenvolvimento da agricultura se opõe ao da indústria de forma inconciliável. (...) ambas visam o mesmo alvo quando não se procura isolá-las uma da outra e se as considera membros pertinentes a um mesmo processo conjunto" (KAUTSKY, 1998, p. 36).

Kaustsky (idem) é ainda mais contundente, afirmando que quando se pretende estudar a questão agrária segundo o método de Marx não se deve apresentar apenas a

¹² *Commodity* é um termo de língua inglesa que, como o seu plural *commodities*, significa mercadoria, é utilizado nas transações comerciais de produtos primários, geralmente com grande participação no comércio internacional e comercializado nas bolsas de mercadorias. Produto, normalmente agrícola ou mineral Exemplo: soja, trigo, boi, etc.

questão do futuro que teria eventualmente a pequena empresa agrícola, teríamos que examinar todas as transformações que sofre a agricultura nas várias fases do modo de produção capitalista. Deveríamos verificar se o capital se apodera da agricultura, como o faz, se a revoluciona, se torna insustentáveis as velhas formas de produção e propriedade e se acarreta ou não a necessidade de novas formas.

Parece-nos que a maioria destas questões já foi respondida: sim, o capital se apodera da agricultura, e o faz com a inserção e submissão do agricultor ao mercado; sim, o capital revoluciona a agricultura, as novas tecnologias utilizadas na agricultura são resultado da necessidade de realização de produtos industriais que são meios de produção, e também de produtos industriais relacionados ao consumo propriamente dito; sim são insustentáveis as velhas formas de produção, com o aumento da demanda por alimentos nas grandes cidades a produção precisa ser enormemente aumentada, o que requer tecnologia investida para o aumento da produtividade; isso tudo acarreta no desenvolvimento de novas formas de produção, não estando ainda bem definidas quais seriam estas formas, ou seja, essa última questão ainda carece amadurecimento para ter-se uma resposta clara, uma vez que as formas de produção estão em constante metamorfose¹³.

Considerando a necessidade de compreensão de todas as transformações por que passa - ou passará ainda - a agricultura em todas as fases de desenvolvimento do modo de produção capitalista e, considerando que a questão da viabilidade da pequena propriedade é objeto da presente pesquisa, não temos clareza quanto ao fadado desaparecimento do pequeno produtor, pelo menos nesse momento da história da produção capitalista. No entanto, o camponês que produz apenas para a subsistência da família, àquele que segundo os românticos/ingênuos segue produzindo e vivendo paralelamente ao capitalismo, de forma "independente" e "autônoma", desaparece. O pequeno proprietário rural, integrado ao mercado, não necessariamente irá desaparecer, mas diminuir em número de forma considerável. Ademais, em situações específicas as relações produtivas existentes entre a indústria e o pequeno proprietário podem ser estratégicas para a primeira, podem representar vantagens num jogo de forças onde o grande proprietário teria vantagens ou seu poder de barganha aumentado, na mesma medida do tamanho de sua propriedade. A dependência do pequeno proprietário agrário em relação à indústria, como forma de manter-se inserido no mercado capitalista, é extremamente vantajosa para a indústria.

¹³ Mesmo o sistema de integração, adotado pela Sadia, pode ser considerado uma dessas novas formas de produção adotadas pelo capital na agricultura no sistema capitalista.

Ainda temos a questionar que, nem sempre pequena propriedade significa pequena produção. É sabido que em alguns ramos produtivos da agropecuária, como a produção leiteira, de ovos, de bicho-da-seda, etc., pequenas propriedades podem acoplar uma produção significativa, pois essas facções do mercado não necessitam grandes áreas territoriais para produção, quando utilizada tecnologia. A dependência, no caso da pequena propriedade com grande produção, está relacionada à tecnologia. É a utilização da tecnologia que permite aumentar a produção, reduzindo custos e, portanto, permitindo preço competitivo no mercado. Sem tecnologia o custo produtivo inviabiliza a pequena propriedade financeiramente, em relação à grande propriedade, pois com o uso da mesma tecnologia, a grande propriedade produz mais e faz baixar o preço final do produto, o que a torna mais competitiva.

Estas questões, que se referem diretamente ao processo de modernização sofrido pela agricultura, trataremos a seguir.

1.2 A INDUSTRIALIZAÇÃO DO CAMPO

A industrialização é a forma mais desenvolvida de trabalho do homem sobre a natureza, representa o domínio do homem sobre as leis da natureza. A industrialização do campo é um processo que se desenvolveu com o capitalismo, a partir do século XVII - o campo ficou subordinado à cidade, e a indústria se tornou hegemônica. A agricultura se industrializa de forma integrada com a grande indústria, em se tratando da produção de alimentos, o agricultor pode ser visto como o primeiro operário da linha de produção. O problema, como em tudo o que se refere ao sistema capitalista, não está na ampliação da produção ou na modernização dos meios de produção, mas sim nas relações de produção estabelecidas.

Na economia natural, segundo Lênin (1982), a sociedade era composta de uma massa de unidades econômicas homogêneas (famílias camponesas patriarcais, comunidades rurais primitivas, domínios feudais), e cada uma destas unidades executava todos os tipos de trabalho, desde a obtenção das matérias-primas, até a preparação definitiva para o consumo. Com a economia mercantil aparecem as unidades econômicas heterogêneas, ou seja: aumenta o número de ramos especiais da economia e a quantidade de unidades que executam uma mesma função econômica. É esse progressivo desenvolvimento da divisão social do trabalho que constitui o elemento fundamental no

processo de formação de um mercado interno para o capitalismo e, assim, se torna a base de todo o processo de desenvolvimento da economia mercantil e do capitalismo.

Com a preponderância sempre crescente da população urbana que se amontoa em grandes centros, a produção capitalista acumula, por um lado, a força motriz histórica da sociedade, mas perturba, por outro lado, o metabolismo entre o homem e terra, isto é, o retorno dos componentes da terra consumidos pelo homem, sob forma de alimentos e vestuário, à terra, portanto, a eterna condição natural de fertilidade permanente do solo. (...) Mas, ao destruir as condições desse metabolismo, desenvolvidas espontaneamente, obriga-o, simultaneamente, a restaurá-lo de maneira sistemática, como lei reguladora da produção social e numa forma adequada ao pleno desenvolvimento humano (Marx, 1984, p. 101-102).

Portanto, afirma Graziano da Silva (1998), são dois processos distintos e subseqüentes: um de destruição da economia natural, pela retirada progressiva dos vários componentes que asseguravam a "harmonia" da produção assentada na relação Homem-Natureza (e suas contradições); e outro, de uma nova síntese, de recomposição de uma outra "harmonia" (também permeada por novas contradições) baseada no conhecimento e no controle cada vez maior da Natureza e na possibilidade da reprodução artificial das condições naturais da produção agrícola. À passagem de um processo a outro, denomina-se industrialização da agricultura.

É a modernização da agricultura - longo processo de transformação da base técnica - que culmina na industrialização da agricultura. Segundo Graziano da Silva (idem), esse processo representa a subordinação da Natureza ao capital. Sob a égide do capital, o processo de produção agropecuária se liberta, gradativamente, das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias. Ou seja, se faltar chuva, irriga-se; se não houver solos suficientemente férteis, aduba-se; se ocorrerem pragas e doenças, reponde-se com defensivos químicos ou biológicos; e se houver ameaças de inundações, estarão previstas formas de drenagem.

Lênin (1982) afirma que a indústria de transformação se separa da indústria extrativa, e cada uma delas se subdivide em categorias e subcategorias, que fabricam produtos particulares na forma de mercadorias, trocando-os com os outros produtos. Dessa forma, provoca o crescimento do número de ramos industriais distintos e independentes. O desenvolvimento da economia mercantil converte a fabricação de cada produto, e de cada componente do produto num ramo industrial à parte, e não se limita ao produto mas às diversas operações necessárias a prepará-lo para o consumo.

A separação entre as indústrias extrativas e transformativas, a separação entre manufatura e agricultura, transforma a própria agricultura em uma indústria, ou seja, num ramo econômico que produz mercadorias, e o processo de especialização que separa diferentes tipos de transformação de produtos e conduz à um número sempre crescente de ramos industriais, manifesta-se também na agricultura: dá origem às regiões agrícolas especializadas, e à sistemas de economia agrícola (cultura cerealista, pecuário, e industrial – artigos agrícolas que passam por tratamento industrial), e provoca troca entre produtos agrícolas e industriais, bem como entre os diversos produtos agrícolas. (LÊNIN, 1982, P. 14)

Exemplificando o emprego de novas tecnologias, com relação a produção e consumo de carne, Kautsky (1998), afirma que com a adubação foi possível criar mais gado com uma área menor destinada à produção de plantas forrageiras, isso, aliado à uma adaptação maior às necessidades do mercado, constituem as condições mais importantes para a existência dessa nova agricultura, depois que a evolução burguesa criara a base jurídica dessa nova agricultura, de conformidade com as condições prévias, técnicas e sociais existentes.

Numa explicação clara do que argumentávamos no texto introdutório, quanto a demanda crescente por alimentos, Kaustky (1998) afirma que quanto mais se desenvolvessem a indústria capitalista, o sistema de transportes e as cidades, tanto mais depressa cresceria a demanda de carne¹⁴, sem que, contudo, melhorasse o bem-estar da população do campo ou da cidade. Assim poderíamos observar um crescimento do consumo de carne ao lado de um aumento (ou diminuição) concomitante do bem-estar da cidade (ou da população do campo) em função do rápido crescimento das cidades. O aumento do consumo de carne não deixa de ser um sinal de melhoria nas condições de vida. No entanto, a diminuição relativa (ou mesmo absoluta) da população rural, em comparação com o crescimento urbano, já bastaria para explicar o crescimento do consumo em questão.

Ao mesmo tempo, o aumento dos rebanhos passou a fornecer ao campo mais adubo e mais animais de tração. Só isso já bastava para melhorar o preparo das terras. Não cresceu apenas a área de cultura de cereais, aumentou também a produção por área unitária, graças à revolução da agricultura (KAUTSKY, 1998).

Antes da revolução agrícola e do desenvolvimento do capitalismo, quaisquer que fossem as condições do solo, todos os agricultores produziam, via de regra, sempre a mesma coisa. Agora - século XX - surge a produção para o mercado capitalista, e a

¹⁴ Podemos generalizar o exemplo da carne, utilizado pelo autor, até o entendimento que, com o crescimento das cidades, a demanda cresce para todos os alimentos.

concorrência. O momento é para o lavrador produzir o que o mercado exige, e dentre os produtos exigidos, àquele que menor custo envolve em função de fatores vários, tais como a qualidade do solo, localização do estabelecimento, vias de comunicação existentes, sua capacidade de investir e área utilizável para a produção. Assim, cada estabelecimento passava a desenvolver sua própria especialidade. Os agricultores e criadores poderiam ainda dedicar-se a um ou outro dos numerosos sub-ramos em que as suas atividades começavam a dividir-se. Esse argumento de Kaustky (idem), retrata o desenvolvimento da agropecuária ocorrido durante o século XX e que continua seu processo.

Se analisarmos as estratégias adotadas pela agricultura capitalista moderna, inclusive da agroindústria, perceberemos facilmente que toda a produção - inclusive a tecnologia adotada no processo produtivo - tem como fim último atender ao mercado. A escolha quanto ao que produzir continua considerando o menor custo e, para atingir esse fim utiliza-se uma sofisticada logística, que por sua vez tem em conta principalmente a localização do estabelecimento agrícola, vias de comunicação e escoamento existentes e capacidade de investimento do proprietário.

Está estabelecida, também - e principalmente - no campo a divisão territorial do trabalho, que Lênin determinou como condição para o desenvolvimento do mercado interno. Sob estas condições, afirma Kaustky (1998), a divisão do trabalho levará ao desenvolvimento de uma nova economia "pastoril", mas com forma capitalista, intensiva e associada a grandes investimentos permanentes para obtenção suplementar de adubos, execução de serviços de base e aquisição de animais de alto rendimento. Essa nova economia "pastoril" poderia ser retratada como a industrialização do campo, pois possibilita o desenvolvimento de ramos industriais diversos, ligados à produção agropecuária. Essas indústrias, cada vez mais especializadas, demandam - ao mesmo tempo que produzem -, o aprofundamento da divisão social do trabalho, e permitem o aumento da produtividade.

Mas, ao lado da divisão do trabalho distribuído entre os diferentes estabelecimentos da sociedade, segundo Kautsky (1998), também se desenvolve a divisão do trabalho dentro do próprio estabelecimento, pelo menos dentro dos maiores. Cresce a dependência da agricultura em relação ao comércio e isso na medida em que o comércio e os transportes se desenvolvem, ou ainda, à medida que a acumulação de capital subverte as condições do intercâmbio.

Tanto a divisão do trabalho dentro de um mesmo estabelecimento, como a divisão deste nos estabelecimentos entre si, a diversidade de culturas e a dos respectivos tipos levaria forçosamente a um aperfeiçoamento do trabalhador, das ferramentas e implementos, da sementeira e das raças animais. Iria da mesma forma aumentar também, em alto grau, a dependência do agricultor em relação ao comércio intermediário. (KAUTSKY, 1998, p. 71)

É a cidade subordinando o campo, são as relações até então estabelecidas, sendo invertidas. A revolução que parte do capital urbano, aumenta a dependência do agricultor; além de alterar continuamente as condições do mercado. Ou seja, é a atuação das redes estabelecidas que passa a "dirigir", em certa medida, a produção.

O ramo de produção que antes só se revelava lucrativo enquanto houvesse uma só estrada ligando o mercado vizinho ao mercado universal, deixa de ser lucrativo e tem de ser substituído por outro no momento em que a região é atendida pela ferrovia, que vai trazer à mesma um cereal mais barato, tornando dessa maneira a plantação de grãos antieconômica, mas abrindo um mercado novo para o leite. O desenvolvimento dos meios de comunicação importa igualmente na introdução de novos tipos de plantas ou de espécies aperfeiçoadas. Vai permitir a aquisição de animais de tração, ou de utilidade sob outros aspectos, vindos de lugares cada vez mais distantes. (KAUTSKY, 1998, p. 72)

Segundo Graziano da Silva (1981) a agricultura se transforma num ramo da aplicação do capital em geral e, de modo particular, do capital industrial que lhe vende insumos e compra as mercadorias aí produzidas.

No entanto, observa o autor, não se está condicionando a transformação das atividades agropecuárias propriamente ditas a um "sistema de máquinas" mas sim à sua integração à grande indústria. O conceito de industrialização da agricultura não deve ser reduzido apenas a alterações na forma de produção, decorrente da maior integração da agricultura com os setores industriais. A industrialização da agricultura representa mais do que mudanças nas relações do homem com a natureza, representa mudanças nas relações sociais de produção e com seus instrumentos de trabalho (ferramentas, máquinas e equipamentos, insumos e matérias-primas etc.).

Foi a ciência aplicada à mecânica, química, fisiologia animal e vegetal, desenvolvida na cidade e, posteriormente, aplicada ao campo, que possibilitou a transformação da agricultura. Da ciência aplicada à mecânica, e da produção industrial que possibilitou o desenvolvimento da maquinaria utilizada na agricultura, trataremos nesse momento.

Segundo Soares (1992), o aprofundamento do processo de divisão social do trabalho acaba por produzir a expansão da produção voltada predominantemente para a própria produção - a produção pela produção. Ou seja, as forças produtivas são libertas das amarras impostas pela limitação do consumo. Junto com isso, ocorre o progresso da técnica na indústria de máquinas e a substituição dos homens pelas máquinas.

De acordo com Lênin (1982), os resultados obtidos com o emprego de máquinas na agricultura evidenciam todas as características do progresso capitalista, com todas as contradições que lhe são inerentes. Do emprego das máquinas resultam a concentração da produção e a aplicação da cooperação capitalista na agricultura. De outra parte, a introdução de máquinas para a produção agrícola implica capitais consideráveis, o que a torna acessível apenas aos grandes proprietários, além disso, a amortização do investimento em máquinas só é possível com um imenso volume de produto manufaturado. Ou seja, com as máquinas a ampliação da produção torna-se uma necessidade.

Segundo Kautsky (1998), a máquina teve papel relevante, tanto na indústria como na agricultura. Tendo em vista os brilhantes resultados colhidos pela primeira, não poderia deixar de surgir logo a idéia de introduzir-se a máquina também na agricultura. O moderno e grande estabelecimento com sua nova concepção de divisão do trabalho (dividindo os trabalhadores em manuais e aqueles dotados de conhecimentos científicos) e o aperfeiçoamento das ferramentas e utensílios de trabalho, bem como a produção em massa para o mercado, prepararam o terreno para a introdução da máquina na agricultura.

Nesse sentido, cabe destacar que no modo de produção capitalista, a finalidade da máquina não é a de economizar energia de trabalho, mas economizar salários. Quanto mais baixos os salários, tanto mais difícil a introdução da máquina. Além disso, a máquina não só substitui a força de trabalho do homem, como é capaz de produzir resultados que este não é capaz, pelo menos não com o mesmo grau de perfeição.

Toda essa discussão sobre a modernização da agricultura, do desenvolvimento da tecnologia, e dos insumos utilizados na agropecuária, tem como intuito identificar a atuação da empresa Sadia, bem como as relações de trabalho estabelecidas pela empresa com os integrados, como reflexo das exigências do mercado. Como especificado nos parágrafos anteriores, o desenvolvimento do sistema capitalista, o aprofundamento da divisão territorial e social do trabalho, que levaram à complexificação das relações de produção, também tornou o mercado extremamente competitivo para os capitalistas. Ou seja, as constantes mudanças tecnológicas adotadas pela Sadia em sua linha de produção são uma necessidade do mercado capitalista, e fazem parte da estratégia competitiva da

empresa. A adoção das inovações tecnológicas tem como fim último a redução dos custos de produção e o aumento dos lucros. Nessa estratégia de redução dos custos de produção com o uso de tecnologia está intrínseca a redução do valor pago à força de trabalho - no caso, o integrado -, é a mais-valia absoluta dando lugar a mais-valia relativa, produz-se mais, com um número menor de trabalhadores e com um número menor de horas trabalhadas. É necessário garantir a acumulação do capital.

1.3 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL

Assim como falamos na parte introdutória do tema Modernização da Agricultura, o desenvolvimento da agricultura, segundo Kautsky (1998), encontra-se intimamente ligado ao desenvolvimento social e, o desenvolvimento econômico da cidade passa a revolucionar as condições econômicas rurais tornando necessária, igualmente, uma revolução nas condições de existência da propriedade rural.

Essa afirmação foi feita no início do século XX, referindo-se aos acontecimentos do século anterior, entretanto, temos que considerar que, por ser um processo longo e, considerando que no Brasil o mesmo aconteceu tardiamente - a modernização da agricultura está intimamente ligada à criação do mercado interno -, muitos de seus reflexos são ainda sentidos, ou podem ser observados nas relações cidade/campo.

Segundo Graziano da Silva (1998), a grande mudança da dinâmica agrícola verificada no Brasil, desde o século XIX, não é mais que um caso concreto desse processo geral, que adquiriu aqui contornos específicos: dos complexos rurais aos complexos agroindustriais - CAIs.

Foi um longo processo que ganhou impulso a partir de 1850, acelerou-se após a crise de 1929 com a orientação clara da economia no sentido da industrialização e se consolidou nos anos 50 com a internalização do setor industrial produtor de bens de capital e insumos básicos (D1). A partir daí completa-se o processo geral de industrialização e se inicia o processo específico de industrialização da agricultura, qual seja, o de montagem do D1 agrícola e o do proletariado rural, que responderão pelo fornecimento de capital e força de trabalho, respectivamente, para a nova dinâmica da acumulação de capital no campo. O novo centro dinâmico da economia - a indústria e a vida urbana - impõe suas demandas ao setor agrícola e passa a condicionar suas transformações, que vão conduzindo ao domínio dos complexos agroindustriais (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 5).

A lenta decomposição do complexo rural brasileiro, iniciada em 1850, com a lei de terras e a proibição do tráfico, segundo Graziano da Silva (idem), termina um século depois, com a implantação do DI em bases industriais modernas. Ao longo desse processo foram se separando, gradativamente, novas atividades que constituíram novos setores a partir do complexo rural.

Completada a industrialização brasileira, nos anos 1950, afirma Soares (1992), teve início, na década seguinte, a industrialização da agricultura. Estabeleceu-se um segmento do departamento de bens de produção voltado, especificamente, ao fornecimento de máquinas e insumos para o campo. A partir desse momento, a dinâmica da agricultura brasileira não dependeu mais, exclusivamente, da própria atividade agrícola.

Essa característica da modernização da agricultura brasileira, confirma a análise de Lênin (1982) de que a seção da produção social que fabrica meios de produção deve crescer mais rapidamente que aquela que fabrica artigos de consumo. Isso torna a extensão do mercado interno para o capitalismo, até certo ponto, “independente” do crescimento do consumo individual, pois destina-se mais ao consumo produtivo. O primeiro cresce mais que o segundo, embora no final das contas, o consumo produtivo sempre se ligue ao consumo individual.

Da mesma forma, segundo Lênin (idem), a necessidade de mercado externo para um país capitalista não é, absolutamente, determinada pelas leis da realização do produto social (e da mais-valia em particular), mas, pelo fato de que o capitalismo resulta de uma circulação de mercadorias largamente desenvolvida, que ultrapassa os limites de um país. Um país capitalista sem comércio exterior é impensável, não existe.

Voltando à modernização da agricultura brasileira, Graziano da Silva (1998) afirma que em meados da década de 60, emerge no Brasil, um novo padrão de dinâmica da agricultura, que estará determinada pelo padrão de acumulação industrial, cujo centro é o desenvolvimento dos complexos agroindustriais. O autor afirma que esse novo padrão agrícola é orientado principalmente para integração vertical e incremento da produção - através do aumento da produtividade -, embora não chegue a substituir totalmente o antigo padrão de expansão agrícola.

Assim, afirma o autor, a década de 60 é um marco na constituição do complexo agroindustrial (CAI) brasileiro. E essa constituição se dá a partir da negação do predomínio do complexo agro-comercial até então existente. Ou seja, a constituição do CAI surge como produto da modernização, e sua manutenção e expansão passam a constituir o principal vetor da modernização da agricultura. A produção agrícola passou a constituir um

elo de uma cadeia, contrariando as antigas condições do complexo rural fechado em si mesmo.

O processo de constituição do CAI - e da industrialização da agricultura, que é um momento mais avançado da modernização - só se pôde efetivar a partir da implantação da "indústria para a agricultura", isto é, do departamento fornecedor de máquinas e insumos para a agricultura. (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 24)

No entanto, o autor adverte: não se pode confundir os conceitos de modernização, industrialização da agricultura e constituição dos complexos agroindustriais, que são distintos e temporalmente identificáveis.

A modernização da agricultura, segundo Graziano da Silva (idem), consiste num processo genérico de crescente integração da agricultura ao sistema capitalista industrial - principalmente por meio de mudanças tecnológicas e pela ruptura das relações de produção arcaicas e do domínio do capital comercial -, processo que perpassa várias décadas e se acentua após a década de 60.

Já a constituição dos CAIs, segundo o autor, tem início nos anos 70, com a integração entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras. Essa integração só foi possível a partir da internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura. Ou seja, o fundamental para a existência de um complexo é o elevado grau das relações interindustriais dos ramos ou setores que o compõem.

A partir da crise dos complexos rurais e da mudança dos determinantes da dinâmica da agricultura brasileira, não se pode mais falar num determinante único, nem numa dinâmica geral, ou num único "setor agrícola". De acordo com o autor a agricultura brasileira hoje é uma estrutura complexa, heterogênea e multideterminada, e só é possível entendê-la a partir dos vários segmentos que a constituem (como os CAIs, por exemplo), com suas dinâmicas específicas e interligadas aos setores industriais fornecedores de insumos e processadores de produtos agrícolas (GRAZIANO DA SILVA 1998).

Entretanto, segundo Soares (1992), o fato de que, no Brasil, o processo de submissão do campo ao capital, estar num estágio adiantado, não quer dizer que esta submissão seja completa. O triunfo da grande produção ocorreu mais velozmente em uns produtos e menos em outros.

O autor ainda afirma que no Brasil, nunca o setor rural deixou de modernizar-se, ainda que essa modernização não tenha tido a rapidez de uma via "farmer". O

desenvolvimento rural brasileiro seria semelhante ao estilo "prussiano-japonês", ou seja, uma modernização conservadora da agricultura. Conservadora porque manteve o esquema de dominação vigente no campo brasileiro, excluindo milhares de pessoas dos benefícios do processo da técnica. Concordamos com o autor quanto a modernização da agricultura no Brasil ter ocorrido de forma mais lenta e conservadora, do tipo "prussiano-japonês". No entanto, é preciso relativizar essa afirmação, na Região Sul do Brasil o desenvolvimento rural se deu com semelhança à via "farmer", como já tratamos no item 1.1 A Modernização da Agricultura e a pequena propriedade, fazendo referência ao Sudoeste do Paraná.

Eis uma característica fundamental da chamada "modernização conservadora" da agropecuária em nosso país: o seu caráter excludente, quer se considere o tamanho dos produtores, quer se considere a região do país. Segundo Graziano da Silva (1998), os produtores integrados aos CAIs são principalmente os médios e grandes (embora também haja pequenos produtores em culturas específicas), e estão localizados predominantemente nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país.

Esse fator é de extrema importância para a análise que pretendemos fazer, tendo em vista que os produtores integrados de aves da empresa Sadia estão integrados ao complexo agroindustrial da carne de aves, através da Sadia. Ou seja, se os produtores do município e região se caracterizarem por serem pequenos, conforme veremos adiante, então podemos considerar a integração de aves como "cultura específica", ou talvez se trate de uma "condição específica" que represente interesse para a agroindústria. De qualquer modo, o sistema adotado pela empresa acaba propiciando a integração desses produtores ao CAI.

Nesse sentido, Graziano da Silva (idem) afirma que as tendências, no âmbito das relações sociais, podem não parecer, à primeira vista, tão claras como para as estruturas produtivas. E isso se deve basicamente a outra especificidade do processo de modernização da agricultura, que, além de desigual, é também lento se comparado ao desenvolvimento industrial. Ou seja, ele repõe - e redefine - formas aparentemente já superadas de produção ao longo do próprio desenvolvimento capitalista.

Quanto a consolidação dos CAIs, as tendências, segundo o autor, são de maior concentração da produção e maior centralização dos capitais, conjugadas a uma maior integração "para traz" com a indústria fornecedora de insumos, máquinas e equipamentos. Outra tendência seria um processo crescente de subordinação do trabalho ao capital. Por isso, de um lado haverá um inegável processo de proletarianização e de outro - dentro do aspecto de diferenciação do campesinato - a recriação de produtores familiares que se

tecnificam crescentemente, sem, todavia, conseguir escapar da sina de permanecer como pequenos produtores.

No que se refere à "diferenciação do campesinato", desenha-se uma polarização crescente: de um lado, uma perda gradativa do papel produtivo dos segmentos mais pobres de pequenos produtores, de modo a converter a terra que possuem em mero local de moradia ou, quando muito, produção para autoconsumo da família; de outro, uma tecnificação crescente dos produtores familiares integrados aos complexos agroindustriais, aliando um patrimônio imobilizado cada vez maior a menores níveis de autonomia na organização de seu próprio processo produtivo. Ou seja, de um lado, um segmento de empresas familiares relativamente prósperas e bastante tecnificadas, que tende a ser mais estável e a "imobilizar-se" através dos contratos de integração em distintos ramos de atividades; de outro, uma contínua recriação/destruição em todos os cantos do país de pequenos produtores pauperizados, pouco tecnificados e não integrados aos CAIs (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 167).

Novamente fica evidente a "tendência" para os produtores integrados de aves da Sadia, que é de se tecnificarem cada vez mais - por exigência da empresa - e com isso contraírem um patrimônio imobilizado de alto valor, que no entanto não tem liquidez ou "utilidade", se for rompido o contrato de integração, o que lhes oferece autonomia cada vez menor no processo produtivo. Por outro lado, a busca por essa tecnificação pode levá-los a um endividamento que não lhes permita nem a condição de pequenos produtores/proprietários.

Graziano da Silva (1998) opina que as forças que controlam essa corrida pela adoção das inovações tecnológicas tenderão a acelerar a sua velocidade de transformação nos próximos anos. Com isso, eliminarão parte significativa desses produtores hoje ditos tecnificados, marginalizando-os dos complexos agroindustriais. O autor afirma ainda que o movimento compensatório de crescimento dos CAIs em outras atividades e outras regiões do país nada mais significa que uma postergação dessa tendência.

Ainda com relação a pequena produção, Graziano da Silva (1998) comenta que essa aparente estabilidade da pequena produção é na verdade a face aparente de uma constante recriação/destruição de inúmeros pequenos produtores. Um processo que tende a ser contínuo na agricultura brasileira.

1.3.1 A integração da agricultura ao capital financeiro

Quando o capitalismo entrou na sua fase monopolista e financeira, as grandes empresas, resultantes da concentração e centralização do capital, proporcionados pela concorrência, obtiveram mais poder e influência. Essas grandes empresas então passaram por um processo de fusões e incorporações.

Uma das marcas do capitalismo financeiro é a grande expansão do mercado de capitais. Através das vendas nas bolsas de valores é que ocorreu grande aumento no capital das empresas, ou seja, as empresas foram aumentando seus capitais através da venda de ações em bolsas de valores, o que permitiu a formação de enormes corporações, cujas ações estão pulverizadas entre milhares de acionistas. De modo geral, essas grandes empresas têm um acionista majoritário, que pode ser uma pessoa, uma família, uma empresa, um banco ou um holding¹⁵. O restante das ações está na mão de pequenos investidores. No Brasil, uma empresa de capital aberto leva o termo "sociedade anônima" (S.A.) em sua razão social.

Nessa fase, não é mais possível distinguir o capital industrial do capital bancário. O capital agora passa a ser financeiro. Os bancos passam a ter um papel importante como financiadores de produção (indústrias incorporam ou constituem bancos para lhes dar retaguarda) e a livre concorrência e o livre mercado passam a ser substituídos por um mercado oligopolizado.

Gonçalves (2005-A), afirma que com as mudanças estruturais da agricultura brasileira, ensaiadas durante o século XX, representaram a irradiação, por todo espaço produtivo setorial, da lógica da reprodução ampliada do capital, ou seja, na ação tipicamente capitalista de aplicar dinheiro (D) na produção de mercadorias (M) com o objetivo de obter mais dinheiro (D'). Essa nova condição, segundo o autor, é a única compatível com a ação de produção especializada em produtos e processos, o que por si só já implica numa interdependência do agente econômico com outras instâncias dos mercados. "(...) cada vez mais o capital assume a sua condição de capital em geral, deixando submersas adjetivações, tais como: capital produtivo, capital agrário e capital industrial, para assumir a sua forma desenvolvida de capital financeiro" (GONÇALVES, 2005-A, p.8).

¹⁵ Sociedade gestora de participações sociais, ou empresa criada para controlar a gestão de um grupo de empresas.

Assim, para sua sobrevivência, o agropecuarista é levado a focar num produto específico, rompendo com sua auto-suficiência e separando o agente produtivo do consumidor. O produtor não produz mais orientado pelo seu consumo, mas para obter renda e consumir produtos de outros. A condicionante mais relevante dessa mudança que o tornou capitalista na sua acepção plena, está no fato de que sua ação produtiva exige mais que terra e trabalho, exige dinheiro (D) para aplicar na atividade produtiva, com a compra de máquinas, insumos e de capacidade de trabalho dos empregados. A presença do crédito é elemento indispensável para o processo de desenvolvimento capitalista e para a solidez do padrão de financiamento, como princípio da alavancagem do investimento para a realização e expansão da produção. Ou seja, a reprodução ampliada do capital inseriu de forma plena a agricultura na lógica da financeirização da riqueza num universo globalizado (GONÇALVES, 2005-A).

Segundo Stedile (2008), nos últimos anos houve um processo intensivo e permanente de concentração e centralização das empresas que atuam e controlam todo processo produtivo da agricultura mundial. Na concentração, as empresas vão se aglutinando, acumulando e constituindo-se em grandes grupos. Assim, é gerado o oligopólio em cada ramo de produção, ou seja, algumas poucas empresas controlam aquele setor. A centralização é o segundo movimento que o capital faz, uma mesma empresa passa a controlar sozinha vários setores de produção, que às vezes não tem relação entre si. No setor agrícola, a complementação desses dois movimentos lógicos do capital, se deu com um processo de internacionalização do controle do mercado e do comércio a nível mundial. Ou seja, algumas empresas passaram a atuar em todos os países e a controlar o mercado a nível mundial.

Esse movimento do capital, na agricultura, se deu sob a hegemonia do capital financeiro, a velocidade e o volume de capital que aportou na agricultura veio com muito mais força e abrangência, do que ocorreu nos demais setores produtivos ao longo do século 20. Por que isso ocorreu na agricultura? É simples, porque nos últimos anos acumulou-se nos países ricos muito capital na forma de dinheiro, ou seja capital financeiro. Esse capital foi se deslocando para a compra de ações das empresas mais lucrativas também do setor primário. Assim, em poucos anos, devido à aplicação desse capital financeiro na compra de ações, a concentração e a centralização se deu de forma impressionante (STEDILE, 2008).

O resultado disso, afirma Stedile (2008), é que atualmente quase todos os ramos de produção agrícola estão controlados por grupos de empresas oligopolizadas, que se coordenam entre si. De tal forma que, no controle de 80% de toda a produção e comércio

mundial de grãos, como a soja, milho, trigo, arroz, girassol, estão as empresas Cargill, Monsanto, ADM, Dreyfuss, e Bunge. A produção de sementes transgênicas é controlada pela Monsanto, Norvartis, Bayer e Syngenta. Nos laticínios e derivados encontramos a Nestlé, Parmalat e Danone.

No Brasil, apenas três empresas transnacionais controlam toda produção das matérias primas dos fertilizantes: Bunge, Mosaico e Yara. Na produção do glifosato, matéria prima dos venenos agrícolas, apenas duas empresas: Monsanto e Nortox. Na produção e comércio de máquinas agrícolas o oligopólio é dividido entre a AGco, Fiat, New Holland, etc.

Na prática, o capital financeiro representa o entrelaçamento dos banqueiros com os diversos ramos do agronegócio. Juntos, esses banqueiros e as grandes empresas do agronegócio moldam o modelo agrícola dominante, ou seja, mantêm agricultores e pecuaristas sob controle, controlando o mercado de insumos e de produtos agropecuários.

Neste capítulo analisamos a modernização da agricultura e a industrialização do campo, enquanto reflexo do desenvolvimento do sistema capitalista. Discorreremos sobre a questão da pequena propriedade, discutimos como a modernização da agricultura se deu no Brasil e como ocorreu a integração da agricultura ao capital financeiro.

A modernização trouxe novos parâmetros para a produção agropecuária e, conseqüentemente, as relações de trabalho também foram afetadas pelo processo. Mas essa compreensão nos remete à necessidade de análise da reestruturação produtiva do capital. Compreender seus ciclos funcionais e como e por que acontece esta reestruturação das forças produtivas é que nos possibilitará a compreensão das novas relações de trabalho existentes, e que se fazem sentir, também na maneira de produzir da agropecuária. Em que medida o neoliberalismo está relacionado ao toyotismo e à acumulação flexível, e em que medida a forma toyotista de produzir representa as novas relações de trabalho existentes atualmente. Destas questões trataremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL E O TRABALHO – O SISTEMA DE INTEGRAÇÃO

2.1 O TRABALHO

Esta pesquisa toma como base de análise a centralidade do trabalho. Entendemos, como afirmou Marx, que o trabalho é a chave para entender todos os processos da vida. É a categoria ontológica da existência humana, porque é fundamento, permanece, e o que permanece é passível de análise em todas as formas de sociedade. O trabalho permanece porque é um valor-de-uso absolutamente necessário à sobrevivência. Na História a evolução gradativa do trabalho, corresponde a evolução do homem e a necessidade de suprir suas necessidades frente ao meio.

“O trabalho é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (Engels, apud ANTUNES, 2004, p. 13). O homem enquanto ser social se realiza no trabalho, mas somente enquanto seu trabalho gerar um valor de uso, quando esse valor de uso passa a ter valor de troca, só o capital encontrará as condições para sua própria realização. Segundo Marx (apud ANTUNES 2004), o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão.

No entanto, o homem, ser social que produz valores de uso com seu trabalho, a princípio, não percebe isso. A produção de valores de uso ou bens, afirma Marx (idem), não muda a natureza geral do trabalho por se realizar para o capitalista e sob seu controle. Por isso o processo de trabalho deve ser considerado, de início, independentemente de qualquer forma social determinada. A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho.

Faz-se necessário esclarecer que o que humaniza o homem é o trabalho concreto, àquele pertinente ao animal humano, que projeta sua obra antes de executá-la. É esta capacidade de “trabalho” que transforma o animal humano em “ser” humano, a capacidade de transformar a natureza para obter objetos que transformem sua própria condição de “homem”. O trabalho que cria o homem é o que cria valores de uso.

Assim, conforme afirma Marx (1978, p. 80), “o que o operário vende não é diretamente o seu trabalho, mas a sua força de trabalho, cedendo temporariamente ao capitalista o direito de dispor dela”. E, nas bases do sistema de trabalho assalariado, o valor

da força de trabalho é fixado como o de outra mercadoria qualquer. “O valor de um homem é, como para todas as outras coisas, o seu preço; quer dizer, o que se pagaria pelo uso de sua força”. (HOBBES¹⁶, apud MARX 1978, p. 80)

O trabalho, para Marx (apud ANTUNES, 2004), não produz somente mercadorias, ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isso na medida em que produz, de fato, mercadorias. A relação do trabalhador com o trabalho gera a relação do capitalista (senhor do trabalho) com o trabalho. A propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalhador exteriorizado, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo. A propriedade privada resulta do conceito de trabalho exteriorizado, trabalho estranhado, ou seja, da concepção equivocada de que o homem vende seu “trabalho” e não sua “força de trabalho”.

Esse equívoco está intimamente relacionado a incapacidade de diferenciação entre trabalho abstrato e trabalho concreto. Segundo Albuquerque (1990), o conteúdo, a substância do valor é o trabalho, e o trabalho que "cria" valor é o trabalho abstrato - conceito histórico e social - na medida em que é indissociável o trabalho abstrato da troca. Por isso, na economia mercantil o trabalho social necessário para a produção de determinado produto não é expresso diretamente em unidade de trabalho, mas indiretamente, na "forma valor", ou seja, na forma de outros produtos que são trocados por esse determinado produto. O produto do trabalho transforma-se numa mercadoria, e tem valor de uso e a "forma valor" social. Assim, o trabalho social adquire forma, ou seja, adquire a forma de uma propriedade aderida às coisas.

Quanto ao trabalho fisiológico, afirma o autor, é evidente que ele é um pressuposto para o trabalho abstrato. Todo o trabalho requer um dispêndio de energia mental e muscular. Mas não é possível estabelecer igualdade entre o trabalho fisiológico e o trabalho abstrato. Não é possível por dois motivos: primeiro porque se esquece da definição de trabalho enquanto categoria histórica e social; segundo porque não é possível explicar como dispêndios extremamente desiguais de energia produzirão o mesmo valor. Ou seja, o dia de trabalho de um operário especializado pode ser igualado a dois dias de trabalho de um operário sem qualificação, mesmo que no primeiro caso o dispêndio de energia seja a metade.

A magnitude do valor é uma determinação quantitativa do trabalho abstrato, do trabalho que cria valor. Essa determinação quantitativa é influenciada por: 1)

¹⁶ HOBBES, Thomas – Leviatã – 1651.

quantidade de tempo de trabalho; 2) sua intensidade; 3) sua qualificação; e 4) quantidade de produtos produzidos em uma unidade de tempo (ALBUQUERQUE, 1990, p. 3).

Assim, alterações no valor dependem de alterações na quantidade de trabalho necessária para produzir determinada mercadoria. Não de trabalho individual, mas da quantidade média de trabalho, tempo de trabalho socialmente necessário. Nesse sentido, afirma Albuquerque (idem), a magnitude do tempo de trabalho socialmente necessário é determinada pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Resumindo, quanto menor a produtividade do trabalho, quanto maior o tempo gasto para produzir determinada mercadoria, maior será seu valor.

Com relação ao avanço tecnológico - buscado veementemente no capitalismo como forma de aumentar a taxa de mais-valia acumulada - e a influência desse avanço no mundo do trabalho, Albuquerque (1990) salienta que o que a inovação tecnológica impulsiona principalmente a produtividade do trabalho. Embora as mudanças na produtividade do trabalho não sejam reflexo exclusivo das inovações tecnológicas, é inegável que o ponto de partida para compreensão do processo de inovação tecnológica é, justamente, a discussão em torno da produtividade do trabalho.

O trabalhador produz bens que não lhe pertencem, de tal forma que o mesmo não se vê no produto de seu trabalho. O resultado da modificação da natureza deixou de ser natural, está agora distante de seu criador. O produtor não aproveita seu produto, é o capitalista e o proprietário dos meios de produção, àquele que o explora para obter lucro, através da mais-valia, quem tira proveito do produto - resultado do trabalho do primeiro. Essa exploração, observada por Marx, ainda passa despercebida, já que não é entendida como exploração, mas como algo natural.

Entendemos que determinada concepção, científica ou vulgar, não se constrói ao acaso, mas é resultado de uma maneira de pensar e de ver o mundo, que por sua vez é estabelecida historicamente. Ninguém e nenhuma teoria é inocente, é sempre reflexo de seu tempo e de condicionamentos sociais. Assim, a "razão" contemporânea é resultado da ideologia capitalista. Essa ideologia está tão arraigada nas pessoas que a percepção de exploração e da "mercadoria humana" se torna imperceptível ou normal aos olhos da maioria.

Isto posto e, considerando este trabalho e trabalhador "estranhados" um do outro, concordamos com Franca (2007) quando afirma não restarem dúvidas de que o trabalho e

as condições de vida no Brasil mudaram significativamente em um curto período de tempo¹⁷. Isso é perceptível com a segmentação social e política dos trabalhadores.

Não por coincidência, a reestruturação produtiva do capital, no trabalho, aparece com mais evidência no Brasil nos anos 90. Franca (idem) afirma que somente a partir do início dos anos 90, e do consenso da classe dominante em torno do neoliberalismo é que a produção, a estrutura e o regulamento das relações de trabalho foram realmente transformados.

Com relação à esse "consenso"¹⁸, Diniz e Bresser-Pereira (2007) afirmam que os anos 1990 representaram um ponto de inflexão, marcado pela execução das reformas orientadas para o mercado. Do ponto de vista ideológico, havia a articulação de um consenso entre os empresários, liderados pelo setor financeiro, em torno da postura neoliberal, de questionamento do modelo econômico consagrado nas décadas anteriores, sobretudo quanto ao seu teor anti-estatista. Persistiu, porém, um amplo desacordo quanto à aspectos mais específicos do novo modelo, como quanto à forma e ao ritmo de implementação dos itens da nova agenda, como a privatização e a liberalização comercial.

Os empresários industriais, ao mesmo tempo em que apoiavam publicamente as reformas e a política macroeconômica, defendiam algum grau de protecionismo, a utilização de subsídios, a concessão de tratamento especial a determinados setores, bem como a participação dos empresários no processo decisório. Esses seriam pontos sistematicamente enfatizados nas declarações das lideranças empresariais. Isto se explicava porque a combinação de abertura comercial com apreciação da taxa de câmbio resultava em forte desindustrialização e desnacionalização. Enquanto os empresários do setor financeiro, comercial, do agro-negócio e da construção apoiavam as políticas do Consenso de Washington, os empresários industriais mantinham, embora de forma pouco estruturada, restrições ao que estava ocorrendo. (DINIZ; BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 8-9)

2.2 O QUE É REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

O modo de produção burguês, que desde Marx é chamado modo capitalista de produção, segundo Engels (1974), só pode desenvolver-se livremente com a livre concorrência, a liberdade de “movimento” e a igualdade jurídica dos possuidores de mercadorias.

¹⁷ O autor se refere à década de noventa.

¹⁸ Alguns autores, entre eles Rangel, afirmam que não houve consenso, frações da classe dominante foram prejudicadas pelo projeto neoliberal.

Segundo Albuquerque (1990), a tendência à centralização e concentração de capital, iniciada pela dinâmica que é inerente à livre concorrência, bem como pela vigência da lei do valor, de que tratamos no item anterior, vai impor à economia capitalista um salto de qualidade, ou seja, uma nova fase se abrirá, com a livre concorrência cedendo lugar ao monopólio. É a fase do capitalismo monopolista.

A produção industrial entra em conflito com as barreiras criadas pelo monopólio. São as contradições do modo de produção capitalista, inerentes ao sistema, e que levam às crises cíclicas¹⁹. As conseqüências do monopólio, são explicadas por Baran e Sweezy:

O crescimento do monopólio gera forte tendência ao crescimento do excedente sem que, ao mesmo tempo, se proporcione um mecanismo adequado para sua absorção. Mas excedente não-absorvido é também excedente não-produzido: constitui simplesmente, excedente em potencial, não deixando vestígio nas estatísticas de lucros e investimentos, e sim nas estatísticas de desemprego e capacidade ociosa. (BARAN e SWEEZY, 1966, p. 218)

Segundo Sweezy (1977), mesmo à época do estágio concorrencial do capitalismo, a acumulação de capital sempre tendia a ultrapassar a expansão de mercados, resultando em crises e depressões periódicas. O problema do desequilíbrio entre a acumulação e expansão dos mercados é acentuado sob condições de monopólio, e o resultado final é que o capitalismo monopolista caracteriza-se não apenas por uma sucessão de ciclos econômicos "normais", mas também por uma poderosa tendência à estagnação.

Considerando essa tendência à estagnação, a manutenção do capitalismo monopolista, segundo o autor, depende da existência (ou criação) de forças neutralizadoras que permitam ao sistema operar a um nível politicamente tolerável de produção e emprego. Assim, a concorrência, em condições de monopólio, gira em torno de um imenso esforço de vendas, que acaba por empregar uma vasta quantidade de mão-de-obra improdutiva. Se esse esforço não bastar para neutralizar a estagnação - e geralmente não basta -, a tarefa passa às mãos do Estado, que investirá em políticas de bem-estar social e/ou fomento à corrida armamentista.

Baran (1964), após estabelecer que o ritmo e a direção do desenvolvimento de um país, em um dado momento, dependem, tanto da magnitude como do modo de utilização do excedente econômico, e que estes, por sua vez, são determinados e ao mesmo tempo determinam o grau de desenvolvimento das forças produtivas, a estrutura das relações

¹⁹ Crises referentes aos ciclos da economia, os Ciclos Longos, sistematizados por Kondratieff (1926) e os Ciclos decenais, sistematizados por Juglar (1860)

sócio-econômicas correspondente e o sistema de apropriação do excedente econômico que estas relações envolvem, afirmou que o “modus operandi” de uma economia capitalista sugere, embora indiretamente, a natureza do processo que propiciou o crescimento da grande empresa e a evolução do monopólio e do oligopólio.

O autor ainda afirma que é lícito supor que a concentração de lucros está intimamente relacionada à concentração de ativos. Essa concentração de ativos e de lucros nas mãos de um pequeno grupo de empresas gigantes e, conseqüentemente, de um pequeno círculo de capitalistas que as controlam, assume maior significação quando consideradas as outras condições “clássicas” para o crescimento, ou seja, a maximização não somente do excedente econômico, mas também da parcela disponível para reinvestimento no mesmo negócio; e a existência de áreas suficientes para seu investimento lucrativo.

Assim, embora o excedente econômico no capitalismo monopolista seja muito maior, em termos absolutos, do que no capitalismo competitivo, é acentuadamente menor do que o maior excedente possível, entendendo-se este como a diferença entre o produto social que pode ser obtido em uma situação de pleno emprego e o consumo equivalente ao limite fisiológico de subsistência. “A diferença fundamental entre o capitalismo monopolista e o competitivo reside na distribuição do excedente econômico entre aqueles a quem se destina” (BARAN, 1964, p. 117).

Além disso, como afirma Albuquerque (1990), o progresso técnico, orbita como um satélite, em torno da dinâmica imposta pela lei do valor. Ou seja, as mudanças dos propulsores do progresso técnico são determinadas por transformações na dinâmica mais global. “O centro dinâmico da economia capitalista é o detonador, o impulsionador e o irradiador do progresso técnico” (ALBUQUERQUE, 1990, p. 28).

O autor ainda enfatiza que as alterações da economia capitalista, do estágio da livre-concorrência entre pequenas empresas até a sua fase tardia, com o monopólio das grandes transnacionais, é que expressam e também determinam as transformações na lei do valor. Ou seja, a dinâmica do progresso técnico será imposta por aquilo que definir o modo de atuação da lei do valor.

Precisamos considerar, no entanto, que pode ocorrer, por interesse dos oligopólios, o retardamento das inovações, ou ainda pode ocorrer que não ocorra mudança na natureza das inovações, ou que se dê no processo e não no produto²⁰. Foi o que ocorreu com o

²⁰ Segundo Freeman (1984), realmente encontramos mudança na natureza das inovações entre as décadas de 30, 50 e 60. Nos anos 50 a maioria das inovações constituiu-se de inovações básicas de produtos, e nas décadas de 60 e 70 elas foram principalmente inovações de processo.

toyotismo, na crise o Japão inovou em produto (microeletrônica) e na forma de produzir, no processo produtivo, devido às particularidades de sua economia. No mesmo período, a estratégia dos EUA foi promover o financiamento do comércio e expandir territorialmente seu mercado consumidor. Foram feitas apenas pequenas inovações em produto (TV a cores e microondas), mantendo a forma fordista de produzir, com o modelo de organização do trabalho regido para a produção em massa (grande quantidade de produtos homogêneos). Ou seja, a produção e o modo de vida continuaram a ser regidos pelo fordismo. Apenas mais tarde, com a queda da produtividade devido ao novo padrão de concorrência²¹ (fundamentado na diferenciação de produtos) é que os EUA adotaram o novo padrão produtivo e de acumulação do capital.

Denomina-se reestruturação produtiva um conjunto de inovações de natureza tecnológica, organizacional e também de mercado, que dá fundamento às transformações hoje em curso em nível mundial no mundo do trabalho. E portanto, não se resume à questão tecnológica, embora esta constitua um de seus elementos fundamentais. (PRADO, 1997, p. 1)

Devido as crises - nas quais o monopólio tem importante participação - o modo de produção capitalista, no decorrer de sua história, vem se reorganizando e assumindo novas formas de se manter enquanto sistema. Os sistemas de regulamentação da produção taylorista, fordista e toyotista são exemplos de reestruturação produtiva do capital. Estes sistemas foram se sucedendo, assim como as invenções revolucionárias que ocorrem seguidas à queda da taxa de lucro, quando o investimento na produção deixa de ser vantajoso.

Para compreensão destas crises cíclicas, devemos fazer referência às fazes de acumulação capitalista, ou seja, aos ciclos econômicos. Mamigonian (2005) se refere aos ciclos longos, ou de Kondratieff, como períodos que compreendem aproximadamente cinquenta anos, com uma fase expansiva seguida de uma fase depressiva na economia, as crises nestes ciclos parecem estar ligadas à tendência na queda da taxa de lucro de longo prazo, pelo esgotamento do uso das invenções revolucionárias ligadas a cada revolução industrial. Já os ciclos decenais, ou de Juglar, com aproximadamente dez anos, segundo Mamigonian (idem), têm suas crises explicadas basicamente pela superprodução (ver figura 1 abaixo).

²¹ Ao aumentar as linhas de produto e de produção, sem aumentar correspondentemente seu volume, cai a produtividade.

A interação entre ciclos longos e inovação tecnológica é assim descrita por Kondratieff:

Durante a fase descendente dos ciclos longos, ocorrem muitas e importantes descobertas e invenções, na técnica da produção e do comércio, as quais, não obstante, somente costumam ter aplicação em larga escala na vida econômica prática, quando começa nova e persistente fase ascendente. (KONDRATIEFF, apud HEMSI, 2006, p. 37)

A base dos ciclos longos, segundo Kondratieff, é o desgaste, a reposição e o incremento do fundo de bens de capital básicos, cuja produção exige investimentos enormes. A reposição e o incremento desse fundo não é um processo contínuo. Realiza-se por saltos. Ademais, o processo de desaceleração do crescimento, de procura por novas oportunidades de investimentos e aumento da estrutura produtiva é próprio do ciclo. A numerologia básica de Kondratieff²² apresenta os ciclos mostrados no quadro 1, a seguir:

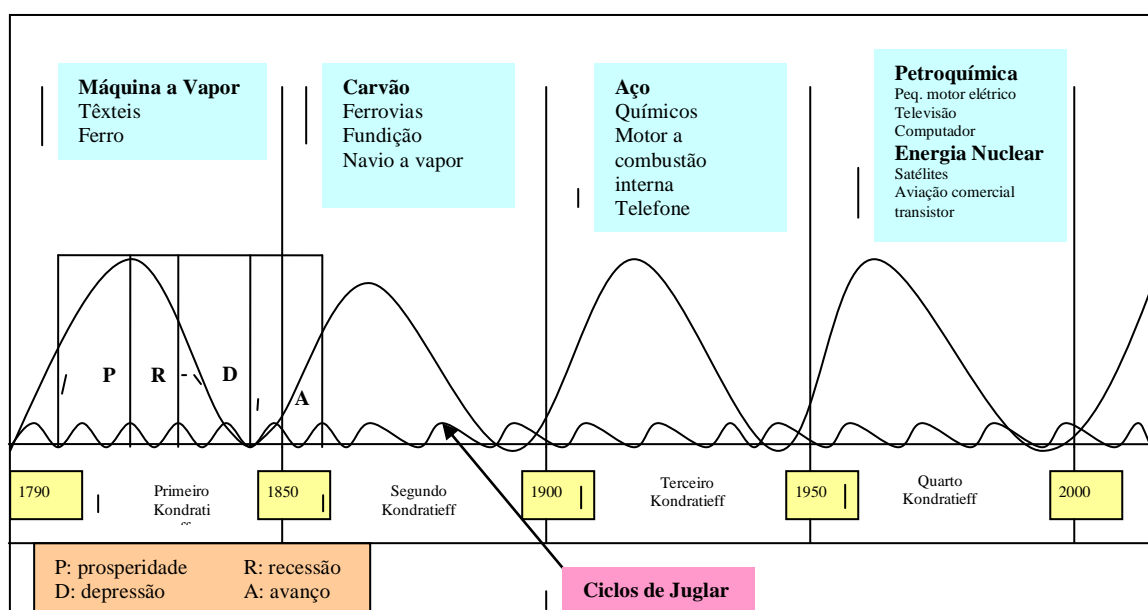
QUADRO 1 - Ciclos de Kondratieff - invenções revolucionárias do capitalismo industrial

CICLOS	TECNOLOGIAS FUNDAMENTAIS E SETORES LÍDERES INDUSTRIAIS	FASE "A" - ASCENSÃO	FASE "B" - DECLÍNIO
Primeiro Ciclo Longo	Máquina a Vapor - Tear, Madeira e Ferro	1790 -1815	1815 -1847
Segundo Ciclo Longo	Carvão - Fundição, Estradas de Ferro, Materiais de Construção	1847 -1873	1873 -1896
Terceiro Ciclo Longo	Aço - Eletrônica, Motor à Combustão Interna, Mecânica, Química Mineral e Produção de Gás	1896 -1920	1920 - 1948
Quarto Ciclo Longo	Petroquímica - Pequeno Motor Elétrico, Radiofonia, Televisão, Computador Eletrônico Energia Nuclear - Satélites, Aviação Comercial, Transistor, Semicondutor Microeletrônica e o Chip - Telecomunicações, Robótica, Química Fina, Biotecnologia	1948 -1973	1973 - 2000

Fonte: pesquisa bibliográfica, a partir de Joseph Schumpeter (1961).
Organização: Loiva Marli Flach

²² As previsões de Kondratieff não foram além de 1920, pois dele não se teve mais notícias desde o final desta década, mas as extrapolações posteriores são perfeitamente admissíveis.

FIGURA 1 - Ciclos de Kondratieff e Ciclos de Juglar em sobreposição



Fonte: pesquisa bibliográfica, a partir de Joseph Schumpeter (1961).
Organização: Loiva Marli Flach

Segundo Freeman (1984), Qualquer explicação dos processos subjacentes que determinaram a última crise econômica deve levar em consideração a teoria dos ciclos longos proposta por Joseph Schumpeter que, mais do que qualquer outro economista do século XX, teria procurado explicar o crescimento principalmente em termos de inovação tecnológica.

Na teoria de Schumpeter, segundo o autor, a capacidade e a iniciativa dos empresários, apoiados nas descobertas de cientistas e inventores, criam oportunidades totalmente novas para investimentos, crescimento e emprego. Os lucros que se originam dessas inovações constituem, um impulso decisivo para novas ondas de crescimento, agindo como sinal para um enxame de imitadores. No entanto, o fato de que um ou uns poucos inovadores possam realizar lucros extraordinariamente elevados, não significa que necessariamente todos os imitadores tenham que fazê-lo na mesma medida. Na verdade, muitos imitadores defrontam-se com perdas.

Isso constitui uma parte fundamental da análise schumpeteriana. Quando o "carro-chefe" começa a andar, algumas "pessoas" caem fora, os lucros gradualmente diminuem pela concorrência até que a recessão se estabeleça, e todo processo pode ser seguido pela depressão antes que o crescimento se reinicie com uma nova onda de inovação técnica e mudanças sociais e organizacionais. (FREEMAN, 1984, p. 6)

De outra parte, devemos também ter clareza quanto as três características principais do modo capitalista de produção estabelecidas por Harvey (2001). Assim as descrevemos:

1- O capitalismo é orientado para o crescimento. Uma taxa equilibrada de crescimento é essencial para a saúde de um sistema econômico capitalista, pois só através do crescimento os lucros podem ser garantidos e a acumulação do capital, sustentada. Isso implica que o capitalismo tem de preparar o terreno para uma expansão do produto e um crescimento em valores reais, pouco importam as conseqüências sociais, políticas, geopolíticas ou ecológicas - a virtude vem da necessidade. Um dos pilares básicos da ideologia capitalista é que o crescimento é tanto inevitável como bom. A crise é definida, em conseqüência, como falta de investimento para o crescimento²³.

2- O crescimento em valores reais se apóia na exploração do trabalho vivo, na produção. O crescimento sempre se baseia na diferença entre o que o trabalho obtém e aquilo que cria. Por isso, o controle do trabalho, na produção e no mercado, é vital para a perpetuação do capitalismo. O capitalismo está fundado numa relação de classe entre capital e trabalho.

3- O capitalismo é, por necessidade, tecnológica e organizacionalmente dinâmico. Isso decorre em parte da luta dos capitalistas individuais pelas inovações em busca do lucro. Mas a mudança organizacional e tecnológica também tem papel-chave na modificação da dinâmica da luta de classes, movida por ambos os lados, no domínio dos mercados de trabalho e do controle do trabalho. Além disso, a inovação organizacional e tecnológica no sistema regulatório (Estado, sistemas políticos de incorporação e representação) se torna crucial para a perpetuação do capitalismo.

Ainda com relação às características do modo capitalista de produção, Sweezy (1977) afirma que Marx encarava o processo capitalista como um processo que, em princípio, envolve a existência de acumulação incessante, acompanhada por transformações nos métodos produtivos.

Para melhor compreendermos como funciona este mecanismo cíclico do capital, que compreende períodos de crescimento, recessão e depressão, para em seguida passar

²³ Segundo Marx, a crise advém do excesso de capital sem condições de acumular-se a taxas crescentes.

pela referida reestruturação produtiva e econômica, até atingir novamente o crescimento, apresentamos nos próximos parágrafos as reflexões de Barbosa (1999)²⁴:

A atividade econômica é um esforço cumulativo, no qual atos repetidos e continuados geram maior habilidade, produção e eficiência a cada rodada de ação coletiva. As riquezas são procuradas porque são escassas, e a acumulação de riquezas é necessária. Esta acumulação – de bens produtivos ou não - se faz a certa taxa, portanto, o desejo de lucro como fonte de acumulação é legítimo. Se a taxa de acumulação cresce, deve ser contratada mais mão-de-obra e mais equipamentos. Os salários serão maiores, mas logo, com o aumento da composição orgânica do capital - meios e objetos de produção aumentada, equipamentos mais eficientes - irão diminuir a competição pela mão-de-obra, e o consumo de matérias-primas e insumos.

Se a produção é maior, há mais e melhores salários, então haverá também maior consumo, mas isso até certo ponto, pois à medida que a oferta de bens supera a procura, ou seja, há mais produtos que compradores, torna-se necessário baixar os preços das mercadorias para poder continuar a vender. No entanto, o valor médio elaborado para as mercadorias não pode ser desrespeitado permanentemente, pois o lucro desapareceria e, junto, a possibilidade futura de produção. O “limite natural” de cada sistema produtivo é configurado como um equilíbrio entre a oferta e a procura de bens, e o parâmetro para esse equilíbrio é a taxa de lucro, que deve pagar o custo de todos os elementos que entraram na produção, inclusive o custo do dinheiro que o capitalista tomou emprestado para produzir, além de que, o capitalista não poderia deixar de incluir permanentemente neste custo um ganho para si, que justificariam os desconfortos por participar do processo de produção. O capitalista deve cessar a produção quando a oferta de bens ultrapassar a procura – preservando seu capital -, se ele não cessar sua produção sofrerá perdas, além de que outro o fará primeiro e terá vantagem, então o equilíbrio foi rompido, e todos cessarão o processo produtivo. Os estoques com preços cadentes são suficientes, e não há necessidade de manter custos de produção novos.

Depois do “pico”, que na verdade é a zona de equilíbrio econômico, a economia avança para a “desaceleração” e logo após para a “depressão”. A fase recessiva, ou de desaceleração é um período em que o processo desacumulativo pode ser, sob certas circunstâncias, revertido, isso vai depender da escolha de políticas econômicas acertadas.

²⁴ O autor utiliza como hipótese central para o mecanismo cíclico do capital o comportamento da taxa de lucros, e deixa claro que a hipótese de que o lucro máximo é o verdadeiro objeto de produção capitalista foi formalizada pela primeira vez por Marx em “O Capital”.

Se isso não ocorrer, estará instalada a “depressão” que deve avançar até a “crise”, que é o fundo, o extremo negativo do ciclo.

Para voltar ao “ponto de equilíbrio”, é necessária a destruição de forças produtivas, ou seja, não pode haver produção que não seja comprada, daí à necessidade de fechar fábricas, queimar café, e outras irracionalidades desse tipo. A mais comum destas loucuras é a demissão em massa de trabalhadores que são levados rapidamente à ruína – está recomposto o exército de reserva com milhões de desempregados. Isso faz baixar o preço da mão-de-obra que ainda está empregada e dos insumos produtivos. Pouco a pouco, as oportunidades de atividades lucrativas, para recuperação da taxa de lucro começam a aparecer. É o reaparecimento da pendente ascendente – cumulativa – do ciclo econômico.

QUADRO 2 - Ciclos econômicos e crise - principais características das fases A e B

FASE DO CICLO ECONÔMICO	CARACTERÍSTICAS
Fase A Ascendente	<ul style="list-style-type: none"> - Ocorrência explosiva de novas empresas e tecnologias - Aumento da taxa de lucro - Diminuição das incertezas e riscos decorrentes das inovações, que leva à imitação e difusão das mesmas - Acumulação de capital - Economia de escala - Trabalho intensivo - Pleno emprego - Migrações - Concorrência
Fase B Descendente	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuição da taxa de lucro - Falta de investimento, estagnação e baixa do crescimento econômico - Busca por inovações e mudanças poupadoras de mão-de-obra e outros custos - Demissões em massa - Valor da mão-de-obra em baixa - Destruição criadora²⁵: processo de mutação industrial que revoluciona a estrutura econômica a partir de dentro (destrói-se a velha para criar a nova)

Fonte: pesquisa bibliográfica, a partir de Christopher Freeman (1984).

Organização: Loiva Marli Flach

²⁵ A **destruição criadora** em economia é um conceito popularizado pelo economista austríaco Joseph Schumpeter em seu livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1942). Ela descreve o processo de inovação, que tem lugar numa economia de mercado em que novos produtos destroem empresas velhas e antigos modelos de negócios. Para Schumpeter, as inovações dos empresários são a força motriz do crescimento econômico sustentado a longo prazo. O processo de destruição criadora, escreveu Schumpeter "é o fato essencial do capitalismo", com o empresário inovador como seu protagonista central. (SCHUMPETER, 1961)

No mecanismo cíclico da economia, portanto, há uma pendente ascendente, pela qual sobe a taxa de lucros. Ali há a acumulação de capital. Correspondendo a pendente ascendente há uma pendente descendente, pela qual desce a taxa de lucro. Ali há a desacumulação de capital, ou a destruição de capital e das forças produtivas. Esta unidade de acumulação/desacumulação não pode ser dissociada sem a destruição do próprio sistema capitalista. Estas forças contraditórias dos ciclos, no entanto, agem com tendências de autonomia, numa luta permanente.

Para que haja lucro é necessário que haja antes mais-valia²⁶, ou seja, apenas parte da força de trabalho despendida pelo trabalhador pode ser paga – correspondendo ao custo para o trabalhador se manter vivo e recompor sua força de trabalho -, a outra parte desta força de trabalho não pode ser paga – deverá ser apropriada para transformação das matérias-primas e da própria força de trabalho em mercadoria. Se o capitalista não vender a mercadoria, não poderá se apropriar da mais-valia. Portanto, a taxa de lucro explica o processo cíclico de acumulação/desacumulação do capitalismo porque expressa o mecanismo de apropriação última e efetiva da mais-valia. Assim, a desacumulação nada mais é do que a destruição das mais-valias apropriadas que não puderam ser transformadas em lucro no mercado. “Se o capitalismo pudesse jogar fora as crises, ele jogaria fora seu coração, aquilo que o mantém vivo. Não pode existir, portanto, capitalismo sem ciclos, capitalismo sem crises. Ele vive e se renova das crises, que são sua força propulsora” (BARBOSA, 1999, p. 147).

A reestruturação produtiva do capital diz respeito à transformações estruturais no âmbito da produção e do trabalho, e retratam uma reação do capital em relação às crises cíclicas de que tratamos acima, sejam elas crises oriundas dos ciclos longos ou curtos. Representam a reação ao esgotamento de um padrão de desenvolvimento/acumulação capitalista. Para melhor entendimento do que é um padrão de acumulação capitalista, elaboramos o quadro a seguir²⁷:

²⁶ O verdadeiro segredo do mecanismo do lucro, do enriquecimento do capitalista e da existência do capital é a necessidade do capitalista de efetivar a posse da mais-valia – o excedente social sob a forma de sistema de salários, o trabalho efetivado e não pago ao trabalhador pelo capitalista.

²⁷ O quadro foi elaborado a partir da argumentação de PRADO (1997)

QUADRO 3 - Padrões de acumulação capitalistas - características

FORDISMO	
PADRÃO DE ACUMULAÇÃO	FORDISTA: Consolidou-se principalmente nos países industrializados a partir da 2ª Guerra Mundial. Extremamente bem sucedido, implicou num longo período de crescimento sustentado da economia internacional.
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	<ul style="list-style-type: none"> - Administração científica do trabalho (taylorismo) - Linhas de produção e atuação do trabalhador eram planejadas cuidadosamente - Ruptura drástica entre trabalho intelectual e trabalho manual - Especialização crescente do trabalho - cada posto de trabalho compreendia uma máquina e um tipo de trabalhador
REGIME DE ACUMULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Produção em massa crescente baseada na acumulação produtiva - Produção orientada para a ampliação dos investimentos e do consumo - Incorporação crescente das massas ao consumo - A produção em massa encontra seu correspondente no consumo em massa - Distribuição dos ganhos de produtividade, em parte incorporados aos salários - Crescimento da demanda agregada que estimulava os investimentos - O processo de incentivo da produção, consumo e investimento permitia uma trajetória sustentada no tempo
MODO DE REGULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Constituído por instituições jurídicas e políticas próprias - Dois elementos eram centrais: o papel do Estado e das entidades sindicais - Estado intervencionista - keynesiano. Regulava a economia para garantir o pleno emprego - Distribuição mais igualitária da renda e do consumo - A distribuição dos resultados do crescimento econômico era feito através do welfare state (estado de bem-estar social) - A estrutura de seguridade social do welfare state era voltada à previdência e assistência à saúde - O Estado era o mecanismo de distribuição dos resultados e tinha seus gastos sociais financiados pelos mesmos - As entidades sindicais funcionavam como elementos de regulação, através dos contratos coletivos de trabalho - O contrato coletivo regulava as relações entre capital e trabalho e estabelecia os mecanismos de apropriação dos ganhos de produtividade
TOYOTISMO	
PADRÃO DE ACUMULAÇÃO	<p>Toyotista:</p> <p>A transição para a chamada automação flexível começa a partir dos anos 70. Com base na técnica da microeletrônica, permite ganhos de escala e a diferenciação do produto, mesmo com a produção de quantidades menores.</p> <p>A tecnologia integra com vantagens os ganhos de escala com a diferenciação de produtos.</p>
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	<ul style="list-style-type: none"> - As formas diferentes de organização do trabalho começam a surgir a partir do Japão: just-in-time, controle estatístico do processo, círculos de controle de qualidade e o Total Quality Manufacture (TQM) - qualidade total da manufatura - Os fornecedores são integrados no fluxo de produção e em sua organização (just-in-time) - A ênfase na qualidade do produto e do trabalho quebra a fragmentação entre trabalho manual e intelectual - o trabalhador é integrado no esforço de manter e melhorar o processo de produção - O controle estatístico dos processos passa a ser realizado pelo trabalhador, durante a produção - Círculos de controle de qualidade integram o trabalhador na discussão de problemas surgidos na produção, estimulando sua participação e interesse na estruturação da produção - A exigência é para um trabalhador polivalente e participativo

TOYOTISMO	
REGIME DE ACUMULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - A acumulação deixa de ser voltada prioritariamente para a expansão dos investimentos produtivos - O padrão adotado se caracteriza como regime de acumulação financeira - Como contrapartida, o acúmulo de ativos financeiros taxas te menores de investimento produtivo - Contrariamente ao período anterior, ocorre a estagnação ou redução dos salários reais - A obsessão pela estabilidade monetária predomina na política econômica, inibindo aumento de salários - O novo padrão de acumulação não está necessariamente ligado ao modo de regulação que se tenta utilizar, de cunho neoliberal
MODO DE REGULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Ainda não se reconhece um novo paradigma plenamente estabelecido quanto ao modo de regulação. Em torno do modo de regulação há ainda muita luta social e ideológica - O pensamento neoliberal defende a auto-regulação do mercado - O Estado deve ser reduzido à dimensões mínimas, mantendo apenas funções básicas como a administração da justiça, a segurança externa e a ordem interna - Todas as demais funções passam a ser privatizáveis, incluindo a previdência - O sindicato é visto como um ente indesejável que interfere no funcionamento eficaz do sistema econômico

Fonte: pesquisa bibliográfica, a partir de Prado (1997).

Organização: Loiva Marli Flach

A última reestruturação produtiva, para a qual está voltado nosso interesse nesse momento, teve início na crise de 1970, com o esgotamento do modelo de desenvolvimento - apoiado na base técnica da Segunda Revolução Industrial - fordista. Esta reestruturação produtiva está baseada na onda de inovações - que continua a se desenvolver - chamada revolução tecnocientífica -, e se expressa principalmente na reorganização e modernização dos setores industriais, através de grandes investimentos nos setores de ponta, como informática, microeletrônica, biotecnologia, etc. Sendo que essa reorganização e modernização se concretiza, ou aparece, primeiramente, nos processos de trabalho, através da adoção de um novo paradigma tecnológico e organizacional (automação informatizada) e de novos padrões de gestão do trabalho (toyotismo). Esse processo é acompanhado por uma individualização cada vez maior das relações estabelecidas entre empregador/empregado, que acarreta no enfraquecimento dos sindicatos, agora categorizados.

No âmbito de relacionamento entre as empresas, a principal característica da reestruturação produtiva do capital pode ser relacionada às diversas formas de subcontratação, ou terceirização dos serviços. O objetivo principal é a redução de custos através da diminuição do efetivo, de forma que as empresas maiores transferem responsabilidades - e riscos - às menores.

A reestruturação produtiva do capital é um fenômeno cujas conseqüências são facilmente perceptíveis no novo sistema de regulamentação da produção adotado, o toyotismo, e na metamorfose ocorrida nas relações de trabalho – bem evidentes a partir da década de 80. Esta reestruturação do sistema capitalista reflete também a atual conjuntura econômica mundial, ou talvez devêssemos afirmar que isso ocorre no primeiro plano, expandindo-se para as relações de produção e de trabalho, já que em última instância o fator econômico é determinante.

2.3 TOYOTISMO E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Trata-se, como afirma HARVEY (2001), de um período de transição histórica, ainda longe de completar-se, o que dificulta uma análise definitiva, que dê conta de teorizar as rápidas mudanças que ocorrem na indústria e no mundo do trabalho.

A principal característica desse novo paradigma tecnológico/organizacional é a flexibilização, e essa flexibilização está na "maneira de produzir", propriamente dita, em oposição a forma rígida do modelo de regulamentação fordista; bem como nas relações de trabalho, com a perda de direitos dos trabalhadores (flexibilização da jornada de trabalho, flexibilização da remuneração e a livre negociação entre empregado/empregador, sem a intervenção do Estado). Com relação aos trabalhadores, é importante destacar que, ao contrário do trabalhador da esteira, do modelo fordista, o trabalhador nesse novo modelo deve ser qualificado, polivalente, e responder por diversas atividades realizadas simultaneamente, bem como participar do controle/planejamento produtivo - estoque ajustado à demanda. É a busca permanente da eficiência e minimização dos custos.

Em síntese, o toyotismo tornou-se predominante na nova reestruturação produtiva, como forma de garantir a acumulação do capital, agora sob novo formato: a acumulação flexível. Poderia ser denominado como um confronto direto com a rigidez do fordismo, pois se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, e dos mercados de trabalho, bem como dos produtos e padrões de consumo. Pode também ser definido como instrumento de reação do capital às crises referidas.

Cabe destacar que as discussões dos parágrafos acima se referem ao toyotismo, enquanto padrão de acumulação do capital, é este o processo que está se estruturando e longe de estar claro ou concluído. Normalmente ocorre confusão com a utilização do termo, pois ora os autores referem-se ao toyotismo como padrão de acumulação, ora como

modo de regulação ou organização do trabalho e da produção. Então, uma leitura menos aprofundada pode dar a impressão que se trate de um processo genérico, ou de um processo único. Isso ocorre porque o sistema de organização do trabalho, adotado pela Toyota e, também conhecido como toyotismo, acabou dando "nome" à um processo maior, de reestruturação produtiva do capital, talvez porque esta reestruturação adotou àquele sistema de organização do trabalho inovador como padrão para o setor produtivo no novo formato de acumulação do capital, a acumulação flexível.

De acordo com ALVES (1999), o novo método de gestão da produção, impulsionado - em sua gênese sócio-histórica - pelo sistema Toyota, conseguiu mais que ser instrumento de reação do capital às crises, assumiu um valor universal para o capital em processo - em movimento -, tendo em vista as exigências do capitalismo mundial, sob as novas condições de concorrência e de valorização do capital surgidas a partir da crise dos anos 70.

(...) o toyotismo não pode mais ser reduzido às condições históricas de sua gênese, tornando-se adequado, sob a mundialização do capital, não apenas à nova base técnica do capitalismo, com a presença de novas tecnologias microeletrônicas na produção – o que exige um novo tipo de envolvimento operário, e, portanto, uma nova subordinação formal-intelectual do trabalho ao capital – mas à nova estrutura da concorrência capitalista no cenário de crise de superprodução, onde está colocada a perspectiva de "mercados restritos" (ALVES, 1999, p. 94).

Segundo Alves (1999), o que chamamos toyotismo pode ser tomado como a mais radical experiência de organização social da produção de mercadorias sob a era da mundialização do capital. A experiência é adequada às necessidades da acumulação do capital na época da crise de superprodução, e também é adequada à nova base técnica da produção capitalista sob a III Revolução Tecnológica. Portanto, é capaz de desenvolver suas plenas potencialidades quanto à flexibilidade e à manipulação da subjetividade operária.

Concordamos com a afirmação do autor, entretanto, temos que discordar do mesmo com relação à referida crise de superprodução. Não é possível generalizar, afirmando que a crise mundial é oriunda unicamente da superprodução, as crises de superprodução são localizadas em determinadas regiões. Nos EUA, como já afirmamos anteriormente, a estratégia foi promover o financiamento do comércio e expandir territorialmente seu mercado consumidor. Mas a expansão do comércio foi mundial e os novos produtores (de

baixo custo) invadiram os mercados antes dominados pelos EUA. Isso solapou a capacidade dos americanos de assegurarem os lucros.

Segundo Brenner (1999), a crise estrutural do capital deve ser compreendida a partir da crise da esfera da produção, ou seja, da compressão dos lucros do setor manufatureiro, decorrentes do excesso de capacidade e de produção fabril gerada pela competitividade internacional. Assim, foram vários fatores²⁸, entre eles a concorrência internacional, os responsáveis pela crise, não sendo correto denominá-la apenas de crise de superprodução.

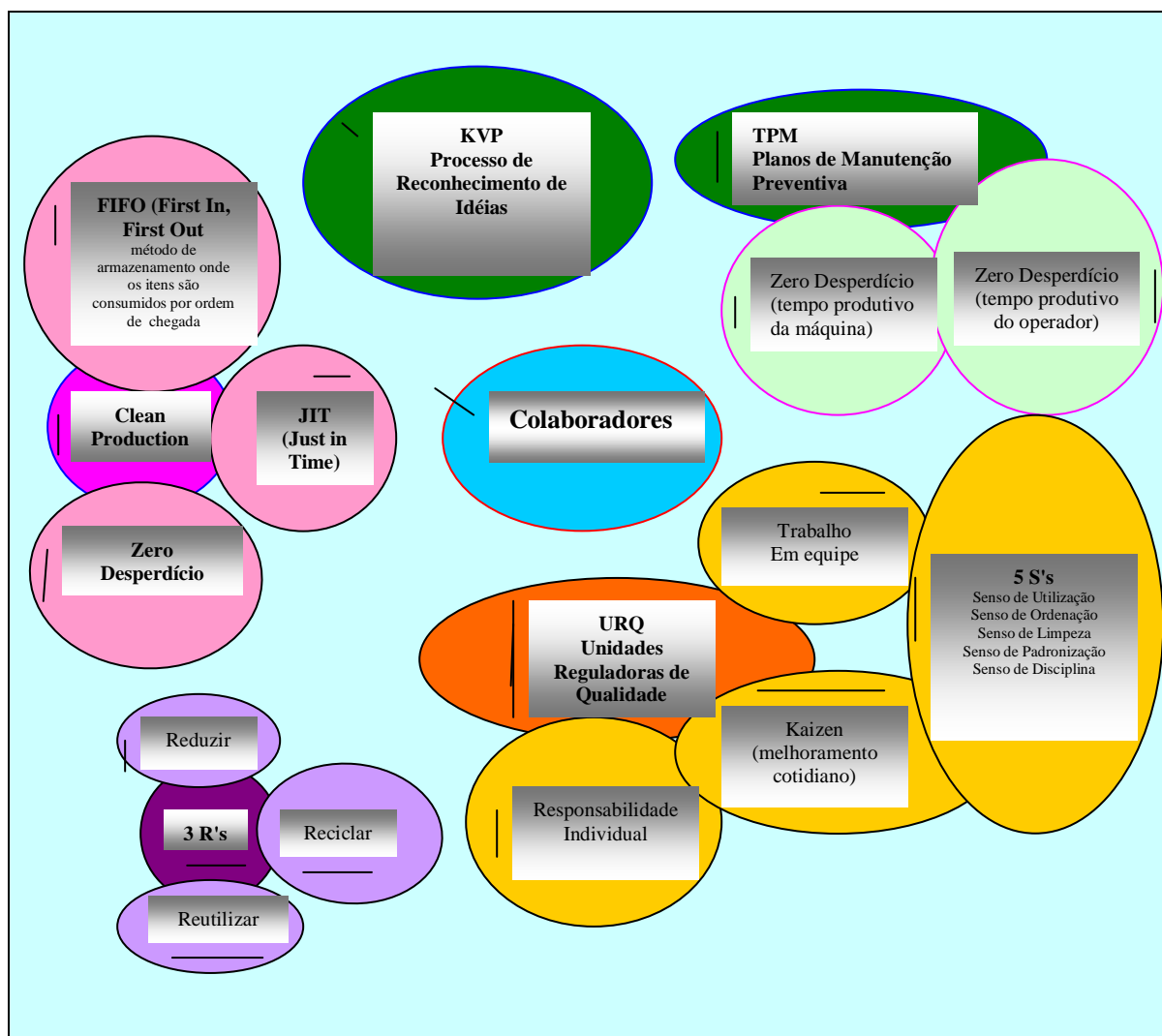
Foi a grande queda de lucratividade dos EUA, Alemanha, Japão e do mundo como um todo – e sua incapacidade de recuperação – a responsável pela redução secular das taxas de acumulação de capital, que são a raiz da estagnação econômica de longa duração ao longo do último quartel de século. As baixas taxas de acumulação de capital acarretaram índices baixos de crescimento da produção e da produtividade; níveis reduzidos de crescimento da produtividade redundaram em percentuais baixos de aumento salarial. O crescimento do desemprego resultou do baixo aumento da produção e do investimento.” (Brenner, 1999, p. 13)

Com relação às relações de trabalho, Alves (1999) afirma ser a introdução da nova maquinaria, vinculada à III Revolução Tecnológica e Científica, o novo salto da subsunção real do trabalho ao capital, que exige, como pressuposto formal, os princípios do toyotismo. A captura da subjetividade operária é uma das pré-condições para o desenvolvimento da nova materialidade do capital. "É como se a forma material exigisse uma posição adequada na forma" (ALVES, 1999, p. 99). Ou seja, as novas tecnologias microeletrônicas na produção, capazes de promover um novo salto na produtividade do trabalho, exigem como pressuposto formal, o novo envolvimento do trabalho vivo na produção capitalista.

A "maneira de produzir" do toyotismo, incluídas as relações de trabalho advindas dessa regulamentação da produção, pode ser observada graficamente, sob um aspecto geral - mesmo que de forma simplificada, que esperamos não seja reducionista -, na figura a seguir.

²⁸ Quebra das bolsas de Nova York, Londres e Tóquio; valorizações e desvalorizações promovidas pela Reserva Federal dos Estados Unidos (FED); concorrências do comércio internacional; financeirização nacional/internacional.

FIGURA 2 - Sistema de Regulamentação da produção toyotista



Organização: Loiva Marli Flach

Ainda com relação ao trabalho operário, apesar dessas alterações, segundo ALVES (1999), por trás da intensificação do ritmo do trabalho no toyotismo - maximização da taxa de ocupação das ferramentas e dos homens -, persiste ainda uma nova repetitividade do trabalho. Além disso, a "desespecialização" – ou polivalência operária – não quer dizer que estes tenham se convertido em operários qualificados, ao contrário, representam o extremo da desqualificação, ou seja, seus trabalhos foram despojados de qualquer conteúdo concreto.

Entretanto, esse trabalhador permanentemente motivado e participativo implica em que o mesmo seja "convencido" de que seus interesses estão em consonância com os interesses da empresa, ou seja, para que haja de fato a participação e envolvimento do trabalhador, utiliza-se a ideologia da "parceria". Essa ideologia, aliada à alta taxa de

desemprego gerada pela busca do trabalhador "polivalente", mostram-se instrumentos eficazes de convencimento²⁹.

Ora, é o toyotismo que irá propiciar, com um maior poder ideológico, no campo organizacional, os apelos à administração participativa, destacando-se o sindicalismo de participação e de cariz neocorporativo e os CCQ's (Círculos de Controle de Qualidade); reconstituindo, para isso, a linha de montagem e instaurando uma nova forma de gestão da força de trabalho (ALVES, 1999, p. 101-102).

Coriat, citado por Antunes (2000-A), apresenta como traço significativo do toyotismo: a necessidade de atender a um mercado interno que solicita produtos diferenciados e pedidos pequenos, dadas as condições limitadas do pós-guerra no Japão. E apresenta quatro fases que teriam levado ao advento do toyotismo:

Primeira: a introdução, na indústria automobilística japonesa, da experiência do ramo têxtil, dada especialmente pela necessidade de o trabalhador operar simultaneamente com várias máquinas. Segunda: a necessidade de a empresa responder à crise financeira, aumentando a produção sem aumentar o número de trabalhadores. Terceira: a importação das técnicas de gestão dos supermercados dos EUA, que deram origem ao Kanban (...). Quarta fase: a expansão do método Kanban para as empresas subcontratadas e fornecedoras. (CORIAT, apud ANTUNES, 2000-A, p. 32)

A produção, no sistema de regulamentação toyotista é voltada e conduzida pela demanda, e sustenta-se na existência do estoque mínimo. É após a venda que se inicia a reposição de estoques, daí o fato, como afirma Antunes (2000-A), de em sua origem, o kanban estar associado ao funcionamento dos supermercados, onde o produto é repostado nas prateleiras, depois da venda.

Para atender a estas exigências individualizadas de mercado, no melhor tempo e com melhor "qualidade", é necessário um trabalhador flexível e polivalente, capaz de operar com várias máquinas, combinando várias tarefas simples. Da mesma forma o trabalho passa a ser realizado em equipe.

Uma equipe de trabalhadores opera frente a um sistema de máquinas automatizadas. Além da flexibilidade do aparato produtivo, é preciso também a flexibilização da organização do trabalho. Deve haver agilidade na adaptação do

²⁹ No Japão a questão cultural e as condições históricas da época da implantação do sistema toyotista de organização do trabalho, nos permitem afirmar que as motivações dos trabalhadores assim como as "intenções" dos capitalistas, não eram as descritas no parágrafo.

maquinário e dos instrumentos para que novos produtos sejam elaborados. (ANTUNES, 2000-A, p. 35)

Ainda segundo Antunes, utiliza-se novas técnicas de gestão da força de trabalho: trabalho em equipe, “células de produção”, “times de trabalho”, grupos “semi-autônomos”, “além de recorrer, ao menos no plano discursivo, o ‘envolvimento participativo’ dos trabalhadores, em verdade uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado” (ANTUNES, 2000-B, p. 52).

Nesse sentido, Zanella (2006) afirma que o toyotismo - enquanto organização do trabalho do e para o capital - é a saída que o capitalismo está encontrando para produzir em uma economia mundial em recessão. Assim, sob a aparência de participação, trabalho em equipe, necessidade de pensar, iniciativa etc., este novo método do trabalho esconde uma manipulação despótica do capital contra o trabalho. Ou seja, os trabalhadores são envolvidos e cooptados para fazer, decidir e pensar para o capital.

Dessa forma, afirma o autor (idem), a sociedade capitalista vai metamorfoseando o mundo do trabalho ao mesmo tempo em que mantém sua exploração de diversas formas.

Ora, se no fordismo o sucesso e força de uma empresa eram medidos pelo número de operários que nela exerciam sua atividade de trabalho, na acumulação flexível e da “empresa enxuta” são citadas como exemplos a ser seguidos as empresas que tendo menos número de trabalhadores, alcançam maiores índices de produtividade. Ou seja, àquelas empresas onde a intensificação das condições de exploração da força de trabalho estiver mais madura.

Por outro lado, Alves (1999) nos fala que, na verdade, o toyotismo é um estágio superior de racionalização do trabalho, que não rompe com a lógica do taylorismo-fordismo. Entretanto, no campo da gestão da força de trabalho, o toyotismo dá um salto qualitativo, quando captura a subjetividade operária pela lógica do capital. Assim, a distinção desse modelo em relação ao taylorismo/fordismo, está no plano da consciência de classe. Se o aspecto original do toyotismo é o de articular a continuidade da racionalização do trabalho, intrínseca ao taylorismo-fordismo, com as novas necessidades da acumulação capitalista, então podemos afirmar que o toyotismo "é uma 'ruptura' no interior de uma continuidade plena" (ALVES, 1999, p. 93).

Segundo Antunes (2000-B), essas mutações no processo produtivo tem resultados imediatos no mundo do trabalho, a saber: a desregulamentação dos direitos do trabalho, eliminados cotidianamente; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora;

precarização e terceirização da força humana que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão em um sindicalismo dócil, ou “sindicalismo de empresa”.

Mas talvez o mais importante, se considerada a exploração do trabalhador pelo capital, esteja no fato de que, o trabalhador perdeu a liberdade de pensamentos que o fordismo “permitiu” ao trabalhador, já que o trabalho era repetitivo e maquinal. O toyotismo trouxe ao capital a possibilidade de “controlar” o ideário do trabalhador, e os pensamentos pouco conformistas, que representavam perigo aos que detém os meios de produção. “A apropriação das atividades intelectuais do trabalho, configuraram um quadro extremamente positivo para o capital, na retomada dos ciclos de acumulação e na recuperação da sua rentabilidade” (ANTUNES, 2000-B, p. 56).

Uma outra relação interessante, entre toyotismo, mundo do trabalho e modo de produção capitalista, é feita por Arruda (2007), que afirma³⁰ que, para além de mais um modelo de produção industrial, o toyotismo já se tornou uma matriz de pensamento influenciador, não só dos circuitos produtivos mas também da educação e da cultura. Resumindo, da nossa forma de estar perante a vida.

Como questão central dessa nova “forma de estar perante a vida”, o autor salienta uma dicotomia na percepção do indivíduo - uma percepção unilateral incapaz de perceber o outro lado de si mesmo. Nos momentos - separados mas interligados - em que é trabalhador e consumidor, as reações do indivíduo são diferentes. Ou seja, o indivíduo, que no modo capitalista de produção, só é consumidor se for antes trabalhador, no momento em que atua como consumidor, não consegue ver a si mesmo - explorado, super-exigido - no outro, naquele que trabalha para lhe atender - o consumidor -, e considera naturais todas as “exigências” por eficiência, rapidez, etc. que faz. “O 'eu' consumidor é sempre colocado à frente do 'eu' trabalhador” (ARRUDA, 2007, p. 10).

Isso, no nosso entendimento, em consonância com as afirmações de Arruda, é resultado do individualismo “pregado” dissimulada e incansavelmente pelo projeto neoliberal³¹. Ou seja, o trabalho em equipe - aprendizado/conhecimento necessário ao trabalhador do sistema toyotista - em que o “nós” está presente, mas o ser individual é constantemente avaliado pela sua entrega, espírito e qualificação.

Com toda a evolução da indústria e com todo o avanço que representa a tecnologia, a exploração do trabalhador continua sendo salutar para o capital, exploração que agora é

³⁰ A colocação do autor é feita sob forma de pergunta, o termo “afirma” resulta do entendimento que tivemos da leitura do texto, considerando os questionamentos feitos.

³¹ Nos referimos ao neoliberalismo enquanto ideologia que tenta “moldar” o modo de regulação, no padrão de acumulação toyotista.

levada ao extremo, embora sob forma mais dissimulada. Da mesma forma, o trabalho que “humaniza” o homem ao produzir valores-de-uso, também o torna – o trabalhador – mercadoria quando a serviço do capital. Esta mercadoria não perdeu seu valor, continua sendo valiosa para o capitalista – somente a força de trabalho sob a forma assalariada permite a acumulação do capital -, no entanto, o resultado da complexidade das relações sociais existentes atualmente faz com seu preço não corresponda ao valor que tem.

Segundo Soares (1992), a concepção materialista e científica do desenvolvimento da sociedade reduz as diversas relações sociais às relações de produção e, estas, às forças produtivas. A direção da causação é das forças produtivas para as relações sociais. Em outras palavras, o modo de produção da vida material condiciona o modo de produção da vida social, política e espiritual. Ou seja, o modo como a vida é produzida condiciona o modo de ser, a consciência dos homens. Assim, a cada estágio de desenvolvimento das forças produtivas corresponde um conjunto de relações de produção adequado a aquele estágio.

Utilizamo-nos dessa colocação de Soares, por entendermos que neste trecho está a fundamentação teórica para nossos argumentos. As relações sociais que representam a essência do capitalismo, pois estão pautadas no processo de exploração do trabalho, estão de tal modo emaranhadas que é compreensível quando o trabalhador, sem consciência de classe, pois já não se percebe enquanto classe social, defende o capitalista e carrega sozinho a “culpa” por não ter tido “sucesso” na vida.

Esse é o ideário da acumulação flexível, o sucesso da empresa depende da sua capacidade de operar com o menor número de operários possível, mantendo um custo baixo de produção, e um nível de produtividade elevado. O sucesso do trabalhador, por sua vez, depende unicamente dele. Os operários devem estar preparados e qualificados para o trabalho, a competição é natural, inerente ao ser humano. Eis que o modo como a vida é produzida condiciona o modo de ser. As relações capitalistas de produção e a conseqüente metamorfose do trabalho produziram esse trabalhador. A causa está nas forças produtivas, os reflexos nas relações sociais.

2.4 O AGRONEGÓCIO E O SISTEMA DE INTEGRAÇÃO DA INDÚSTRIA AVÍCOLA

2.4.1 O agronegócio

O conceito³² de "agribusiness", ou agronegócio foi proposto pela primeira vez em 1957, por Davis e Goldberg, como sendo "a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, processamentos e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles" (CEPEA). De acordo com este conceito, a agricultura passa a ser abordada de maneira associada aos outros agentes responsáveis por todas as atividades, que garantem a produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos, ou seja, considerando a agricultura como parte de uma extensa rede de agentes econômicos.

Segundo dados disponíveis no CEPEA, baseados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as exportações do agronegócio em 2007 totalizaram US\$ 58,415 bilhões - recorde histórico para o setor. Em relação a 2006, as exportações apresentaram uma taxa de crescimento de 18,2%. Com esse resultado, as exportações do agronegócio corresponderam a 36,4% das exportações totais brasileiras no período.

Além disso, segundo o CEPEA, o agronegócio brasileiro tem potencial para crescer. Dentre os fatores que permitiriam esse crescimento, são destacados o aumento da renda, que elevará a demanda por alimentos, principalmente em países como China e Índia. Além disso, há a disponibilidade de recursos naturais do Brasil, o que permitirá que o Brasil cresça de forma significativa no Agronegócio Mundial.

O agronegócio brasileiro representa de forma clara os complexos agroindustriais que se desenvolveram no Brasil a partir da década de 70. A produção agrícola passou a constituir um elo de uma cadeia, contrariando as antigas condições do complexo rural fechado em si mesmo. Ou seja, todas as atividades, que garantem a produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos, são atividades "do agronegócio" e, juntas, compreendem os complexos agroindustriais.

Como tratado no item "A Modernização da Agricultura no Brasil", a integração entre as indústrias que produzem para a agricultura e a pecuária, a agricultura e a pecuária

³² Conceito utilizado com base nas informações do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) - parte do Departamento de Economia, Administração e Sociologia (DEAS) da Esalq/USP. Disponível em: <http://www.portaldogronegocio.com.br/texto.php?p=oquee>

propriamente ditas e as agroindústrias processadoras, só foi possível a partir da internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura. Ou seja, o fundamental para a existência de um CAI é o elevado grau das relações interindustriais dos ramos ou setores que o compõem. São essas indústrias, interligadas em cadeia - onde a produção de uma depende da anterior, e garante a produção da seguinte -, mais o produtor agropecuário, que compreendem os CAIs. Assim como todo o volume de negócios originados por essa - e a partir - cadeia compreende os agronegócios. Em suma, é ao fluxo produtivo e comercial que ocorre entre a cadeia, até o consumidor final, que chamamos agronegócios.

O sucesso do agronegócio brasileiro, mais especificamente do Paraná, da Região Sudoeste do Paraná, e do município de Francisco Beltrão - objeto da pesquisa - e que é resultante da cadeia produtiva da carne de frango, fica evidente nos dados que apresentaremos a seguir. São dados quantitativos, organizados em tabelas e gráficos, que nos permitem dimensionar a importância da cadeia produtiva da carne, a nível nacional, estadual, regional e municipal.

Segundo o Departamento de Economia Rural (DERAL) da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB)³³ a avicultura nacional destaca-se na segunda posição da produção mundial de carne de frango, com cerca de 7,5 milhões de toneladas produzidas no ano 2002. Além disso, a produção mundial de carne de frango em 2002 obteve um aumento aproximado de 3%, passando de 60,269 milhões de toneladas em 2001, para 61,992 milhões de toneladas em 2003.

De 1970 para cá, o país atingiu altos níveis de produção e, segundo o DERAL, isso foi impulsionado pela melhoria genética, introdução de tecnologias modernas, uso de instalações apropriadas, alimentação racional e balanceada, integração do produtor com a indústria e elevação da produtividade (índices zootécnicos). Em 2002, o Brasil exportou perto de 1,6 milhões de toneladas de carne de frango para vários países, a saber: Japão, Kuwait, Hong Kong, Alemanha, Arábia Saudita, Espanha, Emirados Árabes Unidos, Países Baixos (Holanda), Reino Unido, Rússia, Iêmen, África do Sul, Argentina e outros. Como que para ilustrar a dimensão das exportações brasileiras no setor, em 2002, os dois maiores exportadores mundiais de carne de frango, EUA e Brasil, responderam por 71% do comércio mundial.

³³ Informações obtidas no caderno "Perfil da agropecuária paranaense". Disponível em: <www.seab.pr.gov.br>. Obtido em: 21/08/2008.

A evolução da avicultura no Brasil, bem como o gradativo aumento no volume exportado, pode ser observada na tabela 1 (a seguir) que trata de um período mais longo que o comentado pelo DERAL, nos permitindo perceber sua evolução até 2006:

TABELA 1 - Produção brasileira de carne de frango, de 1986 a 2006

ANO	MERCADO INTERNO		EXPORTAÇÃO		TOTAL PRODUZIDO*
	Em mil toneladas	%	Em mil toneladas	%	
1986	1.393	86,15	224	13,85	1.617
1987	1.584	86,79	241	13,21	1.825
1989	1.811	88,13	244	11,87	2.055
1990	1.968	86,81	299	13,19	2.267
1991	2.200	87,23	322	12,77	2.522
1992	2.355	86,36	372	13,64	2.727
1993	2.710	86,22	433	13,78	3.143
1994	2.930	85,90	481	14,10	3.411
1995	3.617	89,31	433	10,69	4.050
1996	3.483	85,96	569	14,04	4.052
1997	3.812	85,45	649	14,55	4.461
1998	4.262	87,45	612	12,55	4.875
1999	4.755	86,05	771	13,95	5.526
2000	5.070	84,83	907	15,17	5.977
2001	5.487	81,46	1.249	18,54	6.736
2002	5.917	78,71	1.600	21,29	7.517
2003	5.921	75,49	1.922	24,51	7.843
2004	6.069	71,45	2.425	28,55	8.494
2005	6.535	70,29	2.762	29,71	9.297
2006	6.623	70,94	2.713	29,06	9.336

Fonte: Fonte: ABEF - Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos (www.abef.com.br); e União Brasileira de Avicultura (UBA).

Organização: Loiva Marli Flach

Nota: Dados referentes ao ano de 1988 não localizados

Além da importância desse crescimento produtivo da carne de aves (477,37% em 20 anos), o volume da carne destinada à exportação cresceu nada menos que 1.111%. Outro fator interessante é a participação da avicultura no grupo da pecuária nacional. Além disso, podemos observar uma significativa participação do Paraná nos números da avicultura brasileira. Esses percentuais, apresentados nas tabelas 2 e 3, nos demonstram a importância da avicultura, para o agronegócio brasileiro e paranaense, bem como para o complexo agroindustrial da carne.

TABELA 2 - Principais Estados exportadores de carne e produtos industrializados de frango - 2006

ESTADO	PARTICIPAÇÃO (%)
Santa Catarina	27,94
Paraná	27,69
Rio Grande do Sul	22,47
São Paulo	7,13
Minas Gerais	3,82
Goiás	3,60
Mato Grosso do Sul	3,49
Mato Grosso	2,21
Distrito Federal	1,53
Outros	0,13
TOTAL	100,00

Fonte: União Brasileira de Avicultura (UBA)/Associação Brasileira de Exportadores de Carne de Frango (ABEF)

Organização: Loiva Marli Flach

TABELA 3 - Participação da avicultura no grupo da pecuária, em 1997 e 2006

1997		2006	
Participação da avicultura pecuária brasileira (%)	27,04	Participação da avicultura pecuária brasileira (%)	10,23
Participação da avicultura na pecuária brasileira (%)	10,23	Participação da avicultura na pecuária brasileira (%)	38,70
Participação da avicultura na pecuária brasileira (%)	38,70	Participação da avicultura na pecuária brasileira (%)	14,92

Fonte: SEAB/DERAL

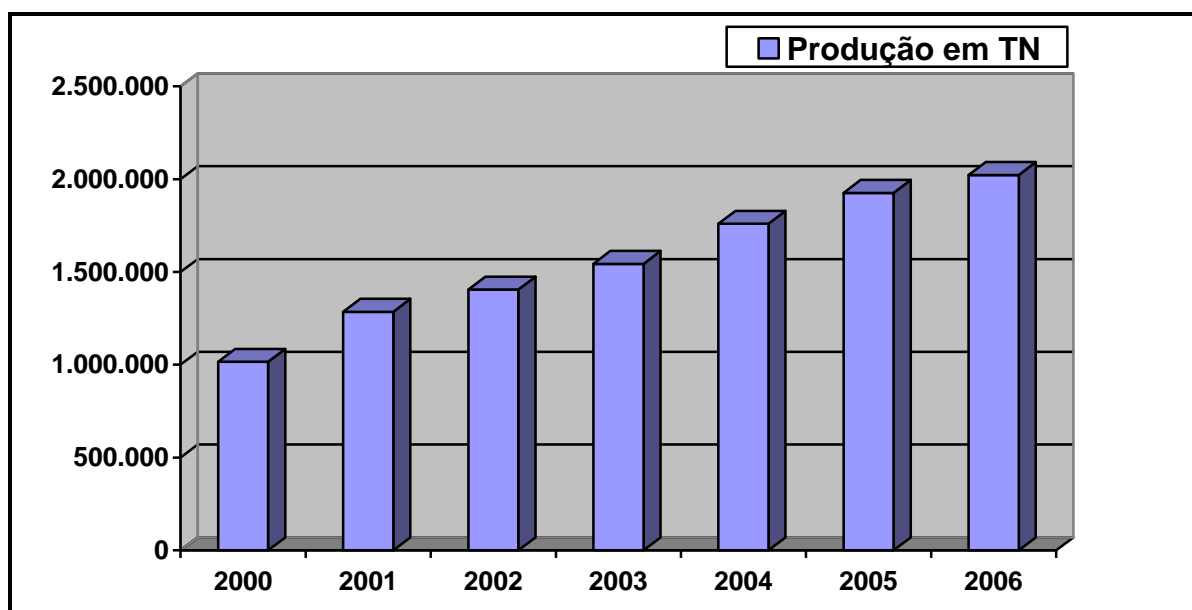
Organização: Loiva Marli Flach

Estes números nos permitem ter a dimensão do crescimento da produção de carne de frango, a nível nacional, considerando que a tabela 3, nos mostra a participação do Estado na avicultura nacional, variando de 10,23% para 14,92%. É preciso atenção ao que esse percentual representa em números, tendo em conta o acréscimo de 1.041.734 toneladas na produção paranaense, em pouco mais de uma década.

Com relação ao Estado do Paraná, é evidente que a indústria avícola encontra-se em acelerada expansão. Segundo a Associação Brasileira dos Exportadores de Frangos (ABEF), em 2002, os abatedouros paranaenses com serviço de inspeção federal abateram 751,7 milhões de cabeças de frangos, representando um aumento de 11,9 %, em relação a 2001. No período de 1990 a 2002, a avicultura de corte paranaense apresentou crescimento

de 312 % na produção, saltando de 334.004 toneladas em 1990 para 1.375.738 em 2002. A evolução da produção de carne de frango no Paraná, na década atual, bem como a destinação dessa produção em 2006, pode ser observada nos gráficos a seguir:

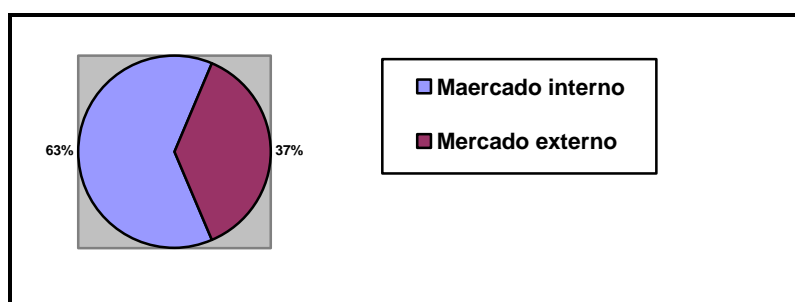
GRÁFICO 1 - Evolução da produção paranaense de carne de frango, de 2000 a 2006



Fonte: SEAB/DERAL

Organização: Loiva Marli Flach

GRÁFICO 2 - Destinação da carne de frango produzida no Paraná em 2006



Fonte: SEAB/DERAL

Organização: Loiva Marli Flach

Fazendo referência à expansão do agronegócio paranaense e à importância da cadeia produtiva representada pelo complexo agroindustrial da carne, o DERAL informa que no Paraná, em 2002, atuaram 27 empresas com Serviço de Inspeção Federal

classificadas entre pequenas, médias e grandes. Essas empresas apostam e investem no potencial do Estado enquanto líder da produção agropecuária, organização da produção, acesso facilitado a mercados potenciais, grãos (soja e milho) e tecnologias modernas. Dentre estas empresas, as cooperativas e as agroindústrias privadas desenvolvem a cadeia produtiva avícola no sistema de integração, no qual os produtores (avicultores) criam as aves de corte recebendo os pintainhos, insumos, a assistência técnica e a garantia de comercialização dos produtos (aves).

A produção de carne de frango distribui-se por todo o Estado do Paraná, entretanto, 82,5% do abate total anual concentra-se nas seguintes regiões³⁴: Francisco Beltrão, Toledo, Cascavel, Curitiba e Londrina. Na tabela abaixo é possível observar o percentual produzido em cada região, bem como as variações que ocorreram nesse percentual, entre os anos 2002 e 2006. Tais variações, quase sempre não muito significativas, colocaram a região de Cascavel a frente de Toledo - invertendo as respectivas colocações do primeiro *ranking* (2002), em 2006. Isso ocorreu porque, enquanto Toledo praticamente manteve a produção estável no período, a região de Cascavel aumentou a sua em cerca de 50%. O mesmo ocorreu com as regiões de Curitiba e Londrina - sendo que Londrina, em 2006, passou a ser a 4ª no *ranking* -; Jacarezinho e Maringá; e Paranavaí e Umuarama.

³⁴ Núcleos Regionais da SEAB.

TABELA 4 - Produção de frango de corte, segundo os Núcleos Regionais da SEAB - 2002 e 2006

Núcleos Regionais	Ano 2002 / 2006	Posição no ranking estadual	Nº. de cabeças	Participação na produção do Estado (%)
Francisco Beltrão	2002	1 ^a	207.741.745	27,60
	2006	1 ^a	258.500.467	25,56
Toledo	2002	2 ^a	167.901.236	22,30
	2006	3 ^a	164.442.671	16,26
Cascavel	2002	3 ^a	121.611.295	16,20
	2006	2 ^a	183.264.785	18,12
Curitiba	2002	4 ^a	63.452.077	8,40
	2006	5 ^a	65.082.243	6,44
Londrina	2002	5 ^a	59.766.888	8,00
	2006	4 ^a	102.652.843	10,05
Ponta Grossa	2002	6 ^a	38.565.031	5,10
	2006	6 ^a	58.941.434	5,83
Jacarezinho	2002	7 ^a	35.074.941	4,70
	2006	8 ^a	42.015.656	4,15
Maringá	2002	8 ^a	28.575.800	3,80
	2006	7 ^a	46.326.074	4,58
Paranavaí	2002	9 ^a	13.900.133	1,80
	2006	10 ^a	23.353.578	2,31
Umuarama	2002	10 ^a	11.407.581	1,50
	2006	9 ^a	27.336.740	2,70
Pato Branco	2002	11 ^a	4.681.693	0,60
	2006	11 ^a	20.438.547	2,02
TOTAL	2002		752.628.420	100,0
PARANÁ	2006		812.428.896	100,0

Fonte: SEAB/DERAL

Organização: Loiva Marli Flach

Na ramificação da cadeia produtiva avícola de corte do Paraná, estão distribuídos aproximadamente 70.000 empregos diretos e outros 60.000 indiretos. Cerca de 7.000 avicultores encontram-se vinculados ao sistema de integração com os abatedouros ou indústrias avícolas. Esse último dado, pode ser um indicativo para a comprovação da hipótese da pesquisa, basta analisarmos a proporcionalidade de participação na produção do Núcleo Regional de Francisco Beltrão, bem como a produção do município, que apresentaremos adiante. Resumidamente, a região de Francisco Beltrão responde por cerca de 1.800 desses avicultores integrados.

Segundo o DERAL, dentre as 27 empresas que atuaram em 2002 no Paraná na cadeia de produção de frangos de corte, 11 tiveram participação de 76,9 % do abate total

anual, destacando-se: SADIA (Dois Vizinhos e Francisco Beltrão) - (26,5 %); Granja Resende (Francisco Beltrão) - (10,8 %); Da Granja (Lapa) - (6,8 %); Chapecó (Cascavel) – (6,0 %); COPACOL (Cafelândia) – (5,7 %); Perdigão (Carambeí) – (5,1%); Cooperativa Vale do Piquiri (Cianorte) – (4,8 %); COOPAVEL (Cascavel) – (4,4 %); AVENORTE (Palotina) – (4,8 %); Agrícola Jandelle (Rolândia) – (3,7 %); e SEARA (Jacarezinho) – (3,1 %).

Nesses dados fica confirmada a liderança de Francisco Beltrão na produção de carne de frango do Estado do Paraná. Produção ora considerada isoladamente, independente dos Núcleos Regionais da Seab.

Embora não tenhamos dados mais recentes quanto ao ranking das empresas que atuam no Estado, podemos analisar o crescimento no abate de frangos no município de Francisco Beltrão, na tabela 5, a seguir:

TABELA 5 - Evolução do abate de frangos no município de Francisco Beltrão, de 1997 a 2007

ANO	FRANGOS DE CORTE	
	Rebanho Estático* (cabeças)	Abatido (cabeças)
1997	2.545.000	15.275.000
1998	1.855.620	12.618.200
1999	2.254.400	15.780.200
2000	2.399.300	17.634.750
2001	2.443.973	18.085.386
2002	3.005.429	21.037.162
2003	3.747.800	26.231.500
2004	4.278.000	29.950.000
2005	4.500.000	31.625.500
2006	4.250.000	29.400.000
2007	4.184.860	29.295.000

* Rebanho Estático: como se todos os aviários estivessem lotados

Fonte: SEAB/DERAL - Francisco Beltrão

Organização: Loiva Marli Flach

A tabela nos mostra os momentos em que houve alteração/crescimento na produção, ou seja, a produção anual se manteve mais ou menos estável entre os anos de 1997 e 2001, apresentando crescimento de 45% de 2001 a 2003 - aumento produtivo extremamente significativo considerando que ocorreu num período de dois anos apenas. Outro aumento importante aparece de 2003 para 2004, 14%. De 2004 a 2007 a produção voltou a ficar estável. Cabe registrar que, no período observado - 10 anos - a produção de carne de frango aumentou em 91,78%.

Com relação aos preços praticados para o frango de corte (apresentados no quadro 4 a seguir)³⁵, a evolução se deu de forma diferenciada, ou seja, a variação foi positiva de 2001 até 2004, caindo em 2005 e 2006. O preço pago ao produtor variou 37,20% no período, já o preço do atacado³⁶ variou 22,29%. Sendo que a maior alta de preços foi em 2003, de 59,30% para o produtor e 46,50% para o atacado. Se avaliarmos os percentuais existentes entre as diferenças praticadas para um e outro vamos ter a seguinte variação: em 2001 o preço do atacado era 82,56% maior que o do produtor; em 2002 era 74,51% maior; em 2003 era 67,88%; em 2004 53,47%; em 2005 62,50%; e em 2006 62,71%. Em suma, o percentual da diferença de preço praticado foi decrescendo, apresentando ligeira tendência a voltar a subir em 2005 e 2006.

Tratando-se da agroindústria, temos que levar em conta que ganhos insignificantes, quando vistos isoladamente, são diferentes quando se pensa em larga escala, ou seja, para o caso das grandes indústrias de abate de aves, o resultado, "insignificante" a princípio, passa a ser bastante representativo, no final.

QUADRO 4 - Evolução dos preços correntes do frango de corte, nos três níveis de mercado - de 2001 a 2006

ANO	AO PRODUTOR (R\$/Kg)	ATACADO (R\$/Kg)		VAREJO (R\$/Kg)	
		Frango resfriado	Frango congelado	Frango resfriado	Frango congelado
2001	0,86	1,57	1,54	1,77	1,70
2002	1,02	1,78	1,63	1,95	1,89
2003	1,37	2,30	2,14	2,68	2,51
2004	1,44	2,21	2,26	2,55	2,51
2005	1,36	2,21	2,28	2,91	2,74
2006	1,18	1,92	2,06	2,66	2,53

Fonte: SEAB/DERAL

Organização: Loiva Marli Flach

³⁵ Não foi considerada na análise a inflação referente ao período.

³⁶ Consideramos para a análise o valor do frango resfriado.

2.4.2 O sistema de integração da indústria avícola

Ora, se o produtor agropecuário faz parte da mencionada cadeia, e é responsável por uma parcela desse fluxo produtivo e comercial, então temos que percebê-lo como integrante do CAI, e como parte interessada e atuante no agronegócio. O produtor é parte interessada, pois o "movimento" do agronegócio no mercado - especificamente àquele com que atua produtivamente - lhe afeta, positiva ou negativamente; e é parte atuante pois seu "interesse" ou não por determinada atividade também afeta - embora em menor grau, já que é a menor parcela da cadeia - a indústria "para traz" e "para frente".

Nesse sentido, entendemos o produtor integrado às indústrias avícolas como integrado ao CAI da pecuária e, como afirmamos acima, o interesse em tê-lo nessa cadeia é dele próprio - se lhe for vantajoso - e também da indústria ligada ao setor, da qual ele será cliente ou fornecedor, dependendo da ligação estabelecida entre as partes. É o agronegócio fazendo suas exigências: se um elo da cadeia for rompido, por menor que este seja, trará conseqüências.

Com relação ao trabalho desse produtor integrado, Alves (1999), afirma que ao assumir um valor universal, o toyotismo passou a mesclar-se com outras vias de racionalização do trabalho, capazes de dar maior eficácia à lógica da flexibilidade. Ou seja, a instauração do toyotismo articula, em seu processo, uma continuidade/descontinuidade com o taylorismo-fordismo, a via predominante de racionalização do trabalho.

Mas o que isso quer dizer, tratando-se do produtor integrado? Em relação ao trabalho propriamente dito, desenvolvido por esse produtor, aparecem o uso da alta tecnologia e o trabalho intensivo e polivalente que aumenta largamente a produtividade - a mais-valia relativa -, mas também está presente o trabalho extensivo - a mais-valia absoluta.

Além disso, segundo Lênin (1982), o trabalho capitalista a domicílio, ou seja, a transformação domiciliar de matérias-primas fornecidas por um empresário contra pagamento por peça, é praticado em todas as fases do desenvolvimento da indústria capitalista.

O autor ainda afirma que quando há trabalho a domicílio existe sempre grande número de intermediários entre o capitalista e o operário (distribuição da matéria-prima e coleta do produto). Além disso, o trabalho a domicílio implica, necessariamente, condições de trabalho extremamente anti-higiênicas, e prolongamento desmedido da jornada de trabalho. Quando há trabalho a domicílio as mulheres e as crianças são quase sempre

obrigadas a participar da produção. Um dos aspectos mais nocivos do trabalho capitalista a domicílio é que ele provoca uma redução do nível das necessidades do trabalhador.

Mas o que é o sistema de integração? É possível entendê-lo com base no "trabalho domiciliar" analisado por Lênin?

Segundo Fernandes Filho, Flôres e Queiroz (2002), mesmo considerando as alterações nos modelos de integração de aves, a idéia do que vem a ser integração não muda. Em qualquer dos modelos a integradora fornece ao integrado as aves de um dia, os insumos agrícolas - ração para alimentação das aves, medicamentos, etc. - e a assistência técnica. Cabe ao integrado a responsabilidade pela construção do aviário e instalação dos equipamentos - de acordo com as determinações da integradora -, e a entrega das aves para a integradora quando estiverem com o peso apropriado para o abate - dentro de um padrão mínimo de qualidade exigido, num período de tempo estipulado. O pagamento da integradora ao integrado é feito de acordo com os indicadores técnicos constantes do contrato de integração celebrado entre as partes. Portanto, a integradora terceiriza a engorda das aves junto aos produtores integrados.

Franca (2007) se refere à subcontratação³⁷ como compra de trabalho acabado, que foi se acentuando em função das condições recentes da reestruturação técnica e organizacional das empresas. A compra desse trabalho acabado foi facilitado pelo sistema *just-in-time*. Da mesma forma, a continuidade do processo de trabalho *just-in-time* ficou mais dependente do funcionamento dessas relações. Ou seja, o sistema *just-in-time* facilita a subcontratação, ao mesmo tempo que fica dependente dela.

Fernandes Filho, Flôres e Queiroz (2002) afirmam, que nos últimos 40 anos, a base técnica do processo produtivo da avicultura de corte tem passado por transformações importantes. Tem se tornado cada vez mais intensivo o uso de inovações tecnológicas modernas, a evolução da biotecnologia nas áreas de genética e nutrição de aves, além da busca por estratégias competitivas pelas empresas integradoras, como ganhos em escala na redução dos custos de produção e transação, e elevação da produtividade.

Segundo Fernandes Filho, Flôres e Queiroz (2002), estudos do Banco Mundial apontam a avicultura de corte brasileira como a mais eficiente do mundo, e com o menor custo de produção. A explicação para isso, em parte, pode estar na base técnica do processo produtivo, onde expressivos investimentos realizados em toda a cadeia produtiva

³⁷ O autor faz um estudo de caso sobre a General Motors (GM) em São José dos Campos - SP. Assim, trata especificamente da subcontratação na GM. No entanto, a reestruturação produtiva e a subcontratação são termos que podem ser generalizados pois estão em praticamente todos os setores e escalas produtivas.

têm promovido significativas mudanças. Por outro lado, a água abundante e a mão-de-obra barata representam vantagens para o Brasil, mas também poderia ser o sistema de integração - a compra do trabalho acabado - um dos responsáveis por esse baixo custo, tendo em vista que boa parte desses investimentos na base técnica do processo produtivo, são feitos pelo produtor integrado.

Apresentaremos a seguir, baseados nas informações de Fernandes Filho, Flôres e Queiroz (2002) e na pesquisa de campo por nós realizada³⁸, um quadro com a "evolução" no sistema de integração, apresentando as principais transformações sofridas no modelo, bem como a tendência para o futuro deste.

QUADRO 5 - Evolução do modelo de integração

MODELOS DE INTEGRAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Início da adoção do modelo no Brasil - anos 60	<ul style="list-style-type: none"> - Início da constituição da moderna avicultura de corte brasileira - Consistia na integração, quase sempre, do pequeno produtor <i>versus</i> grande agroindústria³⁹ - Uso intensivo de inovações tecnológicas - se comparado ao modelo que predominava no país até então - Produção concentrada na Região Sul (até então a produção da carne de frango era realizada de forma artesanal e estava disseminado em todo o país) - Presença de uma enorme gama de produtores integrados - Exigência da integradora pelo uso da mão-de-obra familiar - Produtores integrados preocupados com a geração de emprego para os membros da família - Grande número de contratos de produção - quase sempre informais (verbal) - Exigência da integradora para que os integrados tivessem um sistema de produção diversificado - maior oferta regional de matérias-primas para produção de ração de engorda das aves, e redução da dependência da renda advinda da integração - Dependência de assistência técnica da integradora - Alta dependência financeira e tecnológica dos integrados em relação à integradora - Baixa capacidade de alojamento dos aviários - Frágil capacidade de organização e representação dos produtores integrados - Baixo nível de automação dos aviários - Elevada heterogeneidade tecnológica

³⁸ As informações baseadas nos autores referem-se à primeira e terceira parte do quadro. As informações referentes ao período - anos 90 até atual - são resultado da parte empírica da pesquisa.

³⁹ O sistema de integração tem início com a suinocultura, nos anos 1950, com Atílio Fontana (ver Capítulo IV, item 4.1 - História da Sadia)

MODELOS DE INTEGRAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Investimentos na cadeia produtiva - anos 90 até atual	<ul style="list-style-type: none"> - Consiste na integração entre o produtor e a grande agroindústria. Embora haja diversidade entre pequenos, médios e grandes produtores integrados, prevalecem os pequenos e médios - Uso intensivo de inovações tecnológicas - Produção ainda concentrada na Região Sul, embora tenha crescido a integração no Sudeste e Centro-Oeste - Número significativo de produtores integrados, embora o número tenha diminuído - Não há mais a exigência da integradora pelo uso da mão-de-obra familiar - muitas vezes o trabalho é feito por parceiros - A preocupação dos produtores integrados é com a geração de renda para a família, não mais com empregos - Os contratos de produção, estabelecidos entre a integradora e o integrado são sempre formais - A assistência técnica da integradora se resume ao manejo das aves. A assistência técnica com relação aos equipamentos é por conta do integrado - A dependência financeira e tecnológica dos integrados em relação à integradora ainda persiste, mas o financiamento se dá - quase inteiramente - diretamente com os bancos - Alta capacidade de alojamento dos aviários - Adoção da máxima capacidade de transformação de cereais em carne, no menor tempo possível - redução da mortalidade, conversão alimentar, diminuição da idade de abate, peso médio e velocidade de crescimento⁴⁰ - Capacidade de organização e representação dos produtores integrados aumentada - Razoável nível de automação dos aviários - Heterogeneidade tecnológica, muito embora em menor grau e relacionada à cada indústria integradora
MODELOS DE INTEGRAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Tendências para o modelo de integração	<ul style="list-style-type: none"> - Modelo de integração que vem surgindo nos últimos anos - Utilização intensiva de automação dos aviários - fornecimento de água e comida automáticos - e climatização - Alto volume de aves confinadas por aviário/produtor integrado - módulos de confinamento com capacidade individual de 25.000 aves - Redução significativa no número de produtores integrados para cada planta industrial - Redução do número de contratos estabelecidos - Produtores integrados de tipo médio ou grande (maior parte dos estabelecimentos com área superior a 200 ha) - Exigência de que os integrados tenham maior capacidade de alavancagem de financiamento - Aumento significativo nos custos de instalação de novos aviários (maior automação e aumento no tamanho dos aviários) - Produtores melhor informados sobre o mercado - Produtor que busca melhores alternativas de investimento - não

⁴⁰ De acordo com Espíndola (s.d.), em 1965 cada frango com peso vivo de 1,6 kg. idade de abate de 63 dias consumia 2,4 kg de ração por kg de carne produzido; em 2005, a idade de abate era de 42 dias, a ave consumia 1,7 kg por kg de carne produzido, e atingia 2,4 kg.

	<p>simplesmente uma nova fonte de renda</p> <ul style="list-style-type: none"> - Uso predominante de mão-de-obra assalariada nos aviários - Homogeneização na base técnica de produção, de uma mesma planta industrial - produtores integrados utilizando a mesma base técnica - Re-espacialização das agroindústrias integradoras para regiões que tenham concentração de produtores com maior capacidade de alavancagem de financiamento, e oferta abundante de matéria-prima (milho e soja)
--	---

Fonte: Pesquisa bibliográfica e coleta de dados em campo

Organização: Loiva Marli Flach

Cabe destacar que essa evolução no modelo de integração não se deu com transformações bruscas nos períodos referidos, mas gradativamente. Assim, ainda hoje, existem resquícios do primeiro modelo, bem como já podem ser vistos fortes indícios do novo modelo de integração, apresentado no quadro como tendência.

Com relação à esse novo modelo de integração que começa a ser utilizado, Fernandes Filho, Flôres e Queiroz (2002), afirmam que as principais diferenças entre este e o anterior se referem ao tipo de produtor integrado; grau de heterogeneidade na base técnica da produção; número de produtores integrados por estabelecimento agroindustrial; número de aves confinadas por produtor; nível de automação dos aviários; uso de mão-de-obra assalariada; e às exigências mínimas de aporte de capital do produtor para se tornar integrado.

Como esse modelo ainda não está plenamente implementado, algumas características, como organização e representação dos produtores, ainda não podem ser visualizadas. Entretanto, considerando o perfil destes produtores - maior acesso a informações, não envolvimento direto no processo produtivo e alto volume de capital investido - podemos esperar que os integrados apresentem maior nível de organização e representação, o que, segundo Fernandes Filho, Flôres e Queiroz (2002), terá impactos na relação integrado/integrador.

Essa "tendência" reflete a pressão que as integradoras estão recebendo do mercado para o aumento da competitividade produtiva. Nessa luta por competitividade, as empresas tentam reduzir seus custos de produção, de transação e de logística. A relação integrado/integrador está diretamente relacionada aos custos de transação, sobre por que o novo modelo contribuiria para a redução dos custos de transação, Fernandes Filho e Queiroz afirmam:

(...) ao possibilitar a redução drástica do número de integrados por planta industrial, ao estabelecer que os mesmos tenham uma mesma base técnica e façam uso das inovações tecnológicas de maneira intensiva, ao escolher produtores para serem

integrados com maior acesso a informações (ao não se envolverem com o trabalho direto no processo produtivo e sim com o gerenciamento do negócio como um todo), haveria redução dos custos com formulação e monitoramento dos contratos, assistência técnica, entrega do pintinho, da ração, dos produtos veterinários, na busca do frango para abate, cálculo da remuneração dos integrados pela engorda do frango e com o pagamento dos mesmos. Haveria, também, menor oportunismo por parte do integrado uma vez que o custo de deixar a integração seria elevado em função dos elevados custos do investimento. Enfim, contribuiria para reduzir os custos administrativos e, por consequência, de transação (Fernandes Filho, Flôres e Queiroz 2002, p. 7).

A redução dos custos de produção se daria pela maior escala da produção (aviários com maior capacidade de confinamento); utilização mais intensiva de tecnologia de automação e climatização - maior produtividade da mão-de-obra empregada, e maior quantidade de aves por metro quadrado de aviário; menor incidência de problemas sanitários; menor custo de transporte (ração, pintinhos, produtos veterinários e frango vivo) devido ao maior volume transportado.

A redução do custo de logística, segundo Fernandes Filho, Flôres e Queiroz (2002), seria aquele obtido pela redução do custo na entrega da ração, do pintinho e na "busca" do frango vivo. Como o número de integrados seria menor, e o volume de ração, pintinhos e aves a serem entregues/buscados, maior, bem como estarem localizados próximos à agroindústria, o custo com a logística também seria menor.

Após toda essa discussão sobre modelos de integração, acreditamos termos respondidas as questões formuladas no princípio: o que é o sistema de integração? É possível entendê-lo com base no "trabalho domiciliar" analisado por Lênin?

O sistema de integração, principalmente àquele modelo adotado desde a década de 90, é reflexo das inovações resultantes da reestruturação produtiva, ou seja, é a subcontratação - inserida no modelo de regulamentação da produção toyotista -, onde impera a busca incessante pela produtividade, e onde a mais-valia aparece nas formas absoluta e relativa.

Quanto à possibilidade de entender a integração como "trabalho domiciliar", acreditamos que, em parte, seja assim, pelo menos nos dois primeiros modelos de integração. Quanto ao terceiro modelo - a tendência - é difícil percebê-lo como tal, já que o trabalho deve ser sempre na forma assalariada. No entanto, se essa mão-de-obra assalariada tiver residência dentro da unidade produtiva, ou seja, se o trabalhador residir com sua família em casa fornecida pelo produtor integrado, então seu trabalho pode ser compreendido como trabalho domiciliar, onde estarão presentes - em diferentes graus -

todos os aspectos descritos por Lênin, principalmente o que provoca a redução do nível das necessidades do trabalhador.

Ainda é preciso levar em conta que no município e em toda a Região Sudoeste do Paraná, devido à sua característica fundiária e de formação sócio-espacial, esses "modelos" de integração não estão funcionando distintos e isolados uns dos outros, ou ainda ultrapassados. Existem diversas combinações desses modelos funcionando atualmente, onde o mais arcaico convive com tecnologia de ponta, na engorda das aves.

Neste capítulo analisamos a reestruturação produtiva do capital, os ciclos funcionais do capitalismo, o toyotismo e a acumulação flexível, o agronegócio e o sistema de integração da indústria avícola. Discutimos como e por que acontece esta reestruturação das forças produtivas, as novas relações de trabalho por ela suscitadas, e que se fazem sentir, também na maneira de produzir da agropecuária.

O sistema de integração, atualmente adotado pela Sadia, pode ser visto como resultado das novas relações de trabalho, resultantes não só da acumulação flexível e da reestruturação produtiva, mas também da forma de produzir, com alta tecnologia - a industrialização do campo.

No próximo capítulo trataremos do espaço delimitado para a pesquisa. Primeiro analisaremos a Região Sudoeste do Paraná, sua formação sócio-espacial e caracterização atual. Também trataremos do município de Francisco Beltrão, propriamente dito, e da evolução de sua estrutura fundiária.

O interesse principal é perceber se está ocorrendo concentração fundiária no município de Francisco Beltrão, já que, no caso do campo, o aspecto fundiário está intrinsecamente ligado ao aspecto demográfico e à ocupação da força de trabalho.

CAPÍTULO III

A REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ

3.1 A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO SUDOESTE DO PARANÁ

Segundo Abramovay (1981), até 1940 a população do Sudoeste Paranaense era composta por caboclos, rarefeita e vivendo de modo precário, com uma miserável cultura de subsistência e sem a propriedade das terras que ocupavam, como posseiros. Não tinham preocupação com a legalização das propriedades, até porque praticavam suas queimadas e marchavam adiante quando viam a terra esgotada.

Ele – diferentemente dos colonos de origem européia que o sucederam – se interessava pela terra apenas na medida em que ela era capaz de lhe dar os frutos daquilo que nela ele plantava. A terra só lhe servia como objeto de seu trabalho. Separada deste trabalho, ela não tinha valor algum. A propriedade (rela ou virtual) não era a premissa para a produção. Assim ao chegar o caboclo não subdividiu a mata em parcelas sobre as quais cada indivíduo ou família seria soberana o que se colhia ou caçava, isto sim era um patrimônio individual. Mas a terra ela mesma não pertencia a ninguém. (ABRAMOVAY, 1981, s.p.)

Assim, com a chegada dos colonos descendentes de europeus, vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mais para o final da década de 1940, ocorreu a sutil e pacífica extinção da economia cabocla. Segundo Abramovay (idem), entre os anos de 1953 e 1955, ocorreu um êxodo vindo desses estados em que chegavam cerca de 30 a 40 famílias por dia no Sudoeste. Estes migrantes estabeleceram-se, ocupando as terras devolutas ou através da compra de posse dos caboclos e compuseram a população da região. As causas da migração são assim relatadas por Padis (1981, apud Abramovay, 1981, s.p.):

Entre 1940 e 1960 o número de pequenas propriedades de menos de 10 hectares se multiplicou por 2,7 (no Rio Grande do Sul, R. A) enquanto no mesmo período o tamanho médio dessas propriedades passava de 5,6 a 5,2 ha... Um fenômeno inverso pode ser notado entre as grandes propriedades – as de 10.000 ha e mais. Se em 1940 o número dessas propriedades não passava de 41, em 1960 ele se elevava a 48, ao mesmo tempo em que seu tamanho médio passava de 14,5 mil para 19 mil ha... Esses fatos nos permitem afirmar que a divisão da terra se fez em detrimento das propriedades de tamanho médio. (PADIS, 1981, apud ABRAMOVAY, 1981, s.p.)

Entretanto, há outra "causa" para a ocupação do Sudoeste, o que segundo Lazier (1997), constitui a primeira política efetiva dos governos Federal e Estadual, no sentido de integração de novas áreas no processo de alargamento da fronteira econômica. A política tinha por objetivo o deslocamento espacial da força de trabalho para novas regiões férteis, a fim de incrementar a agricultura extensiva e iniciar o aumento da produção de alimentos para os centros urbanos do país, que estavam em grande expansão.

De forma a visualizar esse processo migratório, e as respectivas origens dos imigrantes, apresentamos a tabela a seguir, com a composição populacional do Sudoeste do Paraná no ano de 1948, e que tem como base o trabalho de Lazier (1997):

TABELA 6 - Composição populacional do Sudoeste do Paraná em 1948

BRASILEIROS		ESTRANGEIROS	
Conforme a origem	Número de habitantes	Conforme a origem	Número de habitantes
Paranaenses	1940	Argentinos	70
Riograndenses	1813	Finlandeses	7
Catarinenses	1065	Franceses	7
Paulistas	10	Poloneses	6
Cariocas	10	Espanhóis	9
Baianos	9	Alemães	3
Capixabas	2	Paraguaios	3
		Belgas	2
		Italianos	2
		Austríaco	1
		Português	1
Sub-total	4.849	Sub-total	107
TOTAL GERAL 4.956			

Fonte: Lazier, 1997.

Organização: Loiva Marli Flach

Com base na política de Getúlio Vargas é criada, no ano de 1943, através do decreto nº 12.417 de 12 de maio a Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO⁴¹, marco inicial da povoação efetiva do sudoeste (DONDA JÚNIOR, 2002).

(...) Getúlio Vargas tentou concretizar um dos mais ambiciosos objetivos de seu governo, a Marcha para o Oeste, a colonização das terras distantes e desocupadas, com base sobretudo num sistema de pequenas propriedades. Neste quadro é que foi criado um órgão que teve a maior importância na ocupação do Sudoeste Paranaense: a Colônia Agrícola Nacional General Osório (Decreto-lei nº 12.417 de 12/5/1943) a CANGO. (ABRAMOVAY, 1981, s.p.)

Donda Júnior (2002) explica que a CANGO teve dois momentos: o primeiro, como Colônia Agrícola, quando as terras eram literalmente dadas aos colonos⁴². No segundo, em 1955, é transformada em núcleo colonial, passando a ser administrada pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), e determina-se que as terras passem a ser vendidas. No entanto, na prática, segundo o autor, a CANGO nunca cobrou terreno algum, mesmo porque a região estava sendo contestada judicialmente.

A única coisa que a CANGO não ofereceu para as pessoas que conseguiram se fixar na região era a documentação definitiva das terras, o que gerou problemas posteriores. De acordo com Lazier (s.d.), a CANGO se preocupou com a infra-estrutura:

(...) abriu picadas, estradas, construiu pontes, permitindo a vinda de grandes levas de colonos e o escoamento de suas produções. (...) construiu uma serraria inicialmente em Santana e depois em Santa Rosa, para serrar madeira para construção de casa para os primeiros agricultores. (LAZIER, s.d., p. 17).

A atuação da CANGO representou um elemento promissor para o desenvolvimento da Região Sudoeste do Paraná, possibilitando a formação de pequenos núcleos rurais e contribuindo para a formação do espaço urbano.

Se num primeiro momento os colonos produziram quase que exclusivamente para sua subsistência, bem rápido foram criadas as condições para a produção de alimentos para o mercado. É a infra-estrutura dada pela CANGO - em sementes, ferramentas, casa, assistência médico-hospitalar, etc. permitiu que os meios de produção venham de fora da unidade produtiva do próprio mercado. Como

⁴¹ A CANGO foi instalada na Vila Marrecas, que mais tarde se tornaria a sede do município de Francisco Beltrão.

⁴² A CANGO dava terra de graça. E não só terra: “o agricultor era instalado nesta colônia agrícola (...) Chegava, recebia a terra, a casa, ferramentas, sementes, assistência dentária e médico-hospitalar. Tudo de graça... O serviço de máquinas era muito bom, bem como o serviço de escritório e topografia” (Pecóits, 1978, p.33, apud Abramovay, 1981)

consequência, há uma disseminação das relações mercantis, o que implicou, no caso do sudoeste na desagregação da economia cabocla do período anterior, e a instalação de uma economia na qual o dinheiro e a mercadoria começavam a tomar conta da vida dos homens. (GOMES, 1987, apud DONDA JÚNIOR, 2002, p. 72)

Com a intensificação do processo migratório⁴³, nos anos 50, ocorre a disseminação de pequenas comunidades rurais, que surgem a partir da constituição de pequenos centros comerciais onde os produtores vendem sua produção e compram produtos industrializados. No princípio, era apenas um sistema de troca entre o colono e o bodegueiro, mas tornou-se mais intenso e acabou sendo um marco para o desenvolvimento comercial e industrial, expandindo-se aos mais variados setores da economia (DONDA JÚNIOR, 2002).

Paralelamente, no início dos anos 50 tem início uma disputa entre os donos das terras, que não possuíam as escrituras das mesmas, e a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA), que irá eclodir em 1957 na famosa Revolta dos Posseiros ou Revolta de 57. De forma a entendermos o conflito, que terá grande importância na formação/consolidação sócio-espacial da região, descrevemos a seguir o relato de Abramovay (1981) que o faz baseado em autores como Lazier e Pecóits:

Tudo começou quando, no início do século, o governo de Santa Catarina concedeu ao cidadão José Rupp parte da mesma área que em 1913 e em 1920 foi titulada para a Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande. Em 1920, quando a disputa fronteiriça entre Paraná e Santa Catarina já estava resolvida, começou o litígio judicial entre José Rupp e a Companhia. Rupp perdeu em primeira instância, em 1920, tendo sido embargados e apreendidos seus depósitos de erva-mate já extraída. Na apelação, em 1925, Rupp teve sua posse sobre aquelas terras reconhecidas. A companhia recorreu então no Supremo Tribunal Federal que, em 1938, confirmou os direitos de Rupp. Diante dos prejuízos que tivera até então, Rupp exigiu na justiça uma indenização da Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande que foi fixada, em 11/11/1945 no total de Cr\$ 4,7 milhões, mas os juros de mora e custos processuais, calculados desde janeiro de 1938. Como os bens da EFSPRG tinham sido nacionalizados em 1940, o crédito de Rupp era junto ao Patrimônio Nacional. Mas da Justiça ao poder público federal e sobretudo deste ao bolso de José Rupp a distância parecia ser intransponível. Rupp fez o que pode para receber o que lhe era devido, propôs acordos, sugeriu que fosse pago em terras, mas nada disso adiantou. A Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional

⁴³ A grande maioria dos brasileiros que chegavam à região tinham como objetivo fixar-se à terra, como foi o caso dos paranaenses oriundos de outras regiões do Estado, dos riograndenses e catarinenses, enquanto que outros, brasileiros e estrangeiros, vieram como funcionários da colônia.

(SEIPN) era intransigente com José Rupp. Por mais que tentasse não conseguia receber seu dinheiro. Então, em 26/7/1950, Rupp desistiu e vendeu seu crédito para a firma que iria infernizar durante sete anos a vida dos pequenos agricultores do Sudoeste, a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA).

Um dos sócios da CITLA era o governador Moisés Lupion (do PSD), que esteve à frente do executivo paranaense entre 1946 e 1950 e entre 1955 e 1960. O que a SEIPN devia a Rupp deveria agora ser pago à CITLA. A partir daí, aconteceu um milagre. Aquilo que era ilegal passou a ser legal. Aquilo que era indevido passou a ser legítimo. Aquilo que era indeferido passou a ser deferido. Com a entrada da CITLA na problemática do recebimento de indenização todas as portas se abriram, e, em 17/11/1950, foi acertado entre a CITLA e a SEIPN o acordo sobre a indenização. O acordo foi a titulação para a CITLA da Gleba Missões e parte da Gleba Chopim como pagamento daquele crédito. Para o pagamento de um crédito de Cr\$ 4,72 milhões, a CITLA recebeu cerca de 500 mil hectares de terras férteis e com enormes riquezas naturais. E, imediatamente ela começou a sua ação “colonizadora”. Segundo uma estimativa feita pelo “Grupo Lupion” as terras de que se apossou fraudulentamente, tinham a área de 198.000 alqueires, cerca de 4 vezes o Distrito Federal. A quantidade de pinheiro ali existentes era de dez milhões. Na base de preços estabelecidos, as terras valiam Cr\$ 1.584.000.000,00 e os pinhais Cr\$ 2.000.000.000,00. Portanto, o valor daquele patrimônio era de Cr\$ 3.584.000.000,00. Esse patrimônio foi transferido da União para a CITLA, por escrituras fraudulentas e já anuladas, pela ínfima quantia de Cr\$ 8.600.000,00. O preço pago pela CITLA (Grupo Lupion) foi de 0,2 % do valor das Glebas. A lesão sofrida pela União em seu patrimônio foi enorme.

Mas mais importante que a lesão da União era o fato de que, com a entrada da CITLA, os agricultores deveriam pagar por aquilo que já haviam recebido de graça da CANGO. E como a CITLA sabia que suas pretensões sobre aquelas terras eram ilegais, ela era obrigada a agir com pressa: os pagamentos deveriam ser feitos praticamente a vista e a lei imposta pela CITLA era: ou paga, ou sai, ou morre. A CITLA, através de sua polícia particular, espalhou o terror pela região. Quem não quisesse obedecer a lei da CITLA corria perigo de vida e, de fato, as vítimas se contavam às dezenas.

Além disso, a companhia contava com apoio das prefeituras da região (ligadas também ao PSD) e dos juízes, sem falar da omissão do poder público federal que nada fazia, na prática, para coibir os abusos praticados pela CITLA. Não que a totalidade dos órgãos públicos envolvidos na questão fosse conivente com a CITLA, esta se apoiava,

antes de tudo, no poder estadual – além de contar com a preciosa omissão de executivo federal, que, por razões de fidelidade política não podia se opor as atividades da companhia à qual pertencia Moisés Lupion. Com exceção da Presidência da República, a maioria dos órgãos federais opunha-se à ação da CITLA no terreno jurídico, mas Moisés Lupion dava-lhe todo o apoio no plano prático. A justiça estava com os colonos e a força com a CITLA. Se o colono considerasse que a companhia era realmente a legítima proprietária daquelas terras, não haveria a Revolta de 1957. A CITLA não foi contestada enquanto proprietária, mas sim como não proprietária, como grileira.

Esta situação durou até 10 de outubro de 1957 quando, após o esgotamento de todos os recursos legais, os colonos ocuparam várias cidades do Sudoeste: Capanema, Barracão, Santo Antônio, Pato Branco e Francisco Beltrão. Só em Francisco Beltrão concentraram-se mais de 4.000 agricultores que, de armas na mão, ocuparam a cidade e expulsaram os jagunços e os grileiros.

Em 1961 o presidente Jânio Quadros declarou de utilidade pública a Gleba Missões e parte da Gleba Chopim, desapropriando-as pelo Decreto nº 50.379. Para a legalização das terras, o Governo Federal criou em 1962 o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), cuja principal atribuição era continuar o trabalho iniciado pela CANGO.

Até 1972 o GETSOP havia expedido 35.856 títulos, sendo 30.221 no setor rural e 5.653 no setor urbano e, assim, os posseiros passaram a ser proprietários de suas terras. O grupo ainda construiu 201 escolas e definiu a situação da terra na zona rural e urbana.

Já falamos que o processo migratório, dos anos 50, possibilitou a constituição de pequenos centros comerciais onde os produtores vendiam sua produção e compravam produtos industrializados, e disseminou as pequenas comunidades rurais, no entanto, há que se falar da importância das madeiras para o processo de formação sócio-espacial do Sudoeste. Segundo Flores (2009) a existência de grande quantidade de pinheiros araucária, aliado à necessidade dos colonizadores em derrubar as matas para a formação das lavouras, constituiu-se como atrativo para a indústria madeireira instalar-se na região. Do mesmo modo, como a grande maioria dos caboclos e colonos que viviam na região tinha poucas posses, necessitavam complementar a renda familiar e aceitavam trabalho nas serrarias e na extração de pinhos na mata.

Da mesma forma, os trabalhadores das serrarias instalavam-se com as famílias próximos às mesmas, o que atraiu os primeiros estabelecimentos comerciais, que em geral

eram de secos e molhados. Assim, segundo o autor, várias cidades e distritos surgiram na região, ou seja, próximos às madeiras.

A indústria madeireira também foi importante por proporcionar a abertura das primeiras estradas que cortavam a Região Sudoeste, já que o transporte das toras e da madeira serrada era feito por essas estradas com caminhões. Assim se deu a consolidação do povoamento da região: pouco a pouco foram surgindo atividades de prestação de serviços (mecânicas, borracharias, venda de combustíveis, etc.) na beira das estradas (FLORES, 2009).

Queremos destacar que a maneira como se deu a colonização no Sudoeste, com a imigração de descendentes de europeus, vindos do exterior e também dos outros estados do Sul do Brasil, bem como o conflito entre os posseiros⁴⁴ e a CITLA, propiciou que a estrutura fundiária da região fosse formada basicamente por pequenas e médias propriedades. Esse fato, aliado à relação de confiança/dependência (troca de produtos por mercadorias) estabelecida entre os pequenos proprietários, operários das serrarias e os pequenos comerciantes (vendas) que se estabeleceram, têm participação importante na relação que se estabelecerá, no futuro, entre a agroindústria e os integrados.

Segundo Silva e Saes (2007), o forte inter-relacionamento entre comerciantes e colonos é que vai se consolidar no processo de integração do sistema avícola. Os autores afirmam, baseados em Matos (2006) que esse inter-relacionamento comerciante-colono ultrapassou os limites da relação mercantil, expandindo-se para relação de sistema integrado envolvendo produtor (colono) e abatedouro (comerciante) em suas relativas funções na verticalização da cadeia agropecuária para agroindustrial.

Na verdade, havia uma explícita dependência do produtor frente ao comerciante determinada pelo caráter financiador do comerciante, não só em relação aos insumos necessários à produção, mas também aos outros materiais imprescindíveis à sua sobrevivência. Por outro lado, ao comerciante também interessava a produção agrícola do colono, que se constituía em sua principal fonte de receitas. (...) Esse domínio que se criava em relação ao colono não se limitava ao campo econômico, mas também se estabelecia no cultural e político, o que reduzia enormemente as possibilidades de conflito entre ambos. (MATOS, 1996, apud SILVA e SAES, 2007, p. 4)

⁴⁴ Faz-se necessário esclarecer que entre os imigrantes havia também o chamado "posseiro não-oficial", que não recebeu terras da CANGO, mas tomou posse ou comprou as terras diretamente dos caboclos instalados na região.

Abramovay (1981) afirma que a separação entre produtores e comerciantes é a base histórica na qual se apóia a própria transformação mercantil da agricultura camponesa. Os migrantes que ocuparam o Sudoeste Paranaense a partir do final da década de 1940, com os olhos na propriedade e no mercado, trouxeram consigo seus comerciantes.

Segundo o autor, como os próprios comerciantes, em sua grande maioria, também participaram do movimento social migratório que levou os agricultores ao Sudoeste do Paraná⁴⁵, há uma enorme identidade entre eles, que contribui para dissimular a desigualdade social que os separa.

O que caracteriza este período é o fato de não haver antagonismo entre as regras de conduta do comerciante e as do agricultor. Embora diferentes, eles pertencem a um mundo comum. O comerciante é capaz de compreender as dificuldades por que passa o agricultor, e fornece-lhe adiantamento, prorroga-lhe uma dívida, etc. Cada uma destas operações de “ajuda”, entretanto, envolve uma relação de dependência e amplia as bases da exploração do agricultor pelo comerciante.

Segundo Abramovay (1981), esta relação entre pequeno produtor e comerciante supunha uma grande descentralização das atividades comerciais, com inúmeros agentes participando do processo de comercialização. Os tipos de intermediários e compradores que atuavam na Região Sudoeste eram os seguintes: colonos comissionados; bodegueiros; atacadistas expedidores distribuidores; motoristas de caminhão; atacadistas re-expedidores; organizações varejistas; empresas industriais e órgãos governamentais. Não analisaremos cada um deles, parece-nos que neste trabalho o interesse principal deve girar em torno dos bodegueiros.

O comerciante (seja ele o bodegueiro ou o vendeiro) é para o agricultor a incorporação do mercado. É através do comerciante que o produtor fica sabendo o preço do que vende. Quando o colono entregava seu produto no comércio, não perguntava quando ou quanto o comerciante lhe pagaria pelo produto. O comerciante, por sua vez, viajava até as capitais e vendia o produto. Quando voltava, chamava o colono, para que ele fosse "acertar as contas". Isso ocorria, segundo Abramovay (idem) porque a venda do que o colono produzia estava diretamente vinculada às compras do que necessitara durante o ano, antes da colheita, ou seja, da dívida contraída junto ao comerciante. A compra e a venda se fazem sempre no mesmo local e o agricultor vende não para comprar, mas para

⁴⁵ Segundo Abramovay (1981), a integração dos comerciantes no movimento social migratório em direção ao Sudoeste, explica sua participação ativa na Revolta de 1957, tendo vários comerciantes entre os dirigentes da Revolta.

pagar o que já comprou, e este empréstimo, na maior parte das vezes, era em produto e não em dinheiro. Portanto, havia uma evidente dependência do agricultor com relação ao comerciante, mas esta dependência não aparece como subordinação, mas como contrapartida a um favor prestado, ou ajuda mútua.

Na citação abaixo, acreditamos estar a fundamentação para a origem da subordinação do integrado à agroindústria, e mais: a base da crença de que o pequeno proprietário rural ou "agricultor familiar" de hoje tem autonomia na produção, ou na escolha de como, quando e o que produzir.

Portanto, é enquanto produtor mercantil – e não como produtor agrícola em geral, já que uma parte considerável de sua produção destina-se ao seu próprio consumo – e nos limites de sua produção mercantil que ele se relaciona com o comerciante. Enquanto produtor natural, daquilo que consome, ele não depende de ninguém. E é sobre esta sua independência enquanto produtor natural que se baseia a ilusão de sua independência enquanto produtor mercantil. É a sua mercadoria e não sua vida (como ocorre entre os camponeses pobres do Nordeste) que está entre as mãos do comerciante. É sobre a sua condição de produtor mercantil que o comerciante vai interferir; sua sobrevivência e, portanto, sua independência enquanto pessoa, estão garantidos. (ABRAMOVAY, 1981, s.p.)

Como o proprietário rural da Região Sudoeste tinha suas relações com o mercado (bodegueiro e vendeiro) baseadas, como vimos, na confiança, na troca de favores, ou ajuda mútua, parece quase "natural" que as relações, com a dissolução da economia camponesa tradicional e a modernização da agricultura, evoluíssem para a integração contratual.

3.2 CARACTERIZANDO A ATUAL REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ

Atualmente a Região do Sudoeste do Paraná, segundo a Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP), é constituída por 42 municípios⁴⁶, os quais têm características de ordem econômica, social e cultural comuns, principalmente a característica fundiária que é formada, na grande maioria, por pequenas propriedades, originadas como vimos pelo sistema de colonização adotado na região. Na tabela 8, apresentamos os municípios que compõem a Região Sudoeste, a área que abrangem, o número de habitantes em 2008 e a respectiva densidade geográfica dos mesmos.

⁴⁶ O IBGE considera a Região Sudoeste do Paraná com 37 municípios (o mapa da página 08 está de acordo com o IBGE).

TABELA 7 - Municípios que compõem a Região Sudoeste do Paraná - área e habitantes

	MUNICÍPIO	ÁREA (KM²)	HABITANTES (2008)*	DENSIDADE DEMOGRÁFICA HAB/KM²
01	Ampére	298,33	17.830	60,08
02	Barracão	169,93	9.275	56,97
03	Bela Vista do Coroba	148,1	4.210	28,23
04	Boa Esperança do Iguaçu	151,98	2.919	19,41
05	Bom Jesus do Sul	173,97	3.907	22,37
06	Bom Sucesso do Sul	195,86	3.107	15,89
07	Capanema	418,7	18.655	44,48
08	Chopinzinho	959,69	19.628	20,46
09	Clevelândia	704,63	18.041	25,66
10	Coronel Domingos Soares	1.557,89	7.790	5
11	Coronel Vivida	684,41	21.985	32,18
12	Cruzeiro do Iguaçu	161,49	4.244	26,43
13	Dois Vizinhos	418,32	35.389	84,46
14	Enéas Marques	191,99	6.100	31,53
15	Flor da Serra do Sul	254,88	4.775	18,78
16	Francisco Beltrão	734,98	75.517	103,2
17	Honório Serpa	502,23	6.251	12,41
18	Itapejara D' Oeste	254,08	11.083	43,6
19	Manfrinópolis	215,68	3.334	15,44
20	Mangueirinha	1.073,79	17.562	16,36
21	Mariópolis	230,74	5.956	25,81
22	Marmeleiro	387,68	13.493	34,7
23	Nova Esperança do Sudoeste	208,47	5.334	25,6
24	Nova Prata do Iguaçu	352,56	10.791	30,73
25	Palmas	1.567,36	42.643	27,05
26	Pato Branco	539,42	69.478	128,89
27	Pérola do Oeste	206,05	7.222	34,94
28	Pinhal de São Bento	96,86	2.598	26,47
29	Planalto	345,74	14.007	40,64
30	Pranchita	225,84	5.925	26,27
31	Realeza	353,42	16.276	45,82
32	Renascença	425,08	6.945	16,36
33	Salgado Filho	183,08	4.709	25,56

	MUNICÍPIO	ÁREA (KM²)	HABITANTES (2008)*	DENSIDADE DEMOGRÁFICA HAB/KM²
34	Salto do Lontra	313,29	12.832	41,1
35	Santa Izabel do Oeste	321,17	11.753	36,48
36	Santo Antônio do Sudoeste	325,67	19.260	59,31
37	São João	388,06	11.198	28,78
38	São Jorge D' Oeste	379,05	9.213	24,29
39	Saudade do Iguaçu	152,08	5.137	34,62
40	Sulina	170,76	3.481	20,31
41	Verê	312,41	8.144	26,06
42	Vitorino	307,94	6.513	21,11
	TOTAL	17.064	584.510	Média Geral 34

* População estimada

Fonte: Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP) <<http://www.amsop.com.br/home.php>>
Organização: Loiva Marli Flach

Como podemos observar na tabela, a Região Sudoeste do Paraná tinha em 2008 584.510 habitantes, sendo que os municípios com maior densidade demográfica neste ano eram Pato Branco e Francisco Beltrão. Pato Branco tem uma área menor e menor número de habitantes, mas a densidade demográfica é maior. Já Chopinzinho, Coronel Domingos Soares, Mangueirinha e Palmas, que têm áreas maiores que a de Francisco Beltrão, apresentam densidade demográfica bem menor.

A Região Sudoeste do Paraná faz divisa com o Estado de Santa Catarina, ao Sul; com os municípios de Mangueirinha e Clevelândia, a Leste; com a Argentina, a Oeste; e ao Norte com o Rio Iguaçu.

Quanto à economia da região, apresentamos, a seguir, tabelas e gráficos com dados sobre o crescimento dos estabelecimentos e empregos na indústria e comércio; produção agropecuária e grau de urbanização dos municípios, nos últimos anos, de forma a possibilitar uma visão "panorâmica" da Região Sudoeste do Paraná.

TABELA 8 - Número de Estabelecimentos / Empregos (RAIS) na Região Sudoeste do Paraná (1997 - 2007)

MUNICÍPIOS	ESTABELECEMENTOS		EMPREGOS	
	1997	2007	1997	2007
Ampére	151	297	2.116	3.854
Barracão	123	250	881	1.253
Bela Vista do Coroba	n.i.	39	n.i.	271
Boa Esperança do Iguaçu	12	31	151	246
Bom Jesus do Sul	n.i.	34	n.i.	215
Bom Sucesso do Sul	22	62	142	361
Capanema	209	409	1.372	3.216
Chopinzinho	296	426	1.380	2.524
Clevelândia	297	399	1.806	2.307
Coronel Domingos Soares	n.i.	103	n.i.	952
Coronel Vivida	341	481	1.816	2.706
Cruzeiro do Iguaçu	20	59	149	523
Dois Vizinhos	506	920	4.412	8.199
Enéas Marques	59	109	540	846
Flor da Serra do Sul	11	72	126	512
Francisco Beltrão	1.290	2.242	9.616	19.416
Honório Serpa	37	96	334	659
Itapejara D' Oeste	86	208	982	1.694
Manfrinópolis	n.i.	24	n.i.	238
Mangueirinha	178	325	1.324	2.143
Mariópolis	105	158	527	802
Marmeleiro	151	261	915	1.328
Nova Esperança do Sudoeste	17	53	206	597
Nova Prata do Iguaçu	90	188	494	1.046
Palmas	631	877	4.406	8.197
Pato Branco	1.544	2.393	10.132	16.876
Pérola do Oeste	61	125	474	557
Pinhal de São Bento	7	20	100	181
Planalto	91	200	611	1.096
Pranchita	95	135	506	769
Realeza	296	478	1.388	2.295
Renascença	81	126	418	627

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS		EMPREGOS	
	1997	2007	1997	2007
Salgado Filho	51	69	334	396
Salto do Lontra	113	214	744	1.495
Santa Izabel do Oeste	117	187	644	1.451
Santo Antônio do Sudoeste	172	321	1.395	2.379
São João	104	216	850	1.333
São Jorge D' Oeste	107	210	230	1.197
Saudade do Iguaçu	30	84	120	820
Sulina	16	49	120	261
Verê	71	140	367	687
Vitorino	103	147	487	937
TOTAL	7.691	13.237	52.897	97.462

Fonte: Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP) <<http://www.amsop.com.br/home.php>>
Organização: Loiva Marli Flach

Na tabela 8 observamos que em 10 anos o número de estabelecimentos comerciais/industriais e de empregos cresceram significativamente nos municípios da Região Sudoeste, com destaque para Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Pato Branco e Realeza, os municípios com maior número de estabelecimentos e empregos. Com relação ao percentual de aumento apresentado, destacamos Ampére, cujo número de estabelecimentos cresceu 96,69% e de empregos 82,14%; Verê, com um crescimento de 97,18% no número de estabelecimentos; Sulina, que teve crescimento de 206,25% no número de estabelecimentos e 117,5% no número de empregos; Barracão com 103,25% de aumento no número de estabelecimentos; Capanema com 134% de aumento no número de empregos; Flor da Serra do Sul que aumentou o número de estabelecimentos em 554,54% e o número de empregos em 306,34%; e Itapejara D'Oeste com um crescimento de 141,86% nos estabelecimentos. Além destes, vários outros municípios apresentam índices significativos de crescimento, como Honório Serpa, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu e Saudade do Iguaçu. A média de aumento apresentado na região, entre os anos de 1997 a 2007 foi de 72,11% em número de estabelecimentos comerciais e industriais e 84,25% no número de empregos, o que indica, no nosso entendimento, que a região apresenta um crescimento econômico significativo.

Quando à produção agrícola da região, entre os anos de 2002 até 2006 (ver tabelas 09 e 10), podemos observar queda gradativa e significativa na produção de milho, que

diminuiu 96,08%, e ligeiro aumento na produção de soja, de 9,48%, sendo que até 2005 havia uma queda na produção de 33,12%. Somente em 2006 a produção voltou aos patamares de 2002. Isso pode representar problemas climáticos, já que, se fosse substituição de um produto pelo outro, no plantio, a soja deveria ter aumentado a produção em percentuais semelhantes aos da queda na produção do milho.

TABELA 09 - Produção de milho (safra normal) nos municípios do Sudoeste do Paraná (2002 - 2006)

MUNICÍPIOS	PRODUÇÃO (TN)				
	2002	2003	2004	2005	2006
Ampére	24.000	17.500	7.000	9.744	n.i.
Barracão	20.000	20.000	8.000	2.700	n.i.
Bela Vista do Coroba	15.500	12.000	1.800	1.500	360
Boa Esperança do Iguaçu	20.350	22.800	21.060	16.810	280
Bom Jesus do Sul	26.000	26.000	12.400	10.800	450
Bom Sucesso do Sul	34.420	38.330	34.200	34.200	1.600
Capanema	21.500	12.500	12.750	7.600	3.000
Chopinzinho	38.900	42.850	25.760	25.760	300
Clevelândia	71.480	67.900	30.750	30.750	750
Coronel Domingos Soares	79.600	71.963	50.025	50.025	4.000
Coronel Vivida	76.450	62.550	34.500	34.500	1.200
Cruzeiro do Iguaçu	18.000	20.700	22.750	18.500	180
Dois Vizinhos	69.550	70.380	62.220	40.330	1.800
Enéas Marques	21.500	20.250	10.800	1.920	180
Flor da Serra do Sul	45.000	39.000	29.600	30.000	630
Francisco Beltrão	77.500	62.400	61.180	36.855	975
Honório Serpa	62.615	65.400	45.603	45.603	4.180
Itapejara D'Oeste	29.430	31.172	16.500	16.500	320
Manfrinópolis	22.800	15.000	12.000	4.875	450

MUNICÍPIOS	PRODUÇÃO (TN)				
	2002	2003	2004	2005	2006
Mangueirinha	97.100	99.000	47.947	47.947	9.250
Mariópolis	41.423	36.892	26.840	26.840	2.550
Marmeleiro	54.000	48.000	30.000	17.600	1.440
Nova Esperança do Sudoeste	19.200	15.000	5.400	2.640	400
Nova Prata do Iguaçu	26.000	24.500	21.000	16.800	4.500
Palmas	35.000	37.000	20.490	20.490	300
Pato Branco	62.960	55.820	37.800	37.800	3.150
Pérola do Oeste	15.500	12.000	6.630	3.800	900
Pinhal de São Bento	9.900	9.000	3.968	2.250	108
Planalto	15.000	12.000	7.200	6.900	1.200
Pranchita	15.500	10.500	9.000	3.220	600
Realeza	42.000	21.000	14.000	16.400	1.560
Renascença	86.100	89.250	79.800	59.850	4.500
Salgado Filho	21.200	17.280	13.200	7.700	360
Salto do Lontra	31.000	22.000	21.000	12.000	1.000
Santa Izabel do Oeste	13.000	10.500	7.875	4.860	2.040
Santo Antônio do Sudoeste	15.000	12.500	5.250	10.710	1.080
São João	29.655	29.200	12.500	12.500	66
São Jorge D' Oeste	27.000	22.000	17.600	11.000	740
Saudade do Iguaçu	25.230	18.396	9.990	9.990	136
Sulina	16.830	15.510	7.650	7.650	450
Verê	54.750	49.500	67.500	31.020	800
Vitorino	49.150	43.898	36.600	36.600	4.200
TOTAL	1.577.093	1.429.441	1.008.138	825.539	61.985

n.i.: não informado

Fonte: Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP) <<http://www.amsop.com.br/home.php>>

Organização: Loiva Marli Flach

TABELA 10 - Produção de soja nos municípios do Sudoeste do Paraná (2002 - 2006)

MUNICÍPIOS	PRODUÇÃO (TN)				
	2002	2006	2004	2005	2006
Ampére	18.600	14.495	5.742	7.500	14.100
Barracão	1.960	1.280	960	1.600	2.400
Bela Vista do Coroba	13.950	12.320	7.410	9.600	13.920
Boa Esperança do Iguaçu	8.400	8.670	8.000	7.425	11.780
Bom Jesus do Sul	1.400	1.190	1.350	1.260	2.100
Bom Sucesso do Sul	33.125	26.780	22.620	22.620	28.950
Capanema	43.500	39.375	31.500	23.400	45.900
Chopinzinho	25.380	21.939	26.250	26.250	35.950
Clevelândia	76.880	61.230	44.650	44.650	68.740
Coronel Domingos Soares	50.575	42.750	52.500	52.500	65.175
Coronel Vivida	67.891	55.518	51.000	51.000	79.800
Cruzeiro do Iguaçu	6.000	6.250	4.400	3.975	4.650
Dois Vizinhos	24.750	22.500	21.728	17.360	24.800
Enéas Marques	600	1.440	1.260	720	2.400
Flor da Serra do Sul	7.560	7.500	4.440	7.750	12.000
Francisco Beltrão	31.900	37.800	20.100	16.000	42.000
Honório Serpa	49.725	35.525	39.100	39.100	54.174
Itapejara D'Oeste	27.342	25.272	11.130	11.130	25.710
Manfrinópolis	n.i.	90	130	150	290
Mangueirinha	66.375	61.500	79.300	79.300	96.100
Mariópolis	26.640	24.435	20.875	20.875	30.400
Marmeleiro	27.000	30.000	11.700	20.000	37.500
Nova Esperança do Sudoeste	3.000	4.000	2.464	2.700	4.200
Nova Prata do Iguaçu	35.200	35.100	24.024	23.040	35.650
Palmas	28.875	22.330	33.600	33.600	43.632

MUNICÍPIOS	PRODUÇÃO (TN)				
	2002	2006	2004	2005	2006
Pato Branco	56.470	45.500	37.750	37.750	54.450
Pérola do Oeste	24.375	18.040	10.560	8.640	20.880
Pinhal de São Bento	1.740	1.600	1.334	1.704	2.400
Planalto	34.100	27.140	20.000	17.100	36.000
Pranchita	41.250	35.325	25.891	23.700	49.600
Realeza	45.210	33.750	23.400	22.275	41.400
Renascença	56.000	49.500	27.880	30.000	60.800
Salgado Filho	n.i.	90	360	600	870
Salto do Lontra	18.600	21.600	16.740	9.000	20.150
Santa Izabel do Oeste	38.400	28.990	12.125	14.125	33.350
Santo Antônio do Sudoeste	29.640	22.440	15.210	12.750	27.600
São João	53.330	44.500	20.375	20.375	55.800
São Jorge D' Oeste	18.525	14.000	12.750	8.100	21.300
Saudade do Iguaçu	7.250	6.900	5.400	5.400	8.370
Sulina	10.290	9.920	9.400	9.400	13.175
Verê	21.080	17.500	11.200	8.400	13.800
Vitorino	34.520	27.725	27.900	27.900	35.840
TOTAL	1.167.408	1.003.809	804.508	780.724	1.278.106

n.i.: não informado

Fonte: Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP) <<http://www.amsop.com.br/home.php>>

Organização: Loiva Marli Flach

A pecuária da Região Sudoeste do Paraná, apresentou crescimento em todos os setores analisados, no período de 2002 a 2006, sendo que o destaque fica para a produção de leite, que cresceu 34,34%, e a avicultura que apresentou crescimento de 28,66%. A criação de gado de corte, aumentou ligeiramente, 8,22%, e a criação de suínos, aumentou 22,52%.

TABELA 11 - Pecuária da Região Sudoeste do Paraná (2002 - 2006)

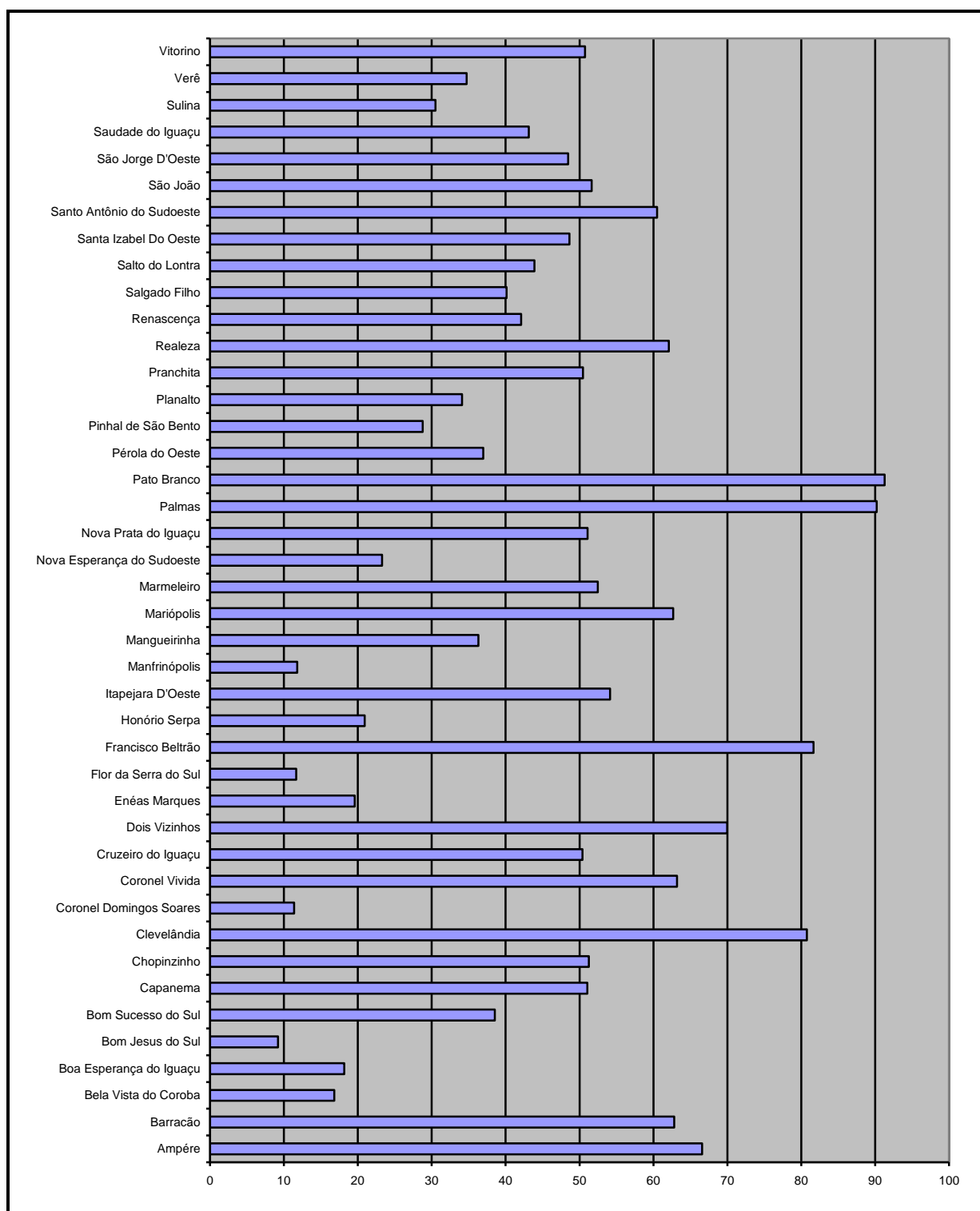
MUNICÍPIO	GADO DE CORTE		SUÍNO		AVES (cab)		LEITE (lts)	
	2002	2006	2002	2006	2002	2006	2002	2006
Ampére	30.045	33.545	22.620	36.210	710.402	879.900	13.194.000	14.950.000
Barracão	14.745	18.813	12.852	15.000	50.462	0	10.303.000	12.230.000
Bela Vista do Coroba	13.415	14.691	7.600	10.100	66.308	125.215	5.435.100	6.580.600
Boa Esperança do Iguaçu	16.840	16.676	9.400	17.600	453.429	611.200	5.538.000	6.027.500
Bom Jesus do Sul	16.660	18.626	7.830	6.100	10.869	69.169	6.400.000	9.120.000
Bom Sucesso do Sul	5.357	4.162	12.100	5.040	367.491	594.119	2.197.900	5.631.484
Capanema	37.770	38.214	30.510	36.200	905.246	1.129.508	21.972.000	23.000.000
Chopinzinho	54.000	32.830	4.750	850	698.434	n.i.	15.523.200	7.829.041
Clevelândia	2.392	57.741	12.130	14.000	13.669	688.662	11.465.500	23.661.138
Coronel Domingos Soares	25.317	19.873	5.300	1.040	0	10.854	1.900.000	12.565.584
Coronel Vivida	36.368	39.902	13.342	6.680	219.650	190.334	15.502.500	22.956.784
Cruzeiro do Iguaçu	19.565	17.932	16.200	28.700	568.571	964.803	6.566.000	8.890.000
Dois Vizinhos	37.400	39.880	49.500	85.000	4.426.000	6.240.975	17.680.000	24.232.000
Enéas Marques	19.885	20.780	48.184	99.480	776.892	1.590.270	11.115.000	14.304.000
Flor da Serra do Sul	16.520	16.402	16.850	16.300	528.670	779.600	7.938.700	9.115.800
Francisco Beltrão	51.085	54.715	64.700	121.000	3.005.429	4.250.000	31.854.000	35.342.000
Honório Serpa	21.373	23.888	6.000	500	0	0	5.475.000	11.433.884
Itapejara D' Oeste	14.998	12.919	42.503	32.880	1.549.588	1.945.790	6.377.800	8.349.502
Manfrinópolis	14.825	20.608	5.570	4.200	503.714	173.800	5.665.600	7.510.600
Mangueirinha	30.846	39.920	8.800	1.160	0	0	7.800.000	11.466.350
Mariópolis	13.676	11.776	9.620	2.780	81.801	0	10.800.000	12.516.134
Marmeleiro	22.595	24.043	24.220	31.900	1.537.143	1.350.800	13.757.000	14.500.000
Nova Esperança do Sudoeste	22.225	27.296	17.400	15.100	812.857	1.232.700	10.498.200	15.527.500
Nova Prata do Iguaçu	34.965	34.897	43.200	35.000	341.258	435.150	15.240.000	20.782.500
Palmas	31.165	30.955	3.000	500	0	0	2.326.000	4.994.497
Pato Branco	27.656	24.752	14.168	3.240	392.439	602.507	13.992.000	22.126.349
Pérola do Oeste	15.490	15.771	15.570	21.500	78.571	185.400	7.300.000	10.454.000
Pinhal de São Bento	11.635	12.231	6.200	4.600	67.077	85.500	4.427.400	5.480.000
Planalto	30.425	29.195	22.500	19.450	169.286	263.330	15.540.000	19.710.000

MUNICÍPIO	GADO DE CORTE		SUÍNO		AVES (cab)		LEITE (lts)	
	2002	2006	2002	2006	2002	2006	2002	2006
Pranchita	9.510	9.071	10.800	19.000	70.369	118.690	5.200.800	6.074.000
Realeza	28.355	29.587	17.100	17.200	393.000	647.143	16.472.500	18.400.000
Renascença	15.385	17.747	16.511	19.950	895.714	670.200	10.950.000	13.600.000
Salgado Filho	19.200	22.729	21.140	49.120	203.286	493.320	6.923.000	10.815.500
Salto do Lontra	29.010	30.838	20.700	32.410	1.922.429	2.510.000	11.974.000	15.120.000
Santa Izabel do Oeste	25.805	27.421	16.200	19.800	1.079.429	980.800	12.937.600	16.980.000
Santo Antônio do Sudoeste	26.215	25.115	15.300	18.500	442.857	476.143	11.335.300	12.590.000
São João	22.650	19.409	9.690	4.660	934.247	1.245.809	11.388.000	18.024.838
São Jorge D' Oeste	35.735	39.585	11.160	16.300	1.132.974	1.345.729	11.500.000	17.902.300
Saudade do Iguçu	11.613	14.973	3.650	545	500.018	589.514	5.475.000	10.911.996
Sulina	14.660	18.031	7.290	6.930	787.504	806.015	5.475.000	11.825.056
Verê	23.430	24.245	18.492	19.800	1.672.714	2.277.900	12.450.000	16.900.300
Vitorino	13.900	12.232	13.070	2.640	181.796	172.488	10.059.400	15.178.678
TOTAL	964.706	1.044.016	733.722	898.965	28.551.590	36.733.337	435.924.500	585.609.915

Fonte: Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP) <<http://www.amsop.com.br/home.php>>
Organização: Loiva Marli Flach

No gráfico a seguir podemos observar o grau de urbanização dos municípios da Região Sudoeste do Paraná. Percebemos que apenas Palmas e Pato Branco apresentam índices superiores a 90% de urbanização, e apenas Francisco Beltrão e Clevelândia têm percentual de urbanização superior a 80%. Do restante dos municípios, a grande maioria, apresenta urbanização em torno dos 50%, com alguns que mal passam dos 10%. Esses percentuais podem indicar a "vocação" rural da Região, mas também podem ser resultado da forma como se deu a coloniza o, com a distribui o de pequenos lotes de terra aos posseiros, que se constituíram em pequenos proprietários rurais.

GRÁFICO 3 - Grau de Urbanização dos municípios da Região Sudoeste do Paraná em 2000



Fonte: Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP) <<http://www.amsop.com.br/home.php>>
Organização: Loiva Marli Flach

3.3 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO E SUA EVOLUÇÃO

Conforme mencionado no item anterior, em termos de colonização, pode-se afirmar que o marco do início da povoação efetiva do sudoeste e em particular do município de Francisco Beltrão, foi a criação da CANGO, em 1943. A CANGO foi a grande responsável pela ocupação da Região Sudoeste, pela estruturação fundiária da região em pequenas propriedades, e pelo surgimento e organização dos núcleos urbanos, dentre os quais, a Vila Marrecas, ou Francisco Beltrão.

Foi em 1948, numa conversa entre amigos, afirma Lazier (1997), que Júlio Cavalheiro e Luiz Antônio Faedo tiveram a idéia de lotear suas terras e iniciar a cidade. Ao solicitar ajuda da CANGO receberam apoio, que contratou o topógrafo para elaborar a planta da cidade. Então, os lotes foram divididos, vendidos (a prazo) e doados. A emancipação política ocorreu em 1951, através da Lei Estadual nº 790.

O desenvolvimento de Francisco Beltrão se deu nos moldes da Região Sudoeste, dos quais tratamos no item anterior. Até a década de 1960, eram a exploração da madeira e as atividades agropecuárias, quase de subsistência, que tinham maior importância econômica. A partir da década de 1970, é o cultivo da soja que cresce em importância, a estrutura fundiária se altera e tem início o êxodo rural.

O Município de Francisco Beltrão, localizado no centro da Região Sudoeste do Paraná, foi definido como espaço de desenvolvimento da pesquisa em função de ser representativo, ou seja, por apresentar características em sua estrutura fundiária, onde predominam pequenas e médias propriedades⁴⁷. Trata-se de município de médio porte, que, entretanto, tem boa parte de sua economia desenvolvida a partir da agricultura, especialmente a agricultura de pequeno porte e a agroindústria.

Ter clareza quanto à arrumação fundiária do município é importante para a pesquisa, tendo em vista que pretendemos estabelecer em que medida o sistema de integração de aves da Sadia, contribui para a manutenção do pequeno agricultor no campo e, portanto, estabelecer se esse sistema de "parceria" produtor/agroindústria diminui o processo de concentração fundiária. Mas esse processo de fato acontece no município de Francisco Beltrão?

⁴⁷ Cerca de 89% dos estabelecimentos rurais do Estado do Paraná apresentam área inferior a 50 hectares - FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

A questão agrária no Brasil, há décadas, é discutida e, devido ao seu caráter polêmico, avançou menos do que deveria, em termos de solução para a sociedade. Parece haver certo consenso apenas quanto ao desenvolvimento rural não ser representado exclusivamente pelo fator econômico, ou seja: o desenvolvimento rural não pode ser pautado apenas no desempenho agropecuário, se assim fosse, o campo, no município de Francisco Beltrão poderia ser considerado extremamente desenvolvido, os números apresentados nos capítulos anteriores demonstram isso, mas a realidade do produtor agropecuário é outra, as dificuldades vão desde as condições materiais vividas pelas famílias, até manter-se "proprietário" de determinada área rural, principalmente se essa área for pequena. O desenvolvimento agrícola/pecuário não representa, necessariamente, o desenvolvimento rural. Isso ocorre devido ao aspecto contraditório do capitalismo, sendo que nem todos se beneficiam do desenvolvimento proporcionado nesse sistema.

Todo o setor agropecuário brasileiro passou por uma reorganização produtiva, particularmente no Estado do Paraná essa reorganização resultou num processo de melhoria da competitividade e na consolidação de uma estrutura de produção adaptada à concorrência. Os resultados foram expressivos para a agropecuária, mas essa mudança gerou impactos sobre os aspectos fundiários, demográficos e de ocupação da força de trabalho. No caso do campo, o aspecto fundiário está intrinsecamente ligado ao aspecto demográfico e à ocupação da força de trabalho - daí a necessidade de conhecer a estrutura fundiária do município.

O processo de esvaziamento do campo ocorre na região, principalmente a partir dos anos 70, em razão da modernização da agricultura. A industrialização do campo que leva ao desenvolvimento dos Complexos Agroindustriais, embora intensifique as relações cidade/campo, quase até ao ponto de fazer as distinções entre uma e outra desaparecerem, também leva a uma menor necessidade de força de trabalho no campo e, conseqüentemente, os produtores irão buscar novas oportunidades na cidade. Portanto, a migração do campo para a cidade ocorre devido às transformações nos meios técnicos de produção, associada à atração exercida pela "oferta" de emprego da cidade.

No período de 1970 a 1980, o percentual de habitantes⁴⁸ que residiam no campo reduziu drasticamente: em 1970, Francisco Beltrão tinha 63,56% da população do município estabelecida no meio rural; em 1980, este percentual diminuiu para 41,99% da população.

⁴⁸ IBGE - Censo demográfico.

Podemos perceber que esse processo de diminuição da população do campo e o conseqüente crescimento da população da cidade continua a ocorrer na década de 1990 até o período atual. Na tabela a seguir, podemos observar o fluxo populacional cidade/campo, no município.

TABELA 12 - População urbana/rural no município de Francisco Beltrão: 1970-2007

	1970	1980	1991	2000	2007*
População urbana	13.470	28.307	45.622	54.831	60.798
População rural	23.337	20.458	15.650	12.301	11.611

*Disponível em: <[Blog no WordPress.com](#)>

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (MuniNet - Rede Brasileira para o Desenvolvimento Municipal)

Organização: Loiva Marli Flach

Podemos perceber pelos dados apresentados que a "perda" maior de população no meio rural deu-se de 1980 a 1991, cerca de 23,50% da população rural migrou para a cidade. No período de 1991 a 2000 a perda populacional foi menor, no entanto esse percentual ainda é expressivo (21,39%), e nos sete anos seguintes a população rural do município apresentou diminuição de 5,61%. O percentual parece pequeno, mas num período de apenas sete anos, 690 pessoas deixaram a área rural do município, o que representa aproximadamente 170 famílias. Possivelmente um número similar de propriedades foi incorporada à outras, é o processo de concentração fundiária.

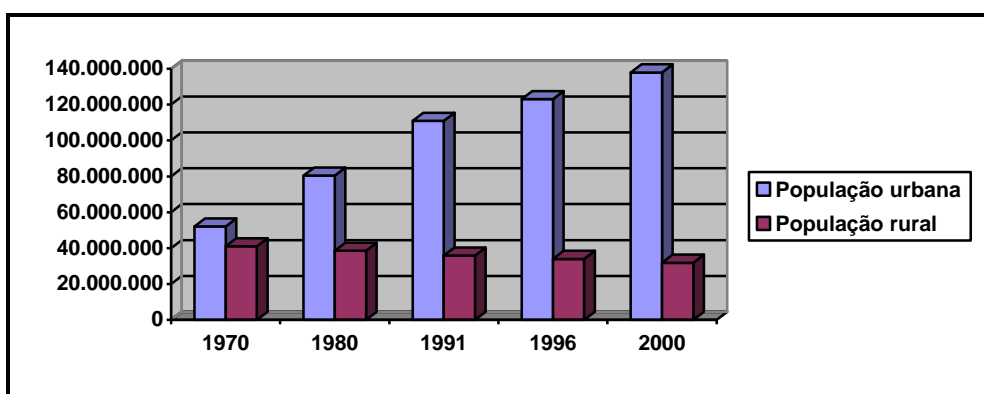
Estando o interesse da pesquisa também ligado à manutenção da propriedade rural pelo agricultor e, ao considerarmos esses números do esvaziamento rural, devemos ter em conta, no entanto, que nem todos esses habitantes que deixaram de ser "rurais" venderam suas propriedades. Um percentual, que não saberíamos precisar por falta de dados, pode ter mudado a residência para a cidade e mantido a propriedade rural e/ou produção agropecuária.

Segundo dados do IBGE, no Brasil, a população urbana cresceu 164,80% de 1970 a 2000, enquanto a população rural decresceu 22,40% no mesmo período. Enquanto que no período de 1991 a 2000 a população urbana cresceu 22,40%, e a população rural decresceu 11,13% no mesmo período. Ou seja, do percentual geral de crescimento da população urbana e decréscimo da população rural, no período mais longo, um período de menos de

10 anos representa uma parcela significativa. Se considerarmos a desaceleração do crescimento da população em geral, perceberemos que esses 10 anos representam quase a metade do percentual geral de perda populacional do campo.

Esse processo de êxodo rural e esvaziamento do campo, aparece com aspectos similares a nível nacional, regional e estadual. Baseados em dados do IBGE, apresentaremos, a seguir, gráficos que demonstram o processo, no Brasil, na Região Sul e no Paraná:

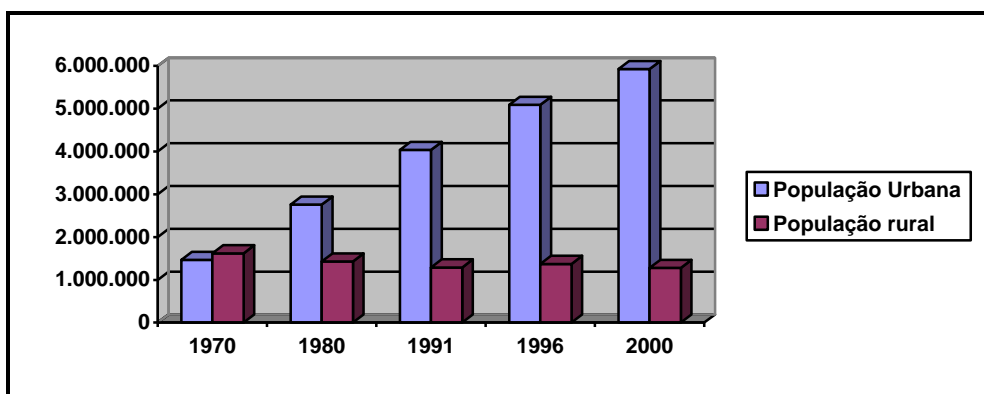
GRÁFICO 4 - Distribuição da população brasileira entre as áreas urbana e rural: 1970-2000



Fonte: Censo Agropecuário. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>

Organização: Loiva Marli Flach

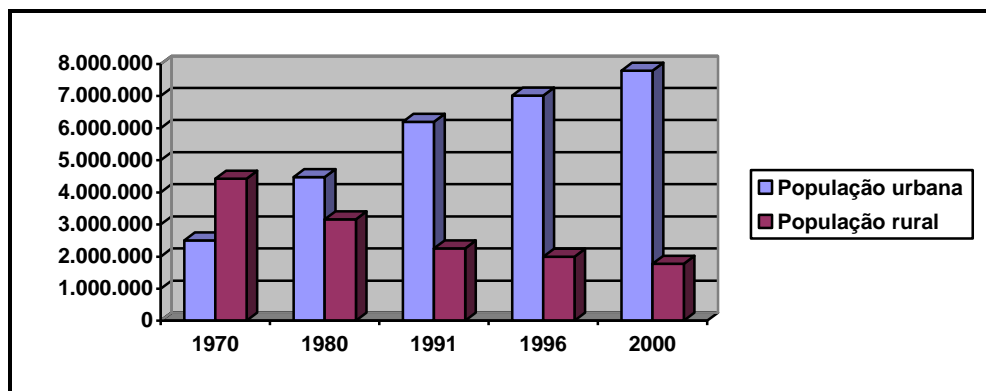
GRÁFICO 5 - Distribuição da população sul brasileira entre as áreas urbana e rural: 1970-2000



Fonte: Censo Agropecuário. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>

Organização: Loiva Marli Flach

GRÁFICO 6 - Distribuição da população paranaense entre as áreas urbana e rural: 1970-2000



Fonte: Censo Agropecuário. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>
Organização: Loiva Marli Flach

De acordo com os gráficos apresentados, a similaridade no processo de urbanização populacional e/ou êxodo rural e esvaziamento do campo, entre os níveis nacional, regional e estadual, a partir da década de 1980, está no crescimento da população urbana e decréscimo da população rural, bem como do percentual de distribuição da população entre urbano e rural, a partir dos anos noventa. O diferencial fica por conta da distribuição populacional nos primeiros anos analisados, já que, em 1970, a nível nacional, a população urbana já era ligeiramente maior que a rural, enquanto na Região Sul era ligeiramente menor, e no Paraná a população era predominantemente rural. Essa singularidade explica a característica do Estado, de produção fortemente agropecuária.

Quanto à estrutura fundiária do município de Francisco Beltrão, ou seja, quanto à distribuição da área rural do município em imóveis, temos hoje a seguinte composição: 3.920 pequenas propriedades; 61 médias propriedades; e 4 grandes propriedades. Essa distribuição em pequenas, médias e grandes propriedades é feita pelo INCRA, que considera pequena a propriedade com até 4 módulos fiscais⁴⁹ (até 72 ha), média a propriedade com até 15 módulos fiscais (até 270 ha), e grande a propriedade com área superior a 15 módulos fiscais (acima de 270 ha). A seguir, apresentamos o quadro 7, com a distribuição das propriedades rurais do município de Francisco Beltrão, conforme seu tamanho:

⁴⁹ Cada módulo fiscal (MF) equivale a 18 ha.

QUADRO 6 - Distribuição das propriedades rurais do município de Francisco Beltrão, de acordo com o tamanho

PEQUENA PROPRIEDADE (até 4 módulos fiscais)		MÉDIA PROPRIEDADE (de 4 a 15 módulos fiscais)		GRANDE PROPRIEDADE (acima de 15 módulos fiscais)	
até 10 ha	de 11 a 72 ha	até 100 ha	de 101 a 270 ha	até 400 ha	de 401 a 500 ha
1.120	2.800	33	28	2	2

Fonte: INCRA - Unidade Avançada Iguaçú
Organização: Loiva Marli Flach

Respondendo a pergunta feita no início do texto: sim, a concentração fundiária está ocorrendo no município de Francisco Beltrão e, embora não tenhamos conseguido dados mais antigos junto ao INCRA, quanto à distribuição das propriedades por tamanho, acreditamos que o êxodo rural e esvaziamento do campo, processo que continua acontecendo, mesmo que em menor grau nos últimos anos, dá indícios de que a concentração fundiária está presente. Ademais, mesmo que uma parte da população que migra do campo para a cidade mantenha sua propriedade, esse percentual não dá conta de explicar números tão expressivos. Como já dissemos, no caso do campo, o aspecto fundiário está intrinsecamente ligado ao aspecto demográfico e à ocupação da força de trabalho.

Tratamos neste capítulo da Região Sudoeste do Paraná, de sua formação sócio-espacial e de suas atuais características. Ficou evidenciado que o forte inter-relacionamento entre comerciantes e colonos, no período de ocupação do Sudoeste acaba por consolidar o processo de integração do sistema avícola. É o inter-relacionamento comerciante-colono ultrapassando os limites da relação mercantil, e expandindo-se para a relação de sistema integrado que envolve produtor (colono) e abatedouro (comerciante) em suas respectivas funções na verticalização da cadeia agropecuária e agroindustrial.

Também abordamos a evolução fundiária do município de Francisco Beltrão, tendo ficado evidenciado que o processo de concentração fundiária pode estar em andamento, já que nos últimos 20 anos, houve diminuição da população do campo e o conseqüente crescimento da população da cidade.

No capítulo 4 as análises serão feitas em torno da Sadia, descrevendo sua história e consolidação. Trataremos da instalação da unidade de Francisco Beltrão, bem como de sua importância para o município. Por fim, será abordada a fusão entre Sadia e Perdigão.

CAPÍTULO IV

A SADIA NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

4.1 HISTÓRIA DA SADIA

As informações, a partir das quais baseamos o texto a seguir, que pretende apresentar - mesmo que brevemente - a história da Sadia, constam do livro “Sadia 50 anos construindo uma história”. O livro reúne registros históricos e descreve o “caminho” da empresa, desde a sua fundação em 1944. Como este livro é comemorativo aos 50 anos da Sadia e, portanto, não tem caráter acadêmico, além de ter sido organizado por uma ampla equipe, tomaremos a liberdade de não referenciá-lo no decorrer do texto. As referências que fizermos serão para trechos da obra, transcritos na íntegra, ou se referem à outros materiais/publicações.

A Sadia foi fundada no dia 07 de junho de 1944, em Concórdia, município do oeste catarinense, por 27 acionistas, liderados por Attilio Fontana. “O cenário não poderia ser mais simples – um pequeno moinho de trigo e os alicerces e as paredes de um frigorífico de suínos em construção, em uma região distante centenas de quilômetros dos grandes centros” (Sadia 50 anos: construindo uma história, 1994, p. 11). O surgimento da Sadia, entretanto, não se dá por acaso, ela representa determinado período da história e do desenvolvimento da região do oeste catarinense.

A região atraía os desbravadores e colonizadores da época pelos seus campos, florestas e faxinais férteis, além de ter tido seu desenvolvimento incentivado com a chegada da estrada de ferro que fazia a ligação entre Itararé, em São Paulo e Santa Maria, no Rio Grande do Sul (a ferrovia no trecho catarinense ia de Porto União à Marcelino Ramos). Ainda em 1910, quando circularam os primeiros trens, as terras foram valorizadas, a população adensada e o comércio intensificado.

“Vi a qualidade das terras, vi a vegetação e as lavouras como se desenvolviam, vi os trilhos da ferrovia com os armazéns a dois passos dali”⁵⁰. Estas foram as reflexões de Attilio Fontana, em 1921, quando chegou na região, tão entusiasmado ficou com o potencial das terras catarinenses. As cidades cresciam, a colonização avançava, as safras aumentavam e a ferrovia garantia a sua distribuição pelo Paraná e por São Paulo. No início

⁵⁰ Memórias de Attilio Fontana, publicadas em 1980.

dos anos 30, Attilio Fontana já era um próspero comerciante. Reconhecido de Caçador a Marcelino Ramos, entrou na política – foi conselheiro municipal em Cruzeiro – abrindo caminho para uma intensa e longa carreira parlamentar.

No início dos anos 40, a cidade de Concórdia, desmembrada de Joaçaba a cerca de 10 anos, não abrigava mais que 2.000 moradores. Nas colônias e povoados de seus vários distritos residiam cerca de 25.000 habitantes, vivendo quase que unicamente do cultivo de cereais e da criação de suínos em pequenas propriedades. Ainda longe de ser um núcleo urbano dinâmico e atraente, apesar de contar com diversas casas comerciais, oficinas, serrarias, moinho, correio, escola primária, banco, hotel e hospital, Concórdia já se tornava um importante centro produtor de milho, trigo, feijão, mandioca, fumo e batata. Além disso, a criação de suínos⁵¹, confirmava o crescente sucesso dessa atividade – perfeitamente ajustada ao meio físico e ao regime minifundiário da região.

Convidado à administrar o Frigorífico Concórdia Ltda., em 1942, pelo prefeito Dogelo Goss – um dos cotistas da empresa -, Attilio Fontana fez funcionar um pequeno moinho de trigo com capacidade de moagem de 6 toneladas/dia, e com os recursos gerados aumentou a compra de trigo. No ano seguinte, na apresentação do balanço positivo aos cotistas – que insistiam para que Fontana permanecesse à frente da sociedade – e, como não lhe interessasse mais permanecer com sua “conta de participação” na empresa, Attilio Fontana fez-lhes uma proposta: compraria todas as cotas pela metade do valor nominal, pagando-as em dinheiro ou ações da nova sociedade, e assumiria o ativo e o passivo da organização. Surpreendentemente, a proposta foi aceita e o Frigorífico Concórdia Ltda., deu lugar à S.A. Indústria e Comércio Concórdia, com 27 acionistas, dentre os quais 25 pessoas físicas e 02 jurídicas⁵². Attilio Fontana, como diretor-presidente dava início efetivamente ao seu empreendimento industrial⁵³.

O abatedouro só começou a funcionar em novembro daquele ano, com um pequeno abate de 30 suínos. O quadro de funcionários não passava de 50 e, se a oferta de mão-de-obra na região era boa – pois a migração de colonos gaúchos continuava forte – também era verdade que os trabalhadores precisavam ser treinados. A matéria-prima era abundante, mas inexistia fornecimento de água e a energia elétrica, além de insuficiente, era irregular. Não havia telefone e as condições das estradas eram precárias. Se tudo corresse bem, se

⁵¹ Um rebanho de cerca de 100.000 animais em 1940.

⁵² Dentre os acionistas estavam cotistas da organização anterior e alguns sócios novos, além de familiares e colaboradores de Attilio.

⁵³ Um de seus primeiros atos, de alto valor simbólico, foi dar-lhe um nome, Sadia – junção das iniciais de Sociedade Anônima e com as 3 últimas letras de Concórdia. O nome virou marca registrada em 1947.

não chovesse muito, os 80 quilômetros até Joaçaba podiam consumir um dia inteiro de viagem, e os 40 até a estação ferroviária de Volta Grande, exigiam algumas horas.

Com tais condições para o abatedouro, de imediato parecia ser mais aconselhável aumentar a capacidade do moinho de trigo e melhorar sua produtividade. Com a aquisição de modernas máquinas suíças, em 1945, o moinho já funcionava a plena carga, moendo 24 toneladas de grãos/dia. A farinha e o farelo tinham boa aceitação na região e também eram vendidos em grande quantidade para outros mercados. “Levados de caminhão até Volta Grande, os sacos de farinha eram ali embarcados em trens e distribuídos pelas cidades ao longo da ferrovia, por centenas de quilômetros, até o norte do Paraná e São Paulo” (Sadia 50 anos: construindo uma história, 1994, p. 24). Esse bom negócio da Sadia gerou recursos que ajudaram a sustentar outros investimentos – principalmente a finalização das obras do frigorífico.

Já neste momento é possível verificar a importância da circulação, pois, para que esta se concretize é necessário que haja a possibilidade de uso de transportes - meios propriamente ditos - e das vias, e fica evidente na descrição do parágrafo anterior que o que garantiu os resultados foi justamente a possibilidade de comércio, criada nas cidades ao longo da ferrovia. Poderíamos afirmar que sem a possibilidade de escoamento da produção do moinho, garantida pela ferrovia, talvez até a primeira ampliação da empresa, que se deu com o término do frigorífico, estivesse comprometida, ou não tivesse sido concretizada.

Com a finalização do frigorífico, em 1946, já eram abatidos 100 animais/dia e, embora a banha enlatada ou empacotada fosse - e seria ainda por mais algum tempo -, o carro-chefe das vendas do frigorífico⁵⁴, eram produzidos também toucinho, carnes salgadas, pernil, presunto, salame, lombo e lingüiça. Paralelamente, começaram a ser providenciados os serviços de apoio indispensáveis à produção e comercialização, como serraria, caixotaria, estocagem de lenha e captação de água.

Para melhorar o recebimento e embarque de produtos em Volta Grande, foi construído um pequeno desvio ferroviário e um depósito junto à estação. E, para garantir uma aquisição mais regular e vantajosa de suínos, começou-se a instalar uma rede de postos de compra em diversos pontos de Concórdia e municípios vizinhos, como Rancho Grande, Barra do Veado, Ipumirim, Arabutã, Seara, Ita e Xavantina (Sadia 50 anos: construindo uma história, 1994, p. 25).

⁵⁴ Produto de bom preço e maior durabilidade, não necessitando de resfriamento para armazenagem, processo ainda pouco viável naquela época. A banha só foi substituída pelo óleo de soja nos anos de 1970.

Isso tudo deixa claro a necessidade de infra-estrutura que permita os fluxos. Essa infra-estrutura vai ser garantida, pelo menos em parte, pelo Estado⁵⁵ que tem interesse no crescimento da economia, no aumento da produção, e a produção só pode crescer na medida do crescimento do consumo – cuja rapidez se dá na mesma proporção de aprimoramento dos fluxos.

Se, por um lado, nos anos 50, Santa Catarina fixava-se como importante núcleo criador, ao lado do Paraná e Rio Grande do Sul, preparando-se para se transformar em grande centro de produção frigorífica de derivados de suínos, por outro lado, a própria industrialização do país dessa época, acelerava a urbanização e começava a mudar os padrões de consumo alimentar urbano. Era necessário “ajustar técnica e economicamente as conexões entre as duas pontas – o centro produtor e o consumidor – para fazer crescer o empreendimento” (Sadia 50 anos: construindo uma história, 1994, p. 26).

A participação do Estado nesse processo, também está refletida na vida política do fundador da Sadia, pois, ainda em sua primeira experiência no executivo, como prefeito de Concórdia, fez valer interesses que o município e sua empresa tinham em comum, investiu, sobretudo, em serviços de infra-estrutura – aquisição de máquinas para construção e recuperação de estradas, geração de energia elétrica, fornecimento de água -, serviços de saúde e educação.

Outra referência à esta confluência entre os interesses públicos e empresariais de Attilio Fontana é feita por Carlos José Espíndola, na obra *As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia*:

Attilio Fontana, no caso, assumiu, no início dos anos 30, o cargo de consultor do município de Cruzeiro (atualmente Joaçaba). Como tal, passou a analisar o orçamento da prefeitura e privilegiou em suas análises o direcionamento dos recursos à construção de estradas de rodagem. Percebe-se, por aí, que seu interesse em direcionar recursos públicos à construção de estradas de rodagem residia na necessidade de ligar suas próprias casas comerciais às áreas onde se localizavam os pequenos produtores rurais de milho, alfafa, suínos, etc., acoplando produção e escoamento (ESPÍNDOLA, 1999, p. 53).

Porém, em se tratando de sua vida pública, sua maior obra, conforme afirmado no próprio livro comemorativo dos 50 anos da Sadia, foi ter dado o primeiro grande impulso para aprimorar os padrões de organização e desenvolvimento da atividade agrícola na região. Num esforço conjunto da Sadia e da Prefeitura, foi fundada a Associação Rural de

⁵⁵ Nesse caso específico, boa parte dessa infra-estrutura vai ser garantida pela Prefeitura de Concórdia.

Concórdia, cuja finalidade era congregar colonos e oferecer-lhes informação e orientação técnica para o cultivo agrícola e manejo da criação.

Ainda com relação ao processo de industrialização e urbanização por que passava o país, cabe destacar que os olhos dos dirigentes da Sadia já estavam voltados para São Paulo, devido ao seu enorme potencial de consumo e poder de irradiação para outros mercados. Assim, em 1947 a filial paulistana da Sadia é aberta em plena zona atacadista.

Era a influência das redes, mas o mesmo fator – a circulação – ao mesmo tempo em que era o principal atrativo para São Paulo, também era o principal empecilho, pelas dificuldades óbvias de transportar produtos alimentícios por mais de mil quilômetros de estradas ruins, em viagens que duravam dias, e ainda sem nenhum apoio logístico. Além de que, o potencial de consumo tornava São Paulo um mercado altamente disputado, o que fez com que a empresa, ao longo dos anos 50 se habilitasse tecnicamente ao mesmo tempo em que implementava um programa intensivo de modernização da suinocultura da região de Concórdia, tudo para obter matéria-prima de qualidade que tornasse seu produto competitivo.

Considerando a localização geográfica como estratégia empresarial, Espíndola (1999), afirma - baseando-se nos argumentos de autores da teoria clássica da localização - que fatores como transporte e área de mercado são, em grande medida⁵⁶, responsáveis pela localização das unidades industriais, pois estes fatores tenderiam a influenciar na maximização dos lucros. É o capital se movendo no espaço.

Em 1953 foi inaugurado, também em São Paulo, o Moinho da Lapa S.A., com uma capacidade inicial de moagem de 80 toneladas/dia. “Tudo faremos pela melhor distribuição do trigo nacional”, foi esta a afirmação de Attilio Fontana no discurso de abertura, mesmo discurso em que ressaltava a excelente localização do moinho, junto aos trilhos de Santos-Jundiaí e da Sorocabana.

O Moinho da Lapa, unidade pioneira construída pela Sadia fora de Concórdia, foi deliberadamente fixada em São Paulo. Sua função inicial, mais que gerar e injetar recursos financeiros na organização, era a de abrir um “*front*” industrial na capital paulista, ao lado da estrutura comercial já existente, e inscrever-se no mercado nacional, considerando a concentração da indústria em São Paulo e o que isso representava, na época, para a convergência do capital.

⁵⁶ Outros fatores como mercado de trabalho e fornecimento de matéria-prima devem ser considerados na análise.

Fica novamente evidente a importância das redes de circulação no interesse da empresa em atingir o mercado nacional, a centralidade de São Paulo em termos de logística e as facilidades de recebimento e escoamento da produção foram determinantes para o potencial competitivo da Sadia.

Mas estas facilidades não eram suficientes, mesmo que, no início dos anos 50 as condições já haviam melhorado um pouco, com a diminuição da distância - abertura da atual BR116 entre Lages e Curitiba -, e com os caminhões isotérmicos, fechados e capazes de reter o frio das mercadorias por certo tempo, ainda persistiam as dificuldades de levar os produtos, principalmente os perecíveis, do frigorífico de Concórdia para São Paulo. Era necessária outra solução.

Foi assim, que se decidiu pelo transporte aéreo: um avião alugado no início de 1952 começou a levar os produtos de Concórdia, entre Joaçaba e São Paulo. O sucesso foi tanto que em 1954 a Sadia já havia adquirido três aviões próprios e, em 1955 era criada a Sadia S.A. Transportes Aéreos, para transporte de cargas e passageiros. No mesmo ano a diretoria da empresa encaminhava à prefeitura de Concórdia pedido formal para incluir entre suas prioridades o projeto do aeroporto municipal.

Foi uma experiência de pleno êxito técnico, econômico e comercial. Técnico, por ter comprovado a operacionalidade do transporte aéreo de cargas ajustado às necessidades industriais e comerciais. Econômico, por servir de grande estímulo à atividade do frigorífico, a sua consolidação e desenvolvimento. Comercial, porque viabilizou a “pronta entrega” dos produtos perecíveis em boas condições de consumo em São Paulo, Rio de Janeiro, Bauru e outras praças (Sadia 50 anos: construindo uma história, 1994, p. 25).

Esse êxito ficou muito bem evidenciado na produção do frigorífico, se em 1946 eram abatidos 100 suínos/dia, em 1957 o abate tinha aumentado em 300%, eram abatidos 400 suínos/dia. Com câmaras frias maiores e mais eficientes e, com a possibilidade de transporte ágil, ampliava-se rapidamente a capacidade de industrialização da empresa. O crescimento da Sadia, já nos seus primeiros anos, fica evidenciado na tabela a seguir:

TABELA 13 – Produção do frigorífico da Sadia até 1963

ANO	ABATE DE SUÍNOS (CABEÇAS)	EMPREGADOS
1945	34.000	140
1950	48.000	210
1955	87.000	320
1960	158.000	670
1963	160.000	780

Fonte: Sadia 50 anos: construindo uma história, 1994.

Organização: Loiva Marli Flach.

A sinergia provocada pelo transporte aéreo era visível tanto em Concórdia, pelo impulso e diversificação da produção, quanto em São Paulo, por um melhor desempenho da comercialização. Mas era necessário ainda investir em outro *front*, a qualidade da matéria-prima e, ao logo dos anos 50, a Sadia intensificou esforços para renovação da suinocultura regional: as instalações precisavam se adequadas e higiênicas, e os colonos tinham de ser convencidos que o padrão técnico-cultural do “porco tipo-banha” tinha de ser mudado, pois era inadequado para a industrialização da carne. “A empresa reconhecia as vantagens econômicas do ‘fomento’, convencendo-se ao mesmo tempo da necessidade de investir na própria capacitação técnico-científica para um programa consistente de apoio à renovação da suinocultura” (Sadia 50 anos: construindo uma história, 1994, p. 44-45).

Em 1961, a Sadia, além de institucionalizar um Departamento de Fomento Agropecuário na empresa⁵⁷, investiu em outra experiência, a avicultura integrada, que se tornaria uma das mais importantes atividades agroindustriais da empresa⁵⁸.

A avicultura integrada tinha a vantagem de ser um sistema de concepção muito simples. A empresa comprometia-se a fornecer os pintinhos, a ração e todo o suporte técnico necessário. O criador, por sua vez, assumia o compromisso da construção dos aviários, do alojamento e cuidado das aves, seguindo à risca a orientação recebida, até a devolução dos animais à Sadia. Nesse momento, seria

⁵⁷ Do grupo inicial de uns poucos técnicos, agrônomos e veterinários, chegou-se a uma organização complexa e sofisticada, envolvendo importação de material genético, granjas de matrizes, incubatórios, laboratórios, além de bioquímicos, zootecnistas, engenheiros florestais e outros profissionais.

⁵⁸ O sucesso da avicultura integrada deveu-se principalmente ao perfeito encaixe da criação no conjunto das demais atividades do pequeno proprietário, pois além de não inibi-las, veio a constituir fonte de renda alternativa e complementar.

feito o acerto de contas entre as partes, por critérios previamente estabelecidos de desempenho e eficiência (Sadia 50 anos: construindo uma história, 1994, p. 46).

Ainda em 1961 – o que deixa claro a “atração” exercida pelas cidades-pólo, ou pontos centrais responsáveis por integrar em rede os múltiplos espaços –, os dirigentes da Sadia decidem instalar um frigorífico de produtos suínos e derivados de carne em São Paulo, aumentando a produção e capitalizando todas as vantagens de se produzir dentro do próprio mercado consumidor. Estava constituída a Frigobrás – Companhia Brasileira de Frigoríficos, com um amplo leque de objetivos: industrialização e comércio de produtos alimentícios, instalação de matadouros, frigoríficos, fábricas de conservas enlatadas, de carnes, gorduras e laticínios, até a exportação de carnes em geral. A intenção de diversificar a empresa, verticalizando-a e potencializando-a no novo pólo – São Paulo, foi uma consequência do plano de expansão da empresa.

Entretanto, a recessão econômica do país, entre os anos de 1965 e 1967, e as dificuldades de acomodação e ajuste do maquinário, regularização no fornecimento de matéria-prima e adequação ao mercado, fizeram com que a Frigobrás operasse com prejuízo nos primeiros anos. Esse quadro mudou com a diversificação dos produtos da empresa, com uma nova linha agora voltada à classes com faixas de consumo mais altas. Foram lançados novos produtos, como salsichas, hambúrgueres, quibes e almôndegas.

Ao contrário do que se possa imaginar, a instalação da Frigobrás em São Paulo não representou a concentração da produção neste pólo, o fornecedor da carne *in natura* ou semi-industrializada para a Frigobrás viria a ser de Toledo, no Paraná, região em que se destacavam a produção de milho, trigo, soja e de suínos. A Sadia adquiriu, em 1964, o Frigorífico Pioneiro, que passou a ser da S.A. Indústria e Comércio Concórdia.

O empreendimento cresceu e ganhou força e, em 1971, ao ser definitivamente incorporado à Frigobrás, a unidade abatia 600 suínos/dia, mais uma centena de bovinos para exportação, construía sua primeira fábrica de ração e se preparava para introduzir a avicultura integrada, além de ensaiar os primeiros passos rumo à industrialização da soja.

Destaca-se também o papel da comercialização no crescimento da Sadia, já que ela retrata, justamente, a importância dos fluxos nesse crescimento. Nesse sentido cabe salientar que, após a decisão de distribuir diretamente seus produtos, sem a participação de atacadistas – decisão tomada ainda nos anos 50 -, até a metade da década de 60, oito filiais compunham a rede comercial da Sadia, estendendo-se de Londrina ao Rio de Janeiro e de Curitiba a Belo Horizonte – uma rede que cobria um círculo com 500 quilômetros de raio a

partir da capital paulista, onde estava concentrado cerca de 70% do mercado consumidor nacional.

Essa atividade comercial foi elevada sensivelmente com a criação da Sadia Distribuidora - Sadial, que substituiu o antigo Departamento de Vendas de São Paulo. Seguindo a lógica da centralidade, entendiam os dirigentes que a centralização administrativa, financeira, técnica e operacional das atividades comerciais de toda a organização traria grandes vantagens. A centralidade permitiu um melhor planejamento e controle da produção e, dez anos depois, havia dobrado o número de filiais e os produtos eram regularmente distribuídos até as regiões mais distantes do país.

Paralelamente, é preciso lembrar, acontecia o desenvolvimento industrial do país – em termos mais gerais – e a melhora na infra-estrutura que permitiria esses fluxos. Possivelmente, mesmo com toda a estratégia e planejamento da empresa, caso não tivesse ocorrido esse desenvolvimento, seu crescimento teria sido bem mais modesto. O próprio planejamento e expansão teriam se dado em outros níveis. É a participação do Estado garantindo, através da infra-estrutura para as redes, o desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, da Sadia.

Outra análise que deve ser feita, com relação ao período histórico, é que, a Sadial, permitiu à empresa, a percepção de que a produção era agora regulada pelo mercado, ou seja, a correlação de forças entre o setor de produção e setor de venda, era agora determinado pelo segundo. Além de que “o ambiente geral do país é favorável aos investimentos e a Sadia também aproveita o vácuo do ‘milagre econômico’⁵⁹ brasileiro” (Sadia 50 anos: construindo uma história, 1994, p. 73).

Nessa lógica de impulsão econômica, que mobilizou o mercado de capitais, a Sadia aprovou, em 1971, a abertura de capital, e a conseqüente mudança de razão social e adaptação dos estatutos. A antiga S.A. Indústria e Comércio Concórdia passou a ser companhia de capital aberto, passando a chamar-se Sadia Concórdia S.A. Indústria e Comércio, controladora de um grupo de cinco empresas do setor agroindustrial e comercial. O capital social foi aumentado em 50%, mediante emissão de novas ações, o que elevou – em poucos dias – o número de acionistas de 655 para 1.500.

Ainda na década de 70 a Sadia passou a investir em outras áreas, como a carne bovina - com a criação de bois no Mato Grosso - e como a soja – com a aquisição de uma fábrica de esmagamento e extração de óleo de soja. O projeto de industrialização da soja

⁵⁹ Período entre os anos de 1968 e 1974

atingiu força total em 1979 e, em dez anos a soja se constituía numa matéria-prima de alto potencial econômico e passou a responder por cerca de 20% do faturamento bruto do grupo Sadia.

Nos anos 80, demonstrando claramente a influência de outra rede – de informação, a Sadia consolidava outro sucesso, a carne de peru. A fixação da imagem do “peru Sadia” como ave nobre e marca associada às comemorações natalinas era viabilizada pela mídia. Essa nova rede traz outras possibilidades para a empresa, o marketing passa a ter importância fundamental. Enquanto em 1973 foram abatidos 550.000 perus, em 1980 foi superada a marca de 3,8 milhões de perus abatidos.

Outra influência para esse sucesso, foi, sem dúvida, a exportação. Desde o início de suas exportações, em 1975, a Sadia liderou o ranking dos maiores exportadores brasileiros de frango congelado para o Oriente Médio - a partir de 1980, a Sadia Trading S.A. Exportação e Importação passou a responsabilizar-se por esse setor. A exportação de frangos foi, em grande parte, responsável pelo aumento da produção de aves pela empresa, durante os anos 70, esse aumento da produção pode ser verificado na tabela a seguir:

TABELA 14 – Expansão da produção de aves e suínos da Sadia nos anos 70

ANO	ABATE DE SUÍNOS (CABEÇAS)	ABATE DE AVES (EM MIL UNIDADES)	EMPREGADOS
1972	479.000	5.935	3.172
1973	601.000	10.653	3.654
1974	618.000	15.930	4.366
1975	724.000	30.412	5.163
1976	783.000	35.801	6.381
1977	818.000	39.862	8.312
1978	1.049.000	49.202	9.743

Fonte: Sadia 50 anos: construindo uma história, 1994.

Organização: Loiva Marli Flach.

Se observarmos os dados, concluiremos que a produção de suínos cresceu cerca de 219% no período, enquanto a produção de aves cresceu mais de 828%. Isso demonstra que esse aumento pode estar relacionado à exportação, embora não possamos deixar de considerar o aumento do consumo interno. Ora, isso comprova mais uma vez a importância

das redes para o crescimento da empresa, já que a atuação das redes, agora, se dá num outro patamar – internacional/global.

Outra evidência da importância das redes pode ser percebida a nível nacional, ou seja, a estagnação que o país mergulhou nos anos 80 pode ser atribuída, principalmente, a conjuntura internacional adversa, à alta dos juros e à deterioração das relações de troca. A “rede financeira mundial”, agora complexificada, atua e faz sentir-se a nível mundial. Por outro lado, como afirma Moreira (2005), nos anos 80 o espaço brasileiro está sendo redesenhado, as indústrias estão mais disseminadas, a rede de transporte, comunicação e linhas de transmissão de energia mais difundidas e as trocas comerciais amplamente redistribuídas por todo o território nacional.

A integração da empresa à esta “rede mundial”, garantida pelas exportações, faz com que a mesma cresça vertiginosamente na década de 80 e 90, com a intensificação da avicultura no Oeste e Sudoeste do Paraná – criação de novos pólos de criação e abate de aves, em Dois Vizinhos e Francisco Beltrão. A avicultura e a suinocultura, em regime de integração, continuaram como os carros-chefes de toda a produção da Sadia, tendo na retaguarda o serviço de fomento agropecuário.

Por outro lado, já eram cinco as fábricas do ramo da soja em meados dos anos 80, além de várias unidades de apoio. O ramo respondia por 22 % do faturamento da empresa e 46% das receitas de exportação. A Sadia Mato Grosso foi a primeira unidade industrial da empresa a incluir o refino e enlatamento de óleo. Instalada em Rondonópolis, segunda maior cidade do Estado, e importante entroncamento rodoviário e centro de ligação entre Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, garantiu a consolidação de sua participação no mercado de soja.

Comprovando a importância das exportações para a Sadia, em 1991/92 constituíram-se as primeiras filiais da Sadia Trading em Tóquio, Milão e Buenos Aires. Em 1993 foi implantada uma base de distribuição na Argentina, e os produtos começaram a ser vendidos lá, diretamente no varejo. Entretanto, a “internacionalização” da Sadia, colocada como meta para os anos 90, pelos diretores do grupo, deveria se dar não apenas em filiais comerciais, mas também em plantas industriais.

Apresentamos, a seguir, o perfil do Grupo Sadia, em 1993, para demonstrar como este estava estruturado. Apresentamos, no mesmo quadro o faturamento do grupo, entre os anos de 1989 e 1993, que permite dimensionar o peso das exportações em sua receita.

QUADRO 7 – Perfil e faturamento do Grupo Sadia de 1989 a 1993

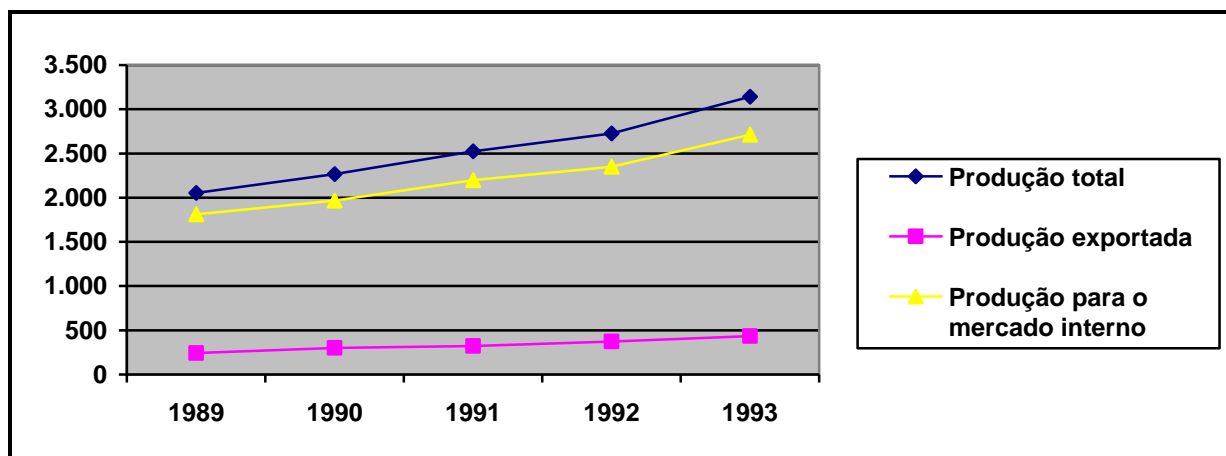
ESTRUTURAÇÃO DO GRUPO EM 1993		FATURAMENTO EM US\$ MILHÕES		
		ANO	MERCADO INTERNO	MERCADO EXTERNO
Empresas	19			
Plantas industriais	24	1989	1.006	251
Filiais comerciais	18	1990	1.223	280
Filiais no exterior	3	1991	1.104	315
Clientes no mercado interno	150.000	1992	1.184	454
Países para onde exporta	40	1993	1.288	425

Fonte: Sadia 50 anos: construindo uma história, 1994.

Organização: Loiva Marli Flach.

O quadro nos permite dimensionar a expansão e o crescimento da Sadia, mas também consegue justificar a intenção dos dirigentes em expandir os negócios para o mercado externo, pois o crescimento do faturamento do mercado externo nestes cinco anos foi de aproximadamente 70%, enquanto que no mercado interno o percentual de crescimento do faturamento não passou de 29%. Outra percepção possível é que o faturamento oriundo do mercado externo, que em 1989 representava 25%, em cinco anos, passou a representar 33% do total.

De forma a termos um comparativo para entender essa dinâmica produtiva, já que o percentual de crescimento do faturamento da Sadia foi bem menor no mercado interno em relação à exportação, apresentamos, a seguir, gráfico com a produção de carne de frango a nível nacional, no período tratado na tabela acima, com as respectivas destinações quanto ao mercado interno e externo.

GRÁFICO 7 - Produção brasileira de carne de frango - em mil toneladas

Fonte: ABEF (www.abef.com.br)

Organização: Loiva Marli Flach

Podemos observar que a produção nacional para o mercado interno acompanhou os patamares de crescimento da produção total, já a produção exportada apresenta níveis bem menores, em termos de quantidade. Entretanto, se observarmos o percentual de crescimento, veremos que a produção total cresceu 153%, a produção para o mercado interno cresceu 150%, enquanto a produção exportada cresceu 178%.

Ainda com relação aos anos 90⁶⁰, se no início da década - o Brasil ainda sofria as conseqüências do descontrole inflacionário, com desequilíbrio da balança comercial e números da produção industrial nos mesmos patamares dos anos 80, o Plano Real, em meados da década, deu início à estabilização econômica nacional. O mercado fechado dá lugar à concorrência internacional, é a era do conhecimento, da desestatização, da busca frenética pela competência e competitividade, das parcerias, e as organizações empresariais têm de ser repensadas no que tange a seu foco.

A década de 90 se destaca por grandes transformações nos rumos da Sadia. A companhia, diante dos desafios da década e das demandas dos mercados nacional e internacional, opta pela estratégia de criar produtos de conveniência e de maior valor agregado. Implanta novos métodos gerenciais, como o sistema de gestão e operação pela qualidade total (TQS - Total Qualidade Sadia, implantado em 1991) e novos processos produtivos, além de realizar uma significativa expansão internacional.

⁶⁰ As informações deste parágrafo e dos parágrafos a seguir, mesmo às referentes à conjuntura nacional, seguem o contido em material de divulgação da Sadia, no site: www.sadia.com.br.

Além disso, entre 1994 e 1997, centrando seu foco em atividades e produtos de maior valor agregado, a empresa sai, deliberadamente, das atividades com bovinos e soja, alienando vários ativos dedicados a essas operações.

A Sadia passa a se especializar na produção e distribuição de alimentos industrializados congelados e resfriados, de maior valor agregado, à base das mais diversas matérias-primas. A década de 90 é o período em que ocorreu quantidade expressiva de novos lançamentos, a maioria deles nas categorias dos semi-prontos e prontos congelados e de conveniência, além de produtos à base de peixe, vegetais, massa e doces.

Em 1994, tem início processo de sucessivas incorporações, que fazem parte de um projeto de racionalização e reestruturação societária para obtenção de economia de escala, redução de custos administrativos e tributários, simplificação e maior transparência para o mercado de capitais. A culminância desse processo é a **Sadia S.A.**, que consolida em uma única companhia aberta todas as atividades operacionais da organização.

No final da década, três importantes empreendimentos ratificaram a tendência da empresa pelo investimento na produção diversificada de alimentos. Em 1998, foi implantada uma unidade produtora em Ponta Grossa - PR, com uma fábrica de pizzas prontas congeladas e uma fábrica de massas frescas refrigeradas. Em 1999, duas novas aquisições: a compra da empresa Miss Daisy, que permitiu à Sadia ingressar no ramo de sobremesas prontas congeladas, e da Granja Rezende, em Uberlândia, MG, centro de excelência em genética e produção avícola e suinícola, permitindo à empresa posicionar um pólo industrial em região geográfica estratégica do País.

Toda a reorganização da empresa, ao longo dos anos 90, faz com que a Sadia chegue ao final da década com um parque fabril composto por 12 fábricas: em Concórdia e Chapecó (SC), Três Passos (RS), Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Toledo, Paranaguá e Ponta Grossa (PR), Várzea Grande (MT), Duque de Caxias (RJ), São Paulo (SP) e Uberlândia (MG).

4.2 A UNIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO

A atividade da Sadia no município de Francisco Beltrão iniciou em 1991, com a compra do complexo da Chapecó Avícola S.A. Segundo Dalla Costa (2005), a Chapecó Avícola iniciou seus abates em 1983, com um total de 7.915.133 cabeças, 6,6% do total do

estado. Em 1990, ao ser vendida para a Sadia, era a terceira maior unidade estadual, com 13,4% dos abates.

Segundo Donda Júnior (2002), a compra da Chapecó Avícola S.A representou uma oportunidade para a Sadia de aproveitar a estrutura e os incentivos concedidos pelo Legislativo e Executivo municipal, num momento em que estes estavam preocupados com a repercussão negativa orçamentária e financeira que trouxe o fechamento da empresa Chapecó para o município. Segundo o autor, a Prefeitura criou oportunidades na aquisição de áreas para a instalação de granjas e firmou o compromisso de preparar os locais para a instalação dos aviários, bem como a manutenção de estradas de acesso aos mesmos. O terreno doado à Chapecó Avícola S.A, através da Lei Municipal n. 136/83, foi repassado à Sadia.

Ainda em 1991 a unidade produtora (abatedouro de frangos) de Francisco Beltrão, passou a operar, dando suporte à produção da Sadia. Em 1996, é implantado o segundo abatedouro da Sadia em Francisco Beltrão - de perus. A unidade produtora ganha novas linhas para abate e produção da ave.

Segundo Paulo Magro⁶¹, o Grupo Sadia Obteve no primeiro trimestre de 2005 um faturamento de quase 2 bilhões de reais e um lucro líquido de 100 milhões e 500 mil reais. Seu crescimento foi de 16% com relação ao mesmo período do ano anterior.

Perguntado quanto a participação da unidade de Francisco Beltrão nestes números, Paulo Magro explica que a Sadia não elabora balanços e resultados por unidade, Francisco Beltrão está no contexto das nove fábricas de aves, elas não têm um resultado individual, separado. Entretanto, garantiu que esse crescimento se deu devido à unidade de Francisco Beltrão.

Além disso, a participação da Sadia, em 2005, seria responsável por 35% do movimento econômico de Francisco Beltrão, com 2.400 empregos diretos, 800 avicultores e mais toda a economia que gira em torno desta única unidade. O salário dos funcionários e o rendimento dos produtores de frango giram quase que totalmente no município.

Quanto ao motivo que teria levado a produção de aves ao Sudoeste do Paraná, uma vez que sua colonização foi através da suinocultura, Paulo Magro afirma ter sido a própria localização, o clima e a topografia. “A região era essencialmente agrícola, e com o tempo

⁶¹ Entrevistado pelo Jornal Opinião em 2005, Paulo Magro 28 anos de Sadia e gerente da unidade de Francisco Beltrão, na época.

os agricultores entenderam que não deveriam depender de só um tipo de cultura. A integração faz com que os aviários sejam uma alternativa muito viável”.

Perguntado quanto à uma possível tendência da Sadia em aumentar as vendas para o mercado interno, Paulo Magro afirmou que basta analisar as demonstrações dos resultados da empresa para perceber que a Sadia como um todo tem o faturamento do mercado externo e interno iguais, em torno de 50% cada um. "Nós temos essa preocupação para não ficarmos dependentes". Eventualmente surgem situações como, por exemplo, a gripe do frango, ocorrida em 2003, na Ásia. Naquele momento ficaram muito favorecidas as exportações. Então a Sadia direcionou mais produtos para esse mercado. No entanto, existe uma preocupação muito grande do presidente em procurar um equilíbrio entre os mercados.

No exterior, a empresa, tem representações comerciais no Uruguai, Inglaterra, Argentina, Chile, Alemanha, Rússia, Turquia, Emirados Árabes, Japão e Venezuela. Dos abates de frangos da unidade de Francisco Beltrão, mais de 90% são direcionados à exportação, principalmente para o mercado árabe. Já o peru embalado inteiro é 50% para o mercado interno e 50% para exportação. O peru de corte também tem como 90% de sua destinação o mercado europeu.

Apenas nas três unidades de frango do Paraná (Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Toledo) são abatidos 1,2 milhão por dia, é o maior volume de produção de frangos Sadia do Paraná.

Em entrevista mais recente ao Jornal de Beltrão (março de 2006), Paulo Magro comentou o investimento de 40 milhões em um terceiro abatedouro para a unidade de Francisco Beltrão. Destinado ao abate de perus pesados, de até 18 quilos (no primeiro abatedouro de perus, são abatidos perus com peso de até nove quilos). Paulo Magro informa que estas aves levam de 165 a 170 dias para completar o ciclo de crescimento. Cerca de 90% da produção será destinada ao mercado externo, prioritariamente à União Européia – Alemanha, Itália e Inglaterra.

Com a implantação do terceiro frigorífico, a Sadia salta para cerca de 2.900 empregos diretos gerados no município – entre abatedouros, fábrica de ração, cerealista e o setor administrativo. Mas a cadeia avícola gera empregos indiretos, como na produção de ovos, transportadoras de ração, frangos vivos e abatidos, postos de combustível, lojas de peças e acessórios, empresas de construção de aviários e de venda de equipamentos para aviários, entre outros.

Outra informação importante sobre a unidade da Sadia de Francisco Beltrão, tem relação ao número de aviários e integrados. Segundo Pedron (2004) em 2004 havia 925 produtores integrados à Sadia, sendo 784 integrados (907 aviários) de frango e 224 de perus. Esses produtores estariam espalhados por 17 municípios. O abate diário era de 350 mil aves.

Em 2006, com a instalação do frigorífico para perus pesados, esse número se altera. Segundo Paulo Magro, os perus pesados serão produzidos em 280 novos aviários em implantação em Francisco Beltrão e municípios próximos. Assim, a unidade da Sadia, que agora abrange 18 municípios, passa a contar com 1.200 aviários integrados. Cada aviário gera de dois a três empregos indiretos. "Houve vários casos que o produtor tinha um aviário e financiou a construção do segundo".

Com relação à integração propriamente dita, destacamos o papel do extensionista. O principal contato do integrado com a Sadia se dá através dos profissionais extensionistas, também conhecidos como embaixadores da Sadia no campo⁶². Os extensionistas desempenham uma das atividades de base, que tem vital importância para a agroindústria: se dividem entre o escritório e o meio rural, deslocando-se em média 100 quilômetros por dia, conhecem, acompanham e interagem com cada integrado e levam tecnologia e informações aos produtores rurais para manter o controle e a melhoria constantes da criação de suínos, frangos e perus. Isso tudo para garantir o abastecimento dos abatedouros da empresa com o padrão de qualidade exigido.

Esses profissionais atuam nas unidades produtoras da Sadia que têm ligação direta com os produtores integrados. É uma equipe de profissionais, com formação técnica e científica, entre homens e mulheres, envolvendo médicos veterinários, zootecnistas, engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas e técnicos agropecuários.

Ao atender e monitorar os produtores integrados, os extensionistas disseminam padrões técnico-operacionais de criação. O monitoramento envolve desde as instalações, os equipamentos, a limpeza dos galpões e das granjas até o manejo e nutrição dos plantéis, o controle térmico, a saúde dos animais, a preservação ambiental e a auditoria periódica de tudo que envolve a criação.

Com relação à integração de aves da unidade da Sadia de Francisco Beltrão, objeto da pesquisa, muito embora tenhamos feito vários contatos com a empresa, solicitando entrevista ou repasse de informações que pudessem nos fornecer um "diagnóstico" do

⁶² Material de divulgação da Sadia, no site: www.sadia.com.br.

sistema de integração de aves no município, não obtivemos resultado. Assim, as informações a seguir são oriundas de órgãos como a Secretaria Municipal de Agricultura de Francisco Beltrão, EMATER, e da Associação dos Avicultores de Francisco Beltrão.

Segundo relatórios da EMATER o município de Francisco Beltrão conta com 03 abatedouros de aves⁶³, com capacidade de abater semanalmente 1.990.000 cabeças, e 420 produtores de aves de corte. Muito embora a EMATER não mantenha o controle da distribuição desses produtores entre os abatedouros, boa parte desses produtores são integrados da Sadia.

A Secretaria Municipal de Agricultura nos forneceu relatório da produção entregue por integrados da Sadia, entre janeiro de 2007 e agosto de 2008. Mesmo que neste relatório não constasse o nome do produtor e o número de aviários que possui, foi possível levantar que a Sadia tinha nesse período, no município de Francisco Beltrão, 194 integrados de frangos, ou seja, dos 420 produtores de aves de corte do município, sob sistema de integração, mais de 46% estão integrados à Sadia (somente dos produtores de frango). Considerando que somente a Sadia tem integração de perus no município, e que, boa parte desses quase 300 produtores⁶⁴ de perus devem ter aviários localizados no município, esse percentual deve ser ainda maior. Estimamos que entre 65 e 70% dos produtores de aves do município devem ser integrados da Sadia⁶⁵.

A Associação dos Avicultores do Município de Francisco Beltrão⁶⁶, recém fundada, ainda está fazendo o trabalho de associar novos avicultores, portanto, não tem muitas informações sobre o número de avicultores, seu perfil, ou a que abatedouro estão integrados. No entanto, seu presidente manifestou⁶⁷ que considera inviável financeiramente o trabalho com a Sadia, pois a renda obtida com o aviário não compensa o capital investido.

Em entrevista com o presidente da associação dos avicultores do município, houve a participação de integrante da FETRAF-SUL, que informou-nos que antigamente, até o ano 2000, havia mais procura por vagas na Sadia do que oferta da empresa (eram

⁶³ Entendemos que a EMATER considera os 3 abatedouros da Sadia como sendo 1, por fazerem parte da mesma unidade.

⁶⁴ Seguindo a mesma proporção da produção de frangos deve haver no município cerca de 108 produtores de perus.

⁶⁵ Esses números podem parecer descabidos, já que nos parágrafos anteriores foi dito que a Sadia tinha 1.200 aviários integrados (números referentes ao ano de 2006), no entanto, quando é feita referência aos integrados da Sadia - unidade de Francisco Beltrão -, não podem ser considerados apenas os produtores do município, mas todos os produtores dos 18 municípios abrangidos pela unidade.

⁶⁶ A Associação dos Avicultores do município está em fase de registro, com estatuto aprovado e ata de fundação, mas ainda está sendo feito o trabalho de associar novos avicultores.

⁶⁷ Em entrevista informal.

negociadas as vagas entre avicultores por até R\$ 5.000,00). A partir de 2001 e até hoje, a Sadia oferece 200 vagas e não têm interessados. Essa procura é explicada pela política administrativa adotada pelas empresas que trabalham com integração de frangos: trabalhar com uma margem positiva de 20% de integrados, para além da demanda da empresa, estabelecida pelos contratos de venda⁶⁸.

Considerando essa oferta da empresa que não encontra interessados, parece-nos - numa análise preliminar - que o presidente da associação dos avicultores tem certa razão quando se refere (em suas palavras) à inviabilidade financeira de se ter/manter um aviário. Nesse sentido, para ilustrar a "inviabilidade" de integração à Sadia, ele destacou que havia cerca de 40 aviários parados no fim de 2008, por abandono da atividade, e a informação corrente, entre os avicultores integrados, em reuniões nas comunidades, seria de que apenas 10% dos aviários "dão certo". Essa questão será analisada com mais profundidade no próximo capítulo.

Outro fator interessante apontado pelo entrevistado, é a informação de que a Sadia atualmente teria interesse em trabalhar com unidades de produção - incentiva e procura integrados dispostos a instalar 3 ou 4 aviários em suas propriedades. Muitos produtores, inclusive, teriam inviabilizado suas propriedades em função de endividamento pela construção de novos aviários. Esse dado pode ser um indicativo daquela "tendência" das agroindústrias de migrarem para novos modelos de integração, de que tratamos no quadro 5, do item 2.4.2 - O sistema de integração da indústria avícola.

4.3 SADIA E PERDIGÃO - A FUSÃO

Como a pesquisa teve início antes da fusão da entre Sadia e Perdigão que criou a Brasil Foods (BRF) e, como o recorte espacial é o município de Francisco Beltrão onde a Sadia opera, neste trabalho fazemos referência à integradora como Sadia. Além disso, a fusão das empresas ainda está sendo analisada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), portanto, embora na prática a Sadia já tenha tomado algumas providências, como a pintura dos novos aviários de acordo com as cores do padrão da nova empresa (ver figura 3), formal e legalmente a fusão só será concretizada após o veredicto do CADE.

⁶⁸ Essa informação seria oriunda do DESER.



FIGURA 3 - Aviário com as cores do padrão da Brasil Foods

Fonte: Foto da autora, janeiro de 2010

Sendo assim, faremos, a seguir, uma breve explicação a respeito dos termos da fusão, e da estrutura da nova empresa, baseados em notícias divulgadas em veículos de comunicação como O Estadão; Valor Online; Folha Online; Investidor Jovem; Jornal de Beltrão, etc.

Segundo Sobral (2009), o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) confirmou a assinatura de acordo com as companhias Sadia e Perdigão "suspendendo" a fusão entre as empresas, até que ocorra o julgamento do ato por este conselho. Este acordo, chamado de "Acordo de Preservação da Reversibilidade da Operação (APRO)", prevê que a Perdigão não poderá exercer o controle da Sadia e terá que manter as estruturas administrativas produtivas e comerciais íntegras e independentes. O acordo, porém, permite à Perdigão fazer a reestruturação financeira da Sadia, desde que obedecidas as regras estabelecidas. De acordo com o CADE, esse último ponto atende às preocupações concorrenciais do órgão, "sem implicar ônus desnecessário aos negócios das empresas".

O APRO é necessário, segundo o CADE, pois dessa união, poderão resultar elevadas concentrações de mercado e é preciso garantir a eficácia de uma decisão do CADE, quando for realizado o julgamento.

Segundo o Jornal de Beltrão, desde a década de 1990 a união era cogitada, no entanto, a Sadia era sempre a possível compradora da Perdigão, mas depois de forte prejuízo da empresa em 2008, a fusão é apresentada com a Perdigão tendo 68% de participação, contra 32% da Sadia. A nova empresa, Brasil Foods, passa a ter 116.000 funcionários em quase 70 unidades. Nenhuma marca será extinta, permanecendo a Sadia, Perdigão, Qualy, Dorian e Batavo, a empresa apenas se fortalece para o mercado externo.

A Brasil Foods terá uma administradora, a HFF Participações (que inicialmente terá o controle acionário da Sadia) e um Conselho Administrativo, que será composto pela união entre Nildemar Secchets (Presidente do Conselho Administrativo da Perdigão) e Luiz Fernando Furlan (Presidente do Conselho Administrativo da Sadia), de tal modo que os estatutos das duas empresas será alterado. Entretanto, cada empresa continuará a ter estatuto e Conselho Administrativo próprio, agora sob o seguinte formato: O Conselho Administrativo da Perdigão terá 11 membros e uma copresidência, e ainda serão eleitos 3 novos conselheiros, indicados pela HFF, destes indicados pela HFF, um ocupará o cargo da copresidência. Já o Estatuto da Sadia será alterado para que o seu Conselho Administrativo tenha 12 membros, e uma copresidência. Também serão substituídos alguns membros de forma que este conselho seja composto pelas mesmas pessoas do Conselho da Brasil Foods.

De acordo com informações disponíveis no G1 Globo.com, a Perdigão conta com 25 unidades industriais de carnes, 15 de laticínios, uma processadora de soja e uma fábrica de margarina no Brasil, assim como três unidades na Europa e uma na Argentina. A empresa também tem escritórios no Reino Unido, França, Japão, Holanda, Rússia, Cingapura, Emirados Árabes Unidos, Hungria, Portugal, Espanha, Itália e Áustria.

A Sadia tem 14 fábricas e duas unidades agropecuárias no Brasil, além de escritórios comerciais na Argentina, Chile, Panamá, Uruguai, Alemanha, Reino Unido, Rússia, Turquia, Emirados Árabes Unidos, China e Japão.

Apresentamos, a seguir, tabelas e gráficos que apresentam a Sadia e a Perdigão, em números, para em seguida apresentar como ficará a estrutura da Brasil Foods.

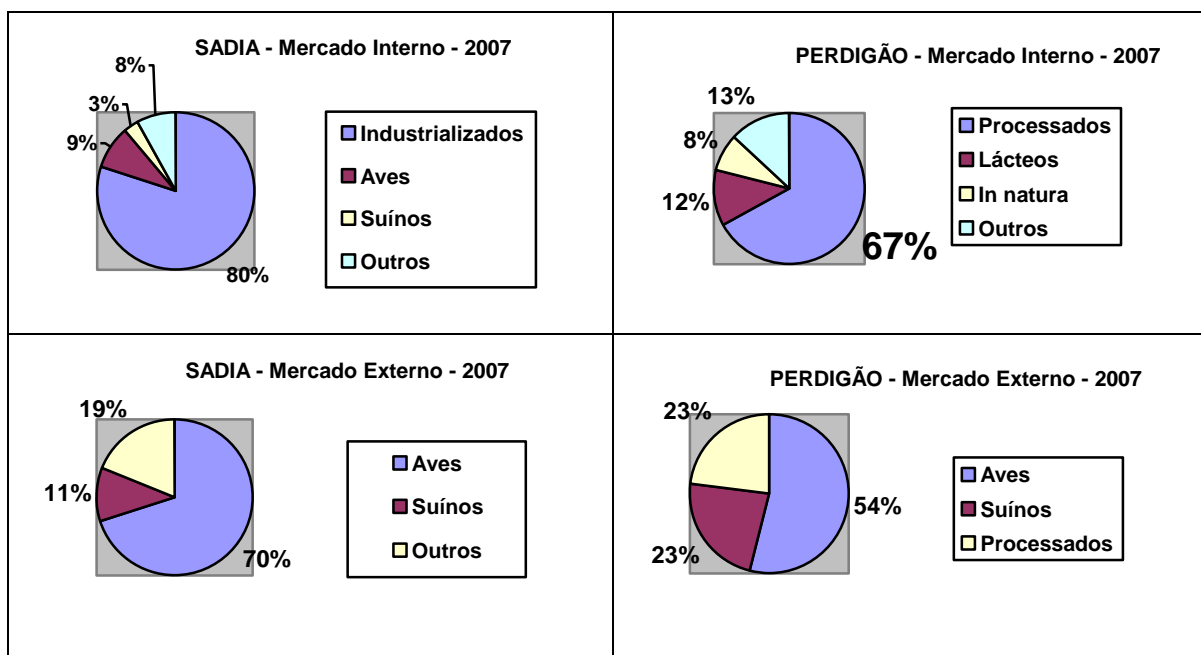
TABELA 15 - Comparativo estrutural/financeiro entre Sadia e Perdigão - ano de 2007

	SADIA	PERDIGÃO
% do Mercado Interno	54%	58%
Valor de Mercado em Dez/2007	R\$ 6.659.000.000,00	R\$ 8.130.000.000,00
Receita Bruta em 2007	R\$ 9.844.000.000,00	R\$ 7.789.000.000,00
Investimentos em 2007	R\$ 1.100.000.000,00	R\$ 857.000.000,00
Número de funcionários	63.543	44.700
Produtos	700	2.500
Unidades Industriais	14	37
Centros de Distribuição	8	27

Fonte: Investidor Jovem. <<http://www.investidorjovem.com.br/a-fusao-entre-perdigao-e-sadia>>
 Organização: Loiva Marli Flach

Como podemos observar na tabela 15, as empresas tiveram em 2007 uma receita bruta similar, sendo que os investimentos da Sadia superam os da Perdigão. A Perdigão apresentou um percentual do mercado interno ligeiramente superior e seu valor de mercado era 22,10% maior que o da Sadia em 2007. Também é interessante observar que a Perdigão tinha, já em 2007, um número bastante superior de produtos no mercado, mais unidades industriais e centros de distribuição, no entanto, trabalhava com um número de funcionários bem menor que o da Sadia.

GRÁFICO 8 - Participação de produtos da Sadia e Perdigão no Mercado Interno e Externo - ano de 2007

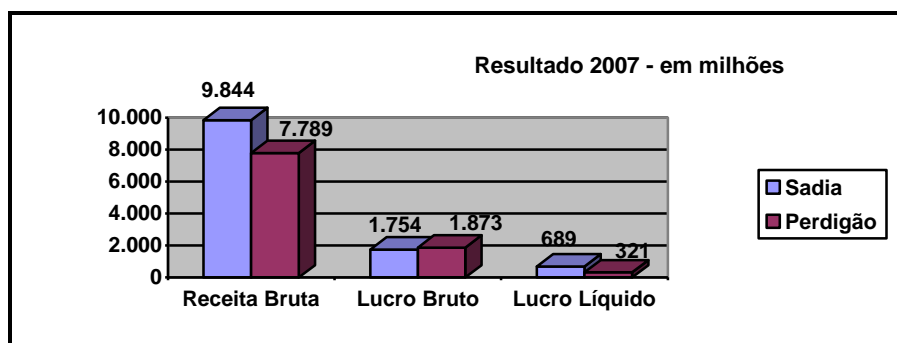


Fonte: Investidor Jovem. <<http://www.investidorjovem.com.br/a-fusao-entre-perdigao-e-sadia>>

Organização: Loiva Marli Flach

Quanto à participação dos produtos das empresas nas vendas é fácil perceber que os industrializados e processados lideram as vendas no mercado interno, tanto da Sadia, cujo percentual chega a 80%, quanto da Perdigão, onde os produtos processados representam 67% das vendas. Enquanto as aves e suínos representam 12% das vendas da Sadia no mercado interno, os lácteos representam o mesmo percentual para a Perdigão. Quanto ao mercado externo, as duas empresas apresentam os maiores percentuais de venda nas aves, sendo que, somados os percentuais das aves e dos suínos, obtemos praticamente os mesmos percentuais de participação nas vendas para as duas empresas.

GRÁFICO 9 - Resultados financeiros da Sadia e da Perdigão - ano de 2007



Fonte: Investidor Jovem. <<http://www.investidorjovem.com.br/a-fusao-entre-perdigao-e-sadia>>

Organização: Loiva Marli Flach

O resultado financeiro das empresas, apresentado no gráfico 9, é bastante interessante, considerando que a receita bruta da Sadia é 26,39% superior à da Perdigão, sendo que a situação se inverte no lucro bruto, tendo a Perdigão um lucro bruto 6,79% superior ao da Sadia. No entanto, o lucro líquido da Sadia é nada menos que 114,65% superior ao da Perdigão.

Tendo apresentado brevemente a estrutura e situação das empresas separadamente, agora explanaremos como será a Brasil Foods.

Segundo Dal Piaç (2010), nem Concórdia, onde Atílio Fontana fundou a Sadia em 1944, nem Videira, onde a Perdigão foi criada em 1934 será a sede da Brasil Foods, mas sim o município de Itajaí, no litoral catarinense. A mudança para Itajaí pode oferecer facilidades, já que é ponto de embarque ao exterior de boa parte da produção das duas agroindústrias.

O nome da nova empresa, Brasil Foods, afirma o autor, foi criado conjuntamente pela Sadia e Perdigão, ainda em 2001. Naquele ano, as duas empresas lançaram a BRF International Foods, associação destinada à exportação de frangos para Europa oriental, Ásia, Oriente Médio e África. Especialistas em marketing estariam estudando dois logotipos, como BR Foods e BRF/Brasil Foods- sendo Brasil grafado em português, com "s".

Uma das estratégias será usar a marca Sadia como avalista dos produtos da empresa, que seria o mesmo artifício usado pela Nestlé, que adota a marca-mãe como garantia de qualidade. Outro item considerado importante para a Brasil Foods, é a utilização da eficiência do modelo de gestão da Perdigão, aliada à tradição da Sadia.

De acordo com notícia vinculada no G1 Globo.com, a Brasil Foods contará com aproximadamente 120 mil empregados, clientes em cerca de 100 países, exportações anuais no valor de US\$ 5 bilhões e 42 unidades de processamento de carne. No Brasil, a empresa terá participação de mais de 50% em setores como carnes congeladas, massas e margarinas, por isso as autoridades antimonopólio poderão estabelecer condições para o negócio. Na prática, a nova empresa processará 33% da carne de frango e 31% da carne de porco do Brasil.

Além disso, a Brasil Foods terá 52,6% das exportações brasileiras de carne de frango e 40% das exportações de carne suína, já que atualmente as duas companhias processam anualmente 1,7 bilhão de aves, 8 milhões de porcos e 11 milhões de toneladas de ração animal.

Segundo notícia divulgada no Valor Online, a nova empresa se torna a maior produtora e exportadora mundial de carne de frango, uma das principais processadoras de carne de porco, a maior abastecedora de produtos industrializados no Brasil, e a décima maior empresa de alimentos das Américas. A nova empresa também será a terceira maior exportadora brasileira, e terá como uma de suas primeiras ações a oferta pública de 4 bilhões de reais em ações para sanar a dívida da Sadia.

Neste capítulo descrevemos a história da Sadia e constatamos a inquestionável importância da empresa para o município. Também analisamos os termos em que se dará fusão da Sadia com a Perdigão, caso o CADE se manifeste favoravelmente.

No quinto e último capítulo, o foco está nos avicultores integrados e no sistema de integração adotado pela Sadia no município de Francisco Beltrão. Analisamos o papel da tecnologia na integração e apresentamos o que consideramos "conclusões preliminares", ou primeiras aproximações de resultado.

Também apresentamos o trabalho empírico da pesquisa, os dados coletados em campo. Trata-se do "resultado" das entrevistas realizadas, através da análise dos dados coletados e tabulados a partir das respostas e comentários obtidos. O interesse está em definir o perfil do integrado da Sadia, compreender se o mesmo é um proprietário-assalariado, se pode ser chamado de produtor ou se só realiza o serviço de engorda das aves como "funcionário" da Sadia.

CAPÍTULO V

AVICULTORES INTEGRADOS À SADIA: PROPRIETÁRIOS ASSALARIADOS?

5.1 O PAPEL DA TECNOLOGIA

Segundo Freeman (1984), a história do progresso técnico é a história da humanidade, o progresso técnico encontra-se no centro das atividades humanas. As relações homem/natureza formam as relações sociais e, quando o homem passa a dominar a natureza, passa também a interpretar essas relações sociais. Com base nessas afirmações é que tentaremos desenvolver a discussão acerca da tecnologia.

O progresso técnico propriamente dito pode estar relacionado a certos tipos de conhecimentos que tornam possível produzir a partir de uma quantidade de recursos um volume superior de produto, ou um produto qualitativamente superior. Ou seja, esse progresso técnico pode se dar "no processo" e elevar quantitativamente a produção, ou "no produto" e elevar qualitativamente o produto/produção.

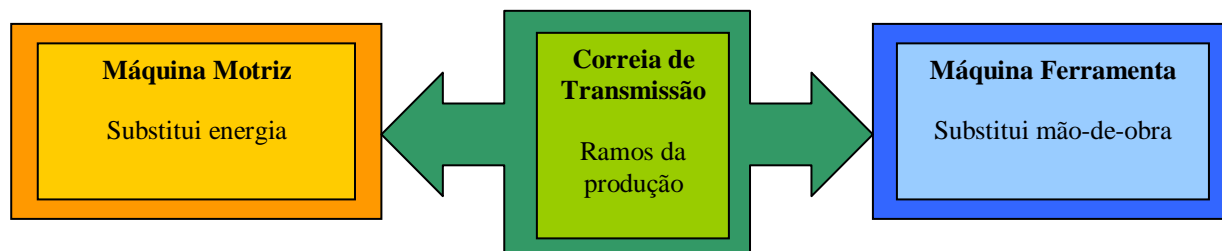
Marx foi um grande estudioso da tecnologia e isso está refletido em sua obra quando trata das características distintas da tecnologia e da lógica interna das tecnologias, mas principalmente quando se refere à importância histórica e às consequências sociais da tecnologia, ele está preocupado em entender por que a máquina cria máquina. A luta de classes é o produto das contradições entre forças produtivas e relações de produção. No esforço que o homem faz em dominar a natureza (forças produtivas) ele estabelece relações sociais (relações de produção). A exploração e a dependência da classe operária não estão, pura e simplesmente na maquinaria, ou na tecnologia, mas na finalidade com que a maquinaria é utilizada.

John Stuart Mill, em seus Princípios da Economia Política, diz: "É de se duvidar que todas as invenções mecânicas até agora feitas aliviaram a labuta diária de algum ser humano". Tal não é também de modo algum a finalidade da maquinaria utilizada como capital. Igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encompridar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. Ela é meio de produção de mais-valia. (MARX, 1984, p. 7)

Segundo Marx (1984), toda a maquinaria desenvolvida constitui-se de três partes: a máquina-motriz, o mecanismo de transmissão, e a máquina-ferramenta. A máquina-motriz atua como força motora de todo o mecanismo, produzindo sua própria força motriz (máquina a vapor, máquina eletromagnética, etc.), ou recebendo o impulso de uma força natural já pronta (roda d'água, moinho de vento, etc.). O mecanismo de transmissão (volantes, eixos, rodas dentadas, barras, cabos, correias, dispositivos intermediários e caixas de mudanças) regula o movimento, modifica sua forma e o distribui e transmite para a máquina-ferramenta. A máquina-ferramenta é um mecanismo que, ao ser-lhe transmitido o movimento correspondente, executa com suas ferramentas as mesmas operações que o trabalhador executava antes com ferramentas semelhantes.

A máquina-motriz e o mecanismo de transmissão transmitem o movimento à máquina-ferramenta e, por meio desse movimento, a máquina-ferramenta se apodera do objeto do trabalho e modifica-o de acordo com a finalidade. A máquina-motriz gera energia; o mecanismo de transmissão, ou correias de transmissão, através desta energia faz funcionar as engrenagens, regulando o movimento que será levado até a máquina-ferramenta, origem da Revolução Industrial do século XVIII.

FIGURA 4 - As partes da maquinaria



Fonte: pesquisa bibliográfica, a partir de Marx (1984).
Organização: Loiva Marli Flach

A tecnologia é a busca de solução para os problemas criados pelo homem em sua relação com a natureza. No caso da agricultura, segundo Kautsky (1998), a máquina não apenas substitui o homem, mas produz resultados que este não é capaz de produzir.

O termo "tecnologia", segundo Pinto (2005), é largamente usado e, muitas vezes, com propósitos divergentes. Isso, entretanto, aumenta sua importância na compreensão da realidade. Segundo o autor são 4 significados principais: 1) a teoria, a ciência, o estudo, a discussão da técnica, os modos de fazer alguma coisa (logos da técnica; 2) a técnica pura e

simplesmente. Este é o sentido mais frequentemente utilizado. As palavras tecnologia e técnica mostram-se intercambiáveis no discurso habitual. 3) Conjunto de todas as técnicas de que dispõe uma determinada sociedade, em qualquer fase histórica de seu desenvolvimento. É a essa acepção que se costuma fazer menção quando se refere ou tenta medir o grau de avanço do processo das forças produtivas de determinada sociedade. 4) A ideologia da técnica.

Segundo o autor, há sem dúvida uma ciência da técnica, enquanto fato concreto e, por isso, objeto de indagação epistemológica. Essa ciência admite ser chamada tecnologia. Ora, se a técnica configura um dado da realidade objetiva, um produto da percepção humana que se materializa em ação, na forma de instrumentos e máquinas, então, obrigatoriamente deve haver a ciência que o abrange e explora. E esta ciência deve ser chamada "tecnologia", não importa que o termo esteja carregado de outros sentidos.

O técnico e a técnica que lhe é existencialmente consubstancial têm de ser objeto da análise do pensador que, não sendo em geral um especialista em qualquer ramo definido da atividade fabricadora, adquiriu os instrumentos lógicos suficientes para o habilitarem a dedicar-se, de direito e sem nenhuma presunção, ao estudo das ações técnicas, que pessoalmente não pratica, mas pode julgar, por se desligar ou desinteressar socialmente delas, graças à compreensão que lhe dá o nível de abstração no qual situa a percepção da realidade. (...) O domínio teórico da técnica pelo homem liberta-o da servidão prática à técnica, que vem sendo, crescentemente, o modo de vida pelo qual é definido e reconhecido. (PINTO, 2005, p. 222-223)

Mas há também a questão ideológica da técnica, e esta tem estreita relação com a ciência da técnica. Pinto (2005) afirma que as presentes condições sociais possibilitam a utilização das discussões sobre a técnica, suas relações com a ciência e o papel que desempenha na vida dos homens, para fins nitidamente ideológicos. Quando a técnica é interpretada como a "manifestação do divino" responsável pelo curso da história, acaba por absolver os homens, e as classes, de quaisquer culpas. Ou seja, a técnica acaba por carregar a causa das desgraças sociais presentes, ao mesmo tempo em que se constitui na única Providência em que devemos depositar nossas esperanças.

Devido à interpretação equivocada de que em todos os tempos a técnica reinante, e não a organização da sociedade, dominou o homem e o pôs a seu serviço, é que desaparece a figura do explorador do trabalho alheio das formações históricas, sendo este substituído pela técnica, pelas máquinas e instrumentos. Não é necessário intelecto muito desenvolvido, segundo Pinto (idem) para que se perceba o indisfarçável viés ideológico desta concepção.

A questão tecnológica, no caso da integração, está intrinsecamente ligada à Modernização da Agricultura, processo sem o qual a industrialização da agricultura e a formação dos CAIs, não teria sido possível.

A industrialização e a tecnologia produziram o espaço agrário atual, do qual faz parte a integração de aves, mas também "produziram", ou pelo menos dão o tom ao atual debate sobre a questão agrária no Brasil, que gira em torno da dicotomia entre agricultura familiar e o agronegócio. O lamentável é que, além do equívoco na definição conceitual de agricultura familiar, criado pela confusão teórico/prática resultante da mistura dos conceitos de "farmer" e campesinato, e da falsa dicotomia entre agricultor familiar e agricultor patronal, estabeleceu-se a quase "demonização" do agronegócio.

O capitalismo como afirma Harvey (2001), é, por necessidade, tecnológica e organizacionalmente dinâmico. Esse dinamismo se dá, em parte, pela luta dos capitalistas pelas inovações em busca de lucro. Mas a dinâmica da luta de classes também se altera em razão da mudança organizacional e tecnológica, e o objetivo é sempre o controle dos mercados de trabalho e do próprio trabalho, para ambos os lados.

O agronegócio é o resultado dessas mudanças organizacionais e tecnológicas, e nele estão inseridos não somente a agroindústria, mas também o produtor propriamente dito, já que a produção agropecuária passou a ser um elo da cadeia em que se dão as operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e os itens produzidos a partir deles.

O agronegócio é o fluxo produtivo e comercial que ocorre entre a cadeia, até o consumidor final. Assim, o produtor agropecuário faz parte da cadeia e é responsável por uma parcela desse fluxo produtivo e comercial. Temos que percebê-lo como parte integrante do CAI da agropecuária e como parte interessada e atuante no agronegócio. A definição conceitual que se queira dar à esse produtor, não interfere nesse fato.

Lima de Paula e Faveret Filho (2003) afirmam que a 25 anos a avicultura brasileira se encontra em contínua expansão, desenvolvendo e consolidando uma estrutura integrada que envolve desde o plantio de grãos e sua transformação, alojamento de matrizes e pintos, abatedouros, frigoríficos, transporte e distribuição, além do desenvolvimento genético das aves. Essa expansão apontada pelos autores foi possibilitada, em grande parte, pelo desenvolvimento tecnológico empregado em toda a estrutura integrada.

Ulir Júnior (2009) aponta a forma verticalizada de organização da cadeia produtiva da carne de frango, com a coordenação assumida pelas grandes agroindústrias, como responsável por esse crescimento. O autor salienta que essa coordenação do crescimento

produtivo se dá principalmente devido à detenção de informações e tecnologias, que proporcionam à agroindústria ganhos de qualidade e produtividade.

A indústria do frango opera de forma coordenada e unificada em uma disposição espacial centralizada, onde em seu ponto de gravidade localiza-se a coordenação que gerencia o sistema, formada por um corpo de técnicos. O abatedouro e a fábrica de ração também se localizam próximos, ao redor do qual é formado um cinturão com raio variável de até 50 km, onde se localizam as granjas de frango. (NICOLAU 1996, apud ULIR JÚNIOR 2009, p. 24)

De acordo com Espíndola (2002) o setor de carnes passa por um processo de reestruturação. Para o autor, essa reestruturação foi condicionada pela introdução de novas tecnologias (equipamentos automatizados, biotecnologia, etc.) que resultaram no rebaixamento dos custos produtivos, em fusões, em aquisições e parcerias, na realocação da capacidade produtiva, no lançamento de novos produtos e em novas relações de trabalho.

Segundo Feldmann (2009), a importância do efeito da tecnologia no desempenho e na competitividade das empresas é indiscutível, novos produtos e processos dão às empresas a possibilidade de compensar suas fraquezas. E esses novos produtos e processos são obtidos por intermédio da tecnologia e, as empresas que são bem-sucedidas são as que conseguem usar bem as novas tecnologias, de preferência, antes de seus concorrentes.

No caso da integração de aves da Sadia, objeto deste estudo, na maioria das vezes em que usamos o termo "tecnologia", ou que nos referimos às exigências da empresa pelo emprego da mais alta inovação tecnológica, é evidente que nos referimos ao segundo significado para tecnologia, apontado por Pinto (2005), ou seja, tratamos da técnica pura e simplesmente. Mas a questão ideológica é que dá a direção para as discussões em torno da insatisfação do integrado.

Foram realizadas diversas entrevistas com integrados; com presidentes de associações de moradores das comunidades rurais; com proprietários de empresas fornecedoras de equipamentos para aviários; e também com funcionários da Sadia, e foi unânime o entendimento de que o integrado que não estiver atualizado em termos tecnológicos está correndo o risco de não se manter na atividade.

O valor investido para construção e instalação de um aviário de frango, de acordo com os padrões estabelecidos pela Sadia (125X14 m) é de aproximadamente R\$

230.546,00⁶⁹. Para construção e instalação de um aviário de perus (100X12m), o valor é de R\$ 156.672,00. Esses valores normalmente são financiados, para pagamento em 8 anos, sendo um ano de carência e pagamento de uma parcela a cada 6 meses. Considerando o valor médio recebido por cada lote e o tempo gasto entre um e outro⁷⁰, pode-se afirmar que nos primeiros dois anos o avicultor integrado não poderá contar com os rendimentos do aviário para outra coisa que não o pagamento do mesmo.

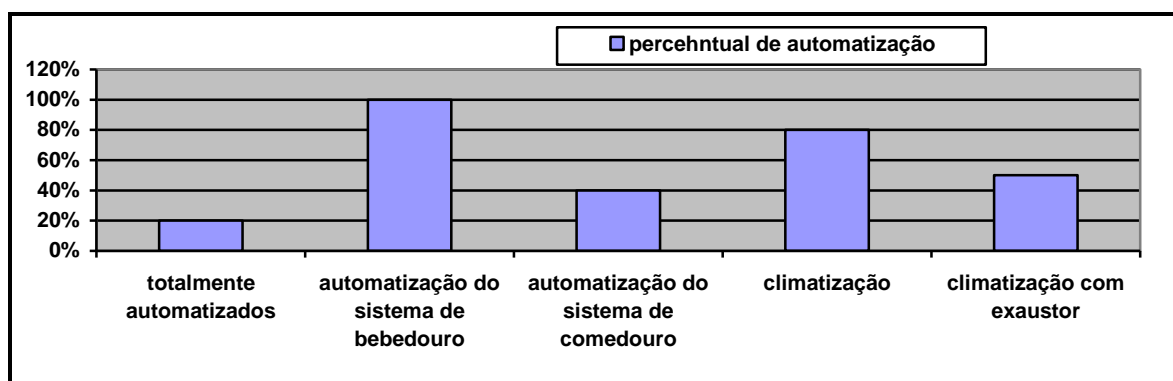
Segundo o presidente da Associação de Avicultores do município, a Sadia tem interesse em trabalhar com unidades de produção - incentiva e procura integrados que instalem 3 ou 4 aviários em sua propriedade, no entanto, o entrevistado diz ter conhecimento de vários produtores integrados que inviabilizaram sua propriedade em função de endividamento pela construção de novos aviários. O financiamento dos barracões e das adequações dos mesmos em função da implantação de novas tecnologias é feito diretamente com os bancos, a Sadia faz o projeto técnico, mas todas as garantias ficam por conta do avicultor.

Com relação ao abandono da atividade pelos integrados, segundo um dos funcionários da Sadia entrevistados, gira em torno de 10%. As causas principais são falta de mão-de-obra e atualização tecnológica defasada. No entanto, segundo o entrevistado o abandono pode ser por iniciativa do avicultor ou por parte da empresa, os motivos elencados acima geralmente são os que levam a empresa ao rompimento do contrato.

E é justamente a falta de mão-de-obra que acaba por fazer o avicultor investir em automatização. Atualmente 95% dos aviários integrados à Sadia em Francisco Beltrão são automatizados, mas com níveis diferentes de automatização. De acordo com o padrão exigido pela Sadia, cerca de 20% dos aviários são totalmente automatizados; em torno de 40% têm o sistema de comedouro semi-automatizado; o sistema de bebedouro está automatizado em quase 100% dos aviários; 80% dos aviários são climatizados; e 50% são climatizados com exaustor. Ou seja, a grande maioria dos aviários integrados à Sadia são semi-automatizados. São considerados semi-automatizados os aviários que não estão equipados com comedouro automático e/ou climatização.

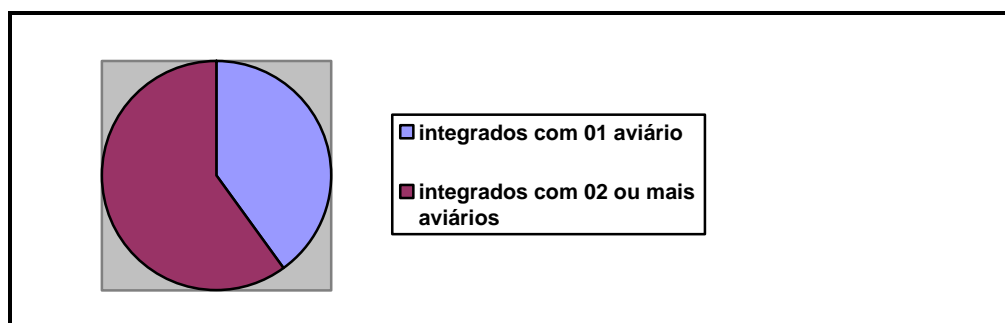
⁶⁹ Valor de orçamento impresso repassado para a autora. Os valores variam de acordo com a empresa.

⁷⁰ O valor dos lotes e o tempo transcorrido entre os mesmos é diferente para os aviários de frango e de peru. O valor médio para cada lote de frango é de R\$ 5.500,00 num período médio de 45 dias. Já o valor médio para cada lote de perus é de R\$ 7.000,00 num período médio de 100 dias.

GRÁFICO 10 - Nível de automatização dos aviários integrados à sadia

Fonte: pesquisa de campo
Organização: Loiva Marli Flach

Na pesquisa de campo realizada diretamente com os integrados, averiguamos que 39% dos integrados tinham 02 aviários ou mais, sendo que nos integrados de peru o percentual chegou a 66%, enquanto nos de frango foi de 25%. Como as entrevistas foram feitas de forma aleatória, cabe destacar que, de acordo com as entrevistas realizadas com as empresas que trabalham com equipamentos e construção de aviários, pelo menos 60% dos avicultores integrados à Sadia tem mais de um aviário (ver gráfico a seguir). Como estes últimos têm contato constante com os avicultores e, como a informação foi confirmada pelos funcionários e ex-funcionários da Sadia entrevistados, aceitamos esse percentual como verdadeiro. Ademais, a tendência é aumentar esse percentual pois, segundo um dos funcionários entrevistados na pesquisa, novos integrados não serão aceitos com apenas um barracão.

GRÁFICO 11 - Quantidade de aviários por integrado em Francisco Beltrão

Fonte: pesquisa de campo
Organização: Loiva Marli Flach

Ficou evidente nas entrevistas que fizemos àquela reestruturação de que falou Espíndola (2002), principalmente no quesito novas tecnologias (rebaixamento dos custos produtivos) e nas novas relações de trabalho estabelecidas, pelo menos no que se refere aos integrados.

Da mesma forma, as afirmações de Albuquerque (1990) de que a inovação tecnológica impulsiona, justamente, a produtividade do trabalho, também se confirmaram, uma vez que o fim último das exigências da integradora pela utilização de novas tecnologias é aumentar a produtividade do trabalho.

Estas ponderações refletem a questão ideológica por detrás da discussão. Ora, se a falta de mão-de-obra é um dos fatores que levam o integrado a investir em tecnologia de automatização, esta também acaba sendo uma espécie de "desculpa" para diminuição da margem de lucros por parte da integradora, justificada pela "redução da carga horária trabalhada".

5.2 PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Esta parte do texto, tenta expressar algumas considerações acerca das análises até aqui feitas, de forma a nos possibilitar "avançar" na pesquisa. O referencial teórico apresentado servirá para fundamentar os resultados, e os dados numéricos/estatísticos para "localizar" o objeto de estudo. Desse modo, procuramos repassar brevemente, os aspectos discutidos que são mais relevantes, e que tem maior poder explicativo/elucidativo.

A modernização e industrialização da agricultura são reflexo do desenvolvimento do sistema capitalista. Sem esse processo de desenvolvimento das forças produtivas do setor agropecuário, o fomento, a genética, etc. o aumento da produção não teria sido possível. A modernização trouxe novos parâmetros para a produção agropecuária e para as relações de trabalho. Não é mais possível - nem para o produtor, nem para a sociedade em geral - que a produção seja destinada ao consumo do agricultor e de sua família.

O capital se apoderou da agricultura através da inserção e submissão do agricultor ao mercado, e promoveu sua revolução com a utilização de novas tecnologias. O domínio do capital sobre a agricultura deu-se em tal medida que são insustentáveis as velhas formas de produção. O aumento da demanda por alimentos nas grandes cidades requer aumento na produção, o que requer tecnologia investida para o aumento da produtividade.

O sistema de integração, atualmente adotado pela Sadia, pode ser visto como resultado das novas relações de trabalho, resultantes não só da acumulação flexível e da reestruturação produtiva, mas também dessa nova forma de produzir, com alta tecnologia - a industrialização do campo.

Quanto as particularidades da propriedade fundiária, quaisquer que sejam estas particularidades, como afirmou Lênin (1982), não constituem um obstáculo insuperável para o capitalismo, pois esse assume formas diferentes, de acordo com as condições agrícolas, jurídicas e sociais existentes. A superioridade da grande sobre a pequena produção agrícola não pode ser tratada sem ter em conta a enorme variedade de relações agrárias existentes. Portanto, a Região Sudoeste do Paraná e o município de Francisco Beltrão não estão imunes ao "avanço" do capitalismo por sua característica fundiária, o que muda é a "forma" com que se dá esse avanço, as estratégias adotadas pelo capital.

Considerando as transformações ocorridas na agricultura, entendemos que em situações específicas as relações produtivas existentes entre a indústria e o pequeno proprietário podem ser estratégicas para a primeira, podem representar vantagens num jogo de forças onde o grande proprietário teria vantagens ou seu poder de barganha aumentado, na mesma medida do tamanho de sua propriedade. A dependência do pequeno proprietário agrário em relação à indústria, como forma de manter-se inserido no mercado capitalista, é extremamente vantajosa para a indústria.

Além disso, nem sempre pequena propriedade significa pequena produção. Em alguns ramos produtivos da agropecuária, pequenas propriedades podem acoplar uma produção significativa, pois há facções do mercado que não necessitam grandes áreas territoriais para produção, quando utilizada tecnologia. A dependência, no caso da pequena propriedade com grande produção, está relacionada à tecnologia. É a utilização da tecnologia que permite aumentar a produção, reduzindo custos e, portanto, permitindo preço competitivo no mercado. Sem tecnologia o custo produtivo inviabiliza a pequena propriedade financeiramente.

A agricultura se industrializa de forma integrada com a grande indústria, em se tratando da produção de alimentos, o agricultor pode ser visto como o primeiro operário da linha de produção. O problema, como em tudo o que se refere ao sistema capitalista, não está na ampliação da produção ou na modernização dos meios de produção, mas sim nas relações de produção estabelecidas.

Identificamos a atuação da empresa Sadia, bem como as relações de trabalho estabelecidas pela empresa com os integrados, como reflexo das exigências do mercado. O

desenvolvimento do sistema capitalista, o aprofundamento da divisão territorial e social do trabalho, que levaram à complexificação das relações de produção, também tornou o mercado extremamente competitivo para os capitalistas. As constantes mudanças tecnológicas adotadas pela Sadia em sua linha de produção são uma necessidade do mercado capitalista, e fazem parte da estratégia competitiva da empresa. A adoção das inovações tecnológicas tem como fim último a redução dos custos de produção e o aumento dos lucros. Nessa estratégia de redução dos custos de produção com o uso de tecnologia está intrínseca a redução do valor pago à força de trabalho, no caso, o integrado, é a mais-valia absoluta dando lugar a mais-valia relativa, produz-se mais, com um número menor de trabalhadores e com um número menor de horas trabalhadas. É necessário garantir a acumulação do capital.

Assim, a tendência, como afirmou Graziano da Silva (1998) seria um processo crescente de subordinação do trabalho ao capital, de um lado com um inegável processo de proletarização e de outro, a recriação de produtores familiares que se tecnificam crescentemente, sem, todavia, conseguir escapar da sina de permanecer como pequenos produtores.

Está evidente a "tendência" para os produtores integrados de aves da Sadia, de se tecnificarem cada vez mais - por exigência da empresa - e com isso contraírem um patrimônio imobilizado de alto valor, que no entanto não tem liquidez ou "utilidade", se for rompido o contrato de integração, o que lhes oferece autonomia cada vez menor no processo produtivo. Por outro lado, a busca por essa tecnificação pode levá-los a um endividamento que não lhes permita nem a condição de pequenos produtores/proprietários.

Segundo Graziano da Silva (1998), a corrida pela adoção das inovações tecnológicas tenderá a acelerar a sua velocidade de transformação nos próximos anos. Isso representaria a eliminação de parte significativa desses produtores hoje ditos tecnificados, marginalizando-os dos complexos agroindustriais. O movimento compensatório de crescimento dos CAIs em outras atividades e outras regiões do país será apenas a postergação dessa tendência.

A reestruturação do capital e do trabalho chegou também ao campo, afirma Thomaz Júnior (2004) e, junto com ela, o aguçamento das contradições que redefinem amplamente a dinâmica da gestão societária do capital sobre o trabalho e da sociedade em geral. Essas contradições, segundo o autor, fizeram surgir novas ruralidades que contém diferentes sentidos para o trabalho, tais como a pluriatividade; as movimentações por

melhores salários e condições de trabalho; as formas comunitárias de organização do trabalho; e a integração, como parte do processo expropriatório e de dominação do capital.

(...) se focarmos a realidade brasileira, com as atenções voltadas para explicarmos as transformações territoriais que vêm ocorrendo no mundo agrário e todas as derivações e combinações desse cenário, não podemos dissociá-las do metabolismo societário (destrutivo) do capital, seja objeto de apreensão e entendimento o processo de luta pela terra (...); seja a mudança tácita do Estado e de setores da intelectualidade orgânica que aportam na necessária mudança de foco da questão agrária para o desenvolvimento rural (...); seja as formas de organização dos camponeses (...); seja na inserção do trabalho assalariado na agricultura ou particularmente nas atividades agroindustriais tecnificadas (...). (THOMAS JÚNIOR, 2004:85-86)

Mas o principal a se discutir com relação à inovação tecnológica é que ela impulsiona a produtividade do trabalho. Embora as mudanças na produtividade do trabalho não sejam reflexo exclusivo das inovações tecnológicas, o ponto de partida para compreensão do processo de inovação tecnológica é a discussão em torno da produtividade do trabalho.

Tratando-se do trabalho desenvolvido pelo produtor integrado, aparecem o uso da alta tecnologia e o trabalho intensivo e polivalente que aumenta largamente a produtividade - a mais-valia relativa -, mas também está presente o trabalho extensivo - a mais-valia absoluta.

O sistema de integração adotado atualmente (mesmo com suas diversas combinações) é reflexo das inovações resultantes da reestruturação produtiva, ou seja, é a subcontratação - inserida no modelo de regulamentação da produção toyotista -, onde a empresa busca a redução de custos através da diminuição do efetivo, e a transferência de responsabilidades e riscos. Nessa subcontratação não aparecem vínculos empregatícios nem encargos, e o valor contratado não fica definido "a priori", depende da mercadoria entregue ao final do processo e das condições do mercado.

Segundo Franca (2007), se antes os sistemas de subcontratação e produção domiciliar eram afligidos por problemas de irregularidade da produção, perdas de material, desfalques, lentidão e perda de qualidade, com o estágio atual de desenvolvimento tecnológico, a subcontratação volta a ser possível e vantajosa.

O capital, através da reestruturação produtiva, encontrou no sistema de integração, meios de injetar capital em novas tecnologias e unidades, que baixarão os custos de produção, sem descapitalizar ou diminuir as taxas de lucro dos donos dos meios de

produção, já que praticamente metade deste investimento será feito pelos “parceiros”, ou integrados.

Os resultados são evidentes, com a avicultura de corte brasileira apontada como a mais eficiente do mundo, e com o menor custo de produção. A base técnica do processo produtivo, com expressivos investimentos realizados em toda a cadeia produtiva, é responsável por parte desses resultados, mas o sistema de integração - a compra do trabalho acabado - é o grande responsável por esse baixo custo, tendo em vista que boa parte desses investimentos na base técnica do processo produtivo é feita pelo produtor integrado.

Quanto à estrutura fundiária do município de Francisco Beltrão, está evidenciado pelos números apresentados, que o processo de concentração fundiária pode estar em andamento. Nos últimos 20 anos, percebe-se, embora o processo tenha diminuído em intensidade, a diminuição da população do campo e o conseqüente crescimento da população da cidade.

A importância da Sadia para o município também foi estabelecida em números: 2.900 empregos diretos gerados – entre abatedouros, fábrica de ração, cerealista e o setor administrativo - além dos empregos indiretos, como na produção de ovos, transportadoras de ração, frangos vivos e abatidos, postos de combustível, lojas de peças e acessórios, empresas de construção de aviários e de venda de equipamentos para aviários, entre outros. Isso sem considerar o "emprego" da força de trabalho do produtor integrado.

O primeiro objetivo da pesquisa foi alcançado: "analisar a modernização da agricultura e a industrialização do campo, identificando-a como responsável pelo desenvolvimento da produção agropecuária". O segundo: "identificar e analisar as constantes mudanças tecnológicas exigidas pela Sadia aos integrados, no contexto da reestruturação produtiva do capitalismo e sua relação com a organização do trabalho dos integrados, determinando o perfil desse avicultor/integrado, e em que medida o sistema de integração influencia na permanência ou não do agricultor no campo, no município de Francisco Beltrão – Paraná" foi alcançado parcialmente, resta determinar o perfil do avicultor integrado à Sadia no município de Francisco Beltrão e se a atividade de fato representa melhoria em suas condições materiais, e/ou permite sua existência enquanto proprietário rural. Ademais, falta ainda o terceiro objetivo: "analisar as diferentes formas de assalariamento dos integrados da Sadia (proprietário capitalista, empregado, parceiro), identificando qual dessas formas representa a tendência futura no interesse da empresa".

Dessas análises específicas trataremos a seguir, quando serão apresentados os dados coletados em campo, ou seja, com a análise da parte empírica da pesquisa.

5.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS EM CAMPO

Para desenvolver a parte empírica da pesquisa, a coleta de dados e informações "em campo" e, com isso, poder verificar e/ou confirmar, na materialidade, as afirmações e análises que fizemos ao longo dos primeiros capítulos, adotamos os seguintes procedimentos:

Primeiro, fizemos contato com a Sadia, insistentemente, para conseguir informações relativas ao sistema de integração de aves. Enviamos correspondência, conversamos com várias pessoas por telefone, e fizemos duas visitas à empresa. A solicitação era principalmente para que pudéssemos ter um "histórico" dos integrados: quantos são; a variação do número de integrados no período estudado; ano de "entrada" e "saída" desses integrados. Mas também buscávamos dados relativos à diferença tecnológica utilizada nos aviários (aviário manual, semi-automático, automático e climatizado): percentual de utilização de cada "modelo"; as perspectivas da empresa quanto à padronização com a tecnologia mais alta; a diferença na produção, entre os "modelos" em funcionamento/utilização; o que representa, em horas trabalhadas, a utilização de cada "modelo" de aviário. Infelizmente, não obtivemos sucesso, o repasse das informações não foi autorizado, sob o argumento de serem estratégicos.

Tendo essa primeira possibilidade de levantar as informações sido frustrada, optamos por fazer visitas às empresas que trabalham com a construção e venda dos componentes tecnológicos para aviários. Entrevistamos proprietários de 5 dessas empresas, sendo que foram escolhidas as que atuam a mais tempo em Francisco Beltrão. Também entrevistamos o Secretário do Interior do Município de Francisco Beltrão, funcionários e ex-funcionários da Sadia. Estas entrevistas nos permitiram um maior entendimento sobre a atividade.

Para que tivéssemos o entendimento quanto às estratégias de organização e resistência dos avicultores integrados, foi feita entrevista com o presidente da Associação dos Avicultores. O interesse estava principalmente em saber se estas estratégias estão baseadas no entendimento que: o avicultor é um "assalariado" da Sadia e, portanto, a luta é por aumento de salário e melhores condições de trabalho – e que esta luta não vai levá-lo à

independência; ou que na agricultura familiar o avicultor não é assalariado e tem autonomia – a agricultura familiar é um espaço independente, com outras relações de trabalho.

Por fim, fizemos entrevista semi-estruturada com 18 integrados da Sadia, escolhidos aleatoriamente⁷¹, sendo 12 desses integrados de frango, e 6 de peru. Estas entrevistas serviram para que tivéssemos um "perfil" o avicultor integrado à Sadia, no município de Francisco Beltrão, para saber de sua satisfação ou não na atividade, se a integração representou melhoria em suas condições materiais de vida, capital investido, retorno financeiro, etc.

Conversamos ainda com 13 presidentes de associações de moradores⁷² das seguintes comunidades rurais: Secção Jacaré, Secção Progresso, Distrito de Nova Concórdia, São Braz, Divisor, Km 23, Vila Lobos, São Francisco de Assis, Volta Grande, Vila Guanabara, Vargem Alegre, Linha Gaúcha e Assentamento Missões. Como o presidente da associação de moradores geralmente é morador antigo da localidade, conhece e mantém contato constante com os demais moradores, nessas conversas perguntamos quantas famílias residem na comunidade, qual a quantidade de terra das famílias, qual a quantidade de famílias que trabalham com a integração de aves da Sadia, quantos aviários tem cada integrado, e qual o nível de satisfação com a atividade.

Esses mesmos questionamentos fizemos aos integrados entrevistados, quando das visitas às propriedades e, conseguimos levantar tais informações também com relação ao Km 20, Linha São Paulo, Linha São João e Santa Bárbara.

Nenhuma das pessoas entrevistadas terá seu nome ou outra informação que possa identificá-lo revelada, já que os mesmos temem represálias por parte da Sadia. Dos dados e informações levantados com estas entrevistas é que trataremos nesse momento, apresentando-os em comentários, gráficos, tabelas e fotos.

A área rural do município de Francisco Beltrão compreende 79 comunidades rurais. Segundo o Secretário do Interior, as comunidades com maior número de aviários são: Cabeceira do XIV; Osvaldo Cruz e região do Km 20. As comunidades com menor número de aviários são: Ligação; Rio Saltinho; Assentamento; e Linha Jandira. O principal fator determinante para o fato de ter mais aviários em determinadas comunidades, segundo o

⁷¹ Optamos por selecionar os integrados a serem entrevistados aleatoriamente, já que não conseguimos informações sobre os mesmos de forma que pudéssemos selecioná-los sob quaisquer critérios.

⁷² Em alguns casos as conversas foram com as esposas dos referidos presidentes das associações.

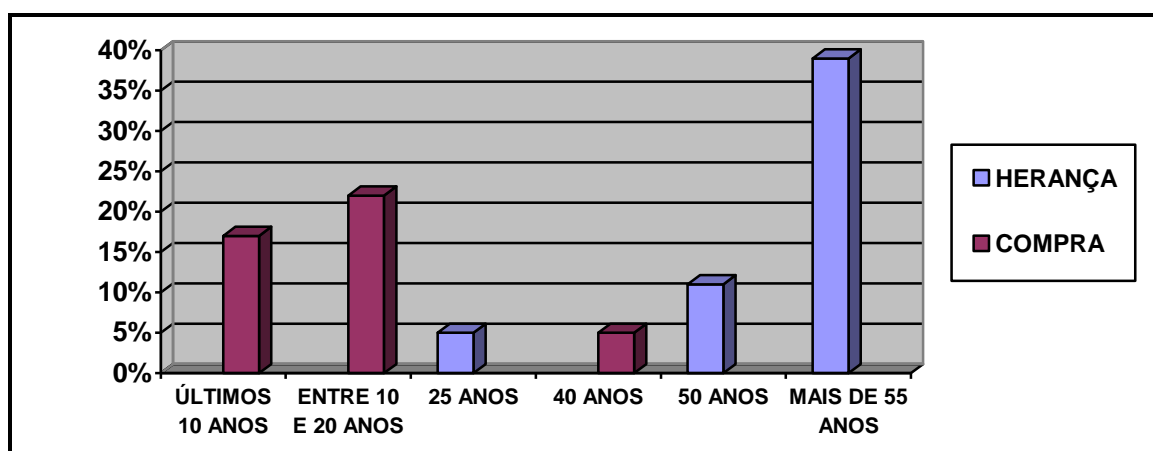
secretário, é a disponibilidade de água, em comunidades onde há pouca água tem menos aviários.

As entrevistas com os integrados foram realizadas em 14 comunidades: Linha Hobold; Linha Gaúcha; Linha Jandira; KM 20; Seção Jacaré; Linha São Paulo; Seção São Miguel; Seção Progresso; Linha Divisor; Linha Santo Izidoro; Linha São João; Rio Tuna e Santa Bárbara.

De forma a compreender se o perfil dos avicultores está relacionado à forma de ocupação do Sudoeste, de que tratamos no capítulo anterior, perguntamos aos entrevistados qual a origem da família e a quantos anos estavam estabelecidas na propriedade. Cerca de 30% dos avicultores entrevistados responderam que os pais ou avós vieram do Rio Grande do Sul; outros 30% teriam vindo de Santa Catarina; e 30% seriam descendentes de uma "mescla" de catarinenses e riograndenses, ou seja, são resultado de casais formados a partir de imigrantes de ambos os estados. Os 10% restantes são originários de outras regiões do Estado do Paraná, ou mesmo de outros municípios da Região Sudoeste.

Perguntamos a quanto tempo os mesmos tinham a propriedade, ao que 39% respondeu que receberam a propriedade por herança, que foi adquirida pelos ascendentes desde a época da CANGO, a mais de 55 anos. 11% receberam a propriedade por herança a cerca de 50 anos; pouco mais de 5% recebeu por herança a 25 anos; 5% adquiriu a propriedade a cerca de 40 anos; 22% adquiriram a propriedade entre 10 e 20 anos; 17% adquiriram a propriedade nos últimos 10 anos.

GRÁFICO 12 - Forma de aquisição das propriedades rurais pelos avicultores entrevistados



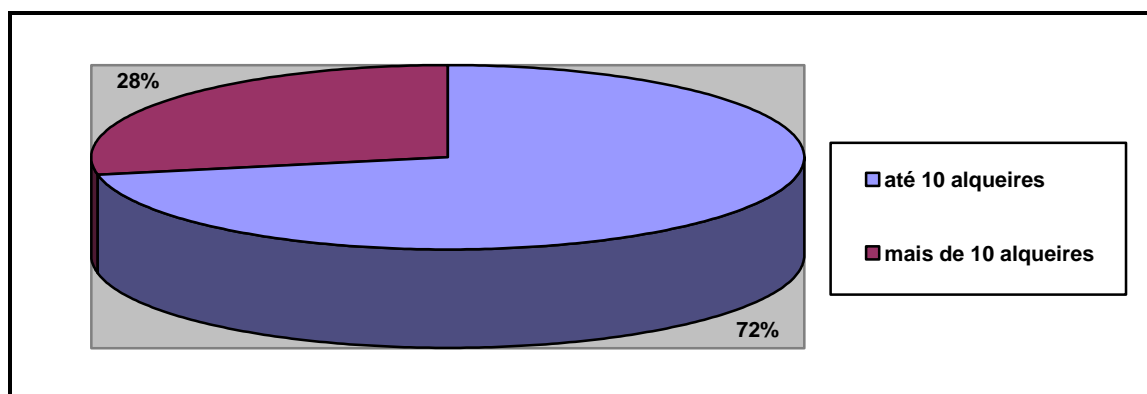
Fonte: Pesquisa de campo
Organização: Loiva Marli Flach

Podemos observar no gráfico 12 que dos integrados que adquiriram a propriedade a mais tempo, apenas uma pequena parcela comprou a mesma, a grande maioria recebeu a terra como herança dos pioneiros da CANGO, ou seja, são descendentes daqueles que, através da revolta de 1957, foram os grandes responsáveis pela atual caracterização da Região Sudoeste, dividida em pequenas propriedades. Também podemos observar que uma parcela significativa comprou as propriedades nos últimos anos, o que pode indicar que as terras estão "mudando de mãos", já que desse percentual quase metade é de pessoas que residem na cidade e têm na propriedade rural uma opção de investimento, ou de pessoas que moraram vários anos na cidade e tornaram ao campo.

Perguntamos aos entrevistados se os mesmos sempre estiveram ligados à atividade agropecuária, se sempre foram agricultores, ao que praticamente 90% respondeu afirmativamente. Alguns até residiram e trabalharam "na cidade" alguns anos, mas acabaram voltando a trabalhar na propriedade. Um dos entrevistados reside na cidade onde trabalha com comércio e outro reside na propriedade rural mas trabalha na cidade durante o dia.

Quanto ao tamanho das propriedades dos avicultores integrados entrevistados, apresentamos o gráfico a seguir:

GRÁFICO 13 - Tamanho das propriedades rurais dos avicultores entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo
Organização: Loiva Marli Flach

Do percentual de proprietários com mais de 10 alqueires, 40% têm até quatorze alqueires, ou seja, ainda são pequenas propriedades. Do percentual geral, apenas 16,6% têm mais de vinte alqueires.

Quanto às entrevistas com os Presidentes das Associações de Moradores das comunidades rurais, todos afirmaram que as propriedades em sua grande maioria são

pequenas, com no máximo 10 alqueires. Esta e outras informações obtidas nessas entrevistas, podem ser observadas no quadro a seguir, lembrando que os números nem sempre são exatos, mas aproximados:

QUADRO 8 – Perfil das comunidades rurais e a integração

COMUNIDADE	NÚMERO DE FAMÍLIAS	QUANTIDADE DE TERRA DAS PROPRIEDADES (MÉDIA)		NÚMERO DE INTEGRADOS	
		DOS MORADORES	DOS INTEGRADOS	COM 1 AVIÁRIO	COM 2 OU MAIS AVIÁRIOS
Secção Jacaré	72	Maioria até 10 alq.	Entre 4 e 7 alq.	5	6
Comentários: Todos reclamam: "se fosse hoje, não investiria mais em aviário".					
Secção Progresso	*	Maioria até 10 alq.	Apenas 1 tem mais de 10 alq.	6	5
Comentários: A maioria reclama muito, só não abandonam porque têm financiamento. Muitos migraram do frango para o peru para ver se melhorava.					
Distrito de Nova Concórdia	*	Maioria até 10 alq.	Maioria até 10 alq.	32	18
Não quis comentar					
São Bráz	36	Maioria até 10 alqueires	Todos com até 10 alq.	4	-o-
Comentários: Estava muito ruim, melhorou depois de anunciada a fusão entre Sadia e Perdigão					
Divisor	65	Maioria até 10 alq.	*	4	2
Comentários: Os avicultores estão reclamando, 2 integrados abandonaram a atividade. O entrevistado tem 12 alq. de terra, mas "não acha viável colocar aviário"					
Km 23	30	Maioria até 10 alq.	Todos com até 10 alq.	2	4
Comentários: O entrevistado é integrado, tem 2 aviários de frango e afirma que 1 aviário não é mais viável. Se for 2 aviários, compensa, é boa atividade, mas com trabalho da família					
Vila Lobos	19	*	1 com 3,5 e outro com 15 alq.	2	-o-
Não quis comentar					
São Francisco de Assis	*	Maioria até 10 alq.	Todos com até 10 alq.	4	2
Não quis comentar					
Volta Grande	*	Maioria até 10 alq.	1 com 30 alq. e 5 com menos de 10 alq.	2	4
Comentários: O entrevistado é integrado, tem 2 aviários de peru e 30 alq. de terra					
Vila Guanabara	*	Maioria até 10 alq.	2 com mais de 20 alq. e 13 com menos de 10 alq.	5	10
Comentários: O entrevistado é integrado, tem 2 aviários de peru e 10 alq. de terra. "Os pequenos têm dificuldades para pagar o financiamento"					
Vargem Alegre	18	Maioria até 10 alq.	1 tem mais de 10 alq. e 1 menos de 10 alq.	2 (um deles é integrado da SEVA)	
Comentários: O desinteresse pela atividade está ligado à baixa capacidade de investimento dos moradores					

COMUNIDADE	NÚMERO DE FAMÍLIAS	QUANTIDADE DE TERRA DAS PROPRIEDADES (MÉDIA)		NÚMERO DE INTEGRADOS	
		DOS MORADORES	DOS INTEGRADOS	COM 1 AVIÁRIO	COM 2 OU MAIS AVIÁRIOS
Linha Gaúcha	*	Maioria até 10 alq.	1 tem 80 alq. e 8 menos de 10 alq.	3	7
Comentários: Os integrados não estão satisfeitos. Os 2 "grandes" usam serviços de parceiros, os 8 "pequenos" utilizam trabalho familiar. O integrado que tem 80 alq. tem 8 aviários					
Assentamento Missões	136	A média é de 4,5 alq.		1	
Comentários: Faz tempo que o integrado está na atividade, era integrado de frango e migrou para peru					
Km 20	150	A maioria até 6 alq.	Apenas 1 tem 30 alq.	5	3
Comentários: 1 aviário está desativado					
Linha São Paulo	50	A maioria até 10 alq.	*	4	1
Comentários: Um avicultor desistiu da atividade: "era do tempo da Chapecó, não investiu - ou faz ou sai"					
Santa Bárbara	50	A maioria tem entre 6 e 12 alq.	*	1	2
Comentários: A maioria está satisfeito com a atividade					
Linha São João	85	A média é de 2 a 10 alq.	Todos com até 10 alq.		8
Comentários: "A maioria está bem na atividade, hoje é melhor ter que não ter aviário"					

* Não soube informar

Fonte: Pesquisa de campo

Organização: Loiva Marli Flach

O quadro nos mostra que com relação à quantidade de terra, os avicultores integrados entrevistados não se diferenciam dos demais proprietários rurais das comunidades. O perfil é o mesmo, mas podemos perceber o percentual de moradores dessas comunidades⁷³ que trabalham com avicultura, ou seja, 6,7% dos moradores das comunidades consideradas (somente àquelas em que foi possível levantar o número de famílias moradoras), trabalham com avicultura e são integrados da Sadia.

Como já informamos no item anterior deste capítulo, quanto à quantidade de aviários por integrado, das propriedades visitadas, 39% dos integrados tem 2 aviários, sendo que dentre os integrados de peru o percentual foi de 66% com mais de 1 aviário, e dentre os integrados de frango o percentual foi de 25% com mais de 1 aviário. No entanto, se observarmos o quadro acima que trata da informação num âmbito um pouco maior observamos que 47% dos integrados têm dois aviários ou mais. Sendo assim, podemos considerar como correta a informação repassada pelos proprietários das empresas que

⁷³ Só é possível considerar esse percentual nas comunidades em que o entrevistado soube informar o número de famílias da comunidade.

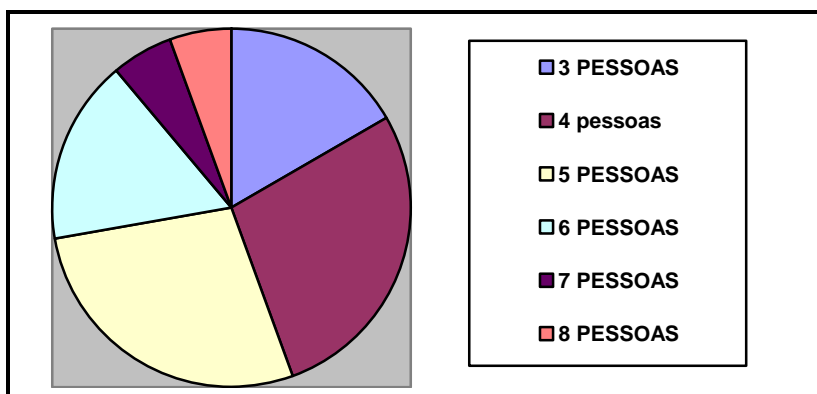
trabalham com equipamentos para aviário, que afirmaram que em torno de 60% dos integrados da Sadia em Francisco Beltrão tem dois aviários ou mais. A mesma afirmação foi feita por um funcionário e um ex-funcionário da Sadia entrevistados.

O que podemos entender destes números é que nos últimos dois anos foram instalados aviários novos quase que unicamente de peru, e o índice de integrados com mais de um aviário nessa modalidade é maior, ou seja, possivelmente, os novos integrados já estão ingressando na atividade com dois aviários. O que pode ocorrer também no caso do frango, a partir do momento de ingresso de novos integrados. A afirmação feita pelo Secretário do Interior de que, em 2007 e 2008, para cada 5 terraplanagens feitas no município para instalação de aviários de frango, eram feitas 50 para aviários de peru, confirma isso.

Quanto ao tamanho dos aviários, nas propriedades visitadas, pudemos verificar que 83,3% dos integrados de peru tem aviários de 100X12 m. Já no caso dos aviários de frango 66,7% tem aviário de 100X12, 16,7% tem aviário de 125X12 e 16,6% aviário de 75X12. O padrão atual da Sadia para os aviários, segundo o funcionário entrevistado é de 125X14 para frango e 100X12 para perus. Mas há outros tamanhos em funcionamento, maiores inclusive. Foram feitas experiências, mas o padrão exigido continua sendo esse. Segundo o entrevistado, há necessidade de ter um padrão para o tamanho dos aviários de forma a facilitar o planejamento para atender os contratos de venda das aves. Nesse planejamento é considerada a capacidade de alojamento dos aviários. Um aviário de frango de 125X14 tem capacidade de alojamento de 31.500 aves, ou seja, 18 aves por m²; um aviário de 125X16 é de 36.000 aves.

Mais uma vez confirma-se a informação de nos últimos anos foram instalados aviários novos quase que unicamente de peru, já que os aviários visitados estão de acordo com o padrão atual. No caso dos integrados de frango, os ingressantes deverão construir os aviários de acordo com o novo padrão da empresa.

Outras informações com relação ao aviário e o trabalho com o mesmo, das propriedades visitadas podem ser observados a seguir:

GRÁFICO 14 - Número de pessoas residentes nas propriedades visitadas

Fonte: Pesquisa de campo
Organização: Loiva Marli Flach

Como podemos observar no gráfico 14, na grande maioria das propriedades visitadas residem entre 3 e 5 pessoas. No caso das propriedades com 6 e 7 residentes trata-se em 75% dos casos de 2 famílias que moram em domicílios separados. Na propriedade em que residem 8 pessoas, são 3 famílias e 3 domicílios. Ainda cabe destacar, que em 16,7% das propriedades visitadas residem apenas funcionários, ou parceiros.

O trabalho na propriedade é feito exclusivamente pela família em 72,2% das propriedades visitadas; 11,1% contrata funcionários ou parceiros esporadicamente e 16,7% utiliza somente serviços de funcionários e/ou parceiros.

Com relação ao tempo de ingresso na atividade e aquisição/instalação dos aviários, a pesquisa apresentou um resultado bastante diversificado, conforme podemos observar na tabela 16.

TABELA 16 - Número de integrados e tempo de aquisição/instalação dos aviários

1 ANO	2 ANOS	4 ANOS	5 ANOS	6 ANOS	7 ANOS	8 ANOS	9 ANOS	10 ANOS	11 ANOS	18 ANOS	20 ANOS	24 ANOS
1	1	1	2	2	1	3	1	1	1	1	2	1

Fonte: Pesquisa de campo
Organização: Loiva Marli Flach

Os aviários com vinte ou mais anos de instalação estão em funcionamento desde o tempo da Chapecó Avícola, ou seja, os proprietários foram integrados da empresa que foi adquirida pela Sadia, e permaneceram na atividade sem nunca terem deixado de estar em

atividade. Nesse sentido, cabe destacar que o aviário instalado a 4 anos, é o único dos visitados que não está em atividade.

Com relação ao trabalho com o aviário, 55,5% dos entrevistados informou que 2 pessoas trabalham no aviário; 33,5% informou que trabalham 3 pessoas; 5,5% informou que 4 pessoas trabalham no aviário e 5,5% que trabalha apenas uma pessoa.

Quando perguntamos o tempo de trabalho necessário com o aviário, as respostas foram quase unânimes com relação à que o trabalho manual absorve determinado número de horas, mas o acompanhamento e cuidado é ininterrupto, exige atenção 24 horas do dia: A maioria informou que à noite levanta até 4 vezes para ver as aves, no inverno dorme no aviário durante 22 dias em média. Nesse sentido, 50% dos entrevistados respondeu serem necessárias mais de 16 horas de trabalho diário no aviário, 22,2% afirmaram serem necessárias 12 horas de trabalho, 16,7% informaram que a necessidade é de 8 horas e 11,1% informaram que 4 horas de trabalho são suficientes no aviário diariamente. Com relação aos entrevistados que informaram serem necessárias apenas 4 horas de trabalho diário, cabe destacar que os aviários são totalmente automatizados e que os mesmos se referiam ao trabalho de parceiros.

Também perguntamos se o trabalho com o aviário interfere na vida familiar, bem como se essa interferência é positiva ou negativa. 61% respondeu que interfere na vida e relacionamento da família e, dentre estes, 90% afirmou que a interferência é negativa. Apenas um dos entrevistados afirmou que o trabalho no aviário, quando feito pelo casal, os aproxima já que a convivência é constante. Com relação ao restante das manifestações, os comentários foram sempre: "toma o tempo de convivência da família"; "o lazer é complicado, nunca se pode sair"; "nunca podemos sair todos juntos, e isso gera discussão na família"; "não se tem liberdade"; "não tem folga, tem que trabalhar direto"; "muitas vezes é preciso dormir no aviário, e não tem fim-de-semana".

Quando perguntamos aos integrados se os mesmos se sentem explorados pela Sadia, a grande maioria, 83% respondeu afirmativamente. E as queixas giraram em torno de comentários como:

- "O avicultor integrado não tem direito nenhum";
- "A Sadia não cumpre o contrato";
- "O integrado não pode questionar";
- "Não há uma ação coletiva dos integrados para negociar com a Sadia";
- "Os números dos acertos não são condizentes, o acesso para reclamações é difícil e ameaçam fechar";

- "Eles nunca estão contentes, faz-se uma coisa e eles xingam que não é assim. Não dão atenção e também não resolvem quando dá problema no lote";

- "A Sadia determina tudo, o valor do lote é definido pela Sadia, o integrado não tem acompanhamento";

- "Eles exigem muito, pagam como eles querem, e quando vai começar a sobrar dinheiro eles pedem outra coisa";

- "O pequeno avicultor não tem direito nenhum, não cumprem o contrato e reclamações são inviáveis, pois não te atendem";

- "Quando tem um problema que seria de responsabilidade da Sadia (pintos com problema, etc.) eles não ressarcem e o integrado fica com todo o prejuízo, e não adianta reclamar";

- "O resultado dos lotes não condiz com a realidade, tendo em vista as comparações que fazemos com outros produtores. Quando o lote é ruim a gente é tratado de forma depreciativa, se reclamar, bota no gancho e deixa 60 dias sem alojar. Quando o lote é bom o técnico vem imediatamente com os borderôs";

- "A gente trabalha 30 dias e não sabe se vai sobrar alguma coisa. Fazem o que querem e não se pode nem reclamar. É isso e pronto - vira escravo";

- O avicultor merece mais, eles exigem muito mas não dão a compensação. Sabemos que a Sadia repassa apenas 7% do lucro líquido para os integrados, e fica com os 93% de lucro restantes";

- "Ele⁷⁴ fala que é explorado. Todo mundo fala..."

- "O valor do investimento é muito alto pela renda alcançada - não sobra nada, sem contar que quando termina de pagar um investimento, tem outro para fazer";

- "Não tive lucro com a atividade, só investi e trabalhei e não tive retorno"⁷⁵;

- "A Sadia não é justa com o integrado, somos funcionários da Sadia sem direitos, não somos donos dos frangos e se reclamar fica de gancho".

Já os que não se sentem explorados, fizeram afirmações como:

- "Se não for assim, vai ficar pior";

- "Já sabia como era, se fizer tudo como eles querem dá certo, se não deu é porque alguma coisa foi feito errado";

- "Gira dinheiro e o adubo ajuda na lavoura"

⁷⁴ O entrevistado é parceiro e está se referindo ao proprietário do aviário.

⁷⁵ O entrevistado está com o aviário parado, desistiu da atividade.

Ainda nesse sentido, um dos entrevistados afirmou que não se sente explorado, mas "sem valor pra Sadia". Ele destacou que se os funcionários têm convênio médico e com mercados, o integrado também deveria ter. "Não estamos pedindo nada de graça, poderiam descontar dos lotes, mas pelo menos convênio saúde o integrado deveria ter. O integrado acaba sendo funcionário da Sadia, mas sem direitos".

Como vemos, o índice de insatisfação com relação à integradora é alto. No entanto, boa parte destes entrevistados confirmou que a atividade é importante como fonte geradora de renda para as famílias/propriedades. Em números exatos a atividade representou melhoria nas condições de vida das famílias em 61,1% dos casos, e 50% dos entrevistados afirmaram ainda que a propriedade não seria economicamente viável sem o aviário.

Seguindo essa hipótese, perguntamos aos entrevistados se a integração de aves era a principal atividade da propriedade, ao que 72,2% respondeu afirmativamente. Os 27,8% que responderam que não, indicaram o leite, a produção e venda de hortaliças e o comércio na cidade como atividades principais. A produção de leite é a principal atividade de 16,7% dos entrevistados, o que representa 60% dos que afirmaram que a avicultura não é a principal atividade da propriedade.

Outras atividades dos integrados apontadas como secundárias pelos entrevistados são o leite (66,7%), o plantio de milho (27,8%), lavoura de subsistência (16,7%), plantio de eucalipto (11,1%), plantio de soja (5,5%), comércio (5,5%), plantio e venda de hortaliças (5,5%), lavoura em geral (5,5%) e o arrendamento de terras à terceiros para plantio (5,5%). O percentual apresentado ultrapassa 100% porque muitos dos entrevistados indicaram duas ou mais atividades como secundárias.

Podemos observar que a produção de leite, quando não é a atividade principal da propriedade, na maioria das vezes aparece como atividade secundária, e serve como renda complementar. Nesse sentido, os entrevistados teceram comentários como:

- "Sempre temos 15 vacas dando leite";
- "A propriedade é viável sem o aviário desde que tenha o leite para vender. Só com a lavoura não dá mais";
- "A propriedade com uma só atividade não é viável, é preciso pelo menos duas atividades. Só da lavoura não se vive"

- "Na época⁷⁶, o aviário foi a salvação, chegava a tirar 3 salários mínimos com um aviário de 50 metros";
- "Se não tivesse colocado o aviário, teria 5 alq. a mais de terra. Se vender o aviário hoje, não tira mais o que foi investido";
- "A propriedade só é viável sem o aviário, se tiver vaca de leite";
- "O leite defende as despesas da casa, por isso é possível investir com o dinheiro do aviário";
- "A propriedade é viável sem o aviário, mas só se mantivesse o leite, só da lavoura não sobrevive";
- "Se fosse fechar o aviário, teria que colocar mais vacas de leite".

Perguntamos aos integrados entrevistados sobre o valor inicial investido no aviário, e as respostas foram as mais variadas possíveis. O valor investido em um aviário de frango de 100X12, por exemplo, variou de 20.000,00 cruzeiros (e o entrevistado não soube precisar quanto esse valor representaria hoje), ou R\$ 50.000,00 a R\$ 60.000,00 mais 6 alqueires de terra. Por outro lado, um dos entrevistados afirmou ter gasto R\$ 77.000,00 em um aviário de frangos de 75X12. Já com os aviários de peru o valor investido variou de R\$ 65.000,00 a R\$ 120.000,00, mas a média ficou em torno de R\$ 80.000,00, indicado por 66,7% dos entrevistados.

Quanto ao valor gasto com as adequações solicitadas pela Sadia, foram apontados gastos apenas um pouco menores do que àqueles necessários para instalação dos aviários. Os valores variaram de R\$ 7.000,00 à R\$ 200.000,00, mas a informação de que as recomendações de adequação são constantes por parte da empresa foram unânimes. Nesse sentido, cerca de 50% dos entrevistados informou que nem sempre atende as "exigências" da Sadia.

Entendemos que as diferenças nos valores apresentados ocorrem principalmente porque um aviário construído a 10 ou 20 anos atrás era muito diferente dos atuais, principalmente em termos de tecnologia. O mesmo ocorre com os valores das adequações, um aviário instalado recentemente, dentro do padrão da Sadia terá um valor de construção e instalação maior, mas poucas adequações para serem feitas. Já um aviário construído a muito tempo terá que passar por adequações bastante grandes, o que exige um investimento bem maior.

⁷⁶ O entrevistado se refere a um período de mais de 20 anos passados, época em que ingressou na atividade.

Perguntamos quais adequações haviam sido feitas com esses valores e as respostas foram tão variadas quanto às da pergunta anterior: arco de desinfecção, escritório (figura 5), silos de metal, cercado, ventiladores, exaustores, nipple, calha para bebedouro, aparelho automático de controle, linha para ração, lonas dark, comedouro automático, caixas d'água, forração, alambrado com tela e estufa.

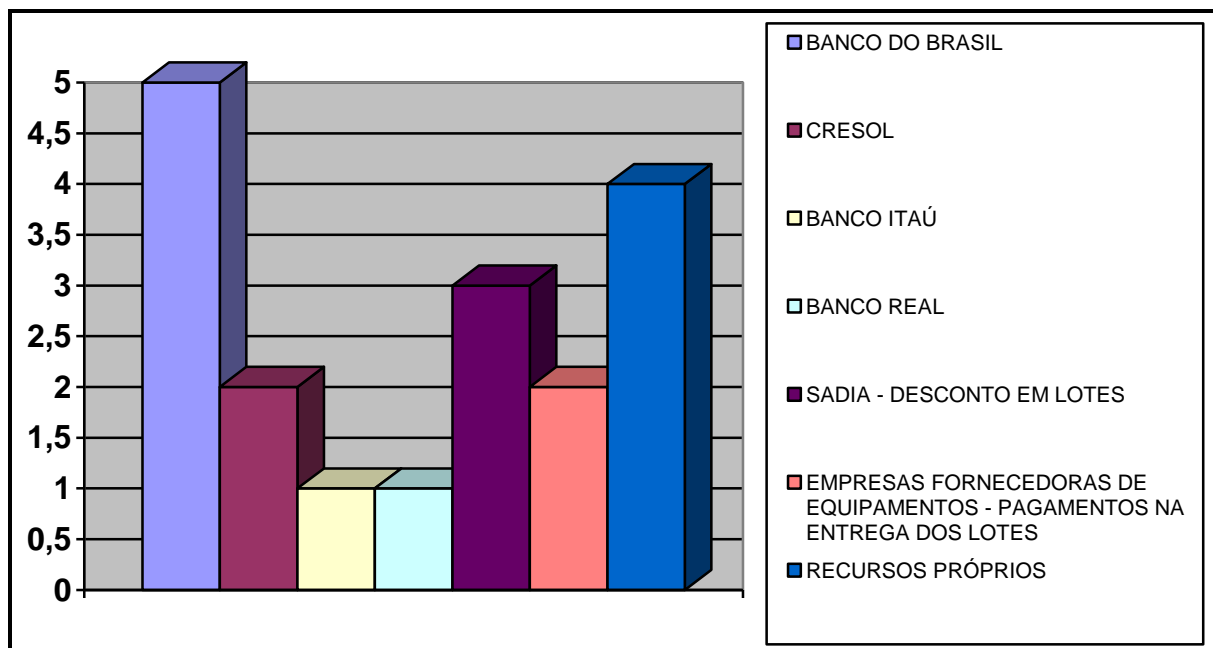


FIGURA 5 - Escritório e arco de desinfecção de aviário

Fonte: Foto da autora, janeiro de 2010

Também perguntamos se foi necessário financiamento para as adequações nos aviários, e 66,7% respondeu afirmativamente (ver gráfico a seguir). Esses financiamentos foram feitos pelos integrados no Banco do Brasil, CRESOL, Banco Itaú, Banco Real, de Toledo, e Sadia. Não foram considerados como financiados os pagamentos feitos à prazo junto às empresas fornecedoras de equipamentos.

GRÁFICO 15 - Formas de pagamento/financiamento das adequações feitas nos aviários



Fonte: Pesquisa de campo
Organização: Loiva Marli Flach

Quanto às últimas recomendações de adequação feitas pela Sadia, recomendações estas que muitas vezes ainda não foram atendidas, as respostas foram: cortinas dark, comedouros automatizados, cercado, aquecimento externo, escritório, instalação do segundo silo de metal (figura 6), tela nas portas para impedir a entrada de aves, automatização de ventiladores, arco de desinfecção, substituição de ventiladores por nebulizador, alarme de temperatura, sistema computadorizado de climatização, readequação da fonte de água, controle de meio ambiente (origem da lenha) e controle das construções com metragem normativa (distância da água e divisa com vizinhos de 30 a 50 m).



FIGURA 6 - Silos de aviário - padrão atual

Fonte: Foto da autora, janeiro de 2010

Como o interesse da pesquisa está principalmente em descobrir se a integração gera renda e traz melhorias de vida ao avicultor, perguntamos sobre a renda gerada pelo aviário. Elaboramos a tabela a seguir de acordo com as informações dos integrados entrevistados. Foram considerados valores que representam a média dos lotes e descontadas as despesas (maravalha, carregamento, luz, lenha, gás e pagamento de parceiros - quando for o caso).

TABELA 17 - Renda líquida média dos aviários

AVIÁRIOS DE PERU		
RENDA LÍQUIDA POR LOTE (MÉDIA)	MÉDIA DE LOTES NO ANO (MÉDIA)	RENDA LÍQUIDA ANUAL (MÉDIA)
R\$ 5.500,00	3	R\$ 16.500,00
R\$ 5.500,00	3,5	R\$ 19.250,00
R\$ 5.940,00	3	R\$ 17.820,00
R\$ 5.000,00	3	R\$ 15.000,00
R\$ 7.000,00	3	R\$ 21.000,00
R\$ 4.400,00	4	R\$ 17.600,00
AVIÁRIOS DE FRANGO		
RENDA LÍQUIDA POR LOTE (MÉDIA)	MÉDIA DE LOTES NO ANO (MÉDIA)	RENDA LÍQUIDA ANUAL (MÉDIA)
R\$ 3.200,00	7	R\$ 22.400,00
R\$ 5.000,00	2,5	R\$ 12.500,00
R\$ 3.500,00 (2)*	8	R\$ 28.000,00
R\$ 4.000,00 (2)*	8	R\$ 32.000,00
R\$ 2.700,00	8,5	R\$ 22.950,00
R\$ 4.900,00	8	R\$ 39.200,00
R\$ 2.330,00 (2)*	8	R\$ 18.640,00
R\$ 2.100,00	8	R\$ 16.800,00
R\$ 5.500,00	8	R\$ 44.000,00

* Renda líquida e número de lotes informado por 2 integrados entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo

Organização: Loiva Marli Flach

A renda líquida média apresentada pelos entrevistados é de R\$ 5.556,00 por lote, no caso do peru, o que equivale à R\$ 18.057,00 anuais, correspondente à uma média de 3,25 lotes de aves. Enquanto que a média de renda líquida apresentada no caso do frango foi de R\$ 3.588,00 por lote, e R\$ 26.910,00 referente à 7,5 lotes anuais. De acordo com esses números, financeiramente é mais vantajoso trabalhar na integração de frangos, embora, segundo os integrados entrevistados o investimento no caso de instalação de aviário de peru (figura 7) seja menor e o trabalho com o manuseio das aves também, ou

seja, cuidar dos perus é mais simples, estas aves são menos sensíveis e chegam ao aviário terminador com cerca de 26 dias.

Mas que relação tem este valor líquido com todas as horas trabalhadas na produção do lote? Quanto vale a hora de trabalho de um avicultor? Se considerarmos a média de renda líquida de um aviário de frango, considerarmos um período médio de 45 dias e uma carga horária diária de trabalho de 8 horas, teremos um valor de R\$ 9,96 para cada hora trabalhada. No entanto, teremos que considerar que 94,5% dos entrevistados afirmou que o trabalho é feito por duas ou mais pessoas e a carga horária de trabalho informada era bastante superior a 8 horas diárias, já que 50% dos entrevistados respondeu serem necessárias mais de 16 horas de trabalho diário no aviário e 22,2% afirmaram serem necessárias 12 horas de trabalho.

Outra consideração que teremos que fazer é quanto ao capital investido na construção e instalação do aviário. Considerando que o valor necessário atualmente para construção e instalação de um aviário de frango, de acordo com o padrão da Sadia (125X14 m), é de aproximadamente R\$ 230.000,00 e, considerando a média de 8 lotes anuais e uma renda líquida média estimada de R\$ 4.000,00⁷⁷ serão necessários nada menos que sete anos para pagamento do aviário. Esse tempo somente poderá ser diminuído na mesma medida que o valor dos lotes for maior. Ou seja, durante o período de pagamento do aviário, o avicultor não estará recebendo nada pelo trabalho com o aviário.

⁷⁷ O valor da renda líquida de um aviário maior, deverá ser também superior.



FIGURA 7 - Aviário de peru

Fonte: Foto da autora, janeiro de 2010

De acordo com as informações dos entrevistados, o tempo médio transcorrido entre a entrega das aves de um lote e novo alojamento apresenta variação considerável, e isso pode ser observado na tabela 17, no número de lotes anuais. Nos aviários de peru essa variação se dá principalmente pela diferença de gênero das aves. Quando é alojado um lote de fêmeas, o tempo de engorda varia de 72 a 80 dias, quando é alojado um lote de machos, o tempo de engorda fica entre 130 e 140 dias. O tempo de intervalo variou nos últimos anos de 10 a 60 dias. Nos aviários de frango (figura 8) o tempo de engorda varia de 28 a 31 dias, sendo que a maior variação fica por conta do intervalo, que varia de 10 a 20 dias em média. No entanto, esses intervalos podem ser bem maiores algumas vezes, os entrevistados alegaram que em 2009 muitos ficaram até 60 dias sem alojar.



FIGURA 8 - Aviário de frango - aves com poucos dias

Fonte: Foto da autora, janeiro de 2010

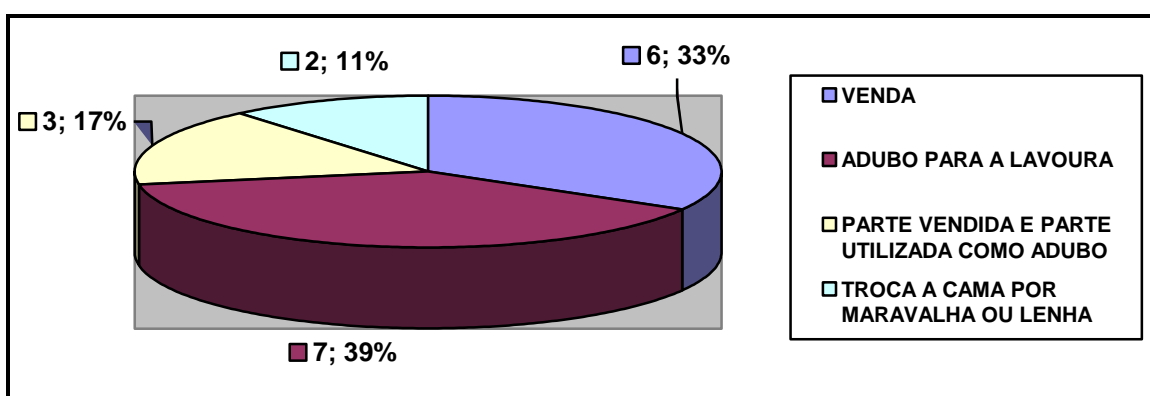
Os integrados também informaram que a cama de aviário é removida em média uma vez ao ano. No restante das vezes em que são alojadas as aves a cama é tratada, sendo acrescentada maravalha à mesma (ver figura 9). A cama removida é vendida por cerca de 33% dos integrados e outros 39% utilizam a cama do aviário na própria lavoura, como adubo.



FIGURA 9 - Aviário sendo preparado para o alojamento de aves

Fonte: Foto da autora, janeiro de 2010

GRÁFICO 16 - Destino da cama de aviário nas propriedades visitadas



Fonte: Pesquisa de campo
Organização: Loiva Marli Flach

Considerando a renda dos aviários e, considerando que muitos afirmaram que o mesmo representou melhoria de vida para a família (61,1), perguntamos aos entrevistados

o que foi adquirido "de material" para os proprietários do aviário com essa renda. As respostas, como já era esperado, variaram muito, no entanto, em torno de 55% dos mesmos afirmaram que não foi possível adquirir nada ou praticamente nada. Os comentários foram os seguintes:

- "O dinheiro foi utilizado para pagar o financiamento";
- "Tudo foi reinvestido no aviário";
- "Depois do Plano Europa toda a renda volta pro aviário";
- "Não foi adquirido nada, não sobrou"
- "Uma bicicleta para o meu filho pequeno";
- "Apenas eletrodomésticos para a casa";
- "Estou tirando dinheiro de outras áreas para pagar o financiamento".

Os outros 45% responderam que foi possível fazer aquisições. Cabe destacar que este percentual é representado por integrados que já pagaram o financiamento da estrutura principal do aviário, ou financiaram a construção com recursos próprios. Alguns dos comentários foram:

- "Foram feitos investimentos no sítio";
- "Foi comprado computador, moto e trocado o carro. Parte do valor foi reinvestido";
- "Aumentamos a casa";
- "Foi feito o poço artesiano, compramos vacas, carreta e pneus para o trator";
- "Fizemos casa nova e compramos uma moto para o filho";
- "Compramos trator, carro e vacas".

A seguir, outros comentários dos avicultores integrados, que representam a atual situação da integração em Francisco Beltrão:

- "Quem tem não pode vender e quem não tem não quer mais - ta só piorando"
- "A causa mais freqüente para o abandono é o desespero da ilusão, quando a Sadia cobra novo investimento no aviário e o avicultor ainda não conseguiu nenhum retorno do aviário, só amortizou a dívida, ele diz: agora chega, não vou colocar mais dinheiro sem retorno no aviário - mas isso só acontece se ele não tiver dívida"
- "Pro funcionário/parceiro ou agregado é melhor que na cidade, faz 6 anos que trabalho assim"

- "A Sadia trabalha com 2 linhagens de pintos (COB, ROSS), o COB é o de ponta pois apresenta maior conversão alimentar. Eles misturam as linhagens e utilizam a média de conversão do mais pesado. Eles sempre tiram 3 vezes a mais de lucro que o integrado"

- "Antes tinha que arrumar os carregadores, hoje a Sadia manda - terceirizou o serviço, o avicultor só paga"

- "A Sadia quer que esteja sempre devendo pra ela, aí tá preso pra trabalhar pra ela"

- "Por pior que seja é uma renda mensal que entra e defende as despesas da casa"

- "Os técnicos recomendam para não ir nas reuniões da associação, sob risco de serem prejudicados"

- "Uma pessoa que trabalha na Sadia disse que a Sadia paga o avicultor só com os pés das galinhas, o resto é lucro da Sadia. Levamos gancho porque tiramos frango pro gasto sob autorização do técnico. Vieram 2 dias depois, mataram todos os frangos, tiraram fotos e fizeram assinar termo de ciência que na próxima fecham o aviário. 28 dias sem alojar (o gancho)"

- "O técnico tem um controle dos integrados, onde os mesmos são relacionados como COLA, MÉDIO e BOM. Esse controle está na ficha do técnico. Qualquer problema com o aviário o técnico anota na ficha, se o lote não der bom, já é justificativa"

- "A vantagem do integrado é o crédito, se o banco sabe que tem aviário é mais fácil liberar financiamento"

- "Existe gancho, 30 dias sem alojar. Quando tem parcela do financiamento para pagar, é brabo"

- "Se fosse hoje não colocaria mais aviário"

- "A Sadia exige muito mas não tem responsabilidade, marca carregamento e chegada dos pintos e da ração e não vem no prazo estipulado"

- "A base do contrato é a mesma, hoje fazem para 16 anos, mas o integrado sai quando quer (desiste)"

- "A ração inicial é diferente da final, por isso tem 2 silos, para separar. A ração também é diferente para lote de macho ou de fêmea. A ração L40 é para os primeiros 5 dias, a L42 de 5 até 14 dias, a L43 é de 14 até 21 dias (nesse período a ração é a mesma para machos e fêmeas). A ração final é L44 para a fêmea e L48 para o macho (macho é mista)"

- "A Sadia faz reuniões nas casas dos avicultores para orientar o manejo, no verão e no inverno"

- "Não nos associamos na associação porque não tem sede e uma pessoa para atender. Assim, fica sem referência"

- "Se tiver pretensões, se quiser crescer, não é viável. Se não puser um pouco de dinheiro no bolso não vale a pena - precisa investir na melhoria de vida da família"

Com relação às estratégias de organização e resistência dos avicultores integrados, foi feita entrevista com o presidente da Associação dos Avicultores⁷⁸. A associação está ainda sendo estruturada, com os registros em andamento, mas segundo informações do entrevistado a associação já conta com 300 avicultores interessados em associar-se, e o trabalho de informação e agregação continua sendo feito. Nesse sentido, foi possível perceber, nas entrevistas com os integrados, que a maioria tem conhecimento da associação e interesse em associar-se.

Perguntamos ao entrevistado se tinha conhecimento quanto à intenção real da Sadia em aumentar o tamanho dos aviários, ao que o mesmo respondeu afirmativamente: "Existe sim, a Sadia já está pedindo aviários de 150X30 m". Também perguntamos sobre a intenção da Sadia em aumentar o número de aviários por propriedade, ao que o entrevistado respondeu que essa é a tendência, pois a Perdigão trabalha com o mínimo de 2 aviários por propriedade.

Diante da afirmativa, perguntamos se estas "tendências" seriam indicativos de que pequenas propriedades poderiam perder terreno, em relação ao interesse da Sadia, para as médias e grandes propriedades. O entrevistado respondeu: "sim, vai se tornar inviável para os pequenos".

Perguntamos se o investimento em tecnologia por parte do integrado, representa menos trabalho diário para o integrado, e o entrevistado respondeu: "no trabalho pesado sim, mas na atenção que deve ser constante, não".

Com relação ao investimento necessário para construção e instalação de um aviário, nos padrões exigidos atualmente pela Sadia, o entrevistado afirmou ser necessário R\$ 280.000,00 de investimento.

Perguntamos ainda se as condições contratuais sofreram muitas alterações nos últimos anos, e o entrevistado respondeu que sim, foram feitos vários adendos aos contratos. Como exemplo o entrevistado informou que atualmente está previsto no

⁷⁸ Durante o desenvolvimento da pesquisa foram feitas 3 entrevistas com a Associação de Avicultores do município. Considerando que houve mudanças na diretoria da associação, as duas primeiras entrevistas foram feitas com o antigo presidente e a entrevista de que tratamos neste momento foi feita com o novo presidente, por isso as informações por vezes podem parecer estar se repetindo, ou se contradizendo.

contrato, por adendo, desconto do valor do lote por "calo-de-pata" nas aves, e dermatose (arranhado na pele das aves). Os descontos podem chegar a R\$ 600,00 no caso do calo-de-pata e a R\$ 1.000,00 no caso da dermatose. Isso representa que no manejo das aves é exigido cada vez mais atenção e cuidado por parte do avicultor, sob pena de ter sua renda diminuída.

Quanto ao entendimento ou "visão" que a associação tem do avicultor integrado, e em que estão baseadas suas estratégias, o entrevistado afirmou que atualmente o integrado é assalariado, mas a luta da associação é para torná-lo "produtor", com autonomia. Para tanto as estratégias devem basear-se em manter o preço da ração e do frango tabelados e, principalmente, criar as condições para "negociar".

5.3.1 A integração a partir de "outros olhares" - as empresas de equipamentos avícolas e a integradora

Como já comentamos no início desse item do capítulo, fizemos várias entrevistas com empresas que trabalham com avicultura, com o Secretário do Interior e também com funcionários da Sadia. Sobre os "resultados" destas entrevistas trataremos neste momento.

Perguntamos nas empresas que vendem equipamentos para aviário sobre os financiamentos para a construção dos aviários, ao que responderam que os financiamentos são feitos através de recursos do BNDES, num valor máximo de R\$ 250.000,00. O Banco Santander exige renda bruta anual de 500.000,00 para financiar; o Bradesco exige um capital no mínimo 150% maior que o valor a ser financiado e o Banco do Brasil leva em consideração a renda, a quantidade de terra e a capacidade de pagamento do proponente. Para o cálculo do capital é considerado o valor da terra nua.

Nesse sentido, os entrevistados informaram que quem tem 1 aviário com propriedade de até 10 alqueires fica na atividade, mas novos produtores com esse perfil dificilmente conseguem ingressar, pois o capital não possibilita o financiamento de 2 aviários (o que a Sadia quer).

No caso de aquisições menores, quando não é feito financiamento, o avicultor pede prazo de 40 a 45 dias nas empresas para pagamento dos equipamentos que adquire, pois essa é a média de dias entre os lotes de frango. No caso de aviários de peru, os pagamentos também são feitos de acordo com a entrega dos lotes.

Três proprietários, das 5 empresas visitadas, são integrados da Sadia. Todos manifestaram que a atividade é uma boa opção de investimento. Um dos entrevistados afirmou que para quem tem mais de um aviário a atividade é extremamente rentável. Nesse sentido, um dos entrevistados informou que em Francisco Beltrão 20% dos aviários representam investimento, o restante é necessidade (pequenas propriedades).

Perguntamos se as empresas mantinham contato com a Sadia ao que todos os entrevistados responderam afirmativamente. Afirmaram que o contato das empresas com a Sadia ocorre geralmente com os responsáveis pelo fomento e técnicos, e é sempre para tratar assuntos relacionados ao padrão da empresa.

Informaram também que a Sadia determina a marca e, por vezes, até a loja para compra dos equipamentos. Segundo um dos entrevistados, a política da empresa mudou, passou a ser mais tendenciosa (foram dispensados muitos funcionários antigos). Como na maioria das vezes há uma relação de confiança entre o avicultor e o técnico, o primeiro sempre segue a indicação da Sadia no momento da compra.

A média dos clientes das empresas é de pequenos proprietários (de cada 10, 6 é pequeno). Os grandes (80 a 100 alqueires) são recentes na atividade, e têm geralmente entre 4 e 6 aviários (instalados de 2 em 2). Esses núcleos são chamados de "granjas". Atualmente a Sadia estaria aceitando novos integrados com um único aviário por existir demanda e poucos produtores com potencial para instalarem 3 ou 4 aviários.

O percentual de abandono da atividade, comentado no item anterior do capítulo, segundo um dos proprietários entrevistados, atualmente é grande, "a Sadia está pagando mal pelos lotes. Como atividade única não é rentável, geralmente o avicultor da região complementa a renda com leite".

Nesse sentido, confirmaram que a Sadia incentiva o integrado a colocar mais de um aviário. Um dos entrevistados afirmou: "quando o avicultor instala um aviário com perspectiva de colocar um segundo, o premia com bons lotes. Depois do segundo diminui propositalmente a rentabilidade".

Um dos entrevistados ainda comentou que a Sadia tem um sistema de controle dos aviários onde consta a data de alojamento das aves. Como o integrado faz a pesagem semanal das aves, dependendo da solicitação do comprador (exportação), o carregamento é antecipado ou retardado, de forma a atingir o peso estipulado. Assim, é possível definir, através do sistema da Sadia, por exemplo, que 6 aviários farão a entrega em determinado dia, para formar um lote de aves com peso pré-determinado, para atender o comprador.

Em entrevista com funcionários da Sadia obtivemos a informação que a unidade da Sadia de Francisco Beltrão tem atualmente, dentro da região que atende, 680 avicultores integrados de frango (aviários terminadores) e 395 de peru (sendo 349 de aviários terminadores e 46 de aviários iniciadores). No município são 180 a 190 integrados de peru com 410 aviários⁷⁹.

A estrutura da Sadia em Francisco Beltrão, segundo um dos entrevistados, é: 01 abatedouro de frangos; 02 abatedouros de perus (peru novo e velho - ou leve e pesado); 01 fábrica de ração; 01 centro de recebimento de cereais (7 a 8 silos); 02 incubatórios (1 de frango e 1 de peru). As granjas (que produzem os ovos para os incubatórios) são grupos de 3 a 6 aviários. As granjas recebem as matrizes (galinhas) e entregam os ovos (as matrizes são pagas em ovos), depois devolvem as matrizes para a Sadia. As granjas de avós estão instaladas em Marmeleiro e Nova Esperança.

Segundo os entrevistados, o relacionamento do extensionista⁸⁰ com os integrados geralmente é bom, mas há conflitos, pois representam interesses diferentes. "Na integração o trabalho do extensionista é extremamente importante, já que as reclamações dos integrados são feitas quase integralmente aos extensionistas (85%), mas alguns vão à empresa". Às vezes, segundo um dos entrevistados, o extensionista precisa ser um pouco psicólogo, médico, político, etc.

Durante o período de permanência das aves nos aviários, o extensionista faz pelo menos 3 visitas ao integrado: uma quando aloja (pintainhos de 1 a 3 dias); uma quando os pintainhos têm entre 10 e 15 dias; e uma próxima ao abate. Na primeira visita é observada principalmente a ambiência; na segunda a ambiência e o potencial das aves; e na última o peso médio das aves.

A maior parte das queixas, como já comentamos no item anterior do capítulo, está relacionada ao aumento dos custos produtivos, principalmente do valor dos equipamentos para os aviários. No entanto, segundo um dos entrevistados, as queixas com relação ao alto custo de produção (maravalha, gás, lenha, etc), também são bastante frequentes.

Perguntamos se a Sadia analisa fatores como distância, acesso, etc. ao aceitar ou não um novo integrado, e os entrevistados responderam que sim. "A Sadia, inclusive,

⁷⁹ A informação referente ao município foi repassada pela Secretaria do Interior. O secretário não soube informar o número de integrados e aviários do município, no caso do frango.

⁸⁰ O extensionista é geralmente chamado de técnico pelos integrados. Para ser um extensionista da Sadia tem que ter formação de veterinário, agrônomo, engenheiro florestal ou técnico agrícola.

trabalha junto com a Prefeitura com relação à acesso⁸¹". Quando um produtor manifesta interesse em ser integrado, a Sadia encaminha um extensionista para fazer uma visita à propriedade. Há alguns anos o extensionista/empresa consideravam somente a distância, água, acessibilidade, mão-de-obra (preferencialmente familiar), atualmente é considerada principalmente, a capacidade de investimento e uma potencial "visão empresarial" por parte do proponente, já que são pretendidos núcleos com 2 a 4 aviários, no caso do frango (os núcleos otimizam os custos da empresa): "O mais importante hoje é a capacidade de investimento, o trabalho familiar já foi considerado importante, mas mudou muito o cenário". Também é considerada a distância mínima de outros aviários, incubatórios, matrizes, fábrica de ração e frigorífico, que deve ser de 3.000 m em linha reta (Lei Iene 56).

Nesse sentido, perguntamos se há predileção da Sadia por integrados que possam instalar 3 a 4 aviários, ao que um dos entrevistados respondeu afirmativamente e outro (ex-funcionário) respondeu que não: "a Sadia sempre quis diversificar, garantir a produção e evitar proliferação de doenças".

Perguntamos qual o percentual de abandono da atividade e relatamos que, segundo informações de outros entrevistados, seria de 10%. Um dos entrevistados concordou com o percentual, mas outro disse que o percentual pode variar de 6 a 10%. No entanto, segundo o mesmo, esse percentual é bastante alto para ser aceito pela empresa, porque com esse percentual em um período de tempo não muito longo teriam mudado todos os integrados, e isso não é interessante para a empresa que teria que buscar novos integrados constantemente, além de ter que prestar treinamento ininterruptamente.

Quanto ao perfil dos integrados em termos de quantidade de terras, os entrevistados informaram que a empresa não faz esse controle, mas em torno de 80% dos integrados têm até 20 alqueires. "Há alguns anos era necessário ter, em média, 6 alqueires para poder produzir, hoje, são necessários 12 alqueires para conseguir instalar um aviário".

O contrato, em sua base, não mudou, afirmaram os entrevistados, apenas aumentaram as cláusulas com relação à equipamentos para sanidade. Os termos principais continuam os mesmos: é obrigatoriedade da empresa fornecer os pintainhos, a ração, os remédios, transporte e assistência técnica (a empresa cobra no acerto do lote, pela ração e pelo medicamento). O integrado tem a responsabilidade de engorda e para isso deve

⁸¹ A Secretaria do Interior presta os seguintes serviços para os integrados de aves do município: terraplanagem, cascalhamento das estradas e ao redor dos aviários, abertura para instalação de água, e em caso de epidemia, apoio com máquina para enterrar as aves.

oferecer a infra-estrutura necessária e a mão-de-obra, ou seja, é obrigação do integrado fornecer as instalações, mão-de-obra, energia elétrica, maravalha, lenha, água, etc. Quando há alterações contratuais a serem feitas ou cláusulas a serem adicionadas todos os contratos são refeitos/atualizados.

Para o pagamento há uma fórmula a ser aplicada, o integrado recebe um percentual de acordo com o peso vivo. A fórmula para pagamento dos lotes é: peso vivo dos frangos, menos (-) mortalidade, vezes (x) preço por kg. O peso das aves deve estar na média, de acordo com o atingido por suas irmãs. O peso médio pra baixo tem um percentual pré-definido de desconto no preço final do lote. O peso médio pra cima tem o mesmo percentual de acréscimo no valor final do lote.

A Sadia trabalha com 2 linhagens de pintainhos: ROSS e COB. A Sadia produz os pintainhos, mas compra ovos de terceiros quando necessário. Os ovos precisam ter um padrão de tamanho, ovos muito pequenos dão pintinhos pequenos e fracos. Da mesma forma, lotes com pintinho de franga de início de postura (primeiro ano) e de fim de postura (depois do terceiro ano e meio) são menores, mais fracos.

O controle do alojamento dos pintainhos é feito separando-os por famílias (irmãos), assim é possível controlar a conversão alimentar. "Se um avicultor entregou as aves com um peso menor que outros avicultores que alojaram seus irmãos, significa que houve baixa conversão alimentar e isso está diretamente ligado à ambiência e ao manejo".

Os funcionários que trabalham na unidade de sanidade e manejo devem estar de acordo com o "fluxo do frango de corte", ou seja, só podem voltar ao incubatório 2 dias após ter estado em visita à um aviário de engorda, mesmo com banho de desinfecção; no caso das matrizes o tempo é de 3 dias; para as avós e bisavós o tempo aumenta proporcionalmente ao risco de contaminação e ao capital genético vivo com que está trabalhando.

Perguntamos se a Sadia é co-avalista do integrado no financiamento, ao que um dos entrevistados respondeu que não. A Sadia apenas envia cópia do contrato de integração ao banco que fará o financiamento, de forma a gerar uma expectativa de pagamento da dívida.

Por fim, perguntamos aos entrevistados se consideravam a relação Sadia X integrado justa. Os entrevistados responderam que sim, "a relação é justa, as condições são dadas, o sucesso ou não na atividade depende mesmo do avicultor"; "o aumento nos ganhos só depende do integrado".

Um dos entrevistados ainda fez a seguinte declaração com relação à criação da Associação dos Avicultores: "a associação que alguns integrados tentam criar deveria ter

por objetivo reduzir os custos dos integrados (negociar preço de maravalha, gás, lenha, etc.) e não pressionar a empresa".

Outro entrevistado declarou espontaneamente o seguinte: "o perfil pretendido pela empresa hoje é de um avicultor com visão empresarial, ou seja, o trabalho familiar e a falta de informação e adequação tecnológica não garantem a permanência na atividade/mercado, é necessário que o avicultor esteja preparado, que trate a atividade como investimento em potencial. O fazer já não é tão importante, mas a capacidade de gerenciar, de acompanhar a atividade no âmbito técnico/mercadológico sim. Por isso a atividade de extensão é tão importante. Mas não a extensão oferecida por esta ou outra empresa, considero que o governo deveria estar preocupado em preparar o agricultor para esse novo tempo, a levar até ele a informação e ensiná-lo a ter essa visão empresarial, a prepará-lo para administrar sua propriedade de forma a otimizar seu potencial econômico. Seria quase o trabalho realizado pela EMATER, mas num âmbito maior, mais especializado. Já se sabe que 70% das empresas abertas no Brasil fecham entre o primeiro e segundo ano, não conseguem se manter no mercado. Segundo os especialistas por falta de planejamento e preparo dos empreendedores. No caso da agricultura o caso é o mesmo, seria necessário ter o SEBRAE da agropecuária, que ajudasse o produtor a planejar e otimizar seus investimentos de forma a ter sucesso".

Neste capítulo analisamos o papel da tecnologia na integração e apresentamos algumas "conclusões preliminares", ou primeiras aproximações de resultado. Também apresentamos o trabalho empírico da pesquisa, os dados coletados em campo, o "resultado" das entrevistas realizadas. O interesse era definir o perfil do integrado da Sadia e compreender qual o papel desempenhado pelo mesmo na relação de integração.

Percebemos que o avicultor do município, em geral, é pequeno proprietário rural, com um percentual expressivo tendo até 10 alqueires de terra. Este avicultor está na atividade "por necessidade", mas há um segundo perfil de avicultor, que usa a avicultura integrada como investimento. Este geralmente mora na cidade, utiliza trabalho de "parceiros" e, na maioria das vezes, tem mais de um aviário.

O índice de insatisfação dos integrados é alto em relação à integradora, e o integrado, em geral o pequeno proprietário, utiliza uma segunda ou até uma terceira atividade para complementação da renda. Nesse sentido, a produção de leite, quando não é a atividade principal da propriedade, na maioria das vezes aparece como atividade

secundária, e serve como renda complementar. A seguir, fazemos nossas considerações finais sobre a pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto de estudo, neste trabalho, foi o sistema de integração de aves no município de Francisco Beltrão, e a relação dessa integração com a permanência ou não dos pequenos proprietários rurais no campo, tendo como categoria central - pela possibilidade explicativa - o trabalho.

Nesse sentido, se fez necessário estudar a modernização da agricultura, enquanto reflexo do desenvolvimento do sistema capitalista, para compreender a relação existente entre essa modernização e a industrialização do campo. Também julgamos necessário fazer a análise da reestruturação produtiva do capital e seus ciclos funcionais de forma a nos possibilitar a compreensão das novas relações de trabalho existentes na maneira de produzir da agropecuária.

Era necessário descobrir em que medida o sistema de integração, adotado pela Sadia, representa as novas relações de trabalho, resultantes da acumulação flexível e da reestruturação produtiva, bem como se essa forma de produzir, com alta tecnologia, representa a industrialização do campo. Assim, analisamos como a reestruturação produtiva do capital se materializa na organização de trabalho da empresa Sadia, tendo como parâmetro os produtores de aves integrados ao seu sistema de produção.

Ademais era necessário definir o "perfil" do avicultor integrado à Sadia no município de Francisco Beltrão e determinar se a atividade representa melhoria em suas condições materiais, e/ou permite sua existência enquanto proprietário rural. Também pretendemos compreender qual o papel desempenhado pelo integrado na relação de integração. Seria o integrado um proprietário capitalista, ou um proprietário assalariado? Existe autonomia em sua condição? Há tendências de mudança do sistema de integração? Quais? Quais as contradições do sistema de integração?

O domínio do capital sobre a agricultura deu-se em tal medida que se tornaram insustentáveis as velhas formas de produção. A modernização trouxe novos parâmetros para a produção agropecuária e para as relações de trabalho. O capital se apoderou da agricultura através da inserção e submissão do agricultor ao mercado, e promoveu sua revolução com a utilização de novas tecnologias.

A Região Sudoeste do Paraná e o município de Francisco Beltrão não estão imunes ao "avanço" do capitalismo devido as particularidades de sua característica fundiária, o que muda é a "forma" com que se dá esse avanço, as estratégias adotadas pelo capital. A

dependência, no caso da pequena propriedade, está relacionada à tecnologia. É a utilização da tecnologia que permite aumentar a produção, reduzindo custos e, portanto, permitindo preço competitivo no mercado. Sem tecnologia o custo produtivo inviabiliza a pequena propriedade financeiramente.

Identificamos a atuação da empresa Sadia, bem como as relações de trabalho estabelecidas pela empresa com os integrados, como reflexo das exigências do mercado. As constantes mudanças tecnológicas adotadas pela Sadia em sua linha de produção são uma necessidade do mercado capitalista, e fazem parte da estratégia competitiva da empresa. A adoção das inovações tecnológicas tem como fim último a redução dos custos de produção e o aumento dos lucros. Nessa estratégia de redução dos custos de produção com o uso de tecnologia está intrínseca a redução do valor pago à força de trabalho, no caso, o integrado, é a mais-valia absoluta dando lugar a mais-valia relativa, produz-se mais, com um número menor de trabalhadores e com um número menor de horas trabalhadas. É necessário garantir a acumulação do capital. No entanto, mesmo estando presente o uso de alta tecnologia e o trabalho intensivo e polivalente, que aumenta largamente a produtividade (a mais-valia relativa), também está presente o trabalho extensivo (a mais-valia absoluta).

O sistema de integração adotado atualmente (mesmo com suas diversas combinações) é reflexo das inovações resultantes da reestruturação produtiva, ou seja, é a subcontratação (inserida no modelo de regulamentação da produção toyotista), onde a empresa busca a redução de custos através da diminuição do efetivo, e a transferência de responsabilidades e riscos. Nessa subcontratação não existe vínculo empregatício nem encargos, e o valor contratado não fica definido “a priori”, depende da mercadoria entregue ao final do processo e das condições do mercado.

A integração nos moldes atuais também é reflexo do modo toyotista de produzir. Além da terceirização da engorda das aves, o sistema de controle da produção por parte da empresa, visando atender os contratos de venda, de acordo com os tamanhos dos lotes e características de peso e corte das aves, pode ser considerado como a técnica japonesa denominada de *kan ban*, integrada no conceito *just in time*, largamente difundida quando se fala sobre produção ou administração de estoque, ou seja, só são alojados pintainhos, na medida das necessidades de venda. Não se produz para estoque, mas sim para atender à contratos estabelecidos previamente (principalmente no caso da exportação). Se não houver venda a Sadia não aloja os pintainhos e os aviários dos integrados ficam vazios. Na maioria das vezes é ampliado o intervalo entre a retirada dos lotes e um novo alojamento,

mas por vezes os aviários podem mesmo ficar vazios. Inúmeros desses casos ocorreram no momento que a Sadia estava em crise, antes da fusão com a Perdigão.

Os resultados dessa nova forma de produzir são evidentes, com a avicultura de corte brasileira apontada como a mais eficiente do mundo, e com o menor custo de produção. A base técnica do processo produtivo, com expressivos investimentos realizados em toda a cadeia produtiva, é responsável por parte desses resultados, mas o sistema de integração - a compra do trabalho acabado - é o grande responsável por esse baixo custo, tendo em vista que boa parte desses investimentos na base técnica do processo produtivo é feita pelo produtor integrado.

Nesse sentido, está evidente a "tendência" para os produtores integrados de aves da Sadia, de se tecnificarem cada vez mais - por exigência da empresa - e com isso contraírem um patrimônio imobilizado de alto valor, que no entanto não tem liquidez ou "utilidade", se for rompido o contrato de integração. Por outro lado, a busca por essa tecnificação pode levá-los a um endividamento que não lhes permita nem a condição de pequenos proprietários.

Mas, como afirmou Pinto (2005), não podemos identificar a técnica como responsável pelo curso da história e, portanto, pela condição do avicultor integrado. Devido à interpretação equivocada de que a técnica reinante, e não a organização da sociedade, sempre dominou o homem e o pôs a seu serviço, é que desaparece de nossa compreensão a figura do explorador do trabalho, sendo este substituído pela técnica, pelas máquinas e instrumentos. Assim, não é a tecnologia, ou a necessidade dos integrados de se tecnificarem que causa sua situação atual, mas as relações estabelecidas pelo mercado capitalista.

Quanto ao perfil do integrado de aves da Sadia no município de Francisco Beltrão, constatamos que sua origem está diretamente relacionada à ocupação do Sudoeste. A grande maioria dos avicultores entrevistados é descendente de imigrantes vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina que aqui chegaram a mais de 50 anos. 10% são originários de outras regiões do Estado do Paraná, ou de outros municípios da Região Sudoeste.

A aquisição da propriedade se deu por herança para 55% dos entrevistados. Dos integrados que compraram a terra, 39% o fez nos últimos 20 anos. Entretanto, 90% dos entrevistados sempre estiveram ligados à produção agropecuária, ou seja, sempre foram agricultores.

O maior número de integrados, em algumas localidades rurais demonstrou ser motivado, mais pela capacidade financeira e de investimento de seus moradores (considerando tamanho e qualidade das terras), do que acesso, distância e até mesmo água.

Quanto ao tamanho das propriedades, constatou-se nas entrevistas com os integrados que 72% têm até 10 alqueires e do percentual de proprietários com mais de 10 alqueires, 40% têm até quatorze alqueires, ou seja, ainda são pequenas propriedades. Do percentual geral, apenas 16,6% têm mais de vinte alqueires. Esses números foram confirmados pelos dados repassados pelos funcionários da Sadia, de que 80% de seus integrados têm até 20 alqueires de terra. No geral, o perfil do proprietário de terras do município e, portanto, do avicultor integrado da Sadia, é de pequenos proprietários rurais.

Em torno de 60% dos integrados da Sadia em Francisco Beltrão tem dois aviários ou mais e a tendência é aumentar esse percentual pois o interesse da Sadia é de que novos integrados já ingressem na atividade com mais de um barracão.

Atualmente 95% dos aviários integrados à Sadia em Francisco Beltrão são automatizados, mas com níveis diferentes de automatização. Cerca de 20% dos aviários são totalmente automatizados; em torno de 40% têm o sistema de comedouro semi-automatizado; o sistema de bebedouro está automatizado em quase 100% dos aviários; 80% dos aviários são climatizados; e 50% são climatizados com exaustor. Ou seja, a grande maioria dos aviários integrados à Sadia são semi-automatizados.

O trabalho na propriedade é feito exclusivamente pela família em 72,2% das propriedades visitadas; 11,1% contrata funcionários ou parceiros esporadicamente e 16,7% utiliza somente serviços de funcionários e/ou parceiros. Na grande maioria dos casos (89%), o trabalho no aviário é executado por 2 ou 3 pessoas e a carga horária necessária diariamente é de mais de 12 horas para 72,2% dos entrevistados.

O valor médio a ser investido para construção e instalação de um aviário de frango, de acordo com os padrões estabelecidos pela Sadia (125X14 m) é de aproximadamente R\$ 230.000,00. Para construção e instalação de um aviário de perus (100X12m), o valor é de R\$ 156.000,00. Esses valores normalmente são financiados, para pagamento em 8 anos, sendo um ano de carência e pagamento de uma parcela a cada 6 meses. Considerando o valor médio recebido por cada lote e o tempo gasto entre um e outro, pode-se afirmar que nos primeiros anos o avicultor integrado não pode contar com os rendimentos do aviário para outra coisa que não o pagamento do financiamento.

O percentual de abandono da atividade ou rompimento contratual com a integradora, gira em torno de 6 a 10%. O rompimento pode se dar por iniciativa do

avicultor ou por parte da empresa. As causas principais que levam a empresa ao rompimento do contrato são falta de mão-de-obra e atualização tecnológica defasada. No caso do integrado, os motivos estão geralmente relacionados à renda alcançada.

O índice de insatisfação com relação à integradora por parte dos integrados, segundo a pesquisa de campo, é alto. No entanto, boa parte dos entrevistados confirmou que a atividade é importante como fonte geradora de renda para as famílias/propriedades. A atividade representou melhoria nas condições de vida das famílias em 61,1% dos casos, e para 50% dos entrevistados a propriedade não seria economicamente viável sem o aviário.

Também foi possível observar que a produção de leite, quando não é a atividade principal da propriedade, na maioria das vezes aparece como atividade secundária, e serve como renda complementar.

Observamos nas entrevistas que a relação integradora X integrado não é tranqüila, mas conflituosa. Integrado e integradora têm interesses diferentes. O integrado busca a atividade como alternativa de renda e a integradora se vale da integração para "pagar menos" pelo trabalho de engorda das aves e assim ter vantagens no mercado e aumentar seus lucros, e ainda sem a necessidade de imobilizar grande capital. Este capital imobilizado, necessário para a engorda das aves é diluído entre os avicultores integrados.

Assim, a relação de integração é mantida pela falta de opção ou pela necessidade de ambas as partes envolvidas, ou ainda por representar uma alternativa para geração de renda e manutenção das propriedades, principalmente para os pequenos proprietários rurais.

Podemos afirmar que a avicultura integrada é uma alternativa para o pequeno proprietário rural no sentido de gerar renda e se manter no campo, mais que isso, para se manter no campo enquanto proprietário. No entanto, a possibilidade de se manter proprietário não é dada pela avicultura integrada, mas pelo fato da integração representar uma segunda atividade geradora de renda, já que para o pequeno proprietário rural não é mais viável apenas a lavoura tradicional, é necessário diversificar, ter mais atividades. Isso ficou confirmado com a manifestação dos integrados entrevistados que afirmaram que a propriedade só seria viável sem o aviário se houvesse a possibilidade de ter outra atividade que a substituísse, como o leite, por exemplo.

Nesse sentido, faz-se necessário destacar que mesmo o pequeno proprietário tendo como atividade a lavoura tradicional e a avicultura integrada, ainda procura ter uma terceira ou quarta atividade, de forma a complementar a renda e otimizar a propriedade.

O sistema de integração, com base contratual, é uma relação desigual, onde o maior "peso" em termos de investimento fica a cargo do integrado. O trabalho do integrado é mal remunerado, o mesmo constantemente é coagido com ameaças "de gancho" ou de ter seu aviário fechado, e o capital investido, na maioria das vezes, não é recuperado, já que a "renda" alcançada com o aviário precisa ser utilizada para sua manutenção, enquanto trabalhador, ou seja, sua existência enquanto integrado e trabalhador.

Entretanto, como foi frizado por vários dos integrados entrevistados: "se não for assim, vai ficar pior" e "pelo menos com o aviário, gira dinheiro e o adubo ajuda na lavoura". Ou seja, mesmo com todas as adversidades, a integração continua sendo uma alternativa para o pequeno proprietário rural, diante do panorama negativo apresentado pelas atividades tradicionais.

Quanto à questão do integrado ser autônomo ou assalariado da Sadia, concluímos que ele é assalariado, uma forma diferente de assalariamento, um proprietário assalariado, sem autonomia de produção, mais que isso, o integrado não é o produtor, não é o "dono" das aves que vende para a Sadia. Portanto, estamos em equívoco quando denominamos o avicultor integrado de "produtor". O produtor é proprietário da sua produção até o momento da venda, o que não ocorre com o avicultor integrado. As aves, como os técnicos costumam ressaltar para os integrados, "são da Sadia". A única autonomia que o integrado tem é a de abandonar a atividade e amargar os prejuízos com os investimentos feitos. Ademais, a empresa trata o integrado como seu funcionário, só que não há vínculos empregatícios e isso lhe é favorável. Mas há controle de horas trabalhadas e de afinco nas tarefas já que isso aparece na "conversão alimentar".

O próprio integrado, embora não tenha consciência disso, se percebe como assalariado da Sadia, já que mais de um dos entrevistados manifestaram que se sentem desprestigiados em relação aos funcionários da empresa, por não terem "direitos" ou por não lhes ser proporcionado nenhum tipo de assistência.

Entretanto, a percepção que o avicultor integrado tem de si mesmo na relação estabelecida com a integradora é confusa. Se por um lado o avicultor integrado se percebe como assalariado da Sadia, quando manifesta indignação com a falta de "direitos" e assistência, por outro lado - e em primeiro lugar -, ele se considera proprietário, já que o é de fato, em relação à terra e ao aviário propriamente dito. Ou seja, o avicultor integrado da Sadia se percebe com autonomia na atividade, por ser proprietário da terra e das instalações e, embora se sinta desprestigiado em relação aos "direitos" dos funcionários da

empresa, não se percebe enquanto parte da classe trabalhadora, não têm consciência de classe.

Segundo Abramovay (1981), na integração contratual o integrado não tem poder frente à integradora, é incapaz de julgar a qualidade de suas compras, suporta todos os riscos da produção e a única decisão que pode tomar consiste em “deixar o ramo”. As empresas decidem e impõem o ritmo de renovação dos equipamentos, que o agricultor quase nunca tem tempo de amortizar. “Sabe qual a única coisa que o agricultor produz que presta? É a merda. Não precisa rir. A única coisa que a gente pode vender é o esterco das galinhas. O resto é tudo pras firmas” (CONTAG/Florianópolis, 1980, apud ABRAMOVAY, 1981, s.p.).

"Desenhado" esse perfil do integrado, faz-se necessário salientar que há um outro grupo de avicultores, que representa atualmente cerca de 20% dos integrados de aves de Francisco Beltrão, e que utiliza a atividade como investimento. Todos os entrevistados desse grupo manifestaram ser a avicultura integrada uma boa opção de investimento. No caso de ter mais de um aviário a atividade pode ser extremamente rentável. Ou seja, temos atualmente dois perfis de avicultores integrados: o primeiro dependente da integradora e da renda gerada pela atividade para manter-se proprietário, sem grandes perspectivas de crescimento; o segundo, não depende da atividade, tem sua renda garantida por outras atividades e utiliza a renda do aviário, primeiro para pagar o financiamento, depois para fazer novos investimentos, geralmente em terras. Nesse caso, a expressão "o aviário se paga" serve perfeitamente.

Entretanto, mesmo esse último integrado não sendo dependente da integradora nos mesmos parâmetros do primeiro, também apresenta dependência, a medida que, assim como o primeiro, não é "produtor", mas um prestador de serviços da integradora. Esse grupo de integrados, embora considere a atividade lucrativa e com retorno, também demonstrou insatisfação com a relação integradora X integrado, principalmente quanto à condição de "negociar".

No sentido de aproximar o avicultor integrado à condição de produtor, com autonomia, concordamos com o funcionário da Sadia entrevistado na pesquisa, que salientou a importância da extensão rural. A extensão rural, se oferecida pelo Estado teria um caráter mais desenvolvimentista e poderia "ensinar" o produtor rural a ser um empresário e/ou empreendedor do campo. Como já afirmamos no início desse trabalho o produtor rural não fica no campo pelo fadado "amor à terra", mas pelas oportunidades que possa ter, pelo desenvolvimento social/financeiro que possa proporcionar à sua família,

assim como qualquer trabalhador. Da mesma forma que um empresário da cidade é proprietário de sua empresa e necessita planejar, também o produtor rural é proprietário de sua terra e precisa planejar e gerir suas atividades para que não venha a perder sua terra, o que equivaleria, no caso do empresário da cidade, à falência.

Na presente pesquisa, nos pusemos na defesa dos pequenos avicultores integrados. Partimos do pressuposto que o pequeno avicultor integrado da Sadia é um trabalhador assalariado (forma específica de assalariamento - proprietário assalariado) e, como tal, necessita lutar pelo aumento de salário (com possível permanência no campo).

O avicultor não tem autonomia no sistema de integração ou no complexo agroindustrial de que faz parte. Ele pode ser percebido como um "assalariado" da Sadia e, portanto, sua luta deve ser por aumento de salário e melhores condições de trabalho – esta luta não vai levá-lo à independência, mas pode levá-lo à condição de "produtor" integrado à agroindústria avícola.

Acreditamos que o subjetivo, o "apego a terra" não é determinante nesse jogo de forças, são as condições materiais vividas pelo produtor que determinam ou não sua permanência no campo, e a manutenção de sua propriedade. Em última instância, são as condições materiais que determinam, inclusive, o "apego a terra", é o objetivo que determina o subjetivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na Vida Camponesa: o Sudoeste Paranaense**. 1981. 288 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

ALBUQUERQUE, Eduardo. **A foice e o robô: as inovações tecnológicas e a luta operária**. São Paulo: Página 7 Artes Gráficas, 1990

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Mundialização do Capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização**. Londrina: Praxis, 1999. 2ª edição. Disponível em: <<http://globalization.sites.uol.com.br/toyotism.htm>>. Acesso em: 21 de outubro de 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 2000-A.

——— **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000-B.

——— **A dialética do trabalho – Escritos de Marx e Engels**. São Paulo, Expressão Popular: 2004.

ARRUDA, Daniel. **Toyotismo, fordismo e taylorismo**. 2007. Disponível em: <http://www.bloco.org/index.php?option=com_content&task=view&id=468&Itemid=47>. Acesso em 22 de outubro de 2008.

BARAN, P. **A economia política do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

BARAN, P. e SWEEZY, P. **Capitalismo Monopolista**. Rio de Janeiro, 1966.

BARBOSA, W. do N. Dominação imperialista e globalização da miséria. In: OLIVEIRA, M.F.M. e RODRIGUES, L. (org). **Capitalismo da gênese à crise atual**. Montes Claros: Ed. UNIMONTES, 1999.

BATTISTI, Elir. As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná. In: **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 65-91, ago. 2006.

BESBES, B.; TIXIER-BOICHARD, M.; HOFFMANN, I. Tendências futuras para os recursos genéticos de aves. In: **Avicultura Industrial**, ed. 1182, n. 09, 2009, p. 20-22. Tradução Cristina Hintz.

BRENNER, Robert. A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão?. In: **Revista Outubro**, nº 3, p. 7-18. São Paulo: Xamã, 1999. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/03/out3_02.pdf>. Acessado em: 04 de janeiro de 2010.

DALLA COSTA, Armando João. **A Sadia e as sucessivas sucessões nas empresas familiares**. Disponível em: <www.economiaetecnologia.ufpr.br/.../texto_para_discussao_ano_2005_texto_19.pdf>. Acessado em: 05 de janeiro de 2010.

DAL PIAZ, Clelio. Itajaí será a sede da nova Brasil Foods. **Jornal Mídia Mais Online**. Concórdia, 20 de janeiro de 2010. Economia. Disponível em: <<http://www.midiamaais.jor.br/index.php?id=noticias&idnoticias=2818>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

DONDA JÚNIOR, Alberto. **Fatores influentes no processo de escolha da localização agroindustrial no Paraná: estudo de caso de uma agroindústria de aves**. 2002. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

ENGELS, F. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. 2ª edição. Lisboa, Editorial Estampa: 1974.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias no Brasil: O Caso Sadia**. Chapecó: Grifos, 1999.

———. Tecnologia e novas relações de trabalho nas agroindústrias de carne do Sul do Brasil. *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. VI, n. 119 (85), 2002. [ISSN: 1138-9788] <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-85.htm>.

———. Reestruturação agroindustrial e as principais estratégias empresariais nos anos 90. **Cadernos Geográficos**. Florianópolis: UFSC, n.9, p.7-42, março, 2005.

———. **Transformações técnico-econômicas no agronegócio brasileiro: a cadeia produtiva de carne de frango**. UFSC: Departamento de Geociências. s.d.

FELDMANN, Paulo Roberto. O atraso tecnológico da América Latina como decorrência de aspectos geográficos e de fatores microeconômicos interligados In: **Economia e Sociedade**. Campinas, v.18 n.1, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182009000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 de dezembro de 2009.

FERNANDES FILHO, José Flôres; QUEIROZ, Antônio Marcos de. **Transformações recentes na avicultura de corte brasileira: o caso do modelo de integração**. In: XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural - SOBER, 2002, Passo Fundo - RS. XL Congresso Brasileira de Economia e Sociologia Rural - SOBER EQUIDADE E EFICIÊNCIA NA AGRICULTURA BRASILEIRA. BRASÍLIA - DF: SOBER, 2002. v. 1. p. 1-16. Disponível em: <http://www.pensaconference.org/arquivos_2001/67.pdf>. Acesso em: 30 de junho de 2008.

FERNANDES FILHO, José Flôres. Transformações recentes no modelo de integração na avicultura de corte brasileira: explicações e impacto. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 35, n. 1, p. 94-110, 2004. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=352>. Acesso em: 28 de outubro de 2008.

FLORES, Edson Luiz. **Industrialização e desenvolvimento do Sudoeste do Paraná**. 2009. 226 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2009.

FRANCA, Gilberto Cunha. **O trabalho no espaço da fábrica**. São Paulo, Expressão Popular: 2007.

FREEMAN, Christopher. Inovação e Ciclos Longos de Desenvolvimento Econômico. In: **Ensaio FEE**. Porto Alegre, 5 (1), 1984, p. 5-20.

GONÇALVES, Cláudio Ubiratan. Geografia Agrária do Norte Fluminense. In: **Caderno Prudentino de Geografia**. Nº 25. Presidente Prudente, AGB: 2003.

GONÇALVES, José Sidnei. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. In: **Informações Econômicas**. São Paulo, v. 35, n. 4, abr. 2005-A, p. 7-36. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/OUT/publicacoes/pdf/tec1-0405.pdf>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2010.

———. **Ganhos em escala nas agropecuárias norte-americanas e brasileiras**. Instituto de Economia Agrícola. 2005-B. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=4216>>. Acesso em: 31 de dezembro de 2009.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

——— **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP. IE, 1998. 2.ed. rev.

HARLAN, Dave. A avicultura no século 21. In: **Avicultura Industrial**, ed. 1182, n. 09, 2009, p. 20-22. Tradução Cristina Hintz.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2001.

HEMSI, Rabemo. Previsão de Inovação Tecnológica e Ciclos Econômicos: uma abordagem histórica. In: **Revista de Economia Política e História Econômica**, número 05, julho de 2006 p. 31-43.

JORNAL DE BELTRÃO. **Perdigão (com 68%) e Sadia (com 32%) se unem e formam a gigante Brasil Foods**. Francisco Beltrão, 20 de maio de 2009.

JORNAL G1 GLOBO.COM. **Sadia e Perdigão anunciam fusão em maior exportadora mundial de frango**. Rio de Janeiro, 19 de maio de 2009. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1159360-5602,00-SADIA+E+PERDIGAO+ANUNCIAM+FUSAO+EM+MAIOR+EXPORTADORA+MUNDIAL+DE+FRANGO.html>>. Acesso em 20 de janeiro de 2010.

JORNAL OPINIÃO. **Sadia, emprego e lucro**, Francisco Beltrão, 10 de junho de 2005. Geral. Disponível em: <<http://www.jornalopiniao.com/noticias.php?id=216>>. Acesso em: 18 de junho de 2007.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998. (Coleção Pensamento Social-Democrata)

LAZIER, Hermógenes. **Análise Histórica da Posse da Terra no Sudoeste Paranaense**. 2ª ed., Grafit, Francisco Beltrão, 1997.

——— **Francisco Beltrão: 25 anos de Lutas, de Trabalho e de Progresso** – Francisco Beltrão: Editora Folha do Sudoeste Ltda., s.d.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção os Economistas)

LIMA DE PAULA, Sergio Roberto; FAVERET FILHO, Paulo. Exportações de Carne de Frango. In: **BNDES Setorial**. Rio de Janeiro, n. 17, mar. 2003, p.93-108.

MAMIGONIAN, A. **Estudos de Geografia Econômica e de Pensamento Geográfico**. Livre Docência: FFLCH-USP, 2005.

MARX, Karl. **Salário, Preço e Lucro**. Moscou: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1953. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000077.pdf>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2010.

——— **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2ª edição. São Paulo, Abril Cultural: 1978. (Coleção os Pensadores)

——— **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo, Abril Cultural: 1984. v. 1, t. 2. (Coleção os Economistas)

——— **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo, Abril Cultural: 1985. v. 1. (Coleção os Economistas -2ª edição)

MOREIRA, Ruy. Sociedade e espaço no Brasil (As fases da formação espacial brasileira: hegemonias e conflitos). In **Boletim Paulista de Geografia**. Nº 83, São Paulo-SP, Dez. 2005. p. 7-32.

PEDRON, Flávio. Empresas ampliam exportações de frangos. **Jornal de Beltrão**, Francisco Beltrão, 01 out. 2004. Caderno Regional. Disponível em: <http://www.jornaldebeltroa.com.br/pop-up/imprimir_noticia.asp?id=10595>. Acesso em: 21 de agosto de 2008.

——— Sadia investe R\$ 40 milhões no terceiro abatedouro. **Jornal de Beltrão**, Francisco Beltrão, 11 mar. 2006. Geral. Disponível em: <http://www.jornaldebeltroa.com.br/pop-up/imprimir_noticia.asp?id=16393>. Acesso em: 03 de outubro de 2008.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Vol 1. (Coleção os Desenvolvimentistas)

PRADO, Antonio. **Reestruturação produtiva e transformações no mundo do trabalho**. Transcrição da palestra proferida no Ciclo de Estudos: Emprego; Desemprego; Subemprego e Informalidade, promovido pela ANFIP. DIEESE: 1997.

RANGEL, Ignácio M. Dualidade e ciclo longo. In: **Revista de Economia Política**, v 4, n. 1, jan./mar. 1984. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/13-6.pdf>> Acesso em: 31 de dezembro de 2009.

——— **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

Sadia 50 anos: construindo uma história (publicação institucional). São Paulo: Prêmio, 1994.

SANTANA, Antônio Cordeiro de; SANTANA, Ádina Lima de; NOGUEIRA, Ana Karlla Magalhães. Retornos à escala e vantagem competitiva de custo das empresas de polpa de frutas no Estado do Pará. In: **Amazônia: Ci. & Desenv.**, Belém, v. 2, n. 4, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.basa.com.br/bancoamazonia2/Revista/edicao_04/CD_Vol_IV_Returnos-escala-vant.pdf>. Acesso em: 31 de dezembro de 2009.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2005. (Coleção Milton Santos 7)

SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas)

——— **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/19233770/-Schumpeter-Capitalismo-Socialismo-e-Democracia>> Acesso em: 11 de janeiro de 2010.

SILVA, Christian Luiz da; SAES, Maria Sylvia M. A negociação da quase-renda entre produtor e agroindústria: uma discussão teórica e aplicada na avicultura de corte paranaense. In: **Informe Gepec**, v. 11, n. 1, jan/jun, 2007. Disponível em: <http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&source=hp&q=a+rela%C3%A7%C3%A3o+comerciante+e+colono+nos+anos+50&btnG=Pesquisa+Google&meta=lr%3Dlang_pt&aq=f&oq=a+rela%C3%A7%C3%A3o+comerciante+e+colono+nos+anos+50&fp=c192aad691e49f48>. Acesso em: 11 de janeiro de 2010.

SILVA, Osvaldo Heller da. **A organização sindical dos produtores rurais integrados à agroindústria: representações dos avicultores e suinocultores do Paraná**. USP: Departamento de ciências sociais. s.d.

SOARES, Paulo de Tarso Presgrave. **Um estudo sobre Lênin e as defesas da reforma agrária no Brasil**. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado) - USP.

SOBRAL, Isabel. Cade assina acordo com Sadia e Perdigão. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 07 jul. 2009. Caderno Economia. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,cade-assina-acordo-com-sadia-e-perdigao,399330,0.htm>>. Acesso em: 20 de outubro de 2009.

STEDILE, João Pedro. O capital internacional esta dominando a agricultura brasileira. In: **ALAI, América Latina en Movimient**, 2008. Disponível em: <<http://alainet.org/active/25486&lang=es>>. Acesso em: 11 de janeiro de 2010

SWEEZY, Paul M. **Capitalismo moderno**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. O Metabolismo do Capital no Campo, em São Paulo: Fragmentação e Alienação do Trabalho. In: **Desafios do Trabalho: Capital e Luta de Classes no Século XXI**. Maringá, Editora Massoni: 2004.

TORRES, Fernando. Perdigão detalha incorporação da Sadia. **Valor Online**, São Paulo, 19 de maio de 2009. Disponível em: <www.valor.com.br>. Acesso em: 25 de maio de 2009.

ULIR JÚNIOR, Leocádio. Dimensionamento da cadeia de carne de frangos. In: **Avicultura Industrial**, ed. 1176, n. 03, 2009, p. 24-37.

VALOR ONLINE. **Perdigão anuncia incorporação da Sadia**. São Paulo, 19 de maio de 2009. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/?online/investimentos/12/5572726/perdigao-anuncia-incorporacao-da-sadia>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

ZANELLA, José Luiz. O trabalho concreto diante das máquinas: seriam as máquinas as causadoras do desemprego? In: **Revista Faz Ciência**. Francisco Beltrão, v. 8, n.1, p. 205-228, 2006.